

# SOCIOLOGIAS PLURAIS

REVISTA DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA / UFPR

## n. especial I

out. 2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

Reitor: Prof. Dr. Zaki Akel Sobrinho  
Vice-Reitor: Prof. Dr. Rogério Andrade Mulinari

**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

Diretora: Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega  
Vice-diretora: Profa. Dra. Norma da Luz Ferrarini

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Coordenador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg  
Vice-coordenadora: Profa. Dra. Miriam Adelman

SOCIOLOGIAS PLURAIS – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR. Campus Reitoria, Curitiba, s/v, n. especial 1, out. 2012.

Semestral

ISSN: 2316-9249

**COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA**

Carolina Ribeiro Pátaro, Diego Coletti Oliva, Érico Massoli Ticianel Pereira, Mariana Bettega Braunert, Mirian Cristina Lopes, Paola Caroline Carriel, Roberto da Silva Jardim, Samara Feitosa, Silvia Turra Grechinski.

**CONSELHO EDITORIAL**

Alexandro Trindade, Andrea Osório, Angelo José da Silva, Antonio Carlos Richter, Benilde Motim, Dinaldo Almendra, Fagner Carniel, Flávio Sarandy, George Gomes Coutinho, Gisele Rocha Cortes, Janaina Matida, Jorge Leite Junior, José Luiz Cerveira, José Miguel Rasia, Larissa Pelúcio, Leila de Menezes Stein, Liliane Maria Busato Batista, Luciana Veiga, Marcelo Santos, Marcio Oliveira, Marcos Ferraz, Maria Aparecida Bridi, Marlene Tamanini, Milton Lahuerta, Miriam Adelman, Mohsine El Ahmadi, Nadya Araujo Guimarães, Nelson Rosário de Souza, Paula Grechinski, Paulo Roberto Neves Costa, Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, Poliana Fabíula Cardozo, Renato Monseff Perissinotto, Richard Miskolci, Simone Meucci, Vania Penha Lopes, Wanderley Marchi Jr.

**APOIO**

Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR

**DESIGN GRÁFICO E WEBMASTER**

Carolina Ribeiro Pátaro e Diego Coletti Oliva

**ENDEREÇO SOCIOLOGIAS PLURAIS**

Coordenação Programa de Pós-graduação em Sociologia  
Rua General Carneiro, 460, 9º andar, Ed. D. Pedro I, Curitiba - PR

<http://www.sociologiasplurais.ufpr.br/>

Contato: sociologiasplurais@ufpr.br

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	<b>1</b>
<b>GT 1 – TEORIA POLÍTICA</b> .....	<b>3</b>
Raça e Cidadania Política no Brasil Oitocentista Hilton Costa Julia De Oliveira Ruggi	
<b>GT 4 – POLÍTICA INTERNACIONAL E POLÍTICA EXTERNA COMPARADA</b> .....	<b>21</b>
Gênero e Paradiplomacia: O caso da Unidade Temática de Gênero das Mercocidades Leonardo Mercher Sabrina Villenave	
<b>GT 5 - COMUNICAÇÃO, MÍDIA E CIBERPOLÍTICA</b> .....	<b>40</b>
Participação e Deliberação No Site E-Democracia Marcelo Igor De Sousa	
<b>GT 7 - PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL</b> .....	<b>60</b>
Nacional e cosmopolita, arcaico e moderno: o Brasil pelas lentes dos cineastas “paulistas do entre-lugar” Caroline Gomes Leme	
<b>GT 9 – SOCIOLOGIA URBANA</b> .....	<b>77</b>
“AQUI NA VILA É MAIS MASSA, NO CENTRO SÓ TEM BOY”: Experiência social e pertencimento entre jovens do Parque São João – Paranaguá/PR Tiago Pereira Leite	
<b>GT 10 - TRABALHO RECONFIGURADO E AÇÃO COLETIVA</b> .....	<b>101</b>
O Trabalho em Pequenos Municípios Praianos do Litoral do Paraná Mayra Taiza Sulzbach Valdir Figo Denardin Janelize Nascimento Felisbino	
<b>GT 11 - RURALIDADES E MEIO AMBIENTE</b> .....	<b>125</b>
Militância e religião no passado e no presente da luta pela terra Valter Lúcio De Oliviera	
<b>GT 12 - SOCIOLOGIA E SAÚDE</b> .....	<b>149</b>
Os sentidos do envelhecimento Giseli Gontarski	
<b>GT 13 - GÊNERO, CORPO, SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO</b> .....	<b>168</b>
Máscaras envelhecidas das travestis nos espaços urbanos Rodrigo Pedro Casteleira	

**GT 14 - SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS ..... 182**

**A equação não resolvida do mercado de microfinanças no Brasil**

*Cinara G. De Araújo Lobo*

**GT 15 - CONTROLE SOCIAL, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS ..... 208**

**Considerações Metodológicas sobre o Trabalho de Campo em Instituições Policiais Militares**

*Antonio Alberto Brunetta*

**GT 16 - ESTUDOS SOCIOCULTURAIS DO ESPORTE ..... 226**

**Se é futebol, é masculino?**

*Cláudia Samuel Kessler*

## Apresentação Número Especial I

É com muita satisfação que a Comissão Editorial Executiva da revista discente do programa de pós-graduação em Sociologia da UFPR – **Sociologias Plurais** apresenta esse número especial e número de estreia.

Nossa revista começou com algumas ambições: a primeira de nos movimentarmos trazendo novos debates sociológicos, de colocarmos um novo espaço aberto para discussão, trazendo junto uma nova relação entre pós-graduação e os/as estudantes de graduação. A **Sociologias Plurais** nasce de um sonho e apresenta neste primeiro número a concretude de um trabalho árduo e em conjunto, que só pode gerar este primeiro fruto com apoio de todos e todas.

Este número especial que lhes apresentamos é um belo trabalho em conjunto entre a nossa revista Sociologias Plurais e o IV Seminário de Sociologia e Política – Pluralidade e Garantia de Direitos humanos no século XXI, no qual os grupos de trabalho optaram por selecionar um artigo para constar nessa edição.

Assim apresentamos a vocês 14 artigos e parabenizamos aos autores e autoras selecionados e agradecemos a todos/as que participaram do IV Seminário e que contribuíram de forma direta ou indireta para este número tornar-se realidade.

Os grupos de trabalho do IV Seminário visavam os mais diversos temas dentro das áreas de Sociologia e Política, trazendo assim a pluralidade que temos como foco de nossa revista, com as sociologias em diálogo com as mais diversas áreas de conhecimento.

Agradecemos em especial a todos os pós-graduandos/as que trabalharam para que essa revista fosse possível. Aos professores/as que endossaram nossa revista e nos incentivaram com os melhores votos de sucesso, sabendo do nosso comprometimento em fazer da Sociologias Plurais uma grande rede de saberes. Agradecemos também ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR pelo apoio e por acreditar no trabalho discente.

A Sociologia para nós é múltipla, rica e cheia de possibilidades, por isso, esperamos que cada um possa apreciar a revista não só do ponto de vista sociológico, mas buscando os mais diversos temas e encontrando os diálogos possíveis.

Este número especial aborda os mais variados temas, trazendo empirias e teorias de formas instigantes, como: raça, cidadania, políticas públicas, gênero, velhice, metodologias de pesquisa, instituições policiais, movimentos sociais, esportes, democracia, juventude, periferia, militância, economia, mercado, trabalho.

Esperamos que apreciem este número de estreia,  
Comissão Editorial Executiva **Sociologias Plurais**.



IV SEMINÁRIO NACIONAL  
**SOCIOLOGIA  
& POLÍTICA**

“PLURALIDADE E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XXI”



## Raça e Cidadania Política no Brasil Oitocentista

HILTON COSTA<sup>1</sup>  
JULIA DE OLIVEIRA RUGGI<sup>2</sup>

### RESUMO

A instituição de uma relação entre raça e cidadania foi algo recorrente no século XIX brasileiro, sobretudo, em seus últimos anos. A construção desta relação por meio de um estudo de caso é o centro da discussão que se propõe. O caso em questão é a obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894) de Raymundo Nina Rodrigues onde é possível localizar a tentativa de uma teoria local de associação entre raça e cidadania. Este texto foi produzido em um momento de intensas alterações da sociedade brasileira. Em fins do século XIX o Brasil passou por algumas alterações, ao menos em termos formais, bastante relevantes. A Reforma Eleitoral de 1881 que consagrou a exclusão da maior parte da população da cidadania política, no que diz respeito ao direito de voto – situação ratificada pela Constituição Republicana de 1891. O fim da Monarquia e a instalação da República em 1889 são eventos igualmente importantes dentro do cenário de mudanças pelas quais passou o Brasil no final dos oitocentos, mas muito possivelmente a alteração mais significativa tenha se dado um ano antes. Em 1888 a escravidão foi extinta no Brasil. Assim, no plano jurídico/legal todas as pessoas seriam formalmente iguais – incluso nos direitos políticos. De modo a desenvolverem-se discussões de como excluir, politicamente, aquelas pessoas recém-integradas. Tais debates passam a vincular a relação entre raça e cidadania. A elite intelectual brasileira dedicou muitas laudas a esta temática. Talvez não seja possível inferir que houve uma teoria, em estrito senso, nesta direção, mas ocorreram algumas tentativas. Uma dela foi desenvolvida por Raymundo Nina Rodrigues na obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* e é a postura desta intelectual que será discutida no presente artigo.

**Palavras-chave:** Raça, Cidadania, Cidadania Política.

O presente artigo procura discutir a instituição de uma relação entre raça e cidadania, que foi algo recorrente no século XIX brasileiro, sobretudo, em seus últimos anos. A observação da construção desta relação se deu por meio de um estudo de caso.

<sup>1</sup> Doutorando em História, UFPR, bolsista do CNPq.

<sup>2</sup> Bacharel em Direito, UNICURITIBA.

O caso em questão é a obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894) de Raymundo Nina Rodrigues de onde é possível localizar a tentativa de uma teoria local de associação entre raça e cidadania. Esta obra foi produzida em um momento de intensas alterações da sociedade brasileira. Em fins do século XIX o Brasil passou por algumas mudanças, ao menos em termos formais, bastante relevantes. No início da década de 1880 ocorreu a modificação do sistema eleitoral com a *Reforma Eleitoral de 1881* que consagrou a exclusão da maior parte da população da cidadania política, no que diz respeito ao direito de voto – situação ratificada pela *Constituição Republicana de 1891*. Nesta década ainda ocorreram o fim da Monarquia e a instalação da República em 1889. Eventos, sem dúvida, da maior relevância para a sociedade brasileira, todavia muito possivelmente a alteração mais significativa tenha se dado um ano antes.

Em 1888 a escravidão foi extinta no Brasil. Assim, no plano jurídico/legal todas as pessoas seriam formalmente iguais – incluso nos direitos políticos. Desta feita, de maneira, por vezes, explícita, de outras, implícita e dissimulada desenvolveram-se discussões de como excluir, politicamente, as pessoas recém-integradas. E tais discussões fizeram em inúmeras ocasiões a relação entre raça e cidadania. A elite intelectual brasileira oitocentista, que em muitos casos se confundia com a elite política, dedicou não poucas laudas a referida temática. Talvez não seja viável afirmar a existência de uma teoria, em sentido estrito, mas é razoável inferir que ocorreram algumas tentativas. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, de Raymundo Nina Rodrigues, é uma delas. E é a postura desta intelectual que será discutida no presente artigo.

## DE 1881 A 1891 – TUDO MUDA NADA SE MODIFICA

A *Constituição de 1824*, outorgada após a proclamação de independência do Brasil, trouxe capítulo específico para tratar das eleições. Segundo seus próprios termos, estariam habilitados para votar “os cidadãos Brasileiros”, excluindo aqueles que fossem menores de 25 anos, os que não tivessem renda de cem mil réis, “criados de servir” e os religiosos. As mulheres e os escravos não estavam incluídos no conceito de cidadão. Também eram considerados eleitores maiores de 21 anos que fossem chefe de família ou



contassem com independência econômica. Os libertos podiam votar, em teoria, contudo e somente na votação em primeiro grau. A eleição em dois graus era outra característica do sistema eleitoral presente à *Constituição de 1824*. Este sistema foi descrito por inúmeras autoras e autores. É possível recorrer a descrições de contemporâneos do sistema como Francisco Belisário Soares de Souza, *Systema Eleitoral no Brazil; Como Funciona, como tem funcionado, como deve ser reformado* (1872), a aquelas consideradas clássicas como as de Manoel Rodrigues Ferreira, *A evolução do sistema eleitoral brasileiro* (2003)<sup>3</sup> e Sérgio Buarque de Holanda, *Do Império a República* (1972), ou ainda as realizadas por José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2001), Jairo Nicolau, *História do Voto no Brasil* (2002) e Maria Emilia Prado *Memorial das Desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil 1870-1902* (2005). Com efeito, recorre-se aqui a realizada por Prado

(...) as eleições se processavam no império através de um sistema indireto: os votantes (todos os que possuíam renda anual superior a 100 réis, entre outros requisitos) elegiam, na primeira fase do processo, aqueles que, por sua vez, seriam os eleitores, e a esses competia, na segunda fase do processo, a escolha dos 'representantes da nação' (os deputados). Até o dia da eleição, nenhum dispositivo legal a indicar os que estavam ou não aptos ao exercício do direito de voto; tal procedimento era tarefa destinada à mesa eleitoral e realizada no dia da eleição. (PRADO, 2001, p 179).

Cabe ainda salientar que para uma pessoa poder ser alistada como eleitora era exigida a renda anual de 100 mil réis. A candidatura a deputação e a senatoria só eram permitidas as pessoas alistadas como eleitoras e detentoras de rendimentos anuais iguais e ou superiores a 400 mil réis e 800 mil réis anuais respectivamente. E vale recordar que durante o Império a Câmara dos Deputados era temporária e o Senado vitalício. José Murilo de Carvalho, na obra *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, citando o historiador Richard Graham, afirma que antes de 1881, votavam em torno de 50% da população adulta masculina (CARVALHO, 2008, p 31). Os números eram altos, principalmente se comparado a países europeus no mesmo período. Isto se deve ao fato de que os analfabetos – que representavam a maioria da população nacional – não eram excluídos do direito ao voto; o limite de renda de cem mil réis era relativamente baixo, não excluindo

<sup>3</sup> Os textos que fazem parte deste livro foram publicados originalmente nos anos 1950 no jornal paulista *A Gazeta* e no periódico *a Boletim Eleitoral*.

a população pobre do sufrágio. Contudo, com a promulgação do *Decreto 3.029 de 1881*, mais conhecido como *Lei Saraiva*, o panorama de eleitores no Brasil mudou drasticamente. Isto porque a *Reforma Eleitoral* impediu o alistamento eleitoral dos analfabetos (art. 8º, inciso II), bem como aumentou a renda anual para duzentos mil réis, trazendo de forma pormenorizada como se daria a comprovação da renda.

Por óbvio, a *Reforma Eleitoral* limitou o número de cidadãos alistáveis, pois apenas 15% da população era alfabetizada. Observa-se que a lei trouxe uma série de outras mudanças, como eliminação dos dois turnos de eleições e da distinção entre eleitores e votantes, mas tratamos aqui das alterações relevantes ao tema discutido. Seguindo a análise de José Murilo de Carvalho, a *Reforma Eleitoral* surgiu como resposta a uma série de anseios dos poderes dominantes, dentre os quais se destacam o encarecimento do voto (muitos eleitores utilizavam seu voto como mercadoria a ser vendida), a grande possibilidade de fraude de uma eleição indireta e “o excesso de participação popular”. Este último ponto era justificado argumentando que a corrupção ocorria pela falta de preparação dos eleitores analfabetos e inconscientes.

Para Murilo de Carvalho: “A proposta de eleição direta para esses políticos tinha como pressuposto o aumento das restrições ao direito do voto. Tratava-se, sobretudo, de reduzir o eleitorado à sua parte mais educada, mais rica e, portanto, mais independente” (CARVALHO, 2008, p 36). Com o fim da Monarquia em 1889 e implantação do regime republicano era de se imaginar alterações destas bases, como, por exemplo, a ampliação de fato da participação política, todavia a proclamação da República bem como sua *Constituição de 1891* não alterou o panorama em relação aos eleitores, mantendo as restrições previstas na *Lei Saraiva*, retirando apenas a questão da comprovação renda, contudo mantendo a proibição do voto aos analfabetos e às mulheres, bem como de religiosos, militares e “mendigos”. Observa-se que a questão do voto dos analfabetos voltou a ser debatida como possibilidade de reforma eleitoral durante o governo do João Goulart, mais precisamente, na concentração popular da central do Brasil, em 13.03.64, em que o então presidente se manifestou favorável ao voto dos analfabetos em duas passagens do seu discurso. Quando diz: “que a todos seja facilitado participar da vida política do país, através do voto, podendo votar e ser votado” e finalizando a fala “(...) lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, e pelo voto do

analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil.” Menos de 20 dias depois, os militares tomam o poder e colocam fim a todas essas possíveis reformas. (<http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>)

De retorno a primeira Constituição republicana do Brasil, 1891, mostra-se importante destacar que estas disposições caminhavam em sentido oposto ao que se observava como tendência em vários lugares do mundo, sobretudo, no ocidente. De fato, após a *Reforma Eleitoral de 1881*, vislumbra-se o seguinte cenário: a elite alfabetizada e com instrução formal votava nela mesma. Realmente, do ponto de vista dos tomadores de decisão, não havia por que esta elite política abrir possibilidade de voto para eventuais eleitores que não teriam a mesma “capacidade de compreensão”. Estas elites intelectuais e políticas, evidentemente, não se viam como o povo, o povo da rua, como assevera José Murilo de Carvalho. (CARVALHO, 2003).

Com efeito, as mudanças ocorridas em fins dos oitocentos brasileiros, a *Reforma Eleitoral de 1881*, a Abolição da escravidão, em 1888, a instalação da República, em 1889 modificaram muito timidamente as estruturas da sociedade brasileira. Dentre aquilo que se alterou é possível destacar a forma como as elites intelectuais e políticas passaram tentar defender as hierarquias sociais – em inúmeros casos recorrendo às posições científicas mais recentes da época, com nítido intuito de preservar o que já se fazia presente. Neste momento, novamente, se faz uso das considerações de Murilo de Carvalho. O autor em questão observou em *Brasil 1870-1914: a força da tradição* (1998) ser este período, 1870-1914, de intensa modernização da sociedade brasileira. Processo esse, evidentemente, marcado por inúmeras alterações. Mas, estas não teriam sido fortes o suficiente para romper de fato com algumas premissas existentes ao país. Para Murilo de Carvalho

Apesar de existir consenso na literatura sobre o avanço da modernidade no Brasil após 1870, a tradição foi suficientemente forte para manter os valores de uma sociedade rural, patriarcal, hierárquica. A modernidade ela mesma assumiu feições que a distinguiam do modelo clássico representado pela experiência anglo-saxônica. (CARVALHO, 1998a p 107).

A modernidade brasileira para o autor em questão teve a capacidade de trazer ao país novidades técnicas – estradas de ferro, eletricidade, telégrafo, por exemplo –, instituições científicas, novas formas de pensar – teorias científicas –, modos de agir.

(CARVALHO, 1998a p119). A economia também se dinamizava, em alguma medida, os primeiros sinais de uma ideia de industrialização surgiam e o trabalho livre passava a ser uma realidade. Entretanto, tais alterações não se mostrariam suficientes para mudar as estruturas da sociedade brasileira. Ou seja, no caso brasileiro as mudanças no mundo do trabalho e na economia não vieram acompanhadas de alterações sociais, de um lado. De outro, as modificações políticas não foram necessariamente resultado de demanda pressão social – popular – em grande escala, talvez a única exceção tenha sido a Abolição. Ademais, a modernização no Brasil foi conduzida de modo bastante conservador, os modernizadores eram marcadamente autoritários e faziam uso retórico da categoria povo. (CARVALHO, 1998a p 121). Esta modernidade conservadora mostrou-se então muito capaz de combinar o que havia de mais novo com o antigo, no intuito de manter sob novas figuras antigos ordenamentos. Ao seguir por este caminho localizou-se em Murilo de Carvalho a seguinte afirmação: “mais que indiferente, a modernidade era alérgica ao povo brasileiro. As teorias racistas, consideradas avanços da ciência difundiam a descrença na capacidade da população negra e mestiça para a civilização.” (CARVALHO, 1998a p 120).

Constata-se, então, partindo de José Murilo de Carvalho que a modernidade brasileira possuiu como dinâmica intrínseca a busca do novo com o objetivo de manter o antigo. Disto advém hipótese a ser exposta sobre como a adesão de parte da elite letrada brasileira ao racismo científico pode ser interpretada como uma forma de olhar para o “novo”, almejando manter o máximo possível do “antigo”. Defender-se-á nas páginas que se seguem que segmentos importantes da elite intelectual brasileira percebiam no futuro, naquilo que havia de mais novo e inovador na ciência da época, uma forma de preservar o passado. A preservação do passado não seria uma ação pela estagnação, pelo congelamento do mundo social, mas sim uma ação dinâmica para a preservação da essência da sociedade, de sua estruturação fundamental. Preservar o passado nesses termos pode e significava aderir ao “novo” e ingressar no futuro.

Sob tais perspectivas o racismo científico era no final do século XIX e início do século XX o que havia de inovador e avançado na ciência. A elite intelectual brasileira, como indicam inúmeros autores e autoras, mantinha forte contato com a produção intelectual européia durante todo o século XIX, porém as doutrinas racialistas só ganham espaço no Brasil em fins do referido século. (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993;

CORRÊA, 2001). Coincidentemente, o racismo científico adentra no mundo letrado brasileiro com fôlego no momento em que a ordem social fundada no escravismo está em vias de ruir. A hipótese aqui defendida para tal coincidência é que isso se deu em função de um desejo de se manter em um novo arranjo social as premissas de distribuição de status do sistema anterior.

Maria Clementina Pereira da Cunha indica de modo bastante incisivo a forma como o discurso biológico, tomado como científico e, portanto, tido como isento de paixões políticas, é utilizado para manter de alguma maneira as hierarquias sociais do escravismo numa sociedade pós-escravista:

A desagregação das relações fundadas no vínculo jurídico entre senhores e escravos era então, no discurso político e em diferentes aspectos da vida diária, colorida pela forma ‘científica’ de ler as desigualdades: novidade confortável, sem dúvida, porque fundada naquilo que a antiga forma de domínio tinha de mais visível. No período, a raça foi, pouco a pouco, sendo incorporada como uma maneira genérica de aglutinar antigas diferenças de etnia, de origem ou de filiações de outro tipo que organizavam a vida social no regime escravista. Naqueles anos como vimos, a noção se encaixava como uma luva aos anseios de ex-senhores angustiados. Flexível, pertencia simultaneamente à natureza e à histórica: biologicamente inferiores e ainda infantilizados, embrutecidos ou corrompidos pelos séculos de servidão, os negros podiam permanecer legitimamente em posição subalterna, sem que isso compromettesse o edifício liberal do abolicionismo e da república. (CUNHA, M. C. P. 2009. p. 18).

A autora apresenta que “a novidade científica” não servia somente para manter as antigas desigualdades, mas também dava a elas um novo caráter: elas seriam insuperáveis, pois seriam naturais às pessoas. Anos antes das considerações de Pereira da Cunha, Mariza Corrêa já afirmava, em *A ilusão da liberdade*, a importância do racismo científico à organização social brasileira de fins do século XIX e início do século XX. Corrêa denota o papel do racismo científico na manutenção de um sistema discriminatório no Brasil. (CORRÊA, 2001). Ou seja, o uso da ciência, a moderna ciência (da época) como um importante mecanismo para a manutenção de um determinado ordenamento social. O racismo científico cumpria o “papel” de uma “legislação” no intuito de preservar o ordenamento social “herdado” do escravismo, no sentido de garantir as melhores posições sociais à população branca. Procurar-se-ia, então, manter a exclusão dos grupos não brancos, em sua maioria, das melhores posições sociais. De modo, a Corrêa afirmar que:

(...) não parece ter sido apenas pela persuasão ideológica, apoiada em relações de favor entre as raças que os negros e seus descendentes foram socialmente

excluídos da participação de vários setores da vida pública brasileira, mas também pela manutenção de uma política autoritária em cuja definição a presença da discriminação não pode ser esquecida. Essa exclusão parece ter sido também o resultado de uma atuação coerente, apoiada por um racismo ‘científico’, que legitimou iniciativas políticas seja no nível nacional – como no caso dos privilégios concedidos à imigração que tiveram como consequência uma entrada maciça de brancos no país – seja em nível regional, como políticas específicas de repressão das atividades religiosas ou culturais dos negros. (...) Se não foi explicitado em leis civis discriminatórias, como a segregação racial norte-americana, o racismo enquanto crença na superioridade de determinada raça e na inferioridade de outras, teve larga vigência entre os nossos intelectuais no período do final do século passado [século XIX] e início deste [século XX], sendo o ponto central de suas análises a respeito de nossa definição como povo e nação. (CORRÊA, Mariza. 2001. p. 43).

Com efeito, tal argumentação permite entrever que o discurso do racismo científico diluído e absorvido pela sociedade brasileira funcionaria como um novo marco à construção de uma visão de mundo, ou melhor, para a manutenção de uma, semelhante à vigente à época da escravidão. Trata-se de uma apropriação intelectual capaz de possibilitar a perpetuação de uma visão de mundo que condiciona tanto as populações brancas quanto as negras de um ordenamento social onde estas e sua descendência deveriam (ou só poderiam) ocupar posições subalternas. (COSTA, H. 2007). Ainda nesta direção é interessante lembrar mais uma observação realizada por Maria Clementina Pereira da Cunha, nela aponta a autora que: “Tampouco era desejável para uma assustada classe senhorial, mesmo sua parte mais ‘esclarecida’, perder o posto e mesmo a velha atitude diante daquela massa de libertos que iam adquirindo rapidamente o estatuto de cidadãos.” (CUNHA, M. C. P. 2009. p. 15).

Neste cenário, o pensamento desenvolvido por Raymundo Nina Rodrigues configura-se bastante elucidativo. Conforme suas posturas: “há impossibilidade material, orgânica, a que os representantes das phases inferiores da evolução social passem bruscamente em uma só geração, sem transição lenta e gradual, ao gráo de cultura mental e social das phases superiores.” (RODRIGUES, 1938 p 70). Esse tipo de orientação colocada em prática nem sempre de modo explícito, como nas palavras de Nina Rodrigues, mas num “jogo de dissimulação” (ALBUQUERQUE, 2009) fez com que a Abolição da escravidão, a instalação da República pouco influísse no cenário da participação política do Brasil. Pois, o pensamento girava em torno de como uma camada menos desenvolvida e tão sujeita a corrupção poderia definir as diretrizes da política brasileira através do voto. Tem-se o cruzamento entre as ideias acerca da raça com a cidadania. Como é sabido, não há uma única definição para cidadania, variando de

acordo com o autor ou país. No entanto, as várias definições, em alguma medida, mencionam a participação política – agora como posicionar isso com a raça, no cenário brasileiro? Para tal, volta-se agora diretamente para a obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894) de Raymundo Nina Rodrigues de onde é possível localizar a tentativa de uma teoria local de associação entre raça e cidadania.

## **NINA RODRIGUES: RACIALISMO E CIDADANIA**

Raymundo Nina Rodrigues nasceu em quatro de dezembro de 1862, iniciou seus estudos em sua cidade natal, completou o curso primário em São Luís, capital do Maranhão, no Colégio de São Paulo, encerrou essa primeira etapa de seus estudos no Seminário das Mercês. Em seguida, rumou para Salvador (BA), em 1882, com o intuito de estudar medicina e o faz até o quinto ano, quando optou pela transferência para o Rio de Janeiro, em 1886, diplomou-se em 1887. Em 1888, retornou ao norte do país, fixando-se na Bahia, na cidade de Salvador, onde passou a lecionar na Faculdade de Medicina, faleceu em 17 de julho de 1906 em Paris, França. (SALES, 1988). Nina Rodrigues possuía formação acadêmica em medicina, contudo ele escreveu sobre outras áreas do conhecimento, como história, antropologia, etnologia, direito. Teve destacada atuação na implantação da medicina legal, bem como na institucionalização do saber médico no país, o que lhe reserva um importante papel neste meio. (CORRÊA, 2001). Porém, possivelmente sua maior contribuição para as letras nacionais tenha ficado reservada a essas outras áreas do conhecimento. O médico maranhense fará uso bastante forte das premissas do racismo científico visando analisar e organizar a sociedade brasileira segundo elas. Um vívido exemplo disto é a obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, publicada originalmente em 1894.

Segue-se aqui a postura de que um texto pode ser mais bem apreendido numa confluência de contextos. Ou seja, num encontro de fatores intelectuais, políticos, militantes. Entende-se que este caminho permita melhor apreensão da obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. A proposta é análoga a de Miguel Rojas Mix para o estudo de obras de arte presente em *El imaginario: civilización y cultura del siglo XXI*. (MIX, 2006). Mix assevera que a melhor interpretação de uma obra arte reside em entender que a mesma só existe numa “encrucijada de contextos: estético, cultural,

político, linguístico.” (MIX, 2006 p 233). Outro autor que serve de parâmetro as reflexões aqui presentes é Jacques Revel. Este autor, na apresentação a coletânea por ele organizada – *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise* – afirma que para este tipo de abordagem, a microanalítica, “o problema (...) não é tanto opor um alto e um baixo, os grandes e os pequenos, e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise (...)” (REVEL, 1998b p 12). Para Revel os

Fenômenos maciços, que estamos habituados a pensar em termos globais, como o crescimento do Estado, a formação da sociedade industrial, podem ser lidos em termos completamente diferentes se tentamos apreendê-los por intermédio das estratégias individuais, das trajetórias biográficas, individuais ou familiares, dos homens que foram postos diante deles. Eles não se tornam por isso menos importantes. Mas são construídos de maneira diferente. (REVEL, Jacques. 1998b p 13)

De formas diferentes tanto Mix quanto Revel chamam a atenção para o mesmo problema: a relação do objeto com o contexto, ou contextos. Com destaque a questão do ponto de partida, pois dependendo de qual contexto, de qual aspecto do contexto se parta tem-se a configuração do objeto de modo diferente. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* de Nina Rodrigues pode ser pensada nesses moldes. Esta obra inseria-se simultaneamente em vários contextos, todos de polêmica. Ela está localizada nos debates acerca da *Constituição de 1891*, da postura em relação à forma (teórica) de Direito a ser adotada pela recém instalada República Brasileira, do tipo de evolucionismo a ser utilizado como matriz teórica à interpretação da realidade do país e ainda do tipo de racismo que pudesse ser melhor à compreensão da realidade brasileira.

A instalação do regime republicano no Brasil e a seguinte elaboração de uma nova *Constituição* para o país gerou, como era de se esperar, certo debate, especialmente entre as elites, sejam elas econômicas, políticas ou letradas. Parêntesis, no caso brasileiro neste período era recorrente a coincidência de uma mesma pessoa fazer parte dos três tipos de elites. Nina Rodrigues se inseriu neste debate como parte, pode-se afirmar, da elite letrada. No seio dessas elites era considerável o número de letrados que esperavam com a chegada da República ter um espaço maior na “organização” ou “reorganização” do país. Os estudos realizados sobre Euclides da Cunha são significativos nesta direção. Os intelectuais, em número significativo, almejavam uma nova organização do país com bases mais “científicas”. (CARVALHO, 1987; SEVCENKO,



1983). Entretanto, eles não tiveram este espaço ou não tiveram na proporção em que esperavam. Porém, isso é ver o resultado do processo. No momento em que Nina Rodrigues escreve os intelectuais ainda estão na disputa por este espaço de intervenção. A obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* é uma tentativa de reelaborar (intervir) o Código Penal Brasileiro. Diz ele sobre a sua obra

(...) este opúsculo não póde pretender mais do que elle realmente é: simples ensaio de psychologia criminal brasileira, destinado a ser profundamente – retocado. De todos os seus defeitos, no me limitarei a tentar a justificação do mais saliente, aliás talvez o menos importantes delles – o abuso e a extensão das citações –, pela necessidade de apoiar a contradicta offerecida a doutrinas correntes e opiniões de mestres justamente reputados as primeiras autoridades na matéria. (RODRIGUES, 1938 p 40)

Não obstante Nina Rodrigues não esteja discutindo propriamente cidadania nos escritos aqui analisados, é possível identificar a questão de modo subjacente as suas argumentações centrais. Ao discutir o código penal, permite entrever algumas concepções acerca da cidadania. Assim, em sua discussão sobre o código, posiciona-se primeiramente contrário a forma de Direito adotada pela República do Brasil, diz ele que

A legislação penal brasileira, seja no novo codigo da republica, seja no antigo codigo do império, tomou por base o presupposto espiritualista do livre arbitrio para critério da responsabilidade penal. Nisso não fez mais que trilhar a doutrina penal corrente em todos os povos civilizados á européa, reproduzida ainda recentemente no tão debatido codigo penal italiano. Naturalmente esta doutrina é adoptada em toda sua plenitude e aceita em todas as suas conseqüências pelos partidários da metaphysica espiritualista. Como tal, ella não exigiria aqui outra refutação além da que, de direito exposto das lições anteriores. (RODRIGUES, 1938 p 73-74)

A crítica àquilo que Nina Rodrigues entende como um Direito metafísico estrutura-se, evidentemente, com base em suas opções teóricas: o cientificismo, o evolucionismo, o racialismo. O Direito, por ele denominado metafísico, postularia que todas as pessoas teriam as mesmas capacidades de entendimento da realidade social. As capacidades de entendimento bem desenvolvidas eram resultados de um processo acumulativo marcado pela transmissão hereditária das mesmas. E tal transmissão seria tanto um processo social, cultural quanto biológico, ou seja, ele defende a transmissão biológica de caracteres culturais.

A desigualdade na distribuição dos dotes intellectuaes, – modo mundo sabe –, é facto totalmente involuntario. Por falta de intelligencia nunca foram responsabilisadas as pessoas que são delas destituídas, muito embora estas não possam pretender a estima em que são tidos os homens de intelligencia superior.

Se, por conseguinte, apesar de tudo, insiste a escola clássica em distinguir entre menor letrado e menor illetrado, não se compreende que a mesma distinção deixe de existir no adulto entre a responsabilidade do homem inteligente e instruído e a do homem sem inteligência ou inculto. E quando, como no nosso país, essa desigualdade mental é a consequência da desigualdade antropológica e sociológica das raças que compõem uma população, ela que é orgânica, involuntária e pouco modificável, exige, como já demonstrei, uma atenuação ou dirimissão da responsabilidade penal, incompatível com a manutenção da civilização superior que nessa população se queira fazer vingar. (RODRIGUES, 1938 p 241-242)

O autor afirma ainda que “o estudo das raças inferiores tem fornecido à ciência exemplos bem observados dessa incapacidade orgânica, cerebral.” (RODRIGUES, 1938 p 51). É neste momento que as posições evolucionistas de Nina Rodrigues levam-no a defender ser isso: a igualdade de todas as pessoas em termos de capacidades de entendimento, de capacidades intelectuais é um absurdo. Para sustentar a argumentação ele mobiliza o referencial teórico cientificamente validado à época – as teorias evolucionistas, o racismo científico, a criminologia italiana e francesa. Sua argumentação defende que as diferentes raças que compunham o Brasil estariam em diferentes estágios da evolução mental, em assim sendo, seria um equívoco tratá-las de modo igual.

## **CIDADANIA TUTELADA**

A cidadania, num chavão da contemporaneidade, é, entre outras definições, um conjunto de direitos e deveres. Evidentemente, esta é uma definição simplista, porém ela é útil para o melhor entendimento do argumento que se segue. Para o desenvolvimento de tal argumento as considerações de José Murilo de Carvalho se mostram bastante úteis. Carvalho parte da posição de T. H. Marshall para construir sua concepção de cidadania. Marshall postula que a cidadania se compõe da aquisição por parte dos indivíduos de três conjuntos de direitos: os civis, os políticos e os sociais. (MARSHALL, T. H.. 1967 p 57-114). Carvalho concorda com o modelo, em grande medida, e o adapta a interpretação da realidade brasileira, notando as especificidades locais, de modo a conceber um modelo onde vários tipos de cidadania conviviam simultaneamente. (CARVALHO, 2008). A possibilidade da existência de cidadanias e não de cidadania para o Brasil dos oitocentos e do início dos novecentos parece bastante aceitável. Acredita-se aqui que este tipo de percepção da cidadania, em termos, múltiplos e multifacetados foi o decisivo a Hebe Mattos poder verificar a existência de cidadania durante o regime

escravocrata. A *Constituição de 1824* apresentava a figura da cidadania, todavia, era ambígua no que diz respeito a definir quem poderia dela usufruir com plenitude. (MATTOS, 2004 p 20-21.). Assim, libertos alforriados, negros/as livres, indígenas e estrangeiros/as naturalizados/as tinham acesso a uma cidadania “limitada”.

Com efeito, o entendimento da possibilidade a existência de cidadanias é que dá sentido a argumentação de Nina Rodrigues e de alguns de seus contemporâneos. Em grande medida, defendiam uma noção de cidadania que não se preocupa em garantir a igualdade entre todas as pessoas. A cidadania universal na qual todas as pessoas teriam os mesmos direitos e deveres não era exatamente a noção de cidadania de Nina Rodrigues e de alguns de seus pares. O parâmetro para o estabelecimento das diferenciações viria das teorias evolucionistas e do racismo científico. Em outras palavras, a verificação das fontes induz a uma posição discordante daquela apresentada, por exemplo, por Décio Saes.

Saes defende só poder existir cidadania quando há igualdade jurídica entre todas as pessoas, assim a cidadania seria uma figura de Direito e no Direito, que só teria validade quando generalizada para toda a sociedade. (SAES, Décio. 2000; 2001). A possibilidade de cidadania sem igualdade jurídica entre todas as pessoas, existente, em grande medida, no período pré-abolição é o que aparece no texto de Nina Rodrigues aqui observado, ele pensava uma figura de Direito e no Direito para, justamente, garantir um tipo de desigualdade jurídica. No artigo *A questão da evolução da cidadania política no Brasil* afirma que:

O ponto de partida para a instauração da cidadania, civil e política, no Brasil é a Revolução política burguesa, que, entre 1888 (Abolição da escravidão) e 1891 (proclamação da Constituição republicana), subverteu o sistema jurídico, instaurando a forma-sujeito de direito em sua versão elementar (o que significa o reconhecimento estatal de todos os agentes da produção, independentemente de sua posição na estrutura econômica – proprietário dos meios de produção, trabalhador – como sujeitos individuais de direitos). Seria inviável a concretização da cidadania, civil ou política, na sociedade escravista imperial, dada a total incompatibilidade da forma-sujeito de direito com qualquer modo de produção escravista, antigo ou moderno. (SAES, Décio. 2001 p. 391).

Desta feita, Saes praticamente descarta a possibilidade da existência de cidadania com escravidão, para o caso brasileiro do século XIX, todavia a verificação das cidadanias aqui mobilizadas remete para outra situação. Em sendo a cidadania um conjunto de direitos e deveres, ser alijado tanto de uns quanto de outros pode

desenvolver situações específicas, como, por exemplo, a presença de grupos sem cidadania ou de grupos com uma cidadania diferenciada. É de se crer, através da leitura de *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, que Nina Rodrigues seja partidário da segunda aceção. Pois, para ele, a imputabilidade penal deveria ser aplicada conforme critérios do racismo, do evolucionismo do século XIX. Seu entendimento era de que o Brasil estaria composto de diferentes raças, em diferentes estágios de evolução, logo o código penal deveria estar de acordo com esta “verdade científica”.

Tal percepção das pessoas que compunham a sociedade brasileira leva Nina Rodrigues a deixar transparecer uma posição – parte do povo brasileiro deveria receber algo semelhante a tutela. Apesar de não colocar tal posição nestes termos ele defende que “(...) o exame que tenho feito me autoriza plenamente, parece, a concluir que os negros e índios, de todo irresponsáveis em estado selvagem, têm direitos incontestáveis a uma responsabilidade atenuada.” (RODRIGUES, 1938 p 169).

Ainda nesta direção ao discutir a questão da imputabilidade nos índios e de seus descendentes mestiços em certo debate com José Veríssimo e com Couto de Magalhães, Nina Rodrigues conclui:

Ora, como estes estados psychicos dominam os crimes contra pessoas, tanto quanto os crimes contra a propriedade, é intuitivo que por defeito de organização, por insufficiencia e desarmonia do desenvolvimento physio-psychologico, não só o índio e o negro, mas ainda seus mestiços devem ser menos responsáveis do que os brancos civilizados.

Falta-lhes a consciência plena do direito de propriedade. E a consciência do direito é momento capital, elemento constitutivo da qualificação de criminalidade (Berner, Tobias Barreto). (RODRIGUES, 1938 p 190-191)

Com efeito, com a ausência de imputabilidade ou com a imputabilidade reduzida de grupos numericamente significativos da população brasileira – qual opção resta? A tutela parece ser a mais plausível e isso remeteria a criação de cidadanias diferenciadas. Raymundo Nina Rodrigues não fala ao longo de *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, a não ser por meio de uma citação, de cidadania. Entretanto, em sua discussão acerca da imputabilidade penal é possível verificar algumas de suas posições sobre a cidadania. A participação de uma pessoa dentro de um sistema republicano denota simultaneamente possibilidades de atuação e cerceamento, assim a imputabilidade penal é relevante a este tipo de organização da sociedade. A

responsabilização de uma pessoa por seus atos é um princípio relevante a uma República, pois a isenção por este ou aquele motivo depõe contra a igualdade de direito e deveres entre as pessoas. Ao propor um Código Penal pautado nos critérios do racismo científico, o médico maranhense abre a possibilidade de entrever sua visão da sociedade brasileira: dado a sua composição racial, grupos em diferentes estágios de evolução, uma cidadania completa e plena era inviável. De modo a surgir, implicitamente, a idéia de que certos grupos deveriam ser tutelados. Assim, isso garantiria aos grupos que já detinham as melhores posições sociais a manutenção das mesmas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil do final do século XIX sofreu grandes mudanças de cunho social e político – Reforma Eleitoral (1881), a Abolição da escravidão (1888) e a instalação da República (1889) – contudo, não houve impactos reais na estrutura da sociedade. Isto porque, as elites foram capazes de manter a grande maioria da população fora do âmbito de decisões políticas. A *Reforma Eleitoral de 1881* excluiu os analfabetos do alistamento eleitoral, diminuindo drasticamente o número de votantes. O discurso da época era no sentido de que a população mais pobre e os iletrados estavam mais sujeitos à corrupção e à fraude. Então, a idéia era deixar as decisões políticas para quem tinha educação suficiente e aptidão de decidir com independência, significa dizer, os analfabetos e mais pobres eram considerados incapazes de ajudar a decidir os rumos políticos do Brasil.

Escrita durante este período de transição republicana, a obra de Nina Rodrigues buscava corroborar que as diferentes raças se encontravam em patamares de evolução desiguais, propondo a redação de um novo código penal baseado no evolucionismo ou racialismo. Segundo sua teoria, determinadas características culturais seriam transmissíveis de forma hereditária. Baseado nisso, pregava que certas raças seriam inferiores e com capacidade de compreensão mais limitada, não podendo haver a mesma punição para pessoas com discernimento diferenciado. Como foi abordado a obra de Nina Rodrigues era voltada para a imputabilidade penal, contudo ao tentar caracterizar a falta de entendimento de ilícitos penais, e, para além disso, a edição de leis diferenciadas de acordo com a raça, o autor apresenta uma “justificativa científica” para a existência de direitos e deveres desiguais dentro de uma mesma sociedade.

Assim, apesar de não trabalhar com o conceito de cidadania e suas implicações, Nina Rodrigues acaba embasando o discurso da existência de uma “cidadania limitada”. Determinadas pessoas com entendimento reduzido não poderiam ser tratadas da mesma forma de quem detém compreensão total. Essas pessoas deviam ser protegidas, da mesma forma como os analfabetos deviam ser protegidos das próprias escolhas tão sujeitas à corrupção. Daí, sugerimos a figura da tutela como forma de sintetizar este pensamento. Tutela para pessoas que não podem tomar decisões de forma independente, para pessoas que não sabem cuidar de si próprias.

E este era o pensamento defendido, de modo geral, pelas elites políticas brasileiras no final do século XIX: a cidadania em seu conceito amplo, com participação nas decisões do Estado, não era direito de toda a população. E sim, exercício apenas de quem detinha condições para compreender e decidir os rumos do Estado. Aos demais - incapazes de decidir sozinhos – cabia a tutela das elites.

## REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, José. (2005). Indo a Nina Rodrigues: as “premissas” de As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil In: **Revista Pós Ciências Sociais**. v.2 n.4 São Luis/MA . Disponível em [http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=178&catid=5&Itemid=114](http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=178&catid=5&Itemid=114) acesso em 02/09/2012.

BOMFIM, Manoel. (1993). **América Latina males de origem**. 4.<sup>a</sup> ed.. Rio de Janeiro: Topbooks.

CARELLI, Mário. (1994). **Culturas Cruzadas**: intercâmbios culturais entre França. Campinas: Papyrus.

CARVALHO, José Murilo de. (1987). **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo : Cia. das Letras.

\_\_\_\_\_. (1990). **A formação das almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo : Cia. das Letras.

\_\_\_\_\_. (1998a). **Brasil 1870-1914**: a força da tradição. In: Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte : Ed. da UFMG. p 107-129.

\_\_\_\_\_. (1998b). **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte : Ed. da UFMG.

\_\_\_\_\_. (2003). Os três povos da República In: **Revista da USP**, São Paulo, n.º 59 p 96-115, setembro/novembro.

\_\_\_\_\_. (2008). **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 10.<sup>a</sup> ed.. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (2008) **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: política imperial. 4.<sup>a</sup> ed.. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.

CORRÊA, Mariza. (2001). **As ilusões da liberdade**: A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 2.<sup>a</sup>. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco.

\_\_\_\_\_. (2005-2006). Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”. In: **REVISTA USP**, São Paulo, n.68, p. 130-139, dezembro/fevereiro 2005-2006

COSTA, HILTON. (2009). **O PARASITISMO COMO HERANÇA: O CONCEITO DE HEREDITARIEDADE SOCIAL EM MANOEL BOMFIM**. MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APRESENTADA NO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SETOR DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. CURITIBA.

\_\_\_\_\_. (2007). **Hierarquias brasileiras**: a abolição da escravatura e as teorias do racismo científico. Comunicação apresentada no III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional: Florianópolis.

\_\_\_\_\_. (2004). **Horizontes Raciais**: A idéia de raça no pensamento social brasileiro. 1880-1930. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

COSTA, João Cruz. (1967). **Contribuição à história das idéias no Brasil**. 2.<sup>a</sup> Ed.. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. (2009). “Cousas futuras”: a previsão da cabocla do morro do castelo sobre os gêmeos que começaram a brigar no ventre. In: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. (2009). **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras.

DUARTE, Evandro C. P. (2002). **Racismo & Criminologia**: Introdução à criminologia Brasileira. 1.<sup>a</sup> ed. Curitiba: Juruá.

DUMONT, Louis. (1997). **Homo Hierarchicus**: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo : Edusp.

FREITAS, Marco Cezar de. (1999). **Da micro-história à história das idéias**. São Paulo : Cortez:USF-IFAN.

FREYRE, Gilberto. (1981). **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 21.<sup>a</sup> ed.. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora.

MACIEL, Maria Eunice de S. A. (1999). Eugenia no Brasil. In: **Anos 90**. Rev. do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Porto Alegre, nº.11. jul. p.121-143.

MARSHALL, T. H..(1967). **Cidadania, Classe e Status**. Rio de Janeiro : Zahar Editores.

MATTOS, Hebe Maria. (2004). **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. 2.<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor.

MIX, Miguel Rojas. (2006). **El imaginario**: civilización y cultura del siglo XXI. Buenos Aires : Prometeo Libros.

REVEL, Jacques. (org.) (1998 a). **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas.

\_\_\_\_\_. (1998 b) Apresentação. In: **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas. p. 7-14.



\_\_\_\_\_. (1998 c) Microanálise e construção do social. In: **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas. p. 15-38.

RODRIGUES, Raymundo Nina. (1988). **Os africanos no Brasil**. 7.<sup>a</sup> ed.. São Paulo : Editora Nacional ; Brasília : Ed. da Universidade de Brasília.

\_\_\_\_\_. (1938). **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3.<sup>a</sup> ed.. São Paulo : Cia. Editora Nacional.

ROMERO, Silvio. (2001). **História da Literatura**, tomo I. org. de Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro : Imago Ed.; Aracaju, SE ; Universidade Federal de Sergipe, 2001. 596p. Edição Comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Silvio Romero.

SAES, Décio Azevedo Marques de. (2001). A questão da evolução da cidadania política no Brasil. **Estudos Avançados**. Vol. 15, n.º 42, São Paulo, maio/agosto.

\_\_\_\_\_. (2000). **Cidadania e capitalismo** (uma abordagem teórica), Coleção Documentos/ Série Especial, n.º 8, Instituto de Estudos Avançados da USP, abril. (disponível em [www.iea.usp/artigos](http://www.iea.usp/artigos))

SALES, Fernando. Notas bibliográficas de Nina Rodrigues. (1988). In: RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 7.<sup>a</sup> Ed.. São Paulo : Editora Nacional; Brasília : Editora da Universidade de Brasília. p. 277-278.

SANTOS, Sales Augusto dos. (1997). Falta de mão-de-obra habilidades técnicas ou origem racial? Fatores que condicionam a imigração de europeus para o Estado de São Paulo. In: **Pós: Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**. Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação dos Departamento de Sociologia, Departamento de Antropologia e Centro de Pesquisa Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe da Universidade de Brasília. Vol.I, nº.1. p.37-73.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (1993). **O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras.

SKIDMORE, Thomas E.. (1976). **Preto no Branco**. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro : Paz e Terra.

## Gênero e Paradiplomacia: O caso da Unidade Temática de Gênero das Mercocidades

LEONARDO MERCHER<sup>4</sup>  
SABRINA VILLENAVE<sup>5</sup>

### RESUMO

O objetivo central deste artigo é mostrar que a questão de gênero, levantada no cenário internacional nas últimas duas décadas pelo movimento subnacional, transpassa a visão tradicional das relações internacionais. Através de um movimento transnacional, as cidades vêm elaborando políticas públicas e iniciativas em um espaço internacional de representação dos movimentos e preocupações de gênero. A metodologia aqui aplicada consiste em analisar o conteúdo dos documentos produzidos e disponibilizados, de 2000 até 2011, pela Unidade Temática de Gênero e Município da Rede Municipal de Mercocidades, de forma a identificar as atuais políticas internacionais, bem como estabelecer uma relação entre a representação feminina e a atuação transnacional dos governos locais. A base teórica apoia-se no efeito bumerangue construtivista, elaborado por Martha Finnemore e Kathryn Sikkink, que buscam explicar a atuação transnacional dos novos atores internacionais, bem como dos estudos feministas de Marisa Zalewski, Cynthia Enloe, Christine Sylvester e Spike Peterson que norteiam a pesquisa qualitativa sobre a representação e ação de gênero na documentação analisada. As análises demonstraram que a cooperação descentralizada das cidades não apenas ampliou o número de atores porta-vozes dessa temática nas relações internacionais, como também contribuíram para construir definições sobre a questão de gênero no Cone Sul-Americano.

**Palavras-chave:** Gênero. Cidades. Mercocidades.

### INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos as relações internacionais foram ampliadas tanto em termos de agendas como de agentes. Suas dinâmicas e processos se alteraram

<sup>4</sup> Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná na linha de Organizações Internacionais. Contato: lmercher@uol.com.br.

<sup>5</sup> Mestre em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Instituto de Ciência Política de Paris (Science-Po). Contato: sabrinavilleneuve@yahoo.com.br.

significativamente com a abertura de novas frentes teóricas que buscavam explicar a realidade e incluir desafios comuns a outras ciências. Nos anos 1990 gênero e cidades passam a configurar temas contemporâneos de prática e atuação, tanto pelos atores tradicionais (Estado) como pelas novas organizações, como por exemplo aquelas erguidas como resultado da ação coletiva de atores subnacionais, assistidas na Unidade Temática de Gênero e Município das Mercocidades (UTGEM) criada em 1999 na cidade de Belo Horizonte. Na medida em que analistas vão além dos estudos mais tradicionais das relações internacionais (Estados e suas dinâmicas), o movimento subnacional exercido pelas cidades passa a se relacionar com os atuais desafios de gênero expostos no cenário internacional.

Questões como igualdade de direitos sociais ou dos crimes de gênero – como a violência e a exploração sexual – saem da esfera das políticas de Estado e chegam aos debates e práticas transnacionais por meio desses novos atores subnacionais. Como exemplo, pode-se citar o combate ao tráfico de mulheres que mobilizou vários atores internacionais, desde Estados até as relações interorganizacionais, como exercida pela UNIFEM (Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres e que, em 2 de julho de 2010 se denominou oficialmente ONU Mulheres) com a UTGEM que buscam sua prevenção. Na esfera das cidades sul-americanas um dos espaços para se debater e tomar medidas diante dos desafios colocados pelo debate sobre gênero é a UTGEM, uma unidade temática da Rede Municipal de Mercocidades.

A evolução dos movimentos feministas, cujas origens se remetem à Segunda Revolução Industrial (segunda metade do século XIX), passando pela Revolução Sexual (ou Liberação Sexual nos anos 1960 e 1970) após avanços biotecnológicos (anticoncepcional) e sociais (autonomia civil e igualdade de direitos, como o político de eleger e ser eleitas) em boa parte do ocidente, inseriu questões sobre a própria forma de se produzir conhecimento científico sobre a divisão de papel dentro das sociedades e a estruturação das dinâmicas internacionais. Dos anos 1980 até os anos 2000 um número cada vez maior de mulheres passaram a ascender nas relações internacionais, como a Primeira-Ministra Margaret Thatcher (1979-1990) do Reino Unido e também através de atores tidos como “livres de soberania” (ROSENAU, 1990, p.36), como no caso da Martha Suplicy na presidência da Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) em 2004.

Essa ascensão de mulheres contribuiu para que novos interesses de análises entre gênero e poder fossem trabalhados na virada do século XX ao XXI:

A partir de meados do século passado face à descrença com os progressos da ciência e do pensamento racional e objetivo, um novo paradigma, foi se constituindo: os chamados estudos pós-estruturalistas ou pós-modernos que realçam a subjetividade dos sujeitos e da linguagem, a impossibilidade da neutralidade científica; a importância dos estudos qualitativos e dos fenômenos particulares; negam as leis gerais de explicação dos fenômenos; apontam para a instabilidade dos conceitos e categorias etc. O estudo de gênero assentado neste novo paradigma teórico tem possibilitado às feministas acadêmicas encontrarem uma voz teórica própria; como também aliados acadêmicos e políticos (CONCEIÇÃO, 2009, p.744).

Tanto essa ascensão do debate sobre questões de gênero na academia como nas posições de tomada de poder fortalecem a ideia proposta aqui de sensibilização pela representação, ou seja, quanto maior a participação de mulheres nas tomadas de decisão maior é a sensibilização de suas próprias questões que passam a se manter dentro das agendas internacionais propostas por organizações como na presença da UTGEM na Rede de Mercocidades ou até mesmo da UNIFEM na ONU. Com a expansão dos novos meios midiáticos de notícias também é intensificada a sensibilidade de gênero ao ampliar o contato entre o feminino na tomada de decisões junto às denúncias de violência e desigualdade de gênero, como o generocídio<sup>6</sup> (VILLENAVE, 2010) praticado nos conflitos da Bósnia que mobilizaram a opinião pública e atores internacionais diversos.

Para além de debates teóricos feministas sobre o poder e gênero na estruturação das relações internacionais, a preocupação com os direitos reais da mulher marcaram presença na agenda internacional de diversos atores que promovem práticas que hoje podem ser analisadas e interpretadas como na proposta desse artigo. Busca-se, aqui, ilustrar o princípio da sensibilização pela representação<sup>7</sup> de acordo com a análise de conteúdo da documentação da Unidade Temática de Gênero e Município da Rede Municipal de Mercocidades (UTGEM), de 2000 até 2012. A partir dessa relação soma-se

---

<sup>6</sup> Genocídio e violências direcionados ao gênero praticado, sobretudo, em conflitos culturais e belicosos ou em Estados autoritários.

<sup>7</sup> Dentre a instrumentalização das teorias feministas destaca-se a sensibilização do tema por iguais, ou seja, a melhor recepção das questões de gênero – como a violência – pelas mulheres que exercem, de alguma forma, um poder dentro da estrutura ainda disponibilizada pelo masculino.

à análise o efeito bumerangue construtivista que permite compreender o porquê da defesa dessas questões de gênero através de atores subnacionais.

Em paralelo ao desenvolvimento das questões de gênero nas relações internacionais as cidades foram tecendo suas redes de cooperação descentralizada (sem a participação de seus governos centrais/nacionais) abrangendo as mais diversas agendas de ação especializada, como a UTGEM das Mercocidades criada em 1999. A UTGEM, de 2000 até 2012, produziu ações e práticas que construíram na região um conceito de 'prática de gênero' baseado em dois eixos gerais: igualdade e segurança de gênero. A prática de gênero seria a própria percepção prática das cidades sobre o que seria o necessário a se fazer nas políticas voltadas ao gênero. Portanto, através da leitura documental disponibilizada pela UTGEM pode-se definir como as questões de gênero são compreendidas no Cone Sul pelas cidades-membros e como se dá essa prática de políticas transnacionais.

Os dados coletados da análise de conteúdo dos documentos disponibilizados pela UTGEM, de 2000 até 2012, possibilitam a identificação – através da prática que constrói os conceitos – o entendimento desses novos atores diante da temática, bem como a identificação de suas dificuldades e dos processos de transnacionalização do tema através do espaço de uma organização subnacional. A documentação permite com que ambos, gênero e cidades, sejam analisados de forma conjunta. Para tanto se segue por uma interseção entre algumas vertentes das teorias feministas e o construtivismo, sobretudo pelas obras de Spike Peterson (1992) e Martha Finnemore (1998). O objetivo central desse trabalho é o de possibilitar uma leitura onde as questões atuais de gênero sejam compreendidas como resultados de uma nova construção das práticas de gênero por meio dos discursos das cidades atuantes na UTGEM e das iniciativas tomadas para a garantia desses dois eixos temáticos: igualdade e segurança.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS FEMINISTAS SOBRE GÊNERO**

A incorporação do debate de gênero nas relações internacionais foi tardia, mas inevitável. Como destaca Nizar Messari e João Nogueira (2005, p.223), a partir de eventos dramáticos como o estupro em massa de mulheres durante os conflitos de caráter étnico que impactaram a década de 90 na Ex- Iugoslávia e em Ruanda, tornou-se

inevitável a incorporação desta categoria de análise, principalmente no tocante à temática de segurança, conflitos e guerras. Nos anos 1990 Marisa Zalewski e Cynthia Enloe chamaram a atenção para a dimensão de gênero em contextos de segurança internacional. A contribuição das autoras foi fundamental para se pensar gênero e relações internacionais, sobretudo quando ressaltaram a importância das diferenças de identidade masculina e feminina. Outra contribuição importante das autoras foi a defesa do entendimento que o ocidente invoca por meio da identidade masculina nos treinamentos militares, nas estratégias de defesa nacional e nos discursos de liderança de dirigentes políticos (ZALEWSKI; ENLOE, 1995, p.224).

A utilização de uma identidade masculina como base de estruturação política e social seria resultado do próprio desenvolvimento das civilizações ocidentais baseadas na estrutura patriarcal, onde houve pouca variação em relação à participação da mulher na política interna e estrangeira. Essa estrutura sócio-política acabou por dificultar, por muito tempo, a participação feminina na direção de atores internacionais (Estados e organizações) e na elaboração das agendas internacionais. Deve-se lembrar que estudos de gênero sempre acabam por esbarrar na organização sócio-política patriarcal onde a mulher muitas vezes fora direcionada a ocupar o segundo plano na história política. A importância da masculinidade, como identidade de comportamento na política determinou a prática e os discursos nas estratégias de defesa nacional dos dirigentes políticos, (NOGUEIRA, 2005, p.224) tornando-se um elo entre como se pensa e como se age na elaboração e execução das agendas internacionais.

A partir destas questões foi possível trazer os novos conceitos em torno do tema de gênero que enriqueceram a disciplina nos últimos vinte anos. Um exemplo disso seria a discussão em torno da construção das identidades e do lugar que a mulher ocupa em determinadas sociedades. Spike Peterson (1992, p.38) afirma que desde Aristóteles até a história contemporânea, o âmbito público era onde o homem alcançaria seus maiores bens e que a ação política se distinguiria profundamente do âmbito privado, onde as mulheres e crianças estavam circunscritos às atividades de produção e reprodução do que era condição para a existência desse mesmo público. O Estado moderno, que se consolidou também pela necessidade de expansão comercial e pela capacidade militar de sobreviver diante das ameaças externas e incertezas internas, continuou excluindo a mulher de sua estruturação tanto interna quanto internacional.

Peterson (1992, p.34-35) coloca que a própria criação e organização do Estado ocorreram de forma patriarcal. Sociedades comunitárias, baseadas em famílias, não distinguem o doméstico do público. A partir da construção do Estado moderno e a dissociação entre o privado e o público, as unidades de produção deste Estado melhor se organizaram de forma a mobilizar o trabalho, a extração de recursos e a regulação da propriedade – incluindo as mulheres, e controle legal. Nessa nova organização a mulher perdeu o controle sobre a propriedade, passando a ser apenas transmissora da propriedade e a ser propriedade ela mesma. O estabelecimento de unidades mais individuais e centradas na família e não em comunidades deixaram as mulheres mais vulneráveis e mais dependentes de pais, maridos e do Estado. A identidade da mulher deixou de estar relacionada à “irmã”, como igualdade de gênero, e passou a apresentar categorias de dependência como “filha” ou “esposa” (PETERSON, 1992, p.35).

Com a emergência da propriedade privada e cidadania a própria sexualidade passa a ser foco de controle estatal. Por exemplo, o crime de adultério passa a ser um crime contra o Estado ao ser punido publicamente (PETERSON, 1992, p.35). Essas transformações ocorreram em diversos âmbitos chegando até a religião, onde aos poucos foram diminuindo as reverências à divindades femininas e cultos à fertilidade, em detrimento de uma filosofia masculina que privilegiou categorias também masculinas, como a razão no século XVIII, que, nas palavras de Thomas Leonard e Denis Diderot tornaram a mulher como “governada por seu útero” (BADINTER, 1991, p.8) e, portanto, sem autonomia plena como a identidade masculina exigia de seus adeptos.

Já na esfera política internacional, como reflexo da organização de papéis das sociedades, o masculino foi exaltado e o feminino deixado em segundo plano na estruturação dos cenários internacionais que se sobrepunham ao longo da história, sobretudo por ser um reflexo da construção presente no próprio Estado Moderno. O Estado Moderno projetou as relações desequilibradas de gênero entre homens e mulheres, para o ambiente internacional. Mais uma vez ressalta-se que identidade de gênero, como a masculina, não é determinada pelo sexo do indivíduo, mas pelo comportamento esperado à aceitação social de práticas políticas, por exemplo. O Estado, além de regulador das capacidades produtivas e reprodutivas das mulheres internamente, rejeita o feminino no internacional, ressaltando a ideia de sobrevivência, competitividade, poder e segurança que já vinham desde Tucídides (ca. 400 a.C.) na Grécia Antiga.

A própria produção intelectual tradicional, de se compreender as relações internacionais, sempre refutou valores e interpretações femininos, sobretudo quando se compartilha da ideia de que as principais preocupações externas, como a segurança, sejam inerentes à identidade masculina. Segundo Christine Sylvester, ainda hoje, “apesar da ampla dominação masculina, seja em termos de presença seja em termos de temas, a disciplina de Relações Internacionais nega ter algo a ver com a questão de gênero” (MESSARI, NOGUEIRA, 2005, p.225). Essa negação poderia ser respondida tanto por uma visão crítica da concorrência existente entre as demais teorias, como também pela incapacidade de se reconhecer que o sistema internacional, bem como as demais teorias, é resultado da consolidação dessa identidade masculina que ultrapassa as práticas internas do Estado e se refletem no sistema internacional e nas agendas das relações internacionais.

A masculinização do político e, conseqüentemente, sua valorização em oposição à feminilização da paz e da tolerância às diferenças, levaram as mulheres à invisibilidade na atuação no âmbito público e nas relações internacionais. A identidade de cidadão, construída através desse sistema de direitos e obrigações inseridas na territorialidade do Estado, distingue então o que é masculino/feminino como uma condição dual e excludente. Nesse sentido, não existem diferenças entre um homem e uma mulher – sob o ponto de vista do que são, mas o significado social que é dado ao homem e à mulher trazem consigo conseqüências políticas e sociais importantes ainda nos dias de hoje nas sociedades.

Da mesma forma, “étnico” não é uma categoria de significado que se construa por si mesma, da mesma forma o “gênero”. Assim, o Estado Moderno monopoliza o entendimento sobre como sua população deve se organizar politicamente, como a identidade política também é constituída e onde os limites da comunidade política estão desenhados (Peterson, 1992, p.31). Enquanto o Estado não é necessariamente a maior expressão de autodeterminação étnica de maneira naturalizadas, em espaços mais homogêneos, maiorias étnicas claramente gozam de uma posição de poder no sentido de controlar ou privilegiar sua própria cultura, religião e práticas linguísticas, bem como preservar e perpetuar narrativas históricas e de identidade consonantes com as preferências da maioria étnica (Wilmer, 2002, p.12).



Na contemporaneidade busca-se, através de políticas e práticas de gênero, diminuir desigualdades e combater ameaças à mulher e demais minorias de identidade. Entretanto, essas práticas sociais, como políticas públicas para inserção da mulher no mercado de trabalho, não alteram as estruturas de ordem e poder, apenas amenizam os resultados do sistema masculinizado. A linguagem estrutura o pensamento e, ao se descrever determinado fato como guerra, crime de ódio ou violência, é possível perceber a maneira pela qual, aquele indivíduo ou grupo social percebe o mundo. Para encontrar e definir conceitos, como o próprio direcionamento de políticas de gênero, é preciso analisar discursos e práticas de cada sociedade e cada ator.

Da mesma forma, inseguranças estruturais internas ao Estado, constituídas por desigualdades de gênero ou outras divisões categorizadas, devem ser analisadas para se observar quando estruturas hierarquizadas, de dominação, produzem e reproduzem inseguranças estruturais como a própria violência de gênero (tráfico de mulheres, homofobia, violência contra a mulher). Contudo o crescente número de mulheres chegando ao poder possibilita maior sensibilidade às temáticas de gênero entre atores internacionais, bem como amplia a aceitação das teorias feministas sobre os desafios comuns a serem ultrapassados. Ainda que as teorias feministas não façam parte de um movimento coeso, tendo discordâncias internas na produção teórica (MESSARI, NOGUEIRA, 2005, p.224), elas possibilitam, com maior eficiência, análises empíricas dos atuais desafios enfrentados pelas mulheres e minorias sexuais em suas sociedades e em questões transnacionais, como no tráfico e exploração sexual.

Ainda que o debate sobre a estrutura do sistema internacional pelas feministas seja de extrema importância no atual cenário acadêmico, esse artigo limita-se à análise prática dos atores subnacionais na tentativa de sanar um pouco dessa desigualdade de gênero e emponderar a mulher dentro do espaço político, como defendido pela própria UNIFEM (2012). Nesse sentido, a sensibilização às temáticas de gênero, amplamente empregada no discurso das representantes subnacionais na UTGEM também pode ser compreendida como um exercício de aprendizagem sobre as possibilidades de sua própria identidade e capacidades de adaptar ou alterar estruturas que não lhes sirvam mais. O processo subnacional contemporâneo permite essa voz de gênero que passa a atuar e a manter continuamente projetos e iniciativas sustentadas pela própria luta por inserção e reconhecimento das cidades e suas organizações.

## O MOVIMENTO SUBNACIONAL NO CONE SUL-AMERICANO

Os processos de integração regional formam um campo de debate das relações internacionais que permitem a participação de novos atores transnacionais, fugindo da percepção tradicional centrada no Estado-Nação. Os atuais atores subnacionais – ou seja, aqueles de origens internas a um Estado-Nação – buscam, cada vez mais, exercerem atividades externas às suas fronteiras políticas. As dinâmicas internacionais passaram, na segunda metade do século XX, a ocupar espaços relevantes das agendas dos governos locais que os impelem a participar de diversos debates internacionais contemporâneos. Dentre tantas naturezas dos atores subnacionais, como províncias, estados federados e regiões autônomas, encontram-se os governos municipais e as cidades que, além de gozarem de uma autoridade política-territorial, também se organizam em redes e outras formas coletivas para defenderem seus interesses, sobretudo, diante das políticas executadas por seus governos centrais (Estado-Nação).

Conceitualmente, as cidades possuem uma natureza mista, ou seja, “a meio caminho entre o que James Rosenau (1990, p. 36) denominou ‘atores condicionados pela soberania’ – *sovereignty-bound* – e ‘atores livres de soberania’ – *sovereignty-free*” (SALOMON; NUNES, 2007, p. 103). Para tanto, as cidades dentro das diversas análises acadêmicas constituiriam um grupo específico de atores internacionais que estão, quase sempre, ligados a uma atuação transnacional diante das fronteiras nacionais de seus governos centrais. Esse movimento transnacional, defendido pelo efeito bumerangue<sup>8</sup> (FINNEMORE; SIKKINK, 1998), seria resultado dos processos contemporâneos dos séculos XX e XXI, como as dinâmicas de integração regional e da globalização da informação, que permitiriam maior consciência das comunidades locais diante das possibilidades que as relações internacionais também ofertariam para além das políticas de seus governos centrais.

Para cada desafio que se busca ultrapassar se faz necessária certa proximidade com o objeto ou situação desafiadores. Diante de um problema, alguns atores podem ter

---

<sup>8</sup> O efeito bumerangue significa que organizações civis domésticas e cidades podem transpassar as fronteiras nacionais em busca de aliados no cenário internacional que, por sua vez, pressionariam seus governos centrais para que esses reajam, tanto diretamente como por organizações internacionais.

maior ou menor proximidade com a questão e essa proximidade pode ser denominada especialização. Essa proximidade, compreendida como uma especialização dos atores sobre determinado problema ou desafio, sustentou a absorção do princípio da subsidiariedade<sup>9</sup>. Os desafios internacionais dentro dos processos de integração da União Europeia incentivaram os governos centrais a escutarem os governos locais que se envolviam diretamente com os empecilhos à integração e a defenderem esse princípio que seria “a repartição de atribuições ou competências entre diversos âmbitos” (STUART, 2004: 125).

No Cone Sul-Americano, seguindo o exemplo do princípio da subsidiariedade utilizado na criação das Eurocidades, por exemplo, foi criada a Rede Municipal de Cidades do Mercado Comum do Sul (Rede de Mercocidades), cuja fundação se deu em novembro de 1995, por prefeitos de onze cidades. Esses prefeitos “estariam convencidos de que o MERCOSUL precisava de maneira imperiosa dessas cidades para consolidar uma visão de autêntica cidadania partindo desde as sociedades locais” (Mercocidades, 2012). Assim, o princípio da subsidiariedade chegou à América do Sul defendendo a percepção dos governos centrais sobre a importância das relações de proximidade e especializações dos governos locais diante de alguns desafios ao bloco, bem como outros vetores ao desenvolvimento regional.

Enquanto que o princípio da subsidiariedade defende certa autonomia aos entes subnacionais na esfera internacional – no limite das atribuições especializadas e na medida em que não possam ser suficientemente realizados pelos Estados membros – o efeito bumerangue, trabalhado por Martha Finnemore e Kathryn Sikkink (1998), possibilita enxergar que as cidades do MERCOSUL experimentam um diálogo transnacional com seus governos centrais em um movimento bumerangue (triangular e transnacional) conquistando legitimidade em suas ações dentro do próprio bloco de integração estatal. O efeito bumerangue seria a leitura teórica dada pelos construtivistas (FINNEMORE; SIKKINK, 1998) aos atores transnacionais que iriam ao cenário internacional, de forma transnacional aos governos centrais, para defender seus interesses locais junto a outros atores e também aos seus próprios governos centrais.

---

<sup>9</sup> O princípio da subsidiariedade seria a repartição de atribuições ou competências entre diversos âmbitos aos atores que melhor demonstrassem conhecimento de causa e competências para sanar desafios de melhor maneira do que os demais (STUART, 2004: 125).

Ao buscarem defender seus interesses, diante de seus Estados, por exemplo, as cidades iriam às relações internacionais muitas das vezes através da construção de organizações próprias que transfeririam as demandas locais aos Estados, fazendo um movimento bumerangue: cidade se relaciona com seu Estado através de um ator terceiro – organização em rede – que possibilita essa mesma relação fora do espaço intranacional. Ao conceito de rede de cooperação descentralizada (Mercocidades, 2012) entende-se aqui como a relação cooperativa horizontal normatizada em áreas específicas (por exemplo, as Unidades Temáticas das Mercocidades). Portanto, uma rede de cooperação descentralizada seria um coletivo de atores com a mesma natureza (cidades), que não sustentam posições hierárquicas entre si (relações verticais) e que promovem, através da cooperação especializada, o alcance de interesses comuns.

As redes seriam os principais exemplos da cooperação descentralizada em um cenário internacional que buscam otimizar a atuação subnacional nas trocas e sobre as questões internacionais pertinentes aos governos locais. Diversas são as redes e suas áreas de atuação na América do Sul, como a Rede FAL (Rede Municipal do Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social, fundada em 2001) e a Rede Municipal do Mercado Comum do Sul (Mercocidades). Em julho de 1995 alguns dos governos locais do Cone Sul assinaram o Compromisso de Porto Alegre “através do qual as cidades manifestaram a sua vontade de acrescentar seu protagonismo no processo de integração regional” (Mercocidades, 2012) e em novembro de 1995 foi assinada a Ata de Fundação da Mercocidades pelos prefeitos que “estariam convencidos de que o MERCOSUL precisava de maneira imperiosa dessas cidades para consolidar uma visão de autêntica cidadania partindo desde as sociedades locais” (Mercocidades, 2012).

Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Montevidéu, Assunção, Córdoba, Rosario e La Plata foram as onze cidades fundadoras das Mercocidades. Dentro da Rede foi criada uma estrutura onde cada temática reconhecida como importante materializou-se em um espaço próprio, resultando em 14 unidades temáticas, sendo uma delas a de Gênero e Município (UTGEM) de 1999. A Unidade Temática de Gênero e Município da Rede de Mercocidades (UTGEM) foi criada em setembro de 1999, na cidade de Belo Horizonte, como resultado do Fórum Mulher e Desenvolvimento – fundado na Terceira Cúpula da Rede de Mercocidades – em 1997 na cidade de Córdoba. Dentre seus objetivos gerais pode-se destacar (Ata 13 de março de

2007): contribuir para o fortalecimento institucional da Rede de Mercocidades através dos trabalhos da UTGEM; propiciar o diálogo entre as cidades participantes da UTGEM sobre as políticas de gênero no MERCOSUL; e propiciar o intercâmbio de boas práticas em políticas públicas de gênero.

## **AS ATIVIDADES DA UNIDADE TEMÁTICA DE GÊNERO E MUNICÍPIO: 2000-2012**

A partir de agora se expõe os dados encontrados na análise de conteúdo da documentação disponibilizada pela UTGEM, de 2000 até 2012, para que se possa entender a construção e a orientação das atividades de gênero desses novos atores internacionais. Após analisar os 27 documentos disponibilizados pela UTGEM, de 2000 até 2012, pode-se identificar uma construção dentro do que esses atores subnacionais compreendem como sendo a prática de gênero, ou seja, quais políticas e posicionamentos os representantes das cidades definiram como sendo de suas responsabilidades temáticas. Dentro das iniciativas e propostas de ação pode-se agrupá-las em pelo menos três eixos temáticos principais: institucional; igualdade de gênero; e segurança e exploração sexual.

No eixo institucional estão as iniciativas voltadas para o fortalecimento da própria UTGEM, bem como da Rede de Mercocidades diante do MERCOSUL ou outro ator não-subnacional. Também estão presentes as iniciativas de diálogo com outras unidades temáticas da Rede e organizações, como a UNIFEM e a ONG-ELA (*Equipo Latinoamericano de Justicia y Género*). No eixo igualdade encontram-se iniciativas e projetos que visam ampliar a inserção da mulher e minorias sexuais no mercado de trabalho, bem como garantir direitos e deveres iguais entre homens e mulheres, diminuindo o preconceito e aumentando o desenvolvimento econômico-social das comunidades locais. Já no eixo segurança e exploração sexual encontram-se iniciativas e propostas referentes ao combate e à prevenção ao tráfico de mulheres e crianças, à exploração sexual e à violência doméstica e de minorias sexuais.

Esses dois últimos eixos são importantes na abordagem teórica feminista, visto que materializam as ações para a promoção e o emponderamento<sup>10</sup> da mulher na região. A seguir são expostos os dados documentais das iniciativas e propostas das cidades registradas na UTGEM:

**Figura 1: Tabela de iniciativas das cidades registradas na UTGEM**

Iniciativas por Eixo na UTGEM	2000	2001-2002	2003-2004	2005-2006	2007-2008	2009-2010	2011-2012	Total
Institucional	7	8	10	x	8	9	6	48
Igualdade de Gênero	6	9	15	x	5	7	4	46
Segurança e Exploração Sexual	2	1	1	x	2	24	10	40
<b>Total de iniciativas por ano</b>	15	18	26	x	15	40	20	134

Fonte: elaboração própria dos autores, 2012.

Nos anos de 2000 as iniciativas institucionais voltaram-se para o fortalecimento dessa recém criada Unidade Temática, investindo-se na criação do site e em propostas de ampliar a participação da UTGEM nas Mercocidades e no MERCOSUL. Na igualdade de gênero iniciou-se os seminários do Plano de Igualdade, onde as experiências municipais em facilitar a inserção da mulher no mercado de trabalho teve maior destaque. Já na segurança, o ano de 2000 presenciou a proposta de criação da Rede de Serviços de Emergência para a Atenção de Vítimas de Violência Doméstica. Nesse primeiro ano de documentos observou-se maior atividade no eixo institucional, visto a necessidade de se fortalecer a UTGEM e organizar seus canais de comunicação e divulgação de suas práticas.

Nos anos de 2001 e 2002 o eixo de igualdade de gênero teve maior número de iniciativas, como as que abordaram a elaboração e apresentação do livro *Planes de*

<sup>10</sup> Empoderamento, ou *empowerment* em inglês, significa a possibilidade de ação coletiva de indivíduos nas tomadas de decisões. Presente na própria definição oficial da UNIFEM (2012), o empoderamento possibilita a aquisição da emancipação individual e da consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política. “O empoderamento feminino traz uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas. O empoderamento feminino é também um desafio às relações patriarcais, em relação ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero, é uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir”. Informação retirada de <http://www.significados.com.br/empoderamento/>. Acessado em 25 de agosto de 2012.

*Igualdad de Género con Mirada de Ciudad*, apoiado pela FESUR<sup>11</sup> (Fundación Friedrich Ebert en Uruguay), que consistia em uma sistematização e estudos comparativos dos planes de igualdade de oportunidades de distintas cidades de América Latina e Espanha e coordenada por Montevideo. Na segurança teve-se apenas a iniciativa de criação da Casa da Mulher Clara Maria em Guarulhos, acompanhada pelas cidades-membros em sua implementação. Já no eixo institucional definiu-se trabalhar com o princípio do empoderamento das mulheres presente na UNIFEM e ratificar as seguintes linhas estratégicas: fortalecimento da UTGEM nas Mercocidades; ampliação do número de cidades-membros das Mercocidades na UTGEM; relacionamento com outras articulações internacionais de gênero; realizar as Reuniões Especializadas da Mulher (REM); continuar com a construção de um discurso democrático; e promover alianças com os mais diversos atores ao tema, como ONG's, associações, universidades e demais atores políticos.

Em 2003 e 2004 as iniciativas pela igualdade de gênero se mantiveram em destaque, trazendo projetos e iniciativas de desenvolvimento social e combate à pobreza, reforçando a autonomia da mulher. Algumas medidas foram tomadas: cada cidade da UTGEM deveria apresentar suas experiências consideradas como práticas eficientes ao combate da pobreza e do desenvolvimento das transformações nas relações de gênero para que se produzisse uma publicação; todas as cidades se comprometeram em produzir projetos locais para melhorar a qualidade de vida da mulher imigrante e também da mulher rural; e a recuperação das estratégias dos Planos de Igualdade de Oportunidades da região como ferramenta exitosa para a transversalização de gênero nas políticas municipais. No eixo institucional manteve-se o fortalecimento da UTGEM diante da Rede e do Mercosul. Já no eixo de segurança os dois anos foram marcados pela iniciativa da UTGEM de se posicionar internacionalmente de forma crítica e contrária ao apedrejamento da nigeriana Amina Lawa.

Os anos de 2005 e 2006 não possuem documentação disponível. Já durante os anos de 2007 e 2008 o eixo institucional volta a ter o maior número de iniciativas.

---

<sup>11</sup> “La Fundación Friedrich Ebert (FES) es una fundación política alemana que se dedica al asesoramiento y la capacitación política y ofrece espacios de debate en todo el mundo. Su trabajo tiene como objetivo el fortalecimiento de la democracia y la justicia social. La FES inició sus actividades en Uruguay (FESUR) inmediatamente después del final de la dictadura militar. Sus contrapartes en Uruguay incluyen partidos políticos, el gobierno nacional y varios gobiernos departamentales, la central obrera PIT-CNT y varios sindicatos afiliados a la misma, organizaciones de la sociedad civil así como instituciones académicas y del Mercosur”. Disponível em <http://www.fesur.org.uy/>. Acessado em 26 de agosto de 2012.

Destaca-se o discurso de Marcia de Cássia Gomes por Belo Horizonte (Ata da XVIII Cúpula da UTGEM, 17 e 18 de junho de 2008):

Somos países muito diferentes, distantes uns dos outros. Participamos de uma importante rede de cidades. Sabemos que muitas vezes não somos as que definimos as políticas gerais. Isto requer um grande esforço para que possamos ampliar a nossa intervenção e intercâmbio, fortalecendo assim os vínculos e a integração entre as cidades e as políticas dirigidas para as mulheres. Somos 25 integrantes, e uma das unidades temáticas de maior em participação. Porém, nossas políticas ainda não são plenamente reconhecidas e isto muitas vezes nos fragiliza.

No próprio discurso percebe-se que as mulheres atuantes na UTGEM, quase todas ligadas aos poderes executivos de suas cidades, ainda sentem dificuldades de materializar em suas localidades as práticas de gênero necessárias para ampliar a igualdade e combater os abusos e a exploração sexual. Essa percepção de fragilidade, destacada por Marcia de Cássia Gomes em seu discurso, permite, mais uma vez, fortalecer a importância das teorias feministas em suas críticas à hierarquia de temas nas agendas do poder de acordo com a identidade masculina patriarcal. Por mais que sejam uma das Uts com maior número de encontros e representantes reunidos anualmente, as questões de gênero ainda são observadas pela UTGEM com baixo reconhecimento na Rede e na região.

Os objetivos definidos em 2008 para 2009 também contaram com o programa Cidades Seguras que propunha: orçamento público em perspectiva de gênero; participação da mulher nos espaços de decisão política e do trabalho decente; realização do seminário Economia Solidária na cidade de Moron; e a comemorações de 10 anos de fundação da UTGEM (1999). O Instituto Nacional das Mulheres em Atlântida passou informações sobre as atividades da REM (Reunião Especializada de Mulheres do Mercosul) reforçando a necessidade de que se haja maior proximidade entre a UTGEM e a REM nos próximos anos. Nos anos de 2009 as propostas foram realizadas e em 2010 o número de iniciativas no eixo de segurança cresceu consideravelmente, ultrapassando os outros dois.

Enquanto que as iniciativas institucionais se mantiveram estáveis, as de igualdade de gênero foram diminuindo nos últimos anos, atingindo seu ápice nos anos de 2003 e 2004 com 15 iniciativas totais. Já as iniciativas de segurança e combate à exploração sexual tiveram um crescimento considerável nos anos de 2009 e 2010, sobretudo após



aceitação da proposta de tematizar as iniciativas nesse período com o tema *Tráfico de Mulheres para a Exploração Sexual*. Essa tematização possibilitou a cooperação com outros atores internacionais mais atuantes no tema, como com a REM e a UNIFEM. Se antes esse eixo atingia uma média de uma iniciativa a cada dois anos, em 2009 e 2010, foram registradas 24 propostas e ações ligadas ao tema. Isso ocorreu, sobretudo, pela realização na cidade de Guarulhos de um grande debate sobre tráfico sexual. O evento surtiu frutos, como o compartilhamento de políticas públicas possíveis ao nível local na prevenção da aliciação de mulheres e jovens pelo tráfico de pessoas e exploração sexual internacional.

Um importante ponto a respeito também foi levantado nessas reuniões: a necessidade de se entender exploração sexual para além do tráfico de crianças e jovens, mas também de mulheres que não encontram oportunidades de trabalho em suas cidades. Ao longo de 2011 e 2012, como soluções possíveis à violência de gênero foram materializadas cooperações com as Unidades Temáticas de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social da Rede, bem como a captação de recursos e apoio com a UNIFEM e outros atores internacionais. Destaca-se ainda três linhas de trabalho elaboradas pela UTGEM em 2011 e 2012: Prevenção ao Tráfico de Mulheres<sup>12</sup>; Pressuposto Sensível ao Gênero<sup>13</sup>; e Cidades Seguras para Todas e Todos<sup>14</sup>.

Os três eixos acabam, quase sempre, por se complementarem e, após os diversos debates e seminários no eixo de segurança de gênero de 2009 até 2012, percebe-se que a igualdade referente à inserção e oportunidades de emprego à mulher está diretamente ligado ao tráfico de mulheres. Dentre todas as iniciativas identificadas na análise documental encontram-se projetos de cooperação descentralizada, compartilhamento de

---

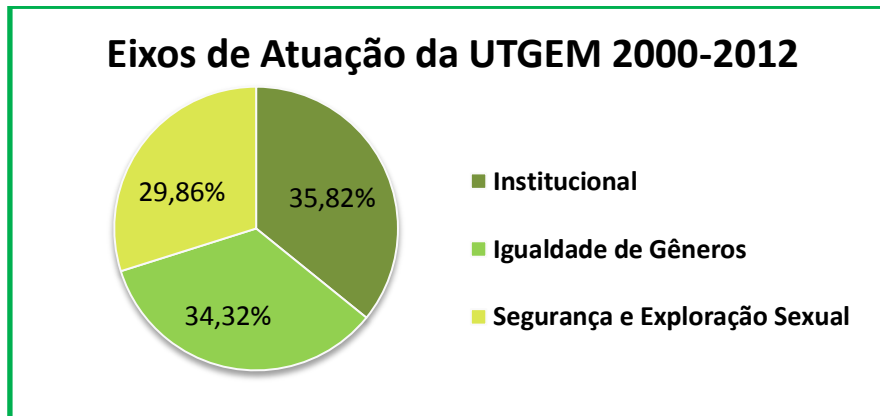
<sup>12</sup> Prosseguir com as atividades pendentes no tema tráfico de mulheres, articular impressão gráfica e entrega dos materiais de divulgação da Campanha de prevenção entre as cidades da UTGEM e da Rede. Dar seguimento ao Plano de Ação elaborado pelas cidades integrantes da UTGEM, em dezembro de 2010. Esta linha de trabalho prevê a vinculação estratégica com as Unidades temáticas de Juventude, Turismo e Segurança Cidadã. Tenta-se, ainda, articular-se com a Comissão Permanente de DH do MERCOSUL (Plano de Trabalho 2011, UTGEM).

<sup>13</sup> Plano de Ação na elaboração de diagnósticos realizados por cada cidade como governos locais. Monitorar as diversas atividades que integram o Plano de Ação de todas as cidades. Fortalecer com capacitações o corpo interno da UTGEM acerca da temática de Pressuposto Sensível ao Gênero. As atividades vêm se realizando com o acompanhamento da ONG ELA e com fundos da UNIFEM (Plano de Trabalho 2011, UTGEM).

<sup>14</sup> Propiciar a continuidade do projeto original de Cidades Seguras para todas e todos, obtendo os recursos necessários para estender a experiência a todas as cidades que integram a UTGM e que não foram beneficiadas na primeira etapa (Plano de Trabalho 2011, UTGEM).

experiências e seminários informativos, elaboração de material educativo, cooperação financeira com outros atores internacionais e planos de ampliação da temática às demais unidades da Rede. Proporcionalmente chega-se ao seguinte gráfico de atuação nos três eixos temáticos:

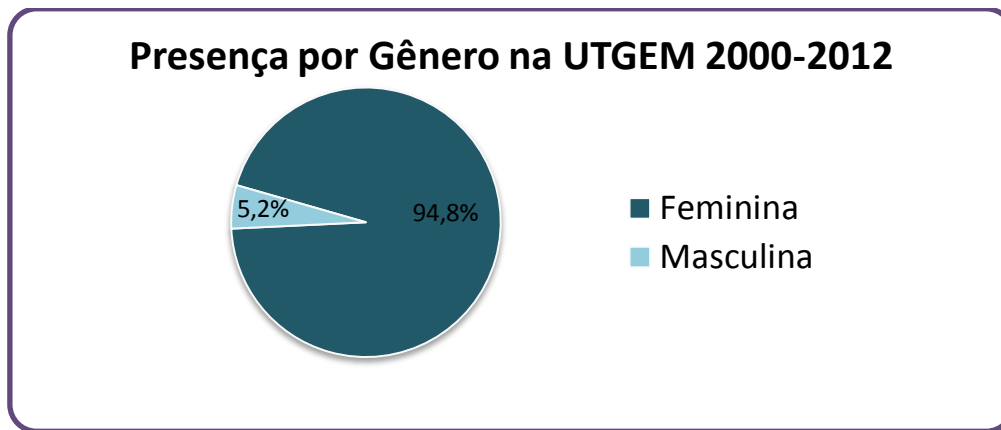
**Figura 2: Gráfico proporcional da atuação por eixo temático**



Fonte: elaboração própria dos autores, 2012.

Esse gráfico (Figura 2) permite observar um equilíbrio entre as iniciativas institucionais juntamente com as de igualdade de gênero. Isso ocorreu pelo fato de que, ao fortalecer a própria UTGEM, atrela-se nessas iniciativas institucionais o desenvolvimento mútuo do eixo de igualdade de gêneros. Por exemplo, ao buscar maior reconhecimento da unidade dentro da Rede pelas demais, bem como por outros atores internacionais, os representantes de gênero estão fortalecendo institucionalmente sua unidade e aumentando a voz dessa temática no cenário internacional, permitindo com que o tema seja tratado com maior relevância pelos demais atores e Uts. Observou-se, ainda, que a maior parte dos representantes políticos e das sociedades locais na UTGEM são mulheres, corroborando a ideia da sensibilidade por representação das teorias feministas:

**Figura 3: Gráfico da participação feminina na UTGEM**



Fonte: elaboração própria dos autores, 2012.

Ao analisar o registro de participantes nos encontros – quando disponibilizados – no mesmo período e na mesma documentação dos demais gráficos e tabelas, a presença das mulheres chegou a 94,8%. A própria UTGEM sempre foi coordenada por mulheres, reforçando a ideia de que o tema é tão mais sensível a esse público, como a inserção da mulher nas tomadas de decisões – ainda que transnacionalmente – também garantiram um crescimento nos debates, políticas e iniciativas de gênero na América do Sul. Com essas informações desenha-se, de acordo com as teorias feministas, uma chance de alteração moderada nos atuais debates de gênero que trazem consigo iniciativas concretas para diminuir a violência e os espaços de diferença entre homens e mulheres nas sociedades sul-americanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da discussão proposta e com base nos dados apresentados é possível perceber os impactos que a Unidade Temática de Gênero vem trazendo para os temas relacionados ao gênero na região. Assim, pode-se afirmar que as políticas públicas direcionadas para as áreas referentes ao debate sobre gênero estão se fortalecendo quantitativa e qualitativamente em todos os três eixos de atuação: institucional, igualdade de gênero e segurança. Esse fortalecimento, coordenado com outros atores internacionais, como a UNIFEM, dão maior força para os governos locais e os movimentos de gênero serem escutados no cenário internacional e alterarem, ainda que moderadamente, positivamente o curso das práticas de gênero no Cone Sul.

A presença maior de mulheres na UTGEM, como foi mostrado no terceiro gráfico desse artigo, apresenta uma maior possibilidade de eficiência e uma oportunidade para a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres no Cone Sul-Americano através da sensibilidade de representação. Quanto maior o número de mulheres nos espaços de decisões de poder, maior são as chances desses debates conseguirem se materializar em práticas que resguardem os direitos fundamentais de igualdade e segurança física, moral e emocional. Como também citado, as próprias representantes da UTGEM identificam que, ainda que seja uma das mais ativas Unidades Temáticas da Rede, há fragilidade em garantir a inserção do tema nas agendas de seus governos centrais e de outros atores internacionais.

Por meio das diversas discussões realizadas que posteriormente tornaram-se políticas públicas é possível afirmar o maior impacto das ações da UTGEM nas práticas voltadas para o fortalecimento institucional da unidade, seguido pelas práticas de igualdade de gêneros e por fim o combate à violência, exploração e o tráfico de mulheres. Ressalta-se que a partir de 2009 o eixo de segurança cresceu significativamente, trazendo debates sobre o tráfico internacional não apenas de jovens e crianças, bem como o próprio tráfico intranacional, onde mulheres de determinadas regiões são exploradas em outras regiões de um mesmo país.

Outro ponto fundamental e que deve ser ressaltado aqui é a oportunidade que o movimento subnacional proporciona às questões de gênero. Buscando maior inserção internacional por via bumerangue, as cidades acabam se relacionando transnacionalmente em organizações de redes de cooperação descentralizadas que permitem com que temas mais distantes de questões como soberania e segurança ao Estado sejam tratados de melhor forma seguindo o princípio da subsidiariedade: a proximidade do problema àqueles que estão no poder das cidades acaba os sensibilizando e contribuindo para a busca de soluções mesmo que seja no espaço internacional.

Assim, pela percepção construtivista, os próprios atores interessados é que estão construindo os mecanismos de sua inserção internacional. No caso analisado, as cidades construíram a Rede de Mercocidades que, por sua vez, permitiu, em 1999, a criação da Unidade Temática de Gênero e Município que deu abertura às questões de gênero. O trabalho e a participação atuantes na UTGEM a torna uma das principais porta-vozes da

mulher sul-americana, definindo as práticas de gênero na região e, portanto, os conceitos de entendimento pelo novo movimento subnacional do Cone Sul. Os documentos analisados permitem identificar como e o que as cidades entendem por questões de gênero, ficando clara a maior relevância nas questões de igualdade social e combate à exploração sexual nesses doze anos de suas atividades.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BADINTER, Elisabeth. **O que é uma mulher?** Um debate. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. In. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção** vol.11, n.32, dez. de 2011. Universidade Federal da Paraíba, p.738-757.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. **International Organization**. Cambridge: Cambridge Inc.1998.

Mercocidades – **Rede Municipal de Cidades do Mercado Comum do Sul**, 2012. Disponível no site: <http://www.mercociudades.org/pt-br>.

NOGUEIRA, João Franklyn Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

PETERSON, Spike. **Security and Sovereign States: What is at stake in taking feminism seriously?** Gendered States: Feminist (Re)Visions of International Relations Theory. 1992. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.

ROSENAU, James. **Turbulence in world politics**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmen. **A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre**. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, vol.29, n.1, pp.99-147, 2007

SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

UTGEM – **Unidade Temática de Gênero e Município**, Mercocidades 2012. Disponível no site: <http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2189>.

VILLENAVE, Sabrina. **Trauma, silêncio e pós-guerra:** o estupro como arma de guerra na Bósnia. Conferência Anual da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Brasília, 2010.

WILMER, Franke. **The social construction of man, the state, and war:** identity, conflict, and violence in former Yugoslávia. Routledge, 2002.

ZALEWSKI, Marisa; ENLOE, Cynthia. Questions about Identity in International Relations. In: **International Relations Theory Today**. BOOTH, Ken; SMITH, Steve (Orgs.). Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1995, p.289-291.

# PARTICIPAÇÃO E DELIBERAÇÃO NO SITE E-DEMOCRACIA<sup>15</sup>

MARCELO IGOR DE SOUSA<sup>16</sup>

## RESUMO

O propósito do artigo é realizar um estudo da participação pública promovida pelo site e-Democracia (<http://edemocracia.camara.gov.br/>), da Câmara dos Deputados, a partir dos referenciais teóricos de deliberação online. O artigo se desenvolve por meio de uma avaliação descritiva do site e de uma análise do teor dos conteúdos das participações cidadãos. Aos referenciais teóricos e descritivos, alia-se uma análise empírica da Comunidade Legislativa Participativa (CLP) “Política Sobre Drogas”, hospedada no referido site, observando, em alguns termos, os seus aspectos refletidos no relatório final da Comissão Especial sobre o mesmo tema. Como apontamentos da pesquisa, indica-se que o site cumpre, por meio de suas ferramentas, o papel de aproximar os cidadãos do processo legislativo e de formar um espaço público virtual potencialmente deliberativo. Destaca-se também a identificação das características específicas da participação do público em um site governamental, visto que existem outras experiências de participação online criadas e administradas independentemente de alguma ligação com um ente governamental. Essa ligação pode ser positiva com manutenção de um nível argumentativo de debate, mas pode, em contrapartida, afastar outros cidadãos que não se sintam amadurecidos satisfatoriamente para expressar seus pontos de vista. O artigo aponta para uma constatação de oferta de ferramentas de significativo potencial participativo pelo site, mas que, de fato, os usos dessas ferramentas e os níveis de interação entre os participantes ainda são insatisfatórios, com um pequeno número de interagentes para uma proposta de alcance nacional. Dois elementos ainda podem ser indicados como carentes nesses processos de participação online: a necessidade de estruturas político-administrativas mais porosas e realmente abertas à participação; e uma verdadeira gestão do conteúdo apresentado pelos cidadãos para que sintam que sua participação gera uma interferência no campo político.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação; Internet, e-Democracia

<sup>15</sup> Trabalho apresentado no GT5 – Comunicação, Mídia e Ciberpolítica, do IV Seminário Nacional Sociologia & Política, de 25 a 27 de setembro de 2012.

<sup>16</sup> Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás e professor adjunto na Faculdade Araguaia.

## INTRODUÇÃO

O uso de ferramentas de comunicação nas estratégias de participação política e cidadã é, cada vez mais, difundido e aperfeiçoado. Nesse sentido, surgem projetos de aproximação entre as esferas de decisão política e os cidadãos em espaços de debate e conversação pública que fazem uso das ferramentas da Internet. Este artigo tem o objetivo de analisar os modos em que cidadãos e políticos se relacionam, comunicam-se e participam dos debates públicos mediados pelo site *e-Democracia*.

A análise dos processos se dá no contraste do encontro do denso fluxo do processo legislativo, com sua burocracia e formalidade, com os processos de escuta dos cidadãos, a partir de diálogos mais próximos da informalidade. Esse processo de encontro das esferas é analisado em sua capacidade de gerar deliberações mais participativas e a partir da argumentação dos cidadãos. O foco da pesquisa está nas formas de participação dos cidadãos no site e em seus diversos aspectos: o *design* do site, as diversas ferramentas oferecidas e os elementos presentes nas conversações cidadãs, além de aspectos de “grau de deliberatividade”. São destacados ainda a conjuntura, o contexto dos cidadãos e o *design* das ferramentas.

### 1. PONTOS DE PARTIDA

Os governos democráticos, independentemente da Internet, realizam experiências de participação como modo de incremento da democracia e justificação da representação. São exemplos: audiências públicas; encontros dos representantes com os cidadãos – nas reuniões itinerantes –; recebimento de sugestões pelos diversos meios de contato; envio de abaixo-assinados; e, em um nível de maior participação, a elaboração de um projeto de lei de iniciativa popular. A pesquisa analisa as interações realizadas utilizando ferramentas da Internet, disponibilizadas em site específico e que aponta como proposta a aproximação dos legisladores e da legislação com os cidadãos, e a aproximação entre os cidadãos em torno de um debate cívico.

A deliberação, entendida em sentido amplo, pode acontecer em diferentes arenas, em instituições formais ou em espaços políticos informais. As experiências participativas



têm sua influência em diversos níveis de decisões coletivas: no poder educativo, na promoção do senso comunitário, no aprimoramento do senso democrático, na construção de uma racionalidade prática, na promoção de um ideal democrático (MAIA, 2008). Mas a promoção de impactos significativos da participação política *online* nas esferas de decisão pode ser entendida como um processo de progressão de experiências mais elementares, como as apresentadas nesta pesquisa.

A justificativa de um site de participação cidadã liderado pela Câmara vem da necessidade de os legisladores apresentarem justificativas de suas ações e decisões para os cidadãos, o que favorece uma transparência. A criação do site surge como uma alternativa às participações no legislativo que ainda são de acesso a um público limitado e, em certa medida, especializado. As ferramentas 2.0 da Internet são utilizadas como uma possibilidade de ampliar a participação, diminuir distâncias e aproximar os cidadãos “menos” especializados do processo legislativo.

A Internet e as novas tecnologias podem ajudar representantes e representados a diminuir o déficit na representação por meio de suas ferramentas, mas essa redução ainda vai depender, em sua maior parte, do interesse de ambas as partes em realizar isso, ressaltando que depende diretamente da disposição dos representantes e, indiretamente, da cobrança dos cidadãos. No caso do site selecionado, o *e-Democracia*, é uma iniciativa da Câmara dos Deputados com o objetivo de escutar os cidadãos sobre temas específicos de políticas públicas e sobre elaboração de novas leis.

Os espaços de conversação propostos no site favorecem a construção coletiva do sentido acerca das questões políticas. Isso parte do princípio de que “as pessoas, ao conversar, e trocar pontos de vista umas com as outras, podem melhorar formas de pensar e de interpretar questões políticas que afetam diretamente suas vidas, e, ainda, aperfeiçoar os modos de formular verbalmente questões tidas como relevantes” (MARQUES; MAIA, 2008, p. 148). As conversações são importantes para os processos deliberativos por produzirem contranarrativas, revelar premissas de fundo, identificar questões sensíveis e serem o ponto de partida para o risco de ingressar ou não no debate.

Um aspecto importante de partida para a análise do site deve ser a consideração do panorama político brasileiro. O contexto político-social do cidadão e o desenho estrutural da sociedade influenciam nos resultados. No caso do Brasil, há déficits no

amadurecimento das instituições democráticas, no interesse e na motivação da sociedade para o engajamento político e na desburocratização de espaços de discussão de políticas públicas. Além disso, um aspecto muito particular do caso brasileiro e que aparenta ser fruto de um preconceito é a especialização das funções políticas, ou seja, de maneira geral, há uma delegação que é dada com o voto e que exclui os cidadãos das demais decisões políticas.

## 2. METODOLOGIA

Para as especificidades desta pesquisa, a metodologia segue por dois níveis: **a) análise dos aspectos gerais:** do desenho institucional, dos aspectos de funcionamento das ferramentas, do *design* das mesmas e das realidades que querem interferir; **b) análise do conteúdo da participação:** avaliação das estratégias de participação e deliberação e do modo como são ofertadas e concretizadas essas estratégias.

O primeiro plano de análise tem a ver com o perfil dos temas e dos atores responsáveis pela hospedagem e pelas características básicas. Para a captura dessas informações, foram realizadas varreduras no site, entrevistas com os idealizadores, análise dos objetivos e das temáticas em destaque. A descrição das ferramentas participativas no site traz: título, funcionalidade do mecanismo e modo como é utilizada pelos participantes. A análise do plano estrutural afere as formas de participação oferecidas, como comentários, fóruns e bate-papos, com suas regras específicas e condições de participação, suas possibilidades e limitações, além das práticas de moderação. Portanto, as ferramentas são identificadas com descrições sobre seu funcionamento e a organização das discussões, incluindo as restrições de acesso. As ferramentas dependem do uso que os cidadãos fazem delas, podendo influenciar a sociedade civil de forma positiva ou negativa. A usabilidade é a característica de sites para avaliar se os participantes conseguem ter acesso às ferramentas, navegar de forma simplificada pelo site, e se conseguem encontrar aquilo que procuram ou realizar a interação a que se propõem.

Em um segundo plano, estão os usos que são feitos das trocas discursivas, ou seja, a deliberação propriamente dita, que será analisada pelo conteúdo das mesmas. A deliberação é uma atividade que demanda, em seu sentido estrito, um alto grau de

aperfeiçoamento e regras muito específicas e rígidas. Alcançar esses elementos “ideais” é algo que já pode ser descartado, a princípio, de ser encontrado nas experiências de participação estudadas pela pesquisa. De fato, “(...) uma deliberação pressupõe requisitos normalmente difíceis de serem preenchidos regularmente, entre os quais se alinha a discussão racional, moderada e orientada para a resolução de problemas sociais” (FARIA, 2012, p. 53). Nos termos da teoria da democracia deliberativa, a investigação deve se direcionar para “a qualidade, a substância e a racionalidade dos argumentos e das razões acionados para defender as leis e políticas” (CHAMBERS, 2009, p. 242). Esses elementos são vistos nos fóruns deliberativos, pois esses podem ser defendidos, como legitimidade das decisões, aumento do espírito público e do respeito mútuo e o aprimoramento das decisões.

A escolha do material do *e-Democracia* se deu em uma comunidade temática específica: “Política sobre drogas”, pelo fato de já ter encerrado os debates e realizado os encaminhamentos da Comissão Especial. O período foi o de início e término dos debates, de junho a dezembro de 2011. A partir disso, então, foram identificados nove fóruns e, dentre esses, cinco com temáticas específicas de desmembramento do tema: a) prevenção; b) tratamento e acolhida; c) reinserção social e requalificação profissional; d) repressão ao tráfico de drogas; e) legislação. Em cada fórum, há conversas específicas seguidas de comentários. Ao todo, foram 33 itens nos fóruns, nos cinco temas, com a contribuição de 222 comentários, com uma média de 6,72 comentários em cada item.

Temática	<i>e-Democracia</i>	
	Tópicos	Comentários
a) Prevenção	6	14
b) Tratamento e Acolhida	3	13
c) Reinserção Social e requalificação	3	3
<b>d) Repressão ao tráfico de drogas</b>	<b>7</b>	<b>57</b>
e) Legislação	14	135
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>222 (6,72)</b>

Tabela 1: Tópicos e comentários realizados nos fóruns

Um subtema foi escolhido, por se aproximar da média de tópicos e comentários nos itense – *d) Repressão ao Tráfico de Drogas* –, para a análise de conteúdo, a partir das categorias, sobre seus resultados de deliberatividade. As categorias, baseadas em autores que estudam a temática (principalmente em SAMPAIO; MAIA; MARQUES, 2010; SAMPAIO, 2010), são as seguintes:

a) **anônimo e identificado** – quanto à identificação dos envolvidos nas trocas discursivas;

b) **dialógico e monológico** – quanto à reciprocidade ou não dos comentários;

c) **de justificação externa ou interna e sem justificação** – quanto à utilização de fontes externas ou do próprio ponto de vista, além de participações de posicionamento injustificado;

d) **concordância, resposta ou reação negativa** – quanto à relação dos comentários em comparação com um anterior, em sentido de concordância, resposta ou de reação negativa;

e) **respeito e desrespeito** – quanto à aceitação ética e à escuta respeitosa.

### 3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO E-DEMOCRACIA

O site *e-Democracia* foi lançado em 3 de junho de 2009, como uma promoção da Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados. O site está organizado em forma de portal, estruturado principalmente no formato de comunidades temáticas, em vista da construção de políticas públicas específicas, com participação dos legisladores e dos cidadãos, por meio de ferramentas conversacionais e produção colaborativa do texto legislativo.

Da forma como está organizado, o site propõe a concentração por assuntos em um mesmo espaço e, nas comunidades, os debates são direcionados para questões claras e sobre temas concorrentes. Segundo indica a seção de apresentação do site, o *e-Democracia* tem a proposta de “incentivar a participação da sociedade no debate de temas importantes para o país.” (E-DEMOCRACIA, 2011). São dois grandes espaços que

estruturam o site<sup>17</sup>: as Comunidades Legislativas, que seguem temáticas apresentadas para o debate e o Espaço Livre.

Segundo Trechsel et al. (apud PERNA, 2010), podem ser três perspectivas de intenção do uso de um site participativo: para aumentar a transparência do processo político, para fortalecer o envolvimento direto dos cidadãos e para melhorar a qualidade da formação da opinião, por meio de espaços de informação e deliberação. Pelas propostas indicadas nos seus objetivos, o *e-Democracia* pretende cumprir, principalmente, os dois últimos itens indicados.

### 3.1 LAYOUT E FUNCIONALIDADE

O *design* do site é muito simples e de fácil uso, mas na questão visual, beira a rigidez, sendo muito formal e com ferramentas não muito bem identificadas. Como os debates e as discussões podem ser acessados apenas por meio das comunidades, já existe o empecilho de perder um usuário-interagente pelo fato de este não saber o modo de se comportar, visto que pode desistir pela falta de compreensão. A justificativa, dada pelos responsáveis para divisão por comunidades, está na valorização da qualidade das discussões, em detrimento da quantidade de participantes<sup>18</sup>.

Uma das análises de funcionalidade indica para a “regra dos três cliques”. O site deixa a desejar neste item, sendo necessário, para algumas funções, um número bem maior que o indicado pela “regra”. Um exemplo disso é que, na página inicial, o participante precisa executar *login*, entrar em uma comunidade, escolher a ferramenta de participação e ingressar em um dos tópicos para deixar seu comentário. Desse modo, o site coloca o conteúdo das participações em um lugar de difícil acesso, prejudicando o contato com o inúmero material acumulado e, de algum modo, afastando possíveis participantes que se envolveriam com a proposta a partir de algum contato inicial com as discussões.

### 3.2 FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO

---

<sup>17</sup> Conforme entrevista com Cristiano Faria Ferri para esta pesquisa.

<sup>18</sup> Em entrevista realizada para fins desta pesquisa (FARIA; SHIM, 2012).

Nas comunidades disponibilizadas no site, são diversas ferramentas que favorecem a participação e interação entre os cidadãos. Elas seguem a temática proposta e o processo legislativo. A seguir, são apresentadas as ferramentas, a partir de suas funcionalidades e do uso que os participantes fazem da mesma.

*a) Biblioteca Virtual*

A ferramenta biblioteca virtual conta com as seguintes seções: legislação, proposições legislativas, artigos e publicações, notas de audiências públicas, vídeos, divulgação na Câmara, outros sites, blogs e fóruns. A biblioteca virtual tenta cumprir a função de oferecer material para uma melhor participação, desde o material legislativo até notícias e links para páginas de conteúdo diversificado sobre o tema. O acesso dos participantes a essa ferramenta é razoável, com uma maior procura pelo material informativo, artigos e publicações, em relação ao conteúdo legal.

*b) Wikilegis*

Wikilegis é uma ferramenta de participação direta no texto legislativo, com sugestões de alterações feitas pelos membros da comunidade legislativa virtual. É uma forma de transportar as participações e contribuições para o âmbito legal, uma ferramenta que ajuda na organização dos argumentos. As contribuições são feitas diretamente no texto original ou no substitutivo. O nível de interferência cidadã dessa ferramenta é grande, mas ainda não há um significativo uso dessa ferramenta, devido, novamente, à falta de familiaridade dos cidadãos com o texto legislativo.

*c) Bate-papo*

Os bate-papos são ferramentas de conexão do público da comunidade legislativa com as audiências públicas que acontecem na Câmara. Formam uma estratégia de aproximação de públicos mais variados, aqueles que não participariam de uma audiência pública em Brasília. O uso é feito no formato de chat acompanhado do vídeo da audiência. Ele depende da conexão online durante o evento.

*d) Fóruns*

A ferramenta de fóruns é a mais utilizada no site e reúne o maior material participativo. Funciona como um bate-papo, em um processo contínuo, com a participação se estendendo a dias e meses. Os comentários são postados nos tópicos pelos participantes que têm a possibilidade de interagirem e responderem. O uso dessa ferramenta foi mais bem funcional, com espaço para a participação tanto de um cidadão

qualificado e disposto a apresentar argumentos fundamentados até a participação daquele cidadão que pretendia apresentar seu ponto de vista ou testemunho.

*e) Demais Ferramentas*

No e-Democracia, destacam-se ainda: as Notícias disponibilizadas e abertas para comentários; o Calendário de eventos; “Veja o andamento do Projeto”, que acompanha o processo do texto legal; Relatórios finais enviados aos membros da comunidade; Estatísticas de comentários e usuários mais ativos; e busca automática do termo política sobre drogas no Twitter.

#### **4. PARTICIPAÇÃO E DELIBERAÇÃO NO CONTEÚDO DOS COMENTÁRIOS**

Nesta seção, os índices serão avaliados de acordo com as categorias indicadas no segundo item da metodologia:

##### **4.1 ANÔNIMO E IDENTIFICADO**

A primeira característica de análise dos comentários segue um passo anterior ao conteúdo e diz respeito a um aspecto que interfere na discussão online. Como o site exige o cadastro, em todos os comentários do corpus havia identificação de nome e sobrenome. Os índices de 100% de identificação são apontados como facilitadores do debate pelo fato de deixarem claro quem é o interlocutor e de dificultar situações de sabotagem do debate e situações desrespeitosas. No caso do tema drogas, a identificação não foi impedimento para postagens reveladoras de aspectos importantes, como o testemunho de um usuário de maconha, que se apresentou com nome e sobrenome e ainda confirmou que continuará utilizando “ela sendo proibida ou não”.

##### **4.2 DIALÓGICO E MONOLÓGICO**

Os espaços criados para a participação dos cidadãos têm a proposta de serem ambientes comunicacionais em que atores sociais e políticos realizem trocas discursivas em vistas da construção de políticas públicas ou textos legislativos. Se, potencialmente,

os espaços são lugares para diálogo, na prática, algumas vezes, o espaço acabou se tornando espaço sem nenhuma participação ou de participação única. No site, oito itens ficaram sem comentário e três receberam apenas um. O comentário foi considerado monológico, quando se tratava de um ponto de vista sem consideração dos demais participantes do debate. O comentário dialógico é aquele em que o participante faz referência a outro participante ou a algum elemento trazido por este.

De todos os comentários inseridos no site e tiveram alguma continuidade, quase 95% tiveram alguma característica dialogal, enquanto apenas pouco mais de 5% se tratavam de comentários sem diálogo. Alguns aspectos que ajudam a explicar esse índice: a ferramenta de resposta com a possibilidade de conservar o texto para o qual se está respondendo, assim como o nome do outro participante; o fato de o site congrega pessoas que tenham grande interesse pela temática específica; e também o tempo menor em que as respostas são dadas, visto que o site está organizado com começo e fim e as propostas seguem em tempos mais ou menos específicos.

#### 4.3 JUSTIFICAÇÃO INTERNA, JUSTIFICAÇÃO EXTERNA E SEM JUSTIFICAÇÃO

A apresentação de argumentos nos comentários é realizada com justificação, que pode ser interna, quando é feita a partir dos próprios pontos de vista, ou seja, baseada em seus valores e opiniões. Pode ser externa, quando baseada em argumentos científicos ou técnicos, apresentados em pesquisas ou em dados apurados por grupos ou comunidades. Nos dados apurados, a maior parte dos comentários foram apresentados com justificação interna, com 59,65%. Este índice aponta para o uso que os cidadãos fazem do site: participam do ambiente dispostos a dizer aquilo que pensam sobre o tema, dar uma opinião a partir de seus valores e aspectos morais.

Quanto à justificação externa, o índice foi de 15,79%. Os participantes lançaram mão de aspectos como citação de reportagens, pesquisas científicas e resultados de estudos sobre o tema. Um dos exemplos traz elementos de reportagem jornalística sobre uma pesquisa científica. Comentários sem nenhuma justificação somam 24,56% no e-Democracia. A falta de justificação é um elemento negativo para o debate de posicionamentos e indica fragilidade no espaço público formado.



#### 4.4 CONCORDÂNCIA, RESPOSTA E REAÇÃO NEGATIVA

O posicionamento dos participantes, em relação ao comentário dos demais ou ao tópico apresentado como princípio dos debates, pode se caracterizar em três direcionamentos diferentes: concordância, resposta e reação negativa. A concordância acontece quando há persuasão, convencimento, ou seja, quando o participante usa seu comentário para reafirmar algo já exposto. Os índices de concordância foram de apenas 17,54%.

O índice de resposta foi de 64,91%. Este índice indica quando há progressão nos debates com a apresentação de uma posição diferente da anterior ou do texto inicial de cada item. É o mais relevante para aspectos de um espaço público forte, pois a argumentação se dá na troca discursiva entre os participantes, e o maior resultado disso está nos momentos em que os participantes consideram os outros e são capazes de apresentar um ponto de vista diferente.

Em alguns momentos, os participantes dos debates não elaboram concordâncias nem respostas, mas agem em um terceiro sentido, de radicalização, quando há uma reação negativa a algo que foi apresentado anteriormente, de forma abrupta e que impossibilita ou dificulta a progressão dos debates. Os índices foram de 17,54%.

#### 4.5 RESPEITO E DESRESPEITO

A indicação está para o comentário que resguarda o respeito ao conteúdo apresentado por outro participante e também ao nível de respeito às outras pessoas incluídas ou citadas no debate. Os índices de respeito foram bons, com 84,21%. A falta de respeito, nos comentários, pode prejudicar o andamento dos debates, enfraquecendo o espaço público e, também, causando abandono tanto de participantes ofendidos quanto de participantes que podem deixar de dar crédito à ferramenta.

### 5. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ANÁLISES

De forma geral, houve, ao menos em um sentido potencial, a geração de ambientes públicos de discussão que fomentassem participação e deliberação. Os

detalhes de enfraquecimento desses níveis se devem mais por características da falta de motivação do público participante e da falta de garantias da interferência das participações nas agendas públicas. O processo de deliberação no site é, também, estendido no tempo, ou seja, não está em seu todo representado nas pesquisas empíricas de análise de conteúdo ou pesquisas de avaliação das ferramentas e dos produtos da plataforma em si. O processo é estendido, de forma que não pode ser alcançado em sua totalidade pela pesquisa. A ampliação pode ser: nas redes sociais, nas conversas informais ou mesmo nos bastidores das negociações políticas ou na repercussão da conversação em um blog.

Não se pode afirmar que o e-Democracia seja um espaço formal de discussão, mas ele se aproxima disso em alguns momentos e de espaço público informal, em outros. A presença de deputados no debate, o contato direto com o texto legislativo e a proposta de elaboração de um texto legal o encaminham para uma maior formalidade. Esse aspecto guarda, por um lado, a vantagem de poder ser mais bem aproveitado para a constituição do texto legal, mas pode, por outro, excluir grande número de participantes que não se sintam qualificados o bastante para ingressar nas discussões. Rousiley Maia (2008) afirma que, de forma geral, quando as pessoas argumentam, elas pretendem que suas discussões e seus posicionamentos influenciem e até modifiquem as opiniões dos outros e, também, reflitam nas decisões coletivas. Ela ainda aponta que os espaços institucionais tendem a favorecer uma melhor deliberação devido à maior disposição à apresentação de argumentos por parte dos participantes que se esforçam mais para justificarem suas opiniões.

A questão do agendamento do campo político é um aspecto que merece destaque. Os assuntos públicos são o conteúdo mais constante no site, mas a interferência dessa participação, no campo político decisório, ainda depende de ferramentas e de contatos que façam essa ligação. Em razão de sua manutenção do e-Democracia ser feita pela Câmara dos Deputados, há participação de deputados e técnicos legislativos e os resultados são apresentados aos membros das comissões especiais temáticas. Mesmo assim, ainda persiste a ressalva de que o processo não funciona plenamente, com reclamações quanto à falta de presença continuada dos deputados e falta, pois, uma verdadeira e consistente identificação de que as contribuições foram consideradas, já que

fica a critério do deputado relator aceitar as intervenções que desejar, podendo ser, até mesmo, nenhuma.

É preciso ainda, pelos aspectos da deliberação, indicar qual o nível de “uso” de poder administrativo que os cidadãos têm, ou seja, pelo acesso ao poder de deliberação, identificar em que a participação dos cidadãos se reflete em ações concretas, nesse caso, no conteúdo das leis. O diferencial positivo no e-Democracia está no fato de ser um instrumento da Câmara dos Deputados elaborado para fins de uso da casa legislativa e ter a participação direta, em certos momentos, dos Deputados Federais. No trecho a seguir, do texto do relatório final da comissão, o relator cita a origem de demandas na participação popular no e-Democracia:

Quanto ao acolhimento e tratamento, os participantes debateram a necessidade de construir políticas interssetoriais para lidar com o uso de drogas. **A Comissão acolheu esta sugestão e elaborou uma série de recomendações para o fortalecimento do sistema de políticas sobre drogas, a criação de uma rede nacional**, entre outras (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011a, p. 87-88).<sup>19</sup>

Para uma deliberação concreta, o público participante precisa ter evidências de que aquilo que foi discutido seria aproveitado e de que causaria alguma repercussão na agenda legislativa<sup>20</sup>, como acontece nos casos de Orçamento Participativo Digital, em que, geralmente, o voto dado é o único fator determinante para a ação do agente político. Na maioria das ações, é promovida a conversação entre os cidadãos e são oferecidas informações sobre o processo legislativo.

## 6. ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO

A organização da participação no site, por parte dos responsáveis, inicia-se com a seleção da temática da comunidade e com o convite de consultores legislativos e convidados iniciais do debate. Além disso, a preparação ainda inclui o material disponibilizado na biblioteca e a escolha dos tópicos dos fóruns. Com o lançamento da comunidade, buscaram-se cidadãos interessados em integrar a comunidade por meio de

<sup>19</sup> Grifo no original.

<sup>20</sup> Andrea Perna (2010) pesquisou experiências de participação em legislativos de diversos países da América Latina e constatou que ainda é quase nula uma real repercussão dessa participação no processo legislativo.

redes sociais. Uma vez membros das comunidades, os interagentes têm as ferramentas principais como possibilidade de participação.

A deliberação *online* e a presencial aparecem como complementares, em alguns momentos, como no caso da participação no Seminário de Política sobre Drogas (espaço formal), que contou com os participantes tradicionais, que vão até a Câmara dos Deputados, e com os participantes no bate-papo (espaço informal) que foi realizado de forma simultânea ao ato público da casa legislativa. Isso pode ser notado no exemplo do cidadão Bruno Porto que participou da comunidade “Política sobre Drogas” no *e-Democracia* e foi convidado a compor uma das mesas e a realizar uma interlocução no seminário nacional promovido pela Comissão Especial Temática na Câmara dos Deputados. Ele destacou a participação dos cidadãos nos fóruns:

E o Portal *e-Democracia* dá abertura à população para poder realmente estar em contato com os seus representantes, com a Câmara dos Deputados, e participar ativamente do processo de criação de leis. Muitas vezes, a gente não tem acesso a eles, mas vocês também não têm acesso às nossas opiniões diretas ou às nossas experiências de vida, como um cidadão mesmo, que convive diariamente com o problema das drogas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011b, p. 53).

O trabalho de filtro das participações é feito pelos moderadores de conteúdo, os consultores legislativos<sup>21</sup>. Eles são responsáveis pela análise da viabilidade legal das propostas apresentadas e de elaboração de uma síntese com os principais pontos discutidos. Mesmo assim, é o relator responsável quem decide o que acata do material apresentado. No caso da comunidade em estudo, o relator, Givaldo Carimbão (PSB/AL), afirma em alguns trechos o recebimento dos debates do *e-Democracia*.

No entanto, ainda há lacunas no processo de participação, com uma intensidade grande no início dos debates e um posterior decréscimo numérico e de resposta com itens sem nenhum comentário. O aprimoramento da gestão da informação é necessário para que o site e suas ferramentas possam ser mais bem utilizados. No próprio relatório final da comissão, há a indicação de um problema que pode prejudicar o interesse dos participantes. Um dos temas mais discutidos foi a liberação da venda da maconha, mas a explicação final era de que esse não era o foco da comissão.

---

<sup>21</sup> Especialistas em diversos temas de políticas públicas, cerca de duzentos profissionais, distribuídos em vinte e uma áreas temáticas, que auxiliam os deputados brasileiros no processo legislativo (FARIA, 2012, p. 146; FARIA; SHIM 2012).

Houve um intenso debate, na comunidade, sobre as vantagens e desvantagens da liberação da venda e uso da maconha. Esse tópico, no entanto, não estava no escopo do trabalho da Comissão uma vez que sua instalação se deu, prioritariamente, para tratar das ações de enfrentamento ao Crack. Esse debate, então, ficará para a próxima fase quando serão tratadas as medidas legislativas no contexto do PL nº 7.663, de 2010 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010a).

O processo de execução do *e-Democracia* ainda está em fase de aperfeiçoamento, com a experimentação de novas ferramentas e estratégias de organização da informação. Além disso, é preciso o estímulo ao cidadão para a participação que está muito ligado ao fato de que o participante sinta que sua colaboração foi útil no processo. Como afirma Perna (2010, p. 223), “de pouco adianta proporcionar o acesso ao parlamento se não se testemunha o uso daquele recurso participativo para o aprimoramento das práticas democráticas”. O site aposta em uma coprodução de leis entre cidadãos e atores políticos, mas os resultados ainda são incipientes se o objetivo a ser alcançado for, de fato, a criação de um sistema híbrido, que ainda vai depender de um aperfeiçoamento no uso das ferramentas, do comportamento de políticos e cidadãos e de uma guinada das esferas estatais. Mas o fato de não alcançar seu objetivo audacioso não impede de constatar-se que o site tem sua contribuição para a participação e a deliberação. O site fornece, ainda, textos legislativos sobre o tema e material complementar, que, em um dos destaques positivos da experiência, pode ser também disponibilizado pelos próprios participantes.

O fato de o site *e-Democracia* debater de forma aprofundada e reunir um público com certo conhecimento técnico tem a vantagem de gerar contribuições mais densas e, por outro lado, pode deixar de agregar cidadãos não especialistas. Mas o índice maior de interação não gera, por si só, um melhor resultado deliberativo, pois o aperfeiçoamento desse espaço vai depender do uso dado pelos participantes e do reflexo das discussões nas práticas sociais e políticas. Quanto às promessas de participação, há o problema da frustração que o site pode causar no cidadão quando oferece uma possibilidade de intervenção no campo decisório que ele não pode cumprir, dando uma falsa sensação de poder. Nos acordos, há promessas que levam os participantes a se disporem a “gastar” seu tempo investindo nessa participação. Quanto maiores são as expectativas, maiores são as cobranças. Esse aspecto pode ser visto quando os participantes sentem falhas em suas expectativas, são mais veementes em demonstrar sua insatisfação. Uma “promessa

não cumprida” de um espaço de interferência pode ser até pior democraticamente que um espaço que não se propõe a interferir diretamente na esfera decisória de poder. Isso gera uma sensação de suspeita por parte de participantes. Vale a ressalva, ainda, de que a oferta de possibilidades de acesso e de participação dos cidadãos no processo legislativo nem sempre resulta em melhor governança ou em mudanças nas estruturas institucionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva deliberativa, a relação entre representantes e representados é um processo essencialmente comunicacional. E um processo comunicacional corretamente executado gera maior transparência dos diversos processos da estrutura do legislativo e “combate” vícios e desvios do processo de representação, como o afastamento entre o desejo da população e as decisões legislativas. Além disso, o processo de maior participação e deliberação se encaminha para uma inversão na concepção de que a política é um campo restrito e faz parte do mundo de uma elite burocrática incumbida de decidir pelos demais, a parte desinteressada e incapacitada de contribuir satisfatoriamente com esse campo, restando-lhe apenas o papel de escolher seus representantes.

O conceito tratado na pesquisa de deliberação *online* pode ser analisado por suas características ideais, como uma irrestrita inclusividade, uma igualdade entre os cidadãos e efeitos concretos nos sistemas de produção de decisões públicas e políticas. Mas esses aspectos ideais têm também níveis menos exigentes de possibilidades de geração de inclusão cidadã, mesmo ainda não se tratando de elevados níveis de deliberação, mas de significativos índices de participação, inclusão e práticas comunicativas que apresentem aspectos deliberativos, que, de igual modo, podem ser identificados como elementos cidadãos.

Resultados expressivos do uso de ferramentas *online* de participação política só serão efetivados com o passar do tempo, a partir de um processo de amadurecimento cidadão, com a popularização dessas ferramentas e a realização de mudanças estruturais nos governos, em vista do aproveitamento das trocas discursivas. Portanto, por mais que seja prepotência ou risco afirmar, a sociedade será a responsável maior pelo

aperfeiçoamento de ferramentas como o *e-Democracia*. Em um fluxo contrário, mas não oposto, a sociedade também acaba por pressionar os representantes por mais e melhores espaços de participação e uma desburocratização da participação pública nesses espaços.

De fato, no Brasil, resultados ideais ainda não são alcançados, mas os elementos de participação e um nascente discurso de interferência cidadã no processo legislativo podem ajudar a cumprir, em um futuro próximo, um processo de elaboração de uma lei com mais justificção agregada e mais aceita socialmente. A estrutura institucional do Estado precisa se adaptar para assimilar experiências participativas e torná-las significativas para o processo. É necessário um redesenho institucional e o reposicionamento dos agentes políticos, que podem contar com os cidadãos no processo de construção de políticas públicas, desenvolvendo instituições políticas mais permeáveis à sociedade.

As opiniões e argumentações declaradas no site são úteis para as trocas discursivas entre os cidadãos, mas são ainda apenas sugestivas para as decisões legislativas, pois não há a vinculação obrigatória entre o acúmulo das participações e a decisão final dos representantes políticos. As opiniões ainda são apenas sugestivas e não geram ainda um verdadeiro impacto social e político. A relevância dessas ferramentas se amplia na medida em que podem provocar mudanças nas instâncias institucionalizadas. A grande questão está em que a abertura dos espaços decisórios à participação e a maior porosidade das administrações públicas implicam riscos, pois os espaços de participação não são automaticamente democráticos. Há ainda a necessidade de abertura dos governos e políticos para o uso das ferramentas de discussão e deliberação, pois o meio de comunicação não modifica o sistema político. Nesse sentido, a apresentação de ferramentas pode significar desde interações significativas até nenhuma interação.

Uma questão mais profunda está na necessidade de existência desses espaços de participação, pois, afinal, as pessoas debatem vários assuntos, entre eles os temas político-públicos, em diversos espaços proporcionados pela Internet, como nas redes sociais, nos fóruns, nos comentários de notícias e nos diversos blogs. Uma das possibilidades de aproximação entre cidadãos e agentes políticos poderia ser a coleta das sensações e tendências sobre os diversos assuntos nas redes, como fazem diversas empresas para identificar como a marca é vista socialmente, por exemplo. Quando se cria

um lugar específico, um espaço participativo, as pessoas precisam se sentir motivadas para a expressão de sua opinião e a troca de informações em mais um espaço, já que elas já têm a possibilidade de fazer isso em blogs, sites e redes sociais. Além disso, há outros espaços participativos que podem complementar o *e-Democracia*.

O trabalho de gestão do conhecimento é o que leva sites de participação política a congregarem as conversações e argumentações em espaços específicos, moderados e mais organizados, em vista de uma participação mais cívica. E é nessa gestão do conhecimento disponibilizado que os responsáveis têm que desenvolver estratégias mais especializadas. Esse também é um aspecto que merece mais atenção nos sites. É preciso construir uma aparelhagem político-institucional capaz de gerar uma institucionalização da discussão e da participação de cidadãos (MAIA, 2011, p. 65). Nesse sentido, o site tem de ser pensado a partir de uma navegabilidade simples e de fácil compreensão e precisam ter atrativos para manutenção dos participantes nas interações. E as ferramentas devem ser adaptadas de acordo com a experiência e o acúmulo de participação de cada sociedade.

O problema é que a participação justa e igualitária dos cidadãos no processo como um ideal da democracia deliberativa está longe de ser concretizada, principalmente pelos índices baixos de acesso à Internet e menores índices de cidadãos que acessam sites e ferramentas de governança eletrônica. De fato, a participação política na Internet aponta possibilidades, mas, ao mesmo tempo, conserva o histórico de insuficiências na participação política. A Internet não pode ser retirada do contexto mais amplo da vida social, não pode ser entendida como um mundo paralelo. O desenvolvimento buscado no aspecto da inclusão é o de redução processual das diferenças e não necessariamente um envolvimento da totalidade dos cidadãos afetados. A diminuição da desigualdade, na atual situação, está na redução de déficits de participação ligados a aspectos sociais, culturais e econômicos, e não na a necessidade de que todos os cidadãos participem.

A disseminação de espaços decisórios e conversacionais *online* depende ainda de diversos aspectos já apresentados, mas, principalmente, da implantação de uma cultura que valorize esses espaços como úteis para a prática deliberativa, para o uso das deliberações para a ponderação e o discernimento de fins coletivos (HABERMAS, 1997, p. 202). É uma construção de verdadeiras assembleias públicas virtuais, com trocas discursivas de fato e não espaços dispersos. O que pode ser intuído das análises



realizadas é que nesses espaços, a Internet ainda não gerou massa crítica suficiente para provocar modificações nas relações de poder e que a complexidade do processo parlamentar ainda é um grande empecilho para a participação.

Há muitos passos a serem dados no aperfeiçoamento tanto das ferramentas, quanto de alterações mais sérias e que demandem muito esforço, como as questões estruturais das instituições governamentais, a sua dificuldade de abertura para as interferências da sociedade e o preconceito de que os cidadãos, na generalidade, não se sentem mobilizados ou não estão capacitados para intervir na política. Se ainda os níveis de participação, debate, trocas discursivas e deliberação não são satisfatórios, os elementos apresentam um potencial para um processo de amadurecimento que pode vir a tornar um excelente incremento à democracia. As críticas dos participantes já apontam cobranças que podem ajudar na efetividade das ferramentas.

Alguns indícios de que o poder comunicativo se relaciona com o poder administrativo foram apresentados, mas, além disso, um grande potencial para essa relação pode ser vislumbrado, em vista de uma democracia representativa mais justificada socialmente e, em vista disso, mais sólida; aproveitamento das contribuições dos atores cívicos; e, transversalmente, uma maior transparência no processo legislativo. Se o poder comunicativo se torna poder administrativo por meio das leis, pode-se dizer que ainda são necessárias uma especialização maior dos usos das ferramentas e uma abertura mais significativa por parte dos governos. No site, a abertura de espaço e a presença de deputados nas discussões se mostraram, em muitos casos, com expectativas frustradas, falta de resposta de deputados e fragilidades no processamento das contribuições feitas pelos cidadãos. Mas, por outro lado, o que se aponta é que há um potencial muito positivo para melhoria dessas relações, em conjunto com o desenvolvimento e aperfeiçoamento desses processos e a ampliação do engajamento dos cidadãos diante de resultados visíveis.

Em muitas situações de trocas discursivas, a escolha de uma posição vem acompanhada pela argumentação e fundamentação por parte dos cidadãos. Isso demonstra, à primeira vista, um aspecto de consistência do processo, ao menos do cumprimento da necessidade de justificação pública das razões, da busca cooperativa por soluções, mesmo que não se tenha uma decisão imediata como resultado. É preciso também superar certo ceticismo ainda existente de que a população não pode ou não tem

capacidade de contribuir com os legisladores na construção de leis e políticas públicas. O sistema político precisa mudar a disposição para considerar a participação dos cidadãos significa uma modificação e, até mesmo, uma redução no poder dos representantes constituídos. Além disso, parece muito difícil prever o impacto, no legislativo, das experiências de participação mais profundas e consistentes, com a interferência dos cidadãos e a postura diferenciada dos legisladores.

Além dessas questões, pode-se constatar que a confiança nas tecnologias como solução para os problemas de participação democrática sempre é frustrada, pois a assimilação é feita de maneira parcial. Interferem também outros fatores de teor *off-line*, como a rigidez das instituições e a disposição dos cidadãos para o uso das ferramentas. Portanto, mesmo que as possibilidades democráticas da Internet tenham sido apresentadas e, em grande medida, fizeram parte da essência das iniciativas em estudo, a execução de um projeto que intervenha consistentemente nas relações entre estado e sociedade, no que concernem às questões de elaboração de políticas públicas e de legislação, vai depender, mesmo assim, de outras questões que independem do dispositivo tecnológico. Entende-se que é imprudente afirmar que uma inovação tecnológica traz uma expansão para a democracia, pois a nova tecnologia não é democrática *per se*, mas ela traz ferramentas que podem ou não aperfeiçoar a democracia e vão depender do uso que os cidadãos fazem delas. Após as análises, pode-se afirmar que o uso é até mais determinante que qualquer outro aspecto, ou seja, o instrumento de participação é dependente do público que o acessa.

## REFERÊNCIAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório Final:** Propostas para Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil. 2011a. Disponível em: <<http://edemocracia.camara.gov.br/documents/69357/69392/RELAT%C3%93RIO+FINAL+DA+COMISS%C3%83O+ESPECIAL+DE+COMBATE+%C3%80S+DROGAS?version=1.0>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório Final:** Seminário Nacional da Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas. 2011b. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/politicas-publicas-de-combate-as-drogas/arquivos/nt-010911>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

CHAMBERS, S. A teoria democrática deliberativa. In: MARQUES, A. C. S. (Org.) **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**: textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 239-267.

E-DEMOCRACIA. **Site e-Democracia (Beta)**: Participação Virtual, Cidadania Real, 2011. Disponível em: <<http://edemocracia.camara.gov.br/en/>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

FARIA, C.F.S. **O parlamento aberto na era da Internet**: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 334 p.

FARIA, C.F.S. SHIM, D. **Entrevista realizada pelo autor da pesquisa** [13 fev. 2012]. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MAIA, R.C.M (Coord.). **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MAIA, R.C.M. Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política. In: MAIA, R.C.M; GOMES, W; MARQUES, F. P. J. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARQUES, A.C.S; MAIA, R. C. M. A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. In: **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 12, abr. 2008, p. 143-175.

PERNA, A. **O lado invisível da participação política**: gestão da informação dos mecanismos digitais de participação política nos parlamentos da América Latina, com uma análise do caso da Câmara dos Deputados do Brasil. 2010. 271 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UnB, Brasília, 2010.

SAMPAIO, R.C.A. **Participação e deliberação na Internet**: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SAMPAIO, R.C; MAIA, R. C. M; MARQUES, F. P. J. A. Participação e deliberação na Internet: estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. **Opinião Pública**, Campinas, vol.16, n. 2, p. 446-477, nov. 2010.

## Nacional e cosmopolita, arcaico e moderno: o Brasil pelas lentes dos cineastas “paulistas do entre-lugar”

CAROLINE GOMES LEME<sup>22</sup>

### RESUMO

Intentamos lançar um olhar sociológico sobre a filmografia de um conjunto de cineastas “paulistas” (leia-se estabelecidos em São Paulo) que ao longo das décadas de 1960 e 1970 estiveram situados numa espécie de “entre-lugar”, tendo, de um lado, o Cinema Novo como principal referência estética e cultural e, de outro, as condições de produção cinematográfica que se apresentavam em São Paulo, as quais passavam em larga medida pela chamada Boca do Lixo paulistana, lócus de produção eminentemente comercial. Ingressados na vida adulta antes do golpe de 1964, oriundos dos meios universitários e com tendências políticas de esquerda, os cineastas Roberto Santos, Luiz Sérgio Person, Maurice Capovilla, Sérgio Muniz, João Batista de Andrade, Francisco Ramalho Jr. e Renato Tapajós compartilhavam com os cinemanovistas um “caldo de cultura” comum e não se identificavam organicamente a núcleos de cineastas que produziam em São Paulo, como os “universalistas” Rubem Biáfora, Walter Khouri e Flávio Tambellini ou os jovens do Cinema Marginal. No entanto, situados na metrópole paulistana e sem desfrutar do mesmo prestígio e influência dos cineastas que compunham o núcleo duro do Cinema Novo, esses “paulistas do entre-lugar” realizaram seus filmes sob condições de produção diferenciadas, legando um conjunto de obras temática e estilisticamente heterogêneo. Nosso intuito é lançar luz sobre essa filmografia, analisando as interpretações do Brasil que daí emergem, seja quando se coloca em tela o Brasil “profundo”, rural, com elementos tradicionais e arcaicos – como em *A hora e a vez de Augusto Matraga* (1965) e *Um anjo mau* (1971), de Roberto Santos; *Terra dos Brasis* (1971) de Maurice Capovilla e nos filmes de Sérgio Muniz para a Caravana Farkas – seja no agudo retrato da modernidade urbana capitalista, com destaque para a abordagem crítica da questão do trabalho e da indústria cultural, como em *São Paulo S.A.* (Luiz Sérgio Person, 1965); *Bebel, garota propaganda* (Maurice Capovilla, 1967); *Anuska, manequim e mulher* (Francisco Ramalho Jr., 1968); *O filho da televisão* (João Batista de Andrade, 1969); *Fim de semana* (Renato Tapajós, 1976) e *O homem que virou suco* (João Batista de Andrade, 1979).

**Palavras-chave:** Cinema brasileiro, Tradição e modernidade, São Paulo - anos 1960 e 70

<sup>22</sup> Doutoranda em Sociologia pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). O trabalho ora apresentado deriva de pesquisa de doutorado, em andamento, apoiada pela CAPES (jun./2011-jun./2012) e pela FAPESP (a partir de jun./2012).

## OS “PAULISTAS” DO “ENTRE-LUGAR”: CINEMA EM SÃO PAULO ENTRE O CINEMA NOVO E A BOCA DO LIXO

Falar do cinema brasileiro dos anos 1960 é falar do Cinema Novo, cujo impacto continuou reverberando nas décadas seguintes. O movimento trouxe para as telas de cinema a reflexão sobre a realidade brasileira e o fez incorporando não apenas novas temáticas, mas também novas formas de produção – cinema independente dos grandes estúdios, filmado em locações e com equipamentos leves – e nova linguagem que, na própria tessitura formal, buscava problematizar os dilemas do país.

Responsáveis por filmes antológicos, os cinemanovistas se consagraram e conquistaram lugar proeminente no meio cinematográfico. Alguns fatores, embora insuficientes para determinar o êxito artístico e mesmo irrelevantes para se avaliar a importância do movimento para o cinema brasileiro, ajudam a compreender como o grupo se viabilizou e conseguiu conquistar posição dominante no “campo” cinematográfico. Fernandes (2008), em sua análise do itinerário dos integrantes do núcleo duro<sup>23</sup> do Cinema Novo sob uma perspectiva inspirada em Bourdieu<sup>24</sup> e com foco nas relações entre elites intelectuais e Estado, assinala que foram fundamentais para o sucesso das carreiras dos cinemanovistas: a elevada posse de capital cultural, a retaguarda material de suas famílias e a “multiposicionalidade” em redes sociais no Brasil e no exterior, que lhes permitiram mobilizar recursos materiais e simbólicos em prol do grupo e conquistar ascendência sobre o Estado.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> Fernandes (2008) indica nove cineastas na composição do que chamou de “núcleo-duro” do Cinema Novo: Nelson Pereira dos Santos, Joaquim Pedro de Andrade, Paulo César Saraceni, Leon Hirszman, Gustavo Dahl, David Neves, Glauber Rocha, Carlos Diegues e Roberto Farias. Reconhece que essa definição tem algo de arbitrário e que especialmente a inclusão de Roberto Farias é questionável. Ressalta, porém, que mais do que as afinidades estéticas – ele não inclui, por exemplo, Ruy Guerra – ele busca delinear o núcleo de indivíduos cujas relações estiveram no cerne da constituição e viabilidade do grupo.

<sup>24</sup> Bourdieu (1996, 1998, entre outros). Não obstante a centralidade de conceitos bourdieusianos em sua tese, Fernandes (2008) considera que o termo “campo” só pode ser utilizado entre aspas para se referir ao cinema brasileiro uma vez que a “relativa autonomia” a que se refere o conceito original é nesse caso questionada pela condição periférica do Brasil, pelo domínio de companhias cinematográficas estrangeiras, pela dependência do Estado e pela influência de instâncias e critérios externos para a consagração de seus agentes.

<sup>25</sup> Segundo Fernandes (2008), as redes de relações dos cinemanovistas foram importantes tanto no impulso inicial às suas carreiras dado, por exemplo, pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e pelo Itamaraty – para o que lhes valeu o fato do pai de Joaquim Pedro, Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, ser dirigente do SPHAN

Ainda que alguns de seus membros fossem provenientes de outros estados do país, foi na capital do então estado da Guanabara que o grupo do Cinema Novo se constituiu na virada dos anos 1950 para 1960, reunindo-se em espaços como cineclubes, cinemateca do MAM (Museu de Arte Moderna) e bares, como o “bar da Líder”, próximo ao laboratório da Líder Cinematográfica, e o Alcazar, em Copacabana. Alguns cinemanovistas, notadamente Leon Hirszman e Cacá Diegues, tinham ainda como espaço de sociabilidade o *CENTRO POPULAR DE CULTURA* (CPC) carioca. Foi também no Rio de Janeiro que ficou sediada a Embrafilme (Empresa Brasileira de Filmes S/A), empresa de capital misto, majoritariamente estatal, fundada em 1969 e que sucedeu iniciativas governamentais anteriores como a CAIC (Comissão de Apoio à Indústria Cinematográfica), no âmbito estadual e o INC (Instituto Nacional de Cinema), de caráter federal. Pode-se, então, afirmar que o Rio de Janeiro tornou-se a capital do cinema brasileiro ou ao menos o polo mais rico em prestígio cultural e mais forte em termos de influência na política cinematográfica. Era o lugar onde se congregavam cineastas bem formados e talentosos, onde se concentravam as principais discussões estéticas e político-culturais e, ao mesmo tempo, lugar de proximidade “geográfica” com o Estado.

Ante a efervescência carioca, a metrópole paulistana, marcada pelo fracasso do cinema industrial dos anos 1950, era percebida como um lugar de “solidão da cultura cinematográfica”, para utilizarmos a expressão do cineasta Maurice Capovilla em depoimento a Mattos (2006, p.101). Francisco Ramalho Jr. segue na mesma direção: “na medida em que o cinema que estava começando a nascer se encontrava no Rio de Janeiro, e não fazíamos parte do grupo, do Cinema Novo, não estávamos na Embrafilme, nada. Éramos, digamos assim, apenas paulistas” (RAMALHO apud SABADIN, 2009, p.51).

Ramos (1983), Johnson (1987), Amâncio (2000) e Jorge (2002) confirmam que houve, especialmente na gestão Roberto Farias (1974-1979) um predomínio de produções cariocas a receber recursos da Embrafilme. Para Ramos (1983), os números

---

e a proximidade com vários diplomatas, entre os quais Paulo Carneiro e Lauro Escorel – como também quando, já consagrados, lograram influência sobre a Embrafilme, contando com a colaboração do pai de Cacá Diegues, Manuel Diegues Jr., dirigente do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, que teria indicado, em 1974, diretamente ao ministro Ney Braga, de quem era amigo, o nome de Roberto Farias para a direção da Embrafilme, o qual, por sua vez, convidou como assessores Zelito Viana e Gustavo Dahl. Este ocuparia a direção da Embrafilme Distribuidora a partir de 1975.

“demonstram bem a existência deste crivo que assume a aparência de regional, na realidade mais uma forma de seleção política, onde tem peso significativo a influência dos cinemanovistas, em sua maioria atuando no Rio, e são privilegiados apenas setores bem determinados do cinema paulista” (RAMOS, J. 1983, p.137-138). Nesses “setores bem determinados do cinema paulista” que disputam com os cinemanovistas a influência sobre o Estado desde antes da criação da Embrafilme, estão, a princípio, nomes vinculados ao chamado cinema “universalista”<sup>26</sup>, como Rubem Biáfara, Walter Khouri e Flávio Tambellini – este, posteriormente estabelecido no Rio de Janeiro, foi o primeiro presidente do INC –, com presença forte até 1970 quando Ricardo Cravo Albin, próximo aos cinemanovistas, assume a direção do INC. Já nos anos 1970, enquanto o grupo dos “universalistas” vai perdendo força, passam a se notabilizar dentre os setores beneficiados do cinema paulista aqueles dedicados a um certo nacionalismo com “verniz cultural oficial”<sup>27</sup>, responsável por obras como *Lucíola, o anjo pecador* (Alfredo Sternheim, 1975); *Iracema, a virgem dos lábios de mel* (Carlos Coimbra, 1977) e *O guarani* (Fauzi Mansur, 1979).

Nesse quadro, percebe-se pouco espaço para um conjunto de cineastas “paulistas” (leia-se estabelecidos em São Paulo) que, conforme observa Ridenti (2010, p.98), embora tomassem como referência as propostas cinemanovistas não eram reconhecidos como parte do grupo, como declara Renato Tapajós:

[...] embora a gente estivesse aqui em São Paulo sob o total impacto do Cinema Novo – e todo mundo via o Cinema Novo como a redenção do cinema brasileiro –, na verdade São Paulo nunca esteve envolvida no Cinema Novo, quer dizer, depois comentava-se que o Cinema Novo era composto por aqueles que Glauber achava que faziam parte do Cinema Novo. E como ele nunca achou que os paulistas fizessem parte do Cinema Novo, a gente corria um pouco à margem disso daí, embora fizesse todas as discussões e tentasse acompanhar todas as propostas. (TAPAJÓS, 1997 apud RIDENTI, 2010, p.98).

João Batista de Andrade chega a denominar as reverberações paulistas do movimento carioca como “Cinema Novo Tardio de São Paulo” (ANDRADE, 2002, p.50). Mais do que um grupo ou movimento, o Cinema Novo apresenta-se como um “momento histórico que se impõe para uma geração”, nas palavras de Capovilla (apud

<sup>26</sup> A vertente “universalista” ou “cosmopolita” é entendida por Ramos como aquela que não vê problemas em o cinema brasileiro “absorver, sem críticas, formas de produção e moldes artísticos estrangeiros” (RAMOS, J., 1981, p.23). A dicotomia “nacionalistas” versus “universalistas” na prática se apresenta mais matizada, mas o esquema é importante para compreender os polos do conflito que permeava o meio cinematográfico.

<sup>27</sup> A expressão é de Ramos (1983, p.138).

SACRAMENTO, 2008, p.43). Trata-se, em verdade, de um processo amplo que ultrapassa o âmbito do cinema. Conforme argumenta Ridenti (2000, 2010), o final da década de 1950 e os anos 1960 foram marcados por manifestações político-culturais imbuídas por uma “estrutura de sentimento da brasilidade (romântico) revolucionária”, a qual “implicava o paradoxo de buscar no passado (nas raízes populares nacionais) as bases para construir o futuro de uma revolução nacional modernizante que, ao final do processo, poderia romper as fronteiras do capitalismo” (RIDENTI, 2010, p.88 e 89). Após o golpe civil-militar de 1964 e especialmente após o decreto do Ato Institucional n.5, a revolução social foi se afastando cada vez mais do horizonte de perspectivas enquanto o regime militar foi encampando, à sua maneira, o debate acerca da cultura nacional-popular e criando órgãos estatais de fomento à produção cultural, o que, no caso específico do cinema, resultou na aliança entre (ex)cinemanovistas e Embrafilme.

No que diz respeito aos “paulistas”, podemos delinear um pequeno conjunto em torno dos seguintes nomes: Roberto Santos (1928-1987), Luiz Sérgio Person (1936-1976), Maurice Capovilla (1936- ), Sérgio Muniz (1935- ), João Batista de Andrade (1939- ), Francisco Ramalho Jr.(1940- ) e Renato Tapajós (1943- ). Esses cineastas estabeleceram diversas relações e parcerias entre si<sup>28</sup>, mas não chegaram a constituir-se como grupo, conforme relata João Batista de Andrade:

Muitas vezes nós tentamos reunir todo o pessoal de cinema – e nós éramos tão poucos – procurando incentivar um movimento, um projeto cinematográfico que pudesse nos unir e fortalecer. Eram discussões terríveis que nunca chegavam a nada. Eu não me entendia, politicamente, nem com o Capovilla e muito menos

<sup>28</sup> No início dos anos 1960 João Batista de Andrade e Francisco Ramalho Jr. fundaram (junto com Clóvis Bueno e José Américo Viana, que não seguiram carreira como cineastas) o Grupo Quatro *DE CINEMA*, ao qual se ligou Renato Tapajós. O primeiro curta-metragem de Tapajós, *Vila da barca* (1964), foi montado por João Batista num equipamento emprestado por Sérgio Muniz. Roberto Santos opinou sobre *Universidade em crise* (1965) – também de Tapajós com montagem de Batista – quando o filme estava em fase de “copião pré-montado”. Roberto Santos colaborou na montagem de *Subterrâneos do futebol* (1965) de Capovilla, filme que integrou o longa *Brasil Verdade*, produzido por Thomas Farkas, produtor junto ao qual Sérgio Muniz realizou diversos filmes, sendo que Batista e Ramalho Jr. foram assistentes em outros filmes produzidos por Farkas. Capovilla fez assistência de dublagem em *A hora e a vez de Augusto Matraga* (1965) de Roberto Santos enquanto este participou da produção e colaborou no roteiro de seu *Bebel, garota propaganda* (1967), além de fazer uma participação especial como ator; sendo Batista gerente de produção nesse filme. Batista e Ramalho Jr. fundaram em 1968 a produtora Tecla que realizou *Anuska, manequim e mulher* (Ramalho Jr., 1968) no qual Person atuou como ator. Em parceria com a Tecla, a produtora Lauper Filmes de Person coproduziu *Em cada coração um punhal* (1969), filme de episódios, um dos quais de Batista. Capovilla realizou o episódio *Loucura* para o longa *Vozes do medo* coordenado por Roberto Santos (1970). Ramalho Jr. fez trabalho de câmera e som no filme *Você também pode dar um presunto legal* (1971) de Muniz e foi o produtor de *Os Amantes da chuva* (1979) de Roberto Santos. Person, Ramalho Jr. e Batista fundaram a distribuidora de filmes RPI (Reunião de Produtores Independentes). Capovilla e Roberto Santos foram colegas integrando o primeiro corpo docente do curso de cinema da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), onde também lecionou Batista.



com o Roberto Santos, apesar de minha admiração por ambos, como cineastas [...] em São Paulo, o nosso mestre maior, Roberto Santos, nos impunha sua força, sua ira santa e anárquica. Talvez tenha sido esse o recado do Roberto, uma coisa do tipo “Cineastas, desuni-vos!”, uma ojeriza à organização política. (ANDRADE apud CAETANO, 2004, p.103 e 105).

Efetivamente, o que nos permite aproximá-los é menos a convergência de propósitos e mais o fato de compartilharem uma espécie de “entre-lugar”, tendo, de um lado, o Cinema Novo<sup>29</sup> – principal referência estética e cultural e grupo dominante da época – e, de outro, as condições de produção cinematográfica que se apresentavam em São Paulo, as quais passavam em larga medida pelo esquema de produção da chamada Boca do Lixo paulistana.

A expressão “Cinema da Boca do Lixo” designa antes a origem geográfica de parte da produção cinematográfica brasileira do que propriamente um estilo, embora seja vinculada mais diretamente ao cinema erótico, que predominou nos anos 1970 e desembocou nos filmes de sexo explícito nos anos 1980. A região em torno das estações da Luz e Júlio Prestes, conhecida como Boca do Lixo, abrigava distribuidoras cinematográficas brasileiras e estrangeiras desde os anos 1920 em virtude da facilidade de escoamento, via rede ferroviária, das fitas de cinema para o interior do estado. E, notadamente a partir dos anos 1960, passou a ser também um centro de produção cinematográfica, impulsionada pela reserva de mercado para filmes brasileiros, conhecida como cota de tela, que aumentou progressivamente ao longo daquela década e da seguinte. Aos filmes de maior rigor estético e temático que nem sempre eram boas promessas de bilheteria, os exibidores preferiam filmes de apelo comercial mais evidente, como os produzidos pela Cinedistri, de Oswaldo Massaini, e logo passaram eles mesmos a investir na produção de filmes associando-se a produtoras como a Servicine, de Alfredo Palácios e Antonio Polo Galante. Pequenos e médios comerciantes também começaram a investir em cinema e, assim, consolidou-se naquela região um polo produtor de filmes, de diversos gêneros, geralmente de baixo custo, com maior ou menor apuro técnico, com o objetivo comum de atingir o mercado.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> Embora consideremos que o Cinema Novo enquanto movimento estético-cultural tenha se esvaziado no início dos anos 70, entendemos que seus remanescentes continuaram carregando consigo a marca de sua “filiação” e sendo fortalecidos por suas redes de relações. Compreendendo as mudanças históricas e estéticas, para efeitos práticos utilizamos a expressão “Cinema Novo” para identificar o grupo que esteve à frente do movimento dos anos 60 e continuou produzindo na década seguinte.

<sup>30</sup>Cf. Abreu (2006) e Simões (1981).

O Cinema da Boca era um “cinema utilitário”, como classificou Capovilla (apud Tosi, 2006), mas comportou algumas “brechas” e foi entre elas que na virada dos anos 1960 para os 1970 surgiram filmes que foram posteriormente abrigados sob o rótulo de Cinema Marginal. Marcados pelo “binômio lixo-deboche” – expressão de Ortiz Ramos (1983, p.68) – tais filmes, desprovidos de utopia, colocavam-se como respostas agressivas, cruéis e sarcásticas à conjuntura brasileira de modernização acelerada e de desenvolvimento da indústria cultural sob intensa repressão do regime militar. O cineasta João Callegaro, um dos nomes do Cinema Marginal, explica como esse cinema com traços rebeldes pôde emergir num esquema de produção voltada ao mercado: “Se a sua ideia fosse minimamente comercial, você conseguia um apoio de produção. Os custos eram baixos e os produtores, picaretas e ingênuos. Se vislumbrassem uma pequena possibilidade de lucro investiam. Pouco, mas investiam. Mesmo que entrassem com equipe, equipamento ou custos de laboratório.”(CALLEGARO apud STERNHEIM, 2005, p.29).<sup>31</sup> O aumento dos custos de produção e a censura, entretanto, puseram fim ao “surto” Marginal dando lugar à produção erótica estritamente comercial que passaria a caracterizar o Cinema da Boca.

Os cineastas que compõem o conjunto focalizado por esta pesquisa não são diretamente identificados ao Cinema Marginal que, de modo geral, está representado por cineastas mais jovens – em idade e/ou em termos de inserção no meio cinematográfico – próximos à contracultura, num quadro ideológico bastante distinto daquele do Cinema Novo, conforme aponta Fernão Ramos (1987)<sup>32</sup>. No entanto, a maioria deles tem alguma ligação com a Boca do Lixo, e, por isso, encabeçam verbetes no *Cinema da Boca: dicionário de diretores*, organizado por Sternheim (2005).<sup>33</sup>

Cabe, então, compreender melhor o espaço em que se moviam esses cineastas. Ingressados na vida adulta antes do golpe de 1964, oriundos dos meios universitários e

<sup>31</sup> Ramos corrobora a declaração de Callegaro. Segundo ele: “A própria forma de produção, ao invés de circundar a burguesia nacional como o Cinema Novo, tinha suas origens em pequenos capitalistas, numa espécie de ‘marginalidade econômica’, e assim a sustentação da proposta cultural permitia – aliás, nem devia se interessar por este aspecto – os exercícios estéticos dos cineastas” (RAMOS, J., 1983, p.69).

<sup>32</sup> Conforme assinala Fernão Ramos (1987), no Cinema Marginal, ligado a um quadro ideológico pós-AI-5, as preocupações com os dilemas da nação e do povo deram lugar ao deboche e ao nihilismo, tematizando-se questões como “as drogas, o sexo livre, o não-trabalho, a falta de um objetivo ‘válido’ na ação”. (RAMOS, F., 1987, p.35).

<sup>33</sup> João Batista de Andrade, Maurice Capovilla, Luiz Sérgio Person, Francisco Ramalho Jr. e Roberto Santos receberam verbetes no *Cinema da Boca: dicionário de diretores*. Segundo Sternheim (2005), o critério para a inclusão dos verbetes foi: “diretores que, de uma maneira ou de outra, fizeram filmes ligados aos produtores e distribuidores da Boca do Lixo” e que “tiveram uma vivência física e constante com aquele ambiente” (STERNHEIM, 2005, p.45).

com tendências políticas de esquerda, compartilhavam com os cinemanovistas um “caldo de cultura” comum.<sup>34</sup> No entanto, por não ocuparem a mesma posição daqueles no meio cinematográfico, produziam conforme as possibilidades disponíveis, por vezes recorrendo à estrutura de produção da Boca do Lixo.

Uma filmografia que não segue um modelo uniforme de produção e financiamento é um traço significativo na trajetória dos cineastas em foco: alguns filmes foram produzidos contando com o esquema de produção da Boca do Lixo; outros por sistemas de cotas oferecidas a investidores, como *São Paulo S.A.*; outros estão ligados à chamada Caravana Farkas<sup>35</sup>, como *Subterrâneos do futebol* (Capovilla, 1965) e a maioria dos filmes de Sérgio Muniz<sup>36</sup>; alguns contaram com recursos da ECA/USP como *As três mortes de Solano* (Roberto Santos, 1976); há filmes realizados sob encomenda como *Noites de Iemanjá* (Capovilla, 1971) e filmes financiados por movimentos políticos, como *Universidade em crise* (Tapajós, 1966) e *Liberdade de Imprensa* (Batista de Andrade, 1967), subvencionados pelo movimento estudantil e *Linha de montagem* (Tapajós, 1981), produzido com recursos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Tais variações são percebidas não só na filmografia de um em relação a do outro mas também na filmografia de um mesmo cineasta, particularmente na de Roberto Santos em que encontramos o marco do chamado “cinema independente”, *O grande momento* (1958); *A hora e a vez de Augusto Matraga* (1965), realizado num esquema característico do Cinema Novo (produção de Luiz Carlos Barreto, financiamento do CAIC

<sup>34</sup> O intervalo de datas de nascimento dos membros do “núcleo duro” do Cinema Novo vai de 1928 (nascimento do veterano Nelson Pereira dos Santos) a 1940 (nascimento de Cacá Diegues). No caso dos sete “paulistas” vai de 1928 (nascimento de Roberto Santos – que está para os “paulistas” assim como Nelson está para os cinemanovistas) a 1943 (nascimento de Renato Tapajós). Assim como os cinemanovistas, todos os nossos “paulistas” cursaram, parcial ou integralmente, ensino superior: Roberto Santos ingressou nas Faculdades de Arquitetura e Filosofia, que abandonou; Person abandonou no último ano o curso de direito da Faculdade de Direito do Largo São Francisco-USP; Capovilla formou-se em filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP; Muniz cursou por algum tempo Ciências Sociais na USP e por um ano a Escola Superior de Propaganda (ESP, hoje ESPM); Batista, Ramalho Jr. e Tapajós cursaram, sem concluir, engenharia na Escola Politécnica da USP – Tapajós concluiu depois o curso de Ciências Sociais também na USP. Politicamente, Roberto Santos, Capovilla, Muniz e Batista tiveram breves ou longas passagens pelo PCB e Tapajós foi militante da organização de esquerda armada Ala Vermelha do PC do B. Ramalho Jr. e Person são os únicos que nunca foram vinculados a partidos ou organizações de esquerda mas Ramalho Jr. chegou a ser preso por “dar cobertura” ao amigo militante Antônio Benetazzo, estudante de arquitetura e artista plástico assassinado pela ditadura em 1972, a quem dedica seu filme *Paula – a história de uma subversiva* (1979).

<sup>35</sup> Designação a posteriori para agrupar os documentários produzidos por Thomaz Farkas (produtor húngaro estabelecido em São Paulo, proprietário da empresa de materiais fotográficos Fotoptica). Cf. Gilberto Sobrinho (2008).

<sup>36</sup> Mesmo sendo um nome estreitamente vinculado à Caravana Farkas, que constitui um núcleo de produção à parte, decidimos incluir Sérgio Muniz no conjunto dos “paulistas do entre-lugar” pois nossas pesquisas sugerem que ele esteve mais próximo dos “paulistas” do que os demais cineastas do grupo Farkas, mais próximos dos cinemanovistas.

e do Banco Nacional de Minas Gerais, distribuição da Difilm); *As cariocas* (3º episódio, 1966) e *O homem nu* (1967), com produção do “universalista” Fernando de Barros e *Um anjo mau* (1971), produzido pelo também “universalista” Walter Khouri; *Vozes do medo* (1970) e *Contos eróticos* (episódio *Arroz e feijão*, 1977), que contaram com recursos da empresa de filmes publicitários Lynxfilm, de César Mêmolo, ex-cineasta paulista; e seus três últimos filmes, *Os amantes da chuva* (1979); *Nasce uma mulher* (1983) e *Quincas Borba* (1988), que contaram com investimento da Embrafilme. Cabe assinalar que no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, vários dos “paulistas” em pauta conseguiram obter recursos da Embrafilme após se organizar em torno da APACI (Associação Paulista de Cineastas), fundada em 1975, e pressionar publicamente a estatal. Contaram com recursos da Embrafilme – alguns por meio do Polo Cinematográfico Paulista que previa a conjunção de aportes da Embrafilme e do governo de São Paulo – os seguintes filmes: *O jogo da vida* (Capovilla, 1977); *Doramundo* (Batista de Andrade, 1977); *O Cortiço* (Ramalho Jr., 1978); *Paula – a história de uma subversiva* (Ramalho Jr., 1979); *O homem que virou suco* (Batista de Andrade, 1980); *A próxima vítima* (Batista de Andrade, 1983). A Embrafilme contemplou ainda os episódios-piloto do que seriam séries para televisão<sup>37</sup>: *Os imigrantes - Andiamo in Merica* (Sérgio Muniz, 1978); *Alice* (Batista de Andrade, 1978) e *Caramuru* (Ramalho Jr., 1978).

Outro traço saliente na trajetória dos cineastas de nossa pauta são os vínculos, de maior ou menor duração, que estabeleceram com a televisão nos anos 1970 e início dos anos 1980 – TV Cultura (João Batista e Roberto Santos); TV Globo (João Batista, Capovilla, Muniz, Tapajós e Roberto Santos); TV Bandeirantes (Capovilla)<sup>38</sup>. Em verdade, ao longo de suas trajetórias, os sete “paulistas” dedicaram-se a várias outras atividades que não propriamente a direção cinematográfica: publicidade, jornalismo, docência, militância político-partidária, atividades administrativas, produção para televisão, entre outras.

Pode-se supor que o fato de não terem se constituído como grupo e não apresentarem coesão de propósitos tenha sido um dos fatores responsáveis pela posição secundária desses cineastas “paulistas” no meio cinematográfico, dificultando a

<sup>37</sup> A Embrafilme lançou o concurso para propostas de séries televisivas, os cineastas selecionados realizaram os episódios-piloto, mas a empresa não levou o projeto adiante. Cf. Johnson (1987) e Amâncio (2000).

<sup>38</sup> Person passou pela televisão antes de se estabelecer como cineasta entre 1955 e 1958, sendo ator e diretor de teatros.

construção de trajetórias com maior regularidade e unidade: dedicaram-se a atividades fora do âmbito do cinema e suas filmografias, com intervalos relativamente grandes entre a realização de um filme e outro, contêm obras “destoantes” e que compõem um conjunto heterogêneo, temática e estilisticamente.<sup>39</sup> Oscilando entre o Cinema Novo e a Boca do Lixo, entre o cinema de autor e o cinema comercial, entre o cinema moderno e o cinema clássico, tiveram dificuldades em conquistar um lugar na história do cinema brasileiro.

Algumas das obras desses cineastas foram abrigadas sob a chancela de Cinema Novo ou de Cinema Marginal, mas, efetivamente, nenhum deles fez parte do núcleo duro de um ou outro desses movimentos. Não cabe, no entanto, forçosamente propor que eles constituiriam outro movimento cinematográfico, uma vez que são heterogêneos tanto o conjunto da filmografia como a trajetória de cada cineasta. Por que, então, apreendê-los em conjunto? Justamente para se compreender por que, a despeito das parcerias e relações que estabeleceram entre si, construíram trajetórias atomizadas, e para lançar luz às peculiaridades dessa filmografia. A análise das trajetórias dos cineastas e dos filmes por eles realizados nos permitirá identificar proximidades e distanciamentos e observar as possibilidades e os limites do “entre-lugar”.

## O BRASIL PELAS LENTES PAULISTAS

Temos como hipótese que as condições do “entre-lugar” e o fato de estarem situados na metrópole paulistana renderam a esses cineastas perspectivas diferentes daquelas dos cinemanovistas. Como se sabe, o ícone do Cinema Novo, Glauber Rocha, nutria um forte antipaulistanismo, considerando que o cinema em São Paulo estava inclinado ao fracasso pela ausência naquela cidade de autênticos elementos nacionais-populares: “São Paulo, no Brasil, é um país estranho como cultura. Está além de nossa estrutura geral no que se refere a progresso e muito diferente do resto do Brasil na formação de sua gente. Sua cultura é mais importada e mais desligada de nossa realidade” (ROCHA apud YUTA, 2004, p.102).

<sup>39</sup> O caso mais evidente é o de Person, que realizou obras tão díspares como *São Paulo S.A* (1965) e *Cassy Jones, o Magnífico Sedutor* (1972), passando pelos também bastante distintos *O caso dos irmãos Naves* (1967); *Panca de Valente* (1968) e *A procissão dos mortos* (1968), episódio de *Trilogia do terror*.

É possível que algumas das obras dos nossos “paulistas” sejam mesmo a contra-face da “estrutura de sentimento de brasilidade (romântico) revolucionária” que marcou o Cinema Novo: menos românticas, mais cosmopolitas e, talvez, menos revolucionárias, embora contenham críticas à modernidade capitalista. Os cinemanovistas – e particularmente os cineastas “marginais”, que produziram posteriormente ao AI-5 – também se afastaram daquela estrutura de sentimento ao longo dos anos, mas cabe analisar a maneira como os cineastas do “entre-lugar” lidaram com a questão do “nacional-popular”<sup>40</sup> ao longo de suas trajetórias, a começar por *O grande momento* que para Bernardet (1967) constitui um “marco na filmografia brasileira”:

Isso porque, enquanto nascia o surto do cangaço e do Nordeste, *O grande momento* preocupava-se com a vida urbana, não com a intenção apenas de retratá-la, mas sim de analisá-la; porque, na cidade, não escolhia marginais, mas pessoas que representam a maioria absoluta na cidade; porque fazia do dinheiro o motor do enredo [...] era um filme adiantado para sua época. Ficou isolado. Era um ponto de partida magnífico para um cinema urbano; lançava temas, personagens, ambientes que poderiam ter-se desenvolvido, mas os cineastas não estavam aptos ainda a afrontar a cidade (BERNARDET, 1967, p.86).

*União* (Capovilla, 1962 – inconcluso), aquele que seria o primeiro (e único) filme do CPC paulista, era também urbano e, além disso, trazia a temática do trabalho, tendo como atores operários da construção civil que encenavam os próprios papéis.<sup>41</sup> Mais do que a abordagem do urbano – presente em vários filmes do Cinema Novo, particularmente em sua segunda fase – a análise preliminar sugere-nos que aquilo que há de peculiar na produção de nossos “paulistas” é o tratamento do binômio trabalho-indústria cultural. Em separado ou conjugados, esses elementos são significativamente recorrentes na filmografia desses cineastas, desde o antológico *São Paulo S.A.* (Person, 1965), no qual o universo do trabalho ocupa dimensão central e mais do que isso, conforme analisa Xavier (2006), a relação homem-máquina é paradigma para a representação da vivência na metrópole paulistana, “cidade-máquina” onde os “homens-série”, multidão de anônimos, não passam de peças da engrenagem. Sem a mesma centralidade, a questão da indústria cultural – e de seu “elixir da vida”, a publicidade,<sup>42</sup> – também se faz presente nesse filme por meio da personagem Ana, que se torna garota-propaganda da empresa de autopeças de Arturo e busca conseguir, por intermédio desse

<sup>40</sup> Sobre a questão do nacional-popular no cinema brasileiro ver Bernardet e Galvão (1983)

<sup>41</sup> Cf. Capovilla apud Mattos, 2006, p.46-48.

<sup>42</sup> Remetemos a Adorno e Horkheimer (1985, p.151).

empresário que se diz bem relacionado com altos escalões da TV Tupi, um emprego para uma amiga na televisão, sendo que o televisor aparece no filme como elemento a caracterizar a alienação da família pequeno-burguesa. Em os *Sete pecados capitalistas*, filme de episódios nunca filmado, Person previa reviver os personagens Arturo e Ana e voltar ao tema da indústria cultural.

A percepção do trabalho alienado e da indústria cultural complementando-se sob o capitalismo, como duas faces de um mesmo processo, de certa forma já se esboçava também em *Subterrâneos do futebol* de Capovilla (1965), no qual esse esporte de massa é apresentado como, de um lado, exploração do trabalho de jovens atletas – “operários de vida curta”, nas palavras da narração – e, do outro, “válvula de escape” para outros tantos trabalhadores, ou seja, diversão “procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.128). É, entretanto, na profissão de modelo publicitário que fica mais evidente o processo de fetichismo/reificação sob o capitalismo, pois, conforme assinala Ridenti (2000, p.235):

[...] pela propaganda, o modelo empresta aos bens anunciados seus atributos humanos [...], de modo que as coisas se personificam e as pessoas se coisificam, ao se tornarem meios para a realização do valor de troca. Valorizam-se as mercadorias, que aparentam ganhar vida própria, e em função das quais devem girar as relações humanas, num processo típico do fetichismo da mercadoria.

E, depois de Ana, a figura da garota-propaganda volta muitas vezes aos filmes de nossos “paulistas”: no episódio não titulado de Roberto Santos para o longa *As cariocas* (1966)<sup>43</sup>; em *Bebel, garota propaganda*, de Capovilla (1967); *Anuska, manequim e mulher*, de Ramalho Jr. (1968) – neste caso uma modelo de passarela mas a relação fetichismo/reificação é análoga; *O filho da televisão*, de João Batista (1969) – aqui um garoto-propaganda –; em *Joãozinho*, episódio de Ramalho Jr. para o longa *Sabendo usar não vai faltar* (1976), no qual a garota-propaganda é objeto de fetiche erótico para o personagem-título, *office-boy* em uma agência de publicidade; e *Os amantes da chuva* de Roberto Santos (1979), no qual a exploração midiática e publicitária traz consequências deletérias para um casal simples do povo a cujos encontros são atribuídas as chuvas na

<sup>43</sup> Inspirado em *A Desinibida do Grajaú*, de Sérgio Porto, o episódio trata de uma “Rainha das Praias” que se torna garota-propaganda e faz pontas como atriz no cinema e na televisão até ser publicamente desmoralizada num programa televisivo que explora de maneira sensacionalista sua expulsão da Zona Norte carioca por usar trajes que só seriam compatíveis com a liberalidade dos costumes da Zona Sul.

cidade.

*Vozes do medo* (longa coletivo sob coordenação de Roberto Santos, 1970), ao tratar da questão do medo de forma ampla e multifacetada, aborda a questão da indústria cultural em alguns de seus episódios, além de incorporar em sua própria tessitura elementos da cultura de massa, ao constituir-se como uma colagem de diversos fragmentos heterogêneos, realizados por diretores diferentes, “como se fosse a edição especial de uma revista, incluindo editorial, manchetes, crônica, história em quadrinhos” (SIMÕES, 1997, p.132). E *Você também pode dar um presunto legal* (Sérgio Muniz, 1971) desconstrói o discurso da propaganda do regime militar, cotejando-o com a realidade por trás do “milagre econômico”: a concentração de renda e a miséria; a cultura de consumo e os grupos de extermínio – “Compre, olhe/Vire e mexa/Não custa nada/ só lhe custa a vida”, como canta Gal Costa na canção *Mini-mistério* (Gilberto Gil, 1970) que acompanha imagens de vitrines e *outdoors* na metrópole paulistana.

Capovilla ainda volta a essa problemática em dois especiais para a TV Globo, *A indústria da moda e Revolução do consumo*, de 1971/1972, que segundo ele “traziam *insights* dos bastidores do capitalismo florescente”. No entanto, “não eram filmes críticos do ponto de vista político, mas apenas crônicas atentas à realidade” (CAPOVILLA apud MATTOS, 2006, p169).

Quanto à questão do trabalho, que também perpassa de alguma forma os filmes que retratam os profissionais da indústria cultural, ela se faz presente em outros filmes além do já citado *São Paulo S.A* e do inconcluso *União. O profeta da fome* (Capovilla, 1970) não trata propriamente de relações capitalistas de trabalho, mas de um homem que faz da própria fome seu ganha-pão, tornando o miserabilismo espetáculo, numa sugestiva construção que dá margem a interpretações pela via da alegoria e remete-nos novamente à questão da indústria cultural. Há os operários da construção civil do segmento *Aquele dia 10* de *Vozes do medo* que, em dia de pagamento, requisitam o trabalho das prostitutas e há os trabalhadores do documentário *Fim de semana* (Renato Tapajós, 1976) que, em seus dias de folga, não descansam, trabalhando na (auto)construção de suas casas. Algumas categorias de trabalhadores são abordadas em documentários curtos de João Batista de Andrade para a televisão: *Pedreira* (1973); *Bóias Frias* (1975) e *Vidreiros* (1975), sendo os trabalhadores ferroviários personagens do seu longa de ficção *Doramundo* (1977). Já em *O homem que virou suco* (Batista de Andrade, 1979) a rebeldia



contra a exploração do trabalho é o destaque. O trabalho industrial é tema dos curtas e médias-metragens realizados por Renato Tapajós em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema: *Acidente de Trabalho* (1977); *Trabalhadoras metalúrgicas* (codireção de Olga Futemma, 1978); *Teatro Operário* (1979); *Greve de março* (1979). E o documentário longo *Linha de montagem* (Tapajós, 1981) traz reflexões a posteriori sobre as greves metalúrgicas da virada da década de 1970 para 1980, tema que também seria retratado no longa de ficção *O silêncio das máquinas*, que Tapajós não conseguiu realizar. João Batista filmou também aqueles movimentos grevistas em *Greve!* (1979) e *Trabalhadores, presente!* (1979), este abordando ainda uma greve dos motoristas e cobradores de ônibus de São Paulo.

No ensaio *Operário, personagem emergente*, Bernardet (1980) esboça a hipótese de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e seu avanço sobre a área cultural, incluindo o cinema, foram fatores determinantes para que o personagem operário surgisse com centralidade nos filmes brasileiros dos anos 1970.<sup>44</sup> Os cineastas proletarizados – “cada dia mais despossuídos de sua aura de prestígio cultural e cada vez mais assalariados” (BERNARDET, 1980, p. 33) – tornar-se-iam mais aptos a “considerar a sociedade brasileira sob o ângulo da evolução do capitalismo” (BERNARDET, 1980, p.34), o que os levaria a colocar em tela o operário.

Ainda que seja necessário considerar outras mediações, essa hipótese nos parece sugestiva para pensar o caso de nossos cineastas “paulistas”. No contexto de consolidação da indústria cultural no Brasil<sup>45</sup>, nos anos 1960 e 1970, esses cineastas estiveram no meio do processo, como mão de obra. Não só como cineastas – aqui se insere a dicotomia cinema comercial/cinema de autor e é possível supor que os cinemanovistas, mesmo em sua relação com a Embrafilme, se viam como artistas-autores e não como trabalhadores da indústria cultural – mas principalmente ao trabalharem nos âmbitos de menor prestígio cultural dessa indústria: a publicidade e a televisão. Estas, sabiam eles, eram constituídas por garotas-propaganda e vedetes, mas também por intelectuais, como o jornalista que se converte em publicitário em *Anuska* para aumentar seus ganhos e atender aos desejos de consumo de sua amada ou o dramaturgo que

<sup>44</sup> Remanescentes do Cinema Novo também retrataram o operário no final dos anos 1970, como Ruy Guerra, em *A queda* (1978); Leon Hirszman em *ABC da greve* (1979/1991) e *Eles não usam black-tie* (1981) e Arnaldo Jabor em *Tudo bem* (1978).

<sup>45</sup> Cf. Ortiz (1988).

complementa seu salário de professor escrevendo, em ritmo industrial, trabalhos medíocres para a televisão em *À flor da pele* (Ramalho Jr., 1976). Ademais, São Paulo parece ser lugar privilegiado para se apreender as questões trabalho/indústria cultural no Brasil. A condição do operário industrial e do trabalhador da construção civil são particularmente evidentes nessa cidade que, com suas indústrias a pleno vapor e seu incessante reconstruir movidos pela dinâmica do capital, é o “retrato em cimento e fumaça da modernidade capitalista”, para utilizarmos a expressão de Ridenti (2000, p.307). Cimento e fumaça logo imbricados ao brilho falso da publicidade. Lá surgiram, em 1957, as primeiras grandes produtoras de filmes publicitários que absorveram mão de obra da falida Vera Cruz e se proliferaram nas décadas seguintes, chegando a cerca de 70/80% das 150 empresas do ramo nos anos 1980.<sup>46</sup>

Não obstante, outros filmes paulistas, notadamente *A hora e a vez de Augusto Matraga* (1965) e *Um anjo mau* (1971), de Roberto Santos; *Terra dos Brasis* (1971) e *O último dia de Lampião* (1975), de Maurice Capovilla e a maioria dos filmes de Sérgio Muniz, entre os quais *Roda & outras histórias* (1965); *O povo do Velho Pedro, anotações* (1967); *Beste* (1969); *Rastejador, s.m.*(1969); *De raízes e rezas, entre outros* (1972), colocam em tela justamente o Brasil “profundo”, rural, com elementos tradicionais e arcaicos, aproximando-se daquela “estrutura de sentimento da brasilidade (romântico) revolucionária” que marcou a cultura brasileira dos anos 1960 e os primeiros anos do Cinema Novo.<sup>47</sup> Outros filmes desses paulistas, por sua vez, nos parecem colocar em questão justamente os imbricamentos entre o atraso e o progresso na formação social brasileira, em especial, *O profeta da fome* (1970) e *O jogo da vida* (1977) de Maurice Capovilla; *Viola contra guitarra* (1976); *Migrantes* (1973) e *Wilsinho Galiléia* (1978) de João batista de Andrade. Nestes filmes, o rural e o urbano, o atraso e progresso, o “primitivo” e o “civilizado” colocam-se como faces complementares da modernidade periférica brasileira, contraditória em seu cerne.

Interessa-nos, nesta pesquisa em andamento, aprofundar a análise das interpretações do Brasil que emergem dessa filmografia, bem como relacioná-las às

<sup>46</sup> Dados de Ramos (2004, p.64).

<sup>47</sup> Há, de fato, que se relativizar o possível contraponto entre o cinema paulista e o cinema realizado pelos cinemanovistas radicados no Rio de Janeiro; há entre eles diversos pontos de contato. Nosso intuito aqui é apenas lançar luz a uma filmografia pouco conhecida e estudada e analisar o que ela pode ter de peculiar e significativo.

condições de produção em que foram realizadas, considerando a trajetória de seus realizadores e o “lugar” de onde “falam”. Pautando-se essencialmente nas formulações de Raymond Williams (1977, 2000), este trabalho insere-se num esforço de contribuição para uma sociologia da cultura que não pressupõe dicotomia entre análises “externalistas” e “internalistas”, entendendo que o social está tanto fora dos filmes – na configuração do meio cinematográfico, nas redes de relações entre cineastas, na relação entre cinema-Estado – como dentro deles, nas problemáticas que apresentam por meio de sua tessitura formal.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Nuno C.P. **Boca do lixo**: cinema e classes populares. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2006.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 113-156.

AMÂNCIO, Tunico. **Artes e Manhas da Embrafilme**: cinema estatal brasileiro em sua época de ouro (1977-1981). Niterói: EDUFF, 2000.

ANDRADE, João Batista. **O povo fala**: um cineasta na área de jornalismo da TV brasileira. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

BERNARDET, Jean Claude. **Brasil em tempo de cinema**: ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. Operário, personagem emergente. In: AVELLAR, José Carlos; BERNARDET, Jean-Claude; MONTEIRO, Ronald. **Anos 70: Cinema**. Rio de Janeiro: Europa, 1980.

BERNARDET, Jean Claude; GALVÃO, Maria Rita E. **Cinema, repercussões em caixa de eco ideológica**: as ideias de ‘nacional’ e ‘popular’ no pensamento cinematográfico brasileiro. São Paulo; Rio de Janeiro: Brasiliense; Embrafilme, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FERNANDES, Luciano M.S.M. **O Estado aos cinemanovistas**: inserções em redes sociais e multiposicionalidade. 2008. 475 p. Tese (Doutorado em Ciência Política),

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

JOHNSON, Randal. **The Film Industry in Brazil: Culture and the State**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1987.

JORGE, Marina S. **Cinema Novo e Embrafilme: cineastas e Estado pela consolidação da indústria cinematográfica brasileira**. 2002. 185 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

MATTOS, Carlos A.M. **Maurice Capovilla: a imagem crítica**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. (Coleção Aplauso Cinema Brasil).

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RAMOS, Fernão. **Cinema Marginal (1968/1973): a representação em seu limite**. São Paulo: Brasiliense; Embrafilme, 1987.

RAMOS, José Mário Ortiz. **Cinema, televisão e publicidade: cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cinema, Estado e lutas culturais: anos 50, 60, 70**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SABADIN, Celso. **Francisco Ramalho Jr.: éramos apenas paulistas**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. (Coleção Aplauso - Cinema Brasil).

SACRAMENTO, Igor P. **Depois da revolução, a televisão: cineastas de esquerda no jornalismo televisivo dos anos 1970**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SIMÕES, Inimá. **O imaginário da Boca**. São Paulo: Centro de Documentação e Informação sobre Arte Brasileira Contemporânea, 1981.

\_\_\_\_\_. **Roberto Santos: a hora e vez de um cineasta**. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

SOBRINHO, Gilberto A. *A CARAVANA FARKAS e o moderno documentário brasileiro: introdução aos contextos e aos conceitos dos filmes*. In: HAMBURGER et al. **Estudos de Cinema – Socine IX**. São Paulo: Annablume; FAPESP; Socine, 2008.

STERNHEIM, Alfredo. **Cinema da boca**: dicionário de diretores. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Cultura, Fundação Padre Anchieta, 2005. (Coleção Aplauso).

TOSI, Juliano. Entrevista com Maurice Capovilla In: Dossiê Maurice Capovilla. **Contracampo**, n.21, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.contracampo.com.br/21/capovilla.htm>>. Acesso em: ago. 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Marxism and literature**. New York: Oxford University Press, 1977.

\_\_\_\_\_. **Cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

XAVIER, Ismail. SÃO PAULO NO CINEMA: expansão da cidade-máquina, corrosão da cidade-arquipélago. **REVISTA SINOPSE**, v. 8, n. 11, p. 18-25, set. 2006.

YUTA, Edmar T. **Glauber Rocha e a formação do cinema novo**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

## “AQUI NA VILA É MAIS MASSA. NO CENTRO SÓ TEM BOY”: Experiência social e pertencimento entre jovens do Parque São João – Paranaguá/PR

TIAGO PEREIRA LEITE<sup>48</sup>

### RESUMO

O artigo analisa as relações estabelecidas por um grupo de jovens moradores do Parque São João - periferia da cidade de Paranaguá – PR - (autodenominados “*vida louca*”) e jovens moradores do centro da cidade (denominados “*playboys*”). Da conflitividade dessa relação surgem elementos que encaminham para uma identidade juvenil pautada no pertencimento local. No primeiro momento da pesquisa, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas, identifica-se que os jovens, por meio de discursos que reforçam a positividade do bairro, transformam a periferia genérica em “*minha vila*”, categoria nativa muito próxima à noção de *pedaço*, desenvolvida por Magnani (2005) e, em oposição, “demonizam” os moradores do centro, imputando-lhes as responsabilidades pelas dificuldades de viver na periferia. No segundo momento da pesquisa, por meio de observação direta em campo, revelaram-se questões ligadas ao convívio com as drogas; relação entre o lícito e o ilícito; experiência social marcada pelo estigma de ser jovem pobre e morador de periferia. O resultado da investigação revela que, por não dominarem os códigos de conduta dos “*playboys*”, os jovens se mantêm mais restritos ao bairro e, apenas ocasionalmente, o lazer se estende a espaços fora da “*vila*”.

### INTRODUÇÃO

Inicialmente é necessário informar ao leitor o ponto de partida para a exposição que é apresentada nesse artigo. Trata-se do resultado (sintetizado) de uma pesquisa realizada por mim no curso de mestrado em Ciências Sociais concluído no primeiro semestre de 2012.

<sup>48</sup> Mestre em Ciências Sociais pela UNIOESTE/Toledo. Licenciado em História pela FAFIPAR/Paranaguá.

Destaco, portanto, que o objetivo nesse texto não é retomar sistematicamente o trabalho de pesquisa realizado na dissertação, mas apresentar aspectos gerais a fim de provocar o interesse do leitor pelo tema proposto bem como suscitar outras questões pertinentes.

A categoria de análise “jovem” utilizada ao longo do trabalho obedece ao critério daquilo que foi encontrado em campo, ou seja, um grupo composto por indivíduos na faixa entre os dezoito e vinte e cinco anos de idade. No plano da teoria seria necessário retomar toda uma tradição sociológica que discute as definições acerca do conceito de juventude, porém, por questões didáticas e respeitando os limites desse trabalho apenas delimito que considero juventude como a fase da vida situada entre os quinze e vinte e nove anos, deixando para outra oportunidade um debate mais aprofundado sobre o tema.

A região em que o trabalho de pesquisa foi realizado é o Parque São João, bairro periférico da cidade de Paranaguá, Paraná. O ponto de partida para o trabalho de campo considerou o bairro enquanto um cenário. De acordo com Magnani (2000), o cenário não é definido unicamente pela organização espacial da cidade, obedecendo às divisões administrativas estabelecidas pela municipalidade, como os bairros e os distritos. O autor propõe que o cenário ultrapassa essa delimitação normativa, tratando (além dessa organização estrutural) das ações dos atores sociais que configuram esse espaço urbano num espaço de relações sociais. É no cenário onde se desenvolvem as ações dos atores sociais que configuram a vida em sociedade. Caracteriza-se, portanto, pela relação constante entre os atores atuais e anteriores, estabelecendo marcos e delimitações. Magnani (2000, p. 38), afirma que o cenário é:

[...] produto de práticas sociais anteriores e em constante diálogo com as atuais – favorecendo-as, dificultando-as e sendo continuamente transformado por ela. Delimitar o cenário significa identificar marcos, reconhecer divisas, anotar pontos de intersecção – a partir não apenas da presença ou ausência de equipamentos e estruturas físicas, mas desses elementos em relação com a prática cotidiana daqueles que de uma forma ou outra usam o espaço: os atores.

Dessa forma, entende-se o parque São João como um cenário possível de ser pesquisado, e que além de ser formado pela divisão espacial da cidade e seus aparelhos estruturais (é uma seção administrativa da municipalidade) é formado pelas ações dos atores sociais atuais e anteriores ultrapassando a mera delimitação geográfica.

## EXPERIÊNCIA SOCIAL E PERTENCIMENTO ENTRE OS JOVENS

Os jovens com os quais mantive contato nessa pesquisa moram no Parque São João há vários anos. A história comum a todos é que fixaram residência ali ainda quando crianças, o que de certa forma favoreceu a formação de laços de vizinhança e amizade bastante significativos. De acordo com Sarti (2003), a vizinhança é extremamente importante nas relações estabelecidas pelas camadas populares no Brasil.

Para a autora, o vizinho representa muito mais que um simples morador ao lado. Os laços se estreitam chegando a serem considerados mais importantes que os próprios parentes de sangue. De maneira geral, as relações são pautadas pela confiança, que se materializa nas trocas de visitas diárias. Segundo Erick, 19 anos:

O bom é que aqui na vila todo mundo é amigo, se conhece faz tempo. Quando um passa um aperto os camaradas se ajudam entende. É como uma família mesmo, todo dia tá junto, ou na casa de um, ou de outro, ou aqui na esquina. Final de semana quando rola umas festa aí junta todo mundo.

Esse tipo de agrupamento juvenil, marcado por essa relação de vizinhança e convívio diário, como foi apresentado no relato, é bastante comum no Parque São João. No trânsito pelo bairro não é difícil encontrar grupinhos conversando numa esquina, ou sentados em frente da casa de alguém.

Dessa forma o sentido da rua rompe com a perspectiva de Augé (1994), que elabora o conceito de “não lugar”, para designar os espaços vazios de significados e ausente de símbolos identitários. Nessa perspectiva a rua seria esse espaço de fluxo, passagem, sem gerar nenhum pertencimento, característico dos tempos supermodernos. Contudo o que se observa neste contexto etnográfico é a rua como um “lugar antropológico”, conceito também articulado por Augé (1994) para designar um espaço de relação e identidade por excelência, em oposição ao “não lugar”. O espaço da rua é totalmente apropriado pelos jovens, principalmente aquelas ruas próximas às suas casas. Andando pela rua se reconhecem, se afirmam, estabelecem relações de troca e reconhecimento.

Leite (2002) analisa esse processo de apropriação de espaços urbanos afirmando que há uma transformação do espaço urbano em espaço público. Essa mudança é



operada na medida em que o sujeito, por meio de ações atribui significação ao espaço apropriado. Para o autor:

Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente. (LEITE, 2002, p. 116).

A dinâmica observada em campo é consonante com a proposição de Leite (2002), no sentido de que os jovens transformam um espaço urbano (rua) em um espaço público; um “não lugar” no sentido de Augé (1994), em um “lugar antropológico”. Porém, a proposta teórica de Leite (2002), deve ser ponderada, pois quando ele a formula está ancorado em teóricos como Habermas (1996) e Arendt (1987), que procuram pensar o público para além da rua, ou seja, uma problematização estendida a outros espaços urbanos da cidade, como por exemplo, o bairro do Recife Antigo, objeto de estudo do artigo de Leite (2002).

Assim a vila, entendida como um conjunto de ruas próximas à casa dos jovens não se insere nessa dinâmica do público (espaço aberto a todos onde predomina a diversidade). A vila é o espaço intermediário entre a privacidade da família e a publicidade da cidade. A sociabilidade estabelecida na família é regida pela segurança, pela certeza pelo conhecimento. A sociabilidade nos espaços fora da família é marcada pela insegurança, pela diversidade e encontro com o outro desconhecido.

De acordo com Magnani (2005), esse tipo de arranjo espacial da periferia é chamado de *pedaço*, onde as relações são pautadas pela familiaridade, numa sociabilidade mais ampla (mais pessoas envolvidas nas relações sociais) que o núcleo familiar e mais densa e significativa que a sociabilidade experimentada nos espaços públicos (marcados pela individualidade e formalidade). A “vila” é o ponto de referência dos jovens, é o “pedaço” que elegeram para ser palco de suas relações. Nas palavras de Erick, 19 anos essa dinâmica fica bem aparente:

Eu passo a maior parte do tempo aqui na vila mesmo, não tem muito o que fazer, aí a galera fica aqui na esquina mesmo, conversando, quando tem uma grana agente faz uma intera [de inteirar; vaquinha] pra comprar um refri [refrigerante]. Se

pá, agente desce ali no posto dá uma olhada no movimento, ou então fica ali no bueiro do começo da baixada.<sup>49</sup>

Os lugares citados por Erick são todos próximos, envolvendo duas ou três quadras de distância entre um e outro. Para os jovens, a “vila” é entendida como esse espaço: familiar, previsível e estável. O grupo se reconhece tendo como referência esse espaço, que embora seja público do ponto de vista da organização administrativa da cidade, é particular na medida em que os jovens dele se apropriam e a ele atribuem significados. Não é qualquer jovem que pode frequentar as esquinas que compõem a vila, existe um grupo que representa e pertence a esse espaço, que quando é ameaçado pode se tornar objeto de disputa. É o que atesta um fato ocorrido na “vila” e relatado por Capitão, 21 anos:

Então, um tempo atrás aí uns “noiado” começaram a apavorar na esquina aqui enquanto a galera não tava.<sup>50</sup> Ficavam fumando pedra [crack] na caraça entende, o pessoal saindo pra trabalhar, ou a piçada indo pra escola junto com as mães e os cara com a lata na mão.<sup>51</sup> Mas só quando não tinha ninguém, na hora que a galera tava por aqui não aparecia ninguém. Aí uma noite a galera tava aqui na esquina de boa, tomando um gole, conversando, acho que era numa sexta-feira, sei lá, a galera sempre se reúne nos final de semana, só que nesse dia mal a turma se juntou a polícia chegou com tudo cara, metendo o pé em todo mundo, dando geral e gritando onde que tava a droga e chamando todo mundo de vagabundo. Sorte que aquele dia ninguém “tinha nada em cima” aí jogaram fora o gole e dispersaram a galera.<sup>52</sup> Aí essa cena começou a acontecer direto, mal a galera se juntava de noite aqui na esquina “os homem [polícia]” chegavam pra dar geral [revista policial] na rapaziada. Eu fiquei boladão [preocupado, intrigado] porque aqui sempre foi de boa, uma vez ou outra só que a polícia sobe fazer uma ronda, aí fiquei naquela de que tinha alguém “caguetando” [denunciando para a polícia] entendeu, toda hora polícia aqui na vila não é normal. Aí, outro dia no meio das conversa normal, um colega nosso deixou escapar que escutou a mãe dele falando que o velho Catarina, que mora nesse sobrado aqui da esquina “tava caguetando geral”. Aí caiu a ficha entendeu, o velho tava ligando pra polícia toda vez que a galera se reunia, aí a polícia vinha e dava o “bote” na hora certa. Só que a merda era os nóia, eles é que tavam “queimando o filme da vila”, só que pro

<sup>49</sup>Esse fragmento remete ao significado que há em permanecer na esquina. O tempo em que se permanece na esquina é um tempo sem finalidade específica, os jovens estão ali, aguardando algo acontecer. De maneira geral se alternam entre as esquinas da vila ou simplesmente saem “fazer um rolê de magrela” [andar de bicicleta].

<sup>50</sup> Categoria nativa que significa o usuário de crack. O “nóia” carrega no corpo as marcas da dependência química: é magro, olhos fundos, sem cuidados de higiene. Assemelha-se com a imagem clássica do mendigo, com a diferença de que o *nóia* não carrega nada consigo, tudo o que consegue é trocado por droga. Nas palavras dos jovens, o sujeito “noiado”, na fissura por mais droga, é capaz de fazer qualquer coisa.

<sup>51</sup> O crack é fumado em latas de cerveja ou refrigerante, quando o sujeito é visto procurando por latas vazias no lixo já se sabe o que ele está pensando em fazer com elas.

<sup>52</sup> “Ter alguma coisa em cima” significa estar com alguma droga no bolso.

velho todo mundo que tá na esquina é vagabundo, ladrão, drogado entendeu.<sup>53</sup> Aí a primeira coisa que fizemos foi apavorar a cabeça desses nóia do caralho, toda vez que um aparecia de bobeira dava umas porrada e mandava embora, e quando alguém da galera passava de magrela e via que tinha algum noiado na esquina já avisava outro colega e chegava apavorando e mandando vazar entendeu. Aí um dia eu e mais uns colegas tava aqui e o velho tava saindo de carro, aí eu intimei ele nessa fita de ficar ligando pra polícia, falei um monte, disse que ele tinha é que agradecer a galera aqui da vila, porque se não fosse nós os nóia já tinham tomado conta de tudo e tavam assaltando todo mundo. Ele ficou na “miúda” [em silêncio], de certo achou que ninguém ia falar nada pra ele aí ficou com medo quando a galera rodeou o carro dele, (risos). Depois disso nunca mais a polícia veio aqui apavorar a galera. Tá loco, não dava nem pra ficar na esquina nem nada, a galera ficou até meio afastada aquela vez porque ninguém ficava aqui com medo da polícia chegar, mas aí agente resolveu, na moral.

Analisando o relato é possível perceber que os jovens tiveram que se movimentar no momento em que sua permanência no espaço da esquina foi ameaçada. Esse processo de reflexão, análise e ação realizada pelo grupo só se concretizou porque “estar na esquina” é extremamente importante para o jovem da vila. O sentido da vila enquanto pedaço desses jovens e não de outros pode ser visualizada quando os nóias passaram a ser expulsos da esquina sob pena de serem espancados se insistissem em permanecer ali.

Por se tratar de um espaço familiar, previsível e estável, a esquina deve ser respeitada. Não é o lugar adequado para usar drogas, pois os pais e as mães com seus filhos passam por ali regularmente. Esse respeito só encontra ressonância entre os que “são da vila”, os de fora não se preocupam em preservar esse espaço, pois não estabelecem laços com os moradores. Expulsar esse elemento externo foi o primeiro passo para resolver a questão. A disputa foi encerrada quando o “cagueta” (o velho Catarina) foi revelado e questionado pelos jovens em frente à sua casa. Mais tarde ficou bastante claro que esse personagem não mantém laços de vizinhança e amizade com o restante da vila. É um morador novo, que construiu uma casa bem fortificada, que destoa do restante das habitações do local e que só é visto ao sair e ao voltar com seu carro. É possível conjecturar que as denúncias só foram feitas porque ele desconhece o código que orienta a vida no bairro. Mesmo que compartilhe do espaço físico da vila, não é considerado e nem se considera como parte do lugar.

---

<sup>53</sup> A expressão “queimar o filme” é aplicada para situações que manchem ou comprometam a imagem de alguém ou algum lugar.

O que vale destacar nesse episódio é que mesmo sendo um espaço público as esquinas da vila só podem ser frequentadas pelos jovens da vila, ou por pessoas autorizadas por eles. Os “nóias” não foram autorizados e foram expulsos. A afetividade e familiaridade do pedaço, como apontado por Magnani (2005) pode ser vista pelo tratamento respeitoso e cuidadoso com a “vila”, pois mesmo que a rua seja (teoricamente) um espaço público onde se é livre para fazer o que quiser, existe um código de comportamento que em última análise remete ao comportamento de casa, praticado em família, onde os pais (principalmente a mãe) representam figuras que merecem respeito. Consumir drogas, fazer gritarias, palavrões em excesso e som alto não são permitidos pelos jovens na esquina, assim como não é permitido em casa. Na medida em que esse equilíbrio é quebrado, uma série de eventos, como os apresentados aqui se desencadeiam a fim de restaurar a harmonia.

Essa leitura pode ser aproximada às reflexões de DaMatta (1997), quando se esforça por entender o dilema da sociedade brasileira ou “O que faz o Brasil, Brasil?”. Na perspectiva de desenvolver uma teoria que vá além da narrativa linear e previsível onde mocinhos e bandidos ocupam solidamente seus lugares na sociedade, DaMatta busca uma explicação explorando as categorias antagônicas e paradoxais da sociedade brasileira.

Aqui estou interessado numa visão provavelmente mais complexa. Não desejo apenas conhecer os eventos dentro de sua evolução temporal, onde as coisas se desenrolam em linha (com antecedentes e consequentes) mas ver a nossa totalidade como um drama, onde o princípio se rebate no fim e – na dialética das indecisões, reflexos e paradoxos – o bandido pode perfeitamente ocupar o salão e o mocinho (belo nos seus bigodões de fazendeiro de café já pensando em fundar uma indústria) pode perder a fala e, de anarquista e futurista-canibal, passar a ser como a maioria, revolucionário de praia. (DAMATTA, 1997, p. 13).

O mecanismo que o autor utiliza para alcançar essa problematização mais densa é explorar os personagens principais da trama brasileira: seus malandros e seus heróis. Através de um sistema de oposições binárias DaMatta constrói seu texto balizado pela relação opositiva entre casa e rua.

No primeiro livro de Jorge Amado, significativamente intitulado *País do Carnaval*, o principal personagem diz, num momento crucial da ação: “Só me senti brasileiro duas vezes. Uma, no carnaval, quando sambeia na rua. Outra, quando surrei Julie, depois que ela me traiu.” (DAMATTA, 1997, p. 69, grifos do autor).

Dessa maneira, o processo de identificação do herói como brasileiro passa por esse duplo domínio: por um lado a rua como mundo onde prevalece o descontrole e a massificação (carnaval); por outro lado a casa como mundo onde prevalece o controle e o autoritarismo (quarto do casal onde a traidora é surrada). O situar-se entre esses dois mundos que, a princípio se opõem, é o que define a identidade do brasileiro como malandro (rua) ou herói (casa).

De fato, a categoria *rua* indica basicamente o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões, ao passo que *casa* remete a um universo controlado, onde as coisas estão nos seus devidos lugares. Por outro lado, a rua implica movimento, novidade, ação, ao passo que a casa subentende harmonia e calma: local de calor (como revela a palavra de origem latina *lar*, utilizada em português para casa) e afeto. E mais, na rua se trabalha, em casa descansa-se. (DAMATTA, 1997, p. 70, grifos do autor).

Os grupos sociais que tomam conta desses espaços são diversos. Em casa as relações são de parentesco, orientadas por vínculos de sangue; na rua as relações se orientam por afinidades que remetem ao exercício de escolha. O autor chama atenção para a noção de “respeito” que segundo ele, organiza as hierarquias sociais. Em casa o respeito se materializa na relação entre pai e filho; na rua pode ser visualizada na relação patrão e empregado.

De maneira geral o autor identifica a casa com a ordem e a rua com a desordem. Se por um lado em casa as hierarquias são bem marcadas e estabelecidas, na rua é necessário tomar cuidado para não violar hierarquias não-sabidas ou não-percebidas.

O autor apresenta outras possibilidades de observação da oposição entre casa e rua, porém o que chama atenção para o contexto dessa pesquisa é que ele vai além e afirma a possibilidade de uma gradação na oposição, que a princípio pareceu ser tão estabelecida. O sistema de oposições binárias pode ser compreendido como um *continuum*. Além do contraste entre os mundos é possível observar pontos onde casa e rua se aproximam. Exemplificando, o autor lança mão de alguns exemplos como o espaço ambíguo da janela de casa de onde se pode ver a rua, permitindo um contato entre “o de dentro e o de fora”. Ou ainda a sala de visitas, que obedece a mesma lógica do contato, sendo o espaço destinado para receber pessoas vindas da rua, de fora.

Nesse sentido é possível compreender o movimento pelo qual os jovens atribuem significado à esquina da “vila”; trata-se de uma extensão de casa. Permanecem ali assim como as famílias nas cidades pequenas colocam suas cadeiras de praia na calçada em

frente de casa para olhar o movimento da rua; naquele momento a calçada da rua faz parte da casa.

Esse pertencimento vai além do simples permanecer na esquina. Como foi visto no relato etnográfico apresentado anteriormente, as relações sociais são permeadas pela noção de respeito, assim como observou DaMatta (1997). Mesmo que a esquina, enquanto rua seja pública e portando ligada ao mundo da desordem e da novidade, no contexto da esquina da vila, ela muda e torna-se o “pedaço” que Magnani (2005), caracteriza como espaço intermediário entre o estritamente familiar e o extensamente impessoal. Dessa forma observam-se elementos que constam em ambos os mundos: da casa e da rua. Por mais que os frequentadores da esquina não sejam parentes (laços de sangue) as ações entre si são orientadas por diversos elementos observados na vida em família: respeito, intimidade, convívio diário, proximidade social.

## O BAIRRO NA VISÃO DOS JOVENS.

No que se refere à representação que o bairro tem para o grupo, de maneira geral as falas iniciam destacando os aspectos negativos e somente num segundo momento o discurso mudam de sentido e destacam aquilo que julgam bom no bairro, as qualidades.

A objetividade dos discursos e a dureza com que as situações são narradas indicam que a experiência social desses jovens é marcada pela consciência de que a periferia não é alvo de interesse da administração do município. É o que destaca Capitão, 21 anos:

O foda é que aqui na vila não tem nada pra fazer, nem uma quadra pra jogar uma bola nada, o lugar mais perto que tem se o cara quiser fazer um esporte é lá no Divinéia.<sup>54</sup> Só que lá já é outra galera entende? O cara não sai daqui da vila pra ir lá. O certo era ter umas parada legal aqui mesmo, mas fazer o que né, nem asfalto a prefeitura dá jeito de colocar aqui, imagine fazer uma praça com uma quadra e tal pra nós.

O primeiro ponto que pode ser destacado a partir dessa fala é a queixa de “que não há nada para fazer”, sendo que essa fórmula se repetiu em quase todas às vezes em que

<sup>54</sup> Vila Divinéia é o bairro seguinte, no sentido praias. A quadra a que o entrevistado fez referência fica a três quilômetros da vila.

o assunto do lazer foi colocado em discussão. A falta de aparelhos públicos destinados ao lazer da juventude é percebida por eles como uma forma de abandono do poder público. De fato, a organização espacial do bairro não atende em nada essa dimensão. Para fins de visualização, a distância entre o centro comunitário da Vila Divinéia e o centro comunitário da Vila São Vicente é de quase cinco quilômetros. Nesse intervalo está o Parque São João, que não conta com nenhum aparelho desse tipo.<sup>55</sup>

O significado do lazer para os jovens está muito ligado à prática de esportes e a lugares onde possam se encontrar. Por conta disso, em diversos momentos houve a reclamação pela falta de praças e quadras esportivas. De acordo com Pais (1990, p. 600) “[...] quem não quiser falar de lazer deve calar-se se sobre juventude quiser falar”. Para o autor, a sociologia da juventude ao abordar o lazer precisa estar atenta às práticas cotidianas da juventude. Nessa perspectiva duas premissas devem ser observadas: primeiro que o lazer envolve uma simbologia; segundo que os sujeitos se reconhecem num campo pragmático. De acordo com determinadas práticas um universo de sentidos se revela.

Se consideradas de forma isolada, as práticas cotidianas dificilmente se entendem. Há que as *contextualizar*, isto é, necessário se torna submergi-las nas galáxias de sentidos que lhes correspondem, derivando a significação de cada uma dessas práticas da significação daquela articulação. (PAIS, 1990, p. 593, grifos do autor).

Assim, uma das variáveis possíveis para o exercício de contextualizar as práticas cotidianas dos jovens seria partir da própria estrutura do bairro. No fragmento acima destacado, os jovens percebem a falta de estrutura das ruas. A questão da falta de asfalto na vila é um aspecto marcante na experiência social dos jovens, interferindo diretamente nas formas e significados do lazer praticado.

Quando chove então aqui fica feio demais, cheio de poça d’água, uma lama do caralho, fica sem condição de andar na rua. Se tivesse um asfalto a coisa já era diferente, porque aí pelo menos tem como andar na rua. Do jeito que tá aí, tá loco, choveu a rapaziada fica trancada dentro de casa. E Paranaguá quase não chove né? [risos] (Sapo, 18 anos).

<sup>55</sup> Essa limitação tão visível coloca em questão o alcance das políticas públicas para juventude implantadas para o atendimento dos jovens do município. É necessário um trabalho de pesquisa mais amplo problematizando melhor essas questões no município.

Assim, fica claro que a esfera do lazer dos jovens entrevistados está reservada à sociabilidade encontrada na rua, no encontro de pares na esquina. No tempo livre durante o dia é difícil acontecer algo diferente disso. A rua se reveste de uma simbologia particular para o grupo (minha vila), conquanto que as práticas observadas são influenciadas pela estrutura física do bairro. “Se tivesse um asfalto a coisa já era diferente”, essa afirmação denota que, na compreensão do jovem, ter asfalto na rua é condição mínima para qualidade de vida dos moradores. A falta daquilo que julgam ser mínimo provoca o sentimento de falta de esperanças de que aconteça alguma mudança: “Se nem asfalto a prefeitura dá jeito de colocar aqui, imagine fazer uma praça com uma quadra e tal pra nós”.

Ainda tendo como referência o trecho apresentado anteriormente, o segundo ponto que se destaca nas narrativas é a importância que os jovens dão à sociabilidade grupal. Lazer e sociabilidade é um par de conceitos que não se separa na experiência social dos jovens da vila. Dificilmente procuram alguma diversão no plano individual, o grupo é sempre referência para as atividades. Durante as observações foi possível perceber que mesmo a permanência na esquina só é possível quando o grupo está junto, ou ao menos alguns amigos do grupo. Ninguém fica na esquina sozinho. Nesse sentido é compreensível que anseiem por uma prática de lazer comum (quadra esportiva) e de sociabilidade para o grupo (praça pública).

Fazendo uma regressão ao desenvolvimento histórico das pesquisas sobre o lazer nas ciências sociais é possível encontrar alguns elementos que auxiliam na compreensão das dinâmicas observadas em campo e apresentadas anteriormente. Ao longo do século XX muito pouco foi discutido sobre o lazer no âmbito das ciências sociais, sendo que no Brasil o tema foi incorporado de maneira sistemática às discussões somente na década de 1970, a partir do pensamento de Joffre Dumazedier (1979). Para o autor, o lazer só pode ser pensado tendo como referência de análise a categoria “trabalho”. Esse ponto de partida se deve à própria tradição teórica da época, que considerava o trabalho como categoria central para análise da sociedade. Vivia-se sob a égide da “sociedade do trabalho”, onde o lazer seria caracterizado como oposição ao trabalho, como um tempo de “não-trabalho”. Dessas colocações se originou uma visão dicotômica que opõe lazer e trabalho, e que destacava o contexto das conquistas dos trabalhadores quanto à



diminuição das horas semanais trabalhadas. O lazer seria o tempo ganho sobre o trabalho.

Embora lazer e trabalho funcionem como conceitos antagônicos eles só existem em relação. Alguns problemas surgem diante disso, como por exemplo: como pensar o lazer para as classes que sofrem com o desemprego?

Com o crescente questionamento sobre a real pertinência de se analisar a sociedade com base na categoria trabalho, haja vista as transformações ocorridas no âmbito do capitalismo (principalmente a mudança de foco que passou da produção para o consumo), os pesquisadores abandonaram gradativamente a noção de “sociedade do trabalho” em favor de objetos mais ligados ao mundo da cultura. Porém, ao contrário do que se poderia inferir, o “abandono” da categoria que era antagônica ao lazer, não fez com que este fosse valorizado enquanto objeto autônomo de pesquisa. Deixou-se de pensar a sociedade sob o prisma exclusivo do trabalho e abandonou-se conjuntamente a perspectiva do lazer. Esse movimento pode ser entendido como consequência do arranjo tão bem articulado entre os conceitos, capaz de provocar um desinteresse em pensá-los desarticuladamente, como instâncias particulares com características próprias (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008).

Nesse sentido, na modernidade há uma carência por abordagens que recoloquem a questão do lazer fora dessa dicotomia em relação ao trabalho. Para Gutierrez e Almeida (2008), uma possibilidade muito valiosa pode ser encontrada na Teoria da Ação Comunicativa proposta por Habermas, que segundo os autores:

Oferece a possibilidade de construir um entendimento do lazer superando a dicotomia lazer trabalho. Aqui o lazer estaria fundamentado e definido a partir da sociabilidade espontânea, constituída no mundo da vida, e não no mundo do trabalho presente no sistema poder e moeda. (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008, p. 100).

Operando essa mudança estabelece-se que trabalho e lazer se situam em dimensões distintas, sendo o lazer marcado pelas questões relacionadas ao que Habermas (1980) chamou de Mundo da Vida. Nessa perspectiva o lazer apresenta outras faces, que não aquelas ligadas ao trabalho, tais como: “expressões simbólicas, valores culturais e a linguagem”.

Ainda de acordo com Gutierrez e Almeida (2008), essa abordagem supera a citada dicotomia lazer-trabalho de maneira original, pois, não se trata mais de buscar no lazer

elementos que provoquem a emancipação da consciência do indivíduo, como era característico da abordagem baseada no trabalho, influenciada pelo marxismo. Agora o elemento fundamental e distintivo é a busca do prazer, o que envolve toda a potencialidade das sociabilidades espontâneas, fora dos arranjos institucionais que, por sua vez passaram a se referir ao mundo do trabalho.

Relacionando esse breve quadro teórico aos dados do campo é possível perceber a pertinência de se pensar o lazer para além do mundo do trabalho. Caso ainda estivéssemos presos ao modelo que opõe lazer e trabalho seria muito difícil compreender as ações dos jovens como inseridas no campo do lazer, pois a grande maioria não se encontra inserida na lógica do trabalho formal, que determina a organização do tempo dos sujeitos.

Concebendo o lazer como esfera própria, que se rege pela busca do prazer na prática de atividades que envolvam sociabilidades, percebe-se que os jovens do Parque São João se valem de expressões simbólicas para representar os seus espaços de lazer, a exemplo da categoria “vila” que objetivamente não passa de um conjunto de três ou quatro ruas, mas que para os jovens representa o principal espaço de sociabilidade e lazer. Reforçam igualmente suas práticas destacando que na “vila” os laços de amizade e vizinhança orientam as interações sociais, que são marcadas pelo uso de vários termos nativos com traduções particulares.

Vale destacar que quando se buscam elementos para definir o lazer fora do contexto do trabalho, o esforço é por demonstrar que o tempo do lazer não está mais vinculado ao tempo do trabalho e que existem outras questões em jogo quando se opera a categoria lazer. Não se trata de uma oposição de práticas de trabalho e práticas de lazer, mas de visualizar que o tempo utilizado para essas práticas não está mais vinculado intrinsecamente como se pensou durante muito tempo. De certa maneira as práticas continuam interligadas, mas agora sob o prisma do consumo que se relaciona diretamente ao mundo do trabalho, uma vez que para consumir é necessário ter dinheiro.

Mesmo destacando que para os jovens do Parque São João conjunturalmente o lazer seja limitado, sobretudo quando se observa na própria fala dos jovens essa situação, existe uma lógica do consumo que mesmo diante da precariedade econômica, insere o consumo de bens como importante elemento para a prática do lazer dos jovens, principalmente se pensarmos na perspectiva do lazer enquanto busca por prazer.

Retomando o exercício de analisar as percepções do cotidiano dos jovens, além de apontarem as carências estruturais do bairro, (falta de asfalto, ruas cheias de lama quando chove) e a falta de aparelhos de lazer para a juventude (não tem nada pra fazer, nem uma quadra ou praça), os jovens também se posicionam frente à convivência com a violência e drogas.

Os discursos dos jovens são mais cuidadosos sobre esses pontos, pois envolvem um posicionamento diante de uma situação que se coloca anteriormente a eles. O Parque São João cresceu sendo referenciado como bairro de prostituição e posteriormente como ponto de venda de drogas. Os jovens reconhecem a materialidade dessas práticas:

Os caras vivem falando que aqui no Parque São João tem bandido e ladrão, traficante e tal. É foda mas pior que os caras tão certo, todo mundo sabe que tem um monte de maluco aí que faz um adianto mas fazer o que? Cada um se vira do jeito que dá.<sup>56</sup> (Nego, 20 anos).

De acordo com a afirmação, há o reconhecimento de que alguns jovens praticam atos que, confirmam e promovem a imagem de bairro perigoso, propagada entre as pessoas de fora. Cabe destacar que essa afirmação é feita por poucos de forma declarada. No caso de Nego, no decorrer das observações fiquei sabendo que esteve envolvido em um assalto há algum tempo atrás e que, regularmente, vendia crack na Rua 24 horas<sup>57</sup>. Nesse sentido, quando ele assume que a vila é lugar que tem bandido, ele está se referindo a si mesmo, evitando assim um discurso que pudesse ser desmentido depois, uma vez que, quando dessa afirmação, a conversa estava sendo realizada em grupo, e outros amigos poderiam me contar a “verdade” depois.

Embora o discurso proferido por Nego seja aberto e bastante claro – “que tem um monte de maluco aí que faz um adianto” (inclusive ele próprio) – essa fórmula não está presente entre a maioria dos entrevistados. Os jovens percebem que, em alguns aspectos a “fama” do bairro faz sentido, porém não assumem para si a responsabilidade por práticas que comprometam a imagem do bairro. Ao menos no plano do discurso a violência, o tráfico de drogas e a prostituição não tem ligação direta com eles.

<sup>56</sup> “Adianto” é um termo nativo que significa alguma ação para conseguir dinheiro. O “corre” ou “correria” significa a mesma coisa. A conotação de ilegalidade também é presente, pois quando querem falar de algum trabalho legal, usam a palavra “trampo”.

<sup>57</sup> Nome dado a uma rua situada entre dois postos de combustíveis, caracterizada pelo intenso movimento de motoristas, prostitutas e traficantes. Os bares dessa rua não fecham, por conta disso a designação 24 horas.

No discurso inicial há o reconhecimento entre os jovens que o bairro é perigoso, e apontam elementos que percebem no cotidiano: “tem nóia para tudo lado”; “playboy vem de fora tem medo de ser roubado”; “pra quem conhece aqui é suave, mas quem chega na primeira vez e vê logo a baixada tudo escuro [risos] aí se assusta”; “perigoso é né, mas é só agir na humildade e não arrumar atrito com ninguém que dá pra viver de boa”.

A divisão entre um discurso que aponta aspectos negativos e outro que aponta aspectos positivos da vida na vila é apenas operacional. Nas conversas essas dimensões são contíguas, ou seja, os jovens apresentam a prática ou situação negativa e logo em seguida tentam justificar usando uma série de argumentos que apontam para uma positividade do espaço periférico. É o que se observa na fala de Sapo, 18 anos, quando comenta sobre a existência de algum tipo de violência na vila:

Ah cara, violência sempre tem né, aqui ou em qualquer outra parte, a diferença é que as pessoas acha que aqui na vila é pior, sei lá se é pior. Aqui na vila mesmo é de boa, todo mundo se respeita, se conhece. (Sapo, 18 anos).

No trecho evidencia-se a tentativa de diminuir a dimensão da violência afirmando que na vila todo mundo se conhece, se respeita. Sapo aponta também um aspecto que se repetiu em vários momentos na pesquisa: os jovens reclamam que as pessoas de fora exageram quando falam da violência na vila.

Se a puta rouba um otário qualquer ali no posto, aí vai pra Folha do Litoral [jornal diário com notícias sobre Paranaguá e as cidades do Litoral], os caras leem a notícia, pronto, agora todo mundo no parque São João é ladrão. Se matam um nóia por aí, pronto no Parque São João tem assassino. (Capitão, 21 anos)

Acreditam que a má imagem da vila na cidade é fruto de exageros principalmente da imprensa que veicula notícias distorcidas, que favorecem a generalização dos crimes cometidos, como se todos os jovens do Parque São João fossem responsáveis.<sup>58</sup> Vale destacar, que o conceito de violência varia bastante entre os jovens. Alguns acham que violência são somente ações que envolvam diretamente o corpo, como brigas. Na percepção de outros, atividades ilícitas como tráfico de drogas não seriam atos de violência ou ligados ao mundo do crime.

<sup>58</sup> O acesso a esse jornal diário ocorre quando os jovens se deslocam até o posto para comprar algo, geralmente o refrigerante compartilhado na esquina. No posto, aquele que foi buscar o refrigerante folheia e fica sabendo se tem alguma coisa que pode ser compartilhado com os demais. Outra fonte de informações importante é o rádio, muitos jovens ouvem rádio em casa, principalmente programas policiais.

Disso decorre, em alguma medida, o fato de relativizarem as práticas violentas que ocorrem na “vila”, pois assassinatos e agressões dificilmente acontecem e os raros casos logo são justificados como um desdobramento “natural” proveniente de acertos de contas por dívidas de drogas. Ou seja, as pessoas “trabalhadoras” não estariam sujeitas a esse tipo de situação, esse “destino” estaria reservado ao consumidor de crack. Essa argumentação aparece entre os jovens ao questionarem as notícias de jornal. Para eles a violência retratada na “vila” (destacando que violência para a maioria são agressões e roubos) não faz parte de seus cotidianos, mas sim do cotidiano dos “nóias”. A figura do “nóia” é recorrente nos discursos dos jovens. Parece que há uma transferência da responsabilidade pelas práticas que comprometem a imagem da “vila”, para essa figura que muitas vezes parece ser impessoal. Falam sempre “os nóias”, dificilmente apontam o nome de um sujeito “nóia” que tenha cometido algum crime.

Aqui na vila é suave, só tem que tomar cuidado com os “nóia”, esses são foda, o cara na nóia da pedra [crack] faz qualquer coisa, rouba, assalta, mata, é foda. Mas a galera aqui é bem esperta com esses caras, aqui na vila não se cria. (Sapo, 18 anos)

Outro aspecto importante é que quando atribuem ao “nóia” a responsabilidade pelos eventos que contribuem para o crescimento da fama da “vila” como lugar violento, os jovens estão se isentando de qualquer julgamento, ou seja, reconhecem que a “vila” pode ser um espaço violento, assustador, que realmente oferece risco a quem chega de fora, porém a responsabilidade por essa situação é dos “nóias”, uma categoria de pessoas que não é da vila embora possa ser um morador (como o caso do velho Catarina que é morador mas não compartilha do conjunto de práticas que constroem o pertencimento local – “ele não é da vila”).

## **COMPREENDENDO A APARENTE DUALIDADE DO DISCURSO JUVENIL.**

A dualidade presente no discurso dos jovens, que o leitor já deve ter percebido (em um momento afirmam que o bairro é violento e no momento seguinte negam e afirmam que é um lugar tranquilo, onde todos se conhecem) pode ser compreendida observando a figura do “nóia”. Os jovens, de maneira geral reconhecem a vila como espaço violento, perigoso chegando a falarem de cuidados especiais necessários para transitar em segurança pelo bairro. Porém, no momento seguinte eles relativizam essa violência

afirmando que assassinatos e agressões envolvendo roubos raramente acontecem e os episódios narrados pelos jornais, quando ocorrem, envolvem sempre os “nóias” somente. “A galera da vila” não estaria contida nesse processo uma vez que não se identificam com os “nóias” nem com o universo das drogas (ao nível do discurso nenhum entrevistado, com exceção de Nego, afirmou abertamente ter envolvimento com tráfico de drogas). Assim, a violência que se observa na vila é colocada como um fenômeno à parte, oferecendo risco aos “nóias” e àqueles que fazem parte desse circuito. Particularmente os que frequentam os postos de combustível nas imediações da rua vinte e quatro horas estão vulneráveis à violência, na fala dos jovens “são as putas, os viados, os nóias e os caminhoneiros” que compõem o cenário da violência que é retratada pela mídia e não os jovens da “vila”.

Ao enfatizarem os laços de vizinhança e amizade procuram construir uma imagem contrária à que a mídia veicula e a maioria dos moradores da cidade aceita como verdadeira. Reforçam que na “vila” reina a paz e a tranquilidade (“todo mundo se conhece, se ajuda”) e que o aspecto da violência é secundário, embora reconheçam que aos que chegam de fora ou mesmo os moradores desavisados correm o risco de serem assaltados ou terem a residência roubada pelos “nóias”.

Esse apelo para a fraternidade entre os amigos da “vila” reforça o sentimento de pertença ao lugar. Quando questionados sobre a possibilidade de se mudar dali, procurar um lugar melhor para viver, menos violento mais organizado, as respostas variaram na forma, mas o conteúdo foi o mesmo: “se eu tivesse dinheiro, eu investiria aqui mesmo; nunca pensei em sair daqui; eu gosto de morar aqui na vila; aqui é sossegado, tenho meus amigos, conheço todo mundo”.

Nesse processo de positivação de um espaço que tradicionalmente foi concebido como “lugar de gente ruim” o que se destaca é a comparação com outros espaços. Para os jovens da vila a comparação recorrente é entre a periferia e o centro da cidade. Nessa dinâmica o traço que caracteriza a periferia é o trabalho, a luta, as pessoas que residem em bairros pobres precisam ter orgulho, mesmo que o espaço seja repleto de carências. Sobre isso segue um relato de Danilo, 25 anos:

[...] [o sujeito] mora num bairro simples que não tem quase nada, entendeu? Rua de areia, meio favelado, aí se sente discriminado, pensa que é porque tá ali, tá fudido, numa vida de quem mora na favela que pensa que não vai ter futuro [...] tem que pensar naquilo que você é, no que acontece ali, nem que você more num

bairro mais pobre que for, mas tem que sentir orgulho. A pessoa quando mora num bairro da classe média, não vai ser a mesma coisa, não pode ter orgulho. Na favela os caras lutaram pra construir aquilo lá, não tinham nada, nem lugar de morar. Agora lá as pessoas da classe média tem aquilo de anos e anos, já vem de herança já, a família já tem dinheiro. Agora quem não tinha dinheiro e teve que ralar pra conquistar dá valor.

Para Danilo, portanto, viver na periferia deve ser motivo de orgulho, ao contrário de quem mora no centro (classe média) que não pode sentir-se orgulhoso de sua condição pelo fato de não ter passado pelas mesmas dificuldades de quem precisou ralar para conquistar. É possível perceber que há um esforço argumentativo para restaurar uma identidade degradada pelo estigma social de viver na periferia. Uma vez que o bairro precário serve de elemento de distinção social e discriminação, os jovens se valem de uma diferenciação no plano moral entre moradores da periferia e moradores do centro. Nessa nova ordem de diferenciação eles são vitoriosos, pois “são gente trabalhadora, honesta, que sofreu para conquistar o pouco que tem”. Ao passo que o morador do centro não lutou por nada, “tem tudo de mão beijada, e ainda gosta de humilhar o favelado”.

Percebe-se mais uma vez que há uma ambiguidade no discurso dos jovens, pois ao mesmo tempo em que reconhecem a vila como espaço perigoso, violento, “dominado pela pedra” [crack] e que tem na figura do “nóia” um risco constante para a vida dos moradores, contrapõem um discurso de positivação do bairro, afirmando que ali não tem violência, que as pessoas exageram quando falam da violência na vila, “que ali todo mundo se conhece, que nóia na vila não se cria, que não trocariam a vila por outro lugar e que sentem orgulho de ser da vila”.

O conceito de estigma, desenvolvido por Goffman (1982), ajuda a compreender o panorama apresentado. Para o autor, o estigma se aplica quando “[...] um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus”. (GOFFMAN, 1982, p. 07). Para efeito de definição Goffman (1982) é muito claro ao afirmar que “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo” (GOFFMAN, 1982, p. 06). Porém, algumas outras questões são importantes para compreender melhor essa definição.

De acordo com o autor, a sociedade estabelece as maneiras de categorizar as pessoas e os atributos considerados normais para cada categoria de pessoas estabelecidas. Assim, dentro das relações sociais existe uma previsibilidade, pois o

contato diário permite que os julgamentos sejam suspensos uma vez que, sabe-se quem é quem na interação social. Quando um estranho é apresentado à interação social, a situação muda. Uma série de reflexões particulares são desencadeadas pelos sujeitos a fim de inserir a pessoa numa categoria determinada bem como os atributos desejáveis para aquela categoria. Baseado nessas pré-concepções forma-se a respeito do estranho uma “identidade social virtual”, pautada naquilo que se espera dele. O autor destaca que constantemente as pessoas realizam esse tipo de julgamento e que as expectativas em alguma medida se tornam um valor “normativo”. Àquilo que o sujeito apresenta efetivamente como categoria e atributo o autor nomeia de “identidade social real”.

Dentro desse esquema, a estigmatização do sujeito surge quando se percebe que o estranho possui características que o tornam diferente daquela categoria de pessoas em que ele havia sido colocado. Sobre isso Goffman esclarece:

Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1982, p. 06).

O autor segue argumentando, agora na direção de um equilíbrio na definição. A discrepância entre a identidade social virtual e a real pode conduzir a um julgamento positivo de determinado tipo de discrepância: “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso”. (GOFFMAN, 1982, p. 06). O estigma, portanto estabelece-se numa relação, onde são necessários dois papéis: o normal (considerado aqueles que “não se afastam negativamente das expectativas particulares”) e o indivíduo “estigmatizado” (que possui “uma característica diferente da que havíamos previsto”).

É nessa relação entre “normal” e “estigmatizado” que a negatividade do estigma se estabelece. O autor esclarece que toda uma “teoria do estigma” é formulada pelos “normais” a fim de justificar a inferioridade do outro. Partindo de uma “imperfeição original” infere-se uma série de outras imperfeições, que se caracteriza no uso de termos específicos e generalizantes para designar o estigmatizado. Palavras como retardado, bastardo, aleijado, carregam consigo um significado denso que em última instância reduz o estigmatizado a uma condição de sub-humanidade (GOFFMAN, 1982, p. 08).



Tendo em vista essa perspectiva de análise é possível estabelecer algumas ligações com a dinâmica que organiza a experiência social dos jovens pesquisados no “cenário” do Parque São João. A dicotomia centro versus periferia possibilitou o desenvolvimento de um estereótipo da pessoa moradora do Parque São João e por conseguinte do “playboy” morador do centro. Tendo em vista o critério de antiguidade, os moradores do centro podem ser identificados como os “normais” e os periféricos como os “estigmatizados” da teoria de Goffman (1982). Na interação social entre essas duas categorias, tão logo os “normais” perceberam que as características do grupo “estranho” não eram consonantes ao que esperavam em suas pré-concepções, iniciou-se um processo de “estigmatização” no qual os moradores da periferia são reduzidos a uma condição de inferioridade aos moradores do centro.

É necessário ter em mente que a experiência social desses jovens, “da vila”, se realiza num espaço marcado por carências físicas (falta de coleta de lixo, ruas sem asfalto, sem rede de esgoto, sem aparelhos públicos de lazer) e também por um sentimento de inferioridade gerado a partir da construção de uma “imagem” histórica do bairro como espaço perigoso. Nas entrevistas com moradores antigos a maioria relatou ter sofrido algum tipo de discriminação por ter escolhido aquele bairro para viver.

Conforme se observa no campo, esse processo se desenvolveu ao longo de algumas décadas, de maneira que os jovens pesquisados dão continuidade a esse processo que é caracterizado por uma forma de sociabilidade (ao menos quando se considera a relação com outros grupos) baseada na discriminação e exclusão social. Em algumas situações são reduzidos à condição de não humanos, como o caso do “nóia”, que mesmo entre seus companheiros de estigma (ambos circulam pelas mesmas ruas da periferia) é considerado fora de qualquer padrão de “normalidade”.

O jovem da “vila” se reconhece portador de um estigma, sobretudo quando percebe a precariedade da estrutura do bairro e a maneira como as situações são retratadas pela mídia escrita, no caso os jornais policiais que generalizam e “exageram” sobre a violência na “vila”. Diante disso, exige-se do jovem a capacidade de gerenciar esse estigma, pois do contrário seria impossível viver na periferia. Assim, dentro desse esforço por gerenciar um estigma, percebe-se a utilização de um discurso de positivação da periferia, marcado pelo pertencimento a um espaço específico (“vila”) e pela valorização de seus modos de

vida. Por meio dessa construção discursiva os jovens conseguem reforçar suas identidades e encontrar uma “saída” para o estigma social de que são vítimas.

Dessa maneira, a ambiguidade percebida no discurso dos jovens pode ser entendida como um desdobramento do esforço por construir uma identidade coerente. Assim a questão não é tanto procurar uma lógica para aquilo que é falado, mas perceber que rupturas e descontinuidades também fazem parte da identidade dos jovens.

Percebe-se também que não procuram mascarar, ou esconder a condição precária do bairro. Assumem-na, mas não de maneira passiva, pois demonstram ter consciência que o abandono do bairro é questão da má administração do município. Alguns chegam a perceber os interesses políticos nesse processo de exclusão quando falam que “em época de eleição enche de candidato na vila pedindo voto e dizendo que vão fazer asfalto, praça e trabalhar pelo povo”.

Reconhecem também que muitos jovens contribuem na manutenção da imagem do bairro como “lugar de bandido” quando praticam atos ilícitos como vender drogas. Valorizam as relações de amizade no grupo e, por meio do enraizamento local, conseguem neutralizar o estigma e reorganizar suas identidades a partir de uma experiência social marcada pelo pertencimento ao espaço geográfico e simbólico da “vila”.

## **SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO: IDENTIDADE E DIFERENÇA**

Em termos teóricos a identidade não está em oposição à diferença, mas numa relação de interdependência, ou seja, para marcar as posições de identidade e organizar o mundo vivido é necessário ter presente a noção de diferença. São categorias que não se encontram isoladas, mas conectadas. A ligação entre as categorias é concretizada na medida em que os sujeitos são capazes de construir sentidos e significados para o mundo e para as relações sociais que estabelecem. Identificar-se com algo implica na construção de significados que, necessariamente passam pelo universo simbólico, e por sua vez, colocam a diferença numa posição harmônica dentro da cultura.

De acordo com Woodward (2000), esse movimento é a matriz que orienta os sistemas classificatórios. Para a autora:

Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao

menos dois grupos opostos – nós/eles (por exemplo, servos e croatas); eu/outro. (WOODWARD, 2000, p. 40).

A autora fundamenta essa assertiva com base na argumentação de Émile Durkheim, segundo o qual o processo de organizar as coisas segundo sistemas de classificação é que permite a produção dos significados. “Os sistemas de classificação dão ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais”. A autora destaca ainda que segundo Durkheim os processos simbólicos são essenciais para a manutenção do ordenamento da sociedade, e descreve o exemplo da religião que Durkheim desenvolveu para demonstrar a importância dos processos simbólicos. Em “As formas elementares da vida religiosa” (1989) o autor mostra como as coisas são classificadas em dois grupos: as sagradas e as profanas. Reforça que não há nada sagrado ou profano em si, mas que as coisas e as ideias são revestidas de significados e passam a simbolizar o sagrado ou o profano. Os significados são atribuídos com base nas normas e valores da sociedade, contribuindo assim para a sua unificação do ponto de vista cultural. É a tensão entre sagrado e profano que enseja a formulação de rituais por meio dos quais o sentido é produzido, “[...] o sagrado, aquilo que é colocado à parte, é definido e marcado como diferente em relação ao profano”. (WOODWARD, 2000, p. 40).

Nesse sentido, compreende-se que cada cultura desenvolve formas particulares de classificar o mundo, tendo como base um sistema de oposições que em última instância possibilita o ordenamento da sociedade:

Cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas de classificação que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e reconstruir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. (WOODWARD, 2000, p. 41).

Ao classificar as coisas que compõem sua experiência do mundo, os sujeitos estão construindo significados e definindo o lugar que ocupam no mundo. Esse movimento é capaz de englobar a identificação e também a diferença, constituindo uma totalidade simbólica que permite ao sujeito colocar em ordem sua experiência do mundo. Assim, a marcação da diferença é a base para qualquer sistema classificatório e, essa marcação se realiza tendo como referência a identidade. A diferença é o que separa uma identidade da outra.

Nobert Elias (2000), em seu estudo sobre a comunidade de Wiston Parva identifica que a matriz que organiza a vida social da comunidade é a relação de conflito entre estabelecidos e *outsiders*. Dentro do sistema de classificação observado pelo autor, os moradores da comunidade se situam nessas duas categorias que organizam a experiência social dos sujeitos.

Assim, nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-*outsiders*: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [*praise gossip*], no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas [*blame gossip*] contra os suspeitos de transgressão. (ELIAS, 2000, p. 20).

O critério que orienta a figuração “estabelecidos” versus “*outsiders*” é a relação de poder estabelecida entre os grupos. O fato de excluírem os moradores de uma região da localidade se insere na lógica de manutenção do poder dos “estabelecidos”. Esse movimento reforça o nível de coesão grupal, fato que é determinante para o exercício e a manutenção de seu poder, pois somente tendo um grupo suficientemente coeso é possível manter as melhores posições e manter no lugar os “*outsiders*”, a fim de que a ordem da sociedade não seja quebrada.

A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo *outsider* por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. (ELIAS, 2000, p. 23).

Na mesma medida em que Elias (2000), percebe a importância das relações de poder na constituição da configuração “estabelecidos” versus “*outsiders*”, Kathryn Woodward (2000), destaca que o sistema classificatório se baseia na distribuição desigual de poder entre as categorias que se opõem. Ou seja, uma vez que os significados correspondem à norma e à organização da sociedade, as categorias opostas terão pesos diferentes.

Dessa forma são os estabelecidos que possuem maior poder e, portanto definem quem está do lado de fora (“*outsiders*”). Assim compreende-se o esforço do grupo “estabelecido” em estigmatizar o grupo “*outsider*” a fim de mantê-lo à margem das posições de poder. Vale destacar que as categorias se opõem, mas não se excluem, ou

seja, fazem parte de um conjunto que possibilita a compreensão da dinâmica cultural de uma dada sociedade.

As categorias estabelecidos e outsiders se definem na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência. (ELIAS, 2000, p. 08).

No contexto dessa pesquisa podem-se observar essas teorizações quando os jovens da vila são considerados por um lado “outsiders” em relação aos “playboys” do centro e por outro lado “estabelecidos” quando em relação aos “nóias” da vila, ou seja, a posição que ocupam é relacional ao poder que possuem, não existe uma posição “estabelecida” nem “outsider” em si mesma, elas se estabelecem com base nessas relações instáveis de poder. A fala de Capitão revela essa dinâmica quando reforça que preferem ficar na vila a frequentar lugares de lazer no centro da cidade:

O massa é ficar aqui na vila mesmo, a galera se reúne, compra uns gole, fica na esquina de boa, a diversão é essa, ficar com a galera curtindo um som dando umas risadas. Eu prefiro muito mais ficar aqui do que ir lá pro centro, além de gastar pra caralho ainda tem que ficar aguentando playboy filho da puta. E outra, dependendo do lugar você nem entra, esses dias não deixaram um colega nosso entrar no Coronel só porque tava de boné.<sup>59</sup>

A opção por permanecer na vila pode ser entendida como um desdobramento do poder que podem exercer nesse espaço. A vila é o “pedaço” onde dominam os códigos de conduta e sabem o que pode acontecer. Há uma previsibilidade e familiaridade com as práticas, o que lhes permite classificarem as coisas do mundo e as relações sociais a partir do seu lugar de pertencimento, com base nisso definem o que é de dentro, e o que é de fora: “Aqui na vila é mais massa”. Ao contrário, quando transitam pelos espaços de lazer no centro não dominam os códigos e sentem-se inseguros, principalmente quando se submetem ao julgamento dos “playboys”. Lá não possuem poder e sabem que no sistema classificatório estão em condição de submissão, são os de fora: “(...) no centro só tem boy”. Assim permanecendo na vila garantem que seus significados de mundo não sejam abalados e suas identidades sejam mantidas em equilíbrio.

Segundo Goffman (1982), em se tratando da relação entre normais e estigmatizados, na busca por encontrar esse equilíbrio da identidade tende-se à

<sup>59</sup> O Coronel: casa noturna com música ao vivo e restaurante. Aos finais de semana é ponto de encontro dos jovens que moram no centro.

formulação de um discurso que procura “corrigir” o estigma a fim de conseguirem a “aceitação” por parte dos normais. Em última análise quando o estigmatizado se percebe como inferior, busca encontrar meios para corrigir o que considera a base objetiva de seu defeito:

Como a pessoa estigmatizada responde a tal situação? Em alguns casos lhe seria possível tentar corrigir diretamente o que considera a base objetiva de seu defeito, tal como quando uma pessoa fisicamente deformada se submete a uma cirurgia plástica, uma pessoa cega a um tratamento ocular, um analfabeto corrige sua educação e um homossexual faz psicoterapia. (GOFFMAN, 1982, p. 11).

Os jovens da vila seguem a mesma linha quando valorizam os modos de vida da periferia, (como demonstrado anteriormente), em oposição à imagem de “pobre e bandido”, corrigindo assim aquilo que seria a base de seu defeito: a condição de pobreza e o local de moradia.

Por fim é importante destacar que fortalecendo os modos de vida da periferia e formulando uma identidade baseada no pertencimento local, ao contrário do que possa parecer, os jovens não estão buscando uma ruptura com a ordem da sociedade, mas sim se esforçando por demonstrar (e conseqüentemente serem reconhecidos por isso) que são merecedores de respeito e que suas práticas não são piores que a maioria normal da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papius, 1994.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUMAZEDIER, Jofre. **Sociologia empírica do lazer**. Tradução de Silvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva/Sesc, 1979.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Tradução de Pereira Neto. São Paulo: Paulinas, 1989.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade; tradução Vera Ribeiro. Tradução de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUTIERREZ, Gustavo; ALMEIDA, Marco Bettine de. Cultura e lazer: uma aproximação habermasiana. **Lua Nova**, São Paulo, v. 74, p. 93-130, 2008.

HABERMAS, Jünger. **The structural transformation of the public sphere**. Cambridge, Massachusetts: The MIT press, 1996.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangueira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 115-134, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-205, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES Lillian de Lucca. (Orgs.). **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo, EDUSP-FAPESP, 2000.

PAIS, José Machado. Lazer e sociabilidades juvenis: ensaio de análise etnográfica. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n. 4/5, p. 591-644, 1990.

SARTI, Cyntia. **A Família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 05-73.

## O Trabalho em Pequenos Municípios Praianos do litoral do Paraná

MAYRA TAIZA SULZBACH<sup>60</sup>  
VALDIR FIGO DENARDIN<sup>61</sup>  
JANELIZE NASCIMENTO FELISBINO<sup>62</sup>

### RESUMO

Baseado em duas pesquisas realizadas no estado do Paraná – BR novos pressupostos são levantados. Em uma das pesquisas, realizada em 2011, buscou-se compreender como se organizava o trabalho informal em municípios cuja principal atividade econômica era a de lazer de sol e mar. Já a pesquisa anterior, 2010, a qual deu origem a última, constatou-se que o emprego formal em municípios com estas características eram pouco expressivos. Seria esta dinâmica recorrente em outros municípios do Brasil? Tal pesquisa levaria anos para realização e talvez jamais obtivesse êxito, devido ao volume de recursos financeiros necessários. Os principais institutos de pesquisas censitárias e do mercado de trabalho no Brasil realizam suas pesquisas nas grandes metrópoles, utilizando-se da mesma metodologia, que possibilita comparações, se justificando pelo alcance da população envolvida. Neste sentido: Como podemos compreender o todo, se estudamos somente as metrópoles? Nas metrópoles a dinâmica produtiva tende a ser mais intensa, fazendo valer a literatura sobre regulação do mercado trabalho. Em pequenos municípios, onde o emprego é escasso, este referencial teórico serve como pressupostos, seus determinantes são outros. O mercado formal de trabalho nestes municípios é representativo ocorre nos espaços dos serviços públicos e no comércio de bens e serviços, muitas vezes inexpressivos quando relacionados ao total da população. Neste sentido, este estudo que se apresenta procura-se demonstrar que estudos de recortes podem ter um papel complementar às pesquisas macro, reforçando ou não os pressupostos da literatura macro.

**Palavras-chave:** Trabalho, Dinâmica Produtiva, Municípios Litorâneos.

### INTRODUÇÃO

<sup>60</sup> Professora Adjunta III da Universidade Federal do [Paraná. Doutora em Desenvolvimento Econômico / \[mayrats@ufpr.br\]\(mailto:mayrats@ufpr.br\)](#)

<sup>61</sup> Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Paraná Doutor em Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sociedade / [valdirfd@ufpr.br](mailto:valdirfd@ufpr.br)

<sup>62</sup> Graduanda em Gestão Ambiental/Universidade Federal do Paraná



Os municípios de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná estão situados na região litorânea do Paraná, contemplando o segmento turístico ou lazer de sol e mar. Estes municípios foram desmembrados recentemente do primeiro povoado do Paraná, Paranaguá. O município de Paranaguá sedia o maior porto marítimo do Paraná e se fez acompanhar economicamente dos ciclos de exploração brasileira, reconhecido até hoje como o município sede de um porto graneleiro. No entanto, os municípios desmembrados, propostos para investigação, não acompanham os ciclos do município sede.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) Guaratuba ocupa uma área territorial de 1.325,909 km<sup>2</sup>, com uma população total de 32.095 habitantes em 2010. Matinhos, por sua vez, ocupa uma área territorial relativamente menor, acompanhando apenas a faixa de mar de 117,743 km<sup>2</sup>, e uma população de 29.428 habitantes no mesmo ano. Pontal do Paraná, município mais recente que os anteriores (desmembrado do município de Paranaguá em 1995), ocupa uma área territorial de 199,873 km<sup>2</sup> e possui uma população de 20.920 habitantes. Salienta-se que a população rural nos dois últimos municípios é inferior a 200 pessoas e em Guaratuba é de aproximadamente 10% da população.

O estudo para compreender como a população se organiza através do trabalho para obtenção de renda nos três municípios litorâneos do Paraná decorre dos resultados de uma pesquisa sobre o emprego formal, a qual aponta pela reduzida expressão deste nos municípios investigados (SABEC e SULZBACH, 2010). Diante de tal constatação buscou-se analisar a dinâmica do trabalho formal e informal nos municípios.

Para este estudo, foram levantadas bibliografias sobre trabalho formal e informal, ocupação e atividade, promovendo posteriormente um diagnóstico sobre o trabalho nos municípios selecionados. O fato destes, enfrentarem a problemática da sazonalidade de visitas, em virtude do lazer de sol e mar, define-se a hipótese de que a sazonalidade recorrente da principal atividade econômica resulta em instabilidades financeiras tanto as instituições locais, como para a própria população, promovendo adequações dos empreendimentos, especialmente no que se refere aos vínculos de trabalho. Em consequência os empreendimentos formais não encontram suporte financeiro para sua manutenção, resultando na criação de empreendimentos informais, que são

característicos destes locais. Segundo a literatura, estes devem ser pequenos, pouco estruturados e apresentam baixos ganhos financeiros, ocasionando muitas vezes a migração do trabalhador por diversas atividades, bem como para outros locais.

Compreender o mercado informal de trabalho e sua dinâmica é algo ainda complexo, verifica-se que as mudanças são constantes e inúmeras são as suas peculiaridades. Acredita-se que a partir do micro (trabalhador) pode-se entender o macro (a estrutura do trabalho). Não há registros do mercado informal como ocorre com o mercado formal de trabalho (através do banco de dados como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS do Ministério de Trabalho e Emprego). Os resultados da pesquisa empírica não permitem generalizações para outros locais, mas permitem compreender algumas dinâmicas próprias que são de suma importância para propor políticas públicas visando à melhoria da qualidade de vida destas populações.

O artigo é composto por sete partes, incluindo esta. O artigo contempla três espaços de revisões de literatura: trabalho, ocupação e atividade; trabalho formal e informal; e o recorte espacial da pesquisa. Na quinta e sexta parte apresenta-se os principais resultados da pesquisa: o trabalho formal baseado em dados secundários; e o trabalho informal baseado em aplicação de questionários semi estruturados. Finaliza-se com algumas considerações finais.

## **1 TRABALHO, OCUPAÇÃO, ATIVIDADE**

O termo ocupação e trabalho são indissociáveis na sociedade contemporânea, com significações diferenciadas. Ter trabalho ou ocupação é fator essencial para a sobrevivência do indivíduo, tanto para as pessoas que vivem nos centros urbanos como no meio rural, pois através do trabalho pode se adquirir a subsistência, tal como a ocupação permite receber renda para garantir a subsistência.

Os indivíduos pertencentes a uma sociedade sempre buscam melhorar o seu meio (individual e coletivo) através do trabalho, transformando os recursos da natureza em valores de uso, e com o desenvolvimento das sociedades foram criando valores de troca. É através do trabalho que os indivíduos se socializam e interagem na sociedade. Nesta perspectiva, o trabalho pode ser entendido como condição “natural” a qual o homem se submete através da ação, garantindo sua socialização e subsistência. Melo Junior (2008,

p.1) menciona que “cada sociedade contempla o ato de trabalhar a partir de diferentes ângulos e visões que, normalmente, estão acoplados à realidade material daquele determinado meio social”.

Segundo Albornoz (2009, p.8) a palavra trabalho vem carregada de sentimentos positivos ou negativos, como a dor, a fadiga, o prazer, a tortura e a satisfação, destacando o trabalho criativo como aquele que dá satisfação e prazer ao indivíduo, em contra partida, o trabalho que necessita do esforço, muitas vezes repetitivo, este causa fadiga, dor etc. O trabalho é considerado o espaço em que as capacidades físicas, intelectuais e criativas dos indivíduos são aplicadas e muitas vezes estimuladas nas suas ocupações determinadas pelo mesmo ou pelo mercado (patrão).

De acordo com os estudos de Karl Marx, que remontam o século XIX, período em que a sociedade estava passando por um processo de transformação no sistema econômico e o capitalismo fortalecendo-se, o trabalho foi definido como “um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (2010, p. 211). Foi a partir do fortalecimento do sistema capitalista, que o trabalho começa a ganhar novas configurações no mercado e na vida das pessoas, tornando-se uma atividade forçada e obrigatória, e não satisfatória, para aqueles que não tivessem os meios para produzir, com exceção da mão de obra, que era vendida, principalmente para as indústrias e para a agricultura para manter sua subsistência. Como resultado deste processo, criaram-se trabalhadores alienados ao trabalho. O trabalhador tinha que dar o melhor de si (físico) para manter-se no trabalho, assalariado ou não, devido à falta de emprego nos centros urbanos, formando um exército de trabalhadores reserva, como cita Marx. As atividades auto-realizadoras deixam de ser importantes e exploradas pelos trabalhadores, fato que se observa ainda no começo do século XXI. Aos poucos o mercado de trabalho e os próprios trabalhadores foram se remodelando, buscando novas formas de organização do trabalho.

Na literatura recente sobre trabalho, Soares (2009, P.17) diz que “através do trabalho o homem constrói materialmente a sociedade e se constrói, e essa dinâmica permite a construção de uma nova realidade, na qual novas relações sociais se desenvolvem, num processo de acumulação de conhecimento e de riqueza”. Nesse

contexto, o trabalho excede os limites das meras relações de mercado, permitindo a produção das relações sociais.

Ademais, o trabalho, na sociedade moderna passou a ser regulamentado através das lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, criando a condição formal no mercado de trabalho, garantindo-lhes direitos trabalhistas. Assim, toda forma de organização do trabalho que não esteja regulamentada, passa a ser entendida com trabalho informal, e é exercida por trabalhadores que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal por opção ou não, executando muitas vezes atividades com longas jornadas de trabalho e de forma precária.

As relações do indivíduo com o trabalho constantemente estão sendo alteradas, especialmente pelo grau de consciência desenvolvido pelo grupo de trabalhadores, acarretando mudanças estruturais na forma de sua organização. Apesar das lutas constantes pela sobrevivência pouco se tem alcançado sobre as relações de força no mercado de trabalho.

A escolha da atividade pode estar ligada a status, satisfação pessoal, habilidade ou necessidade, já a ocupação está relacionada à formalidade no mercado de trabalho. Na Antiguidade, a ocupação sempre esteve dividida entre atividades superiores e inferiores. A sociedade “invisível” realizava as ocupações e/ou atividades inferiores e os nobres e intelectuais as superiores, os primeiros não tinham o poder de escolha, já os segundos realizavam suas atividades conforme suas habilidades, o que causava sensação de satisfação. Na contemporaneidade, pode-se considerar que o mesmo ainda ocorre se observada a relação do empregado-patrão, onde o contratado (pela falta de opção) insere-se em ocupações aonde não detêm de habilidades e/ou qualificação, pois não há necessidade do empregado utilizar seu senso criativo e intelectual, só mesmo o físico (mecanizado). Menegasso (1998, s/p.) cita que “a estrutura das ocupações nas sociedades modernas é resultante do avanço e da aplicação da ciência do processo de produção; consequência, portanto, do desenvolvimento da tecnologia, da divisão e organização do trabalho, da expansão dos mercados e do crescimento de pólos comerciais e industriais”.

## **2 TRABALHO FORMAL E INFORMAL**

O trabalho formal é entendido como aquele que está enquadrado conforme as leis que o regulam. O trabalhador que nele está inserido é protegido pelas leis trabalhistas que garantem benefícios (salário, 13º salário, férias, FGTS, aposentadoria, seguro de acidentes, dentre outros). Em contrapartida, o trabalho informal é aquele que não encontra amparo legal, e ocorre paralelamente ao formal, seus trabalhadores “(...) geralmente identificados como de baixa qualidade, com níveis de produtividade inferiores ao do setor formal, não apresentam tecnologia e qualificação” (ULYSSEA e REIS, 2005 p.3). Quanto ao conceito do trabalho informal, este está por ser definido. Em várias literaturas encontram-se descritos elementos que caracterizam a informalidade.

**Do ponto de vista de Barbosa (2007, p.87), pequenas unidades produtivas na informalidade apresentam “longas jornadas, baixas condições de segurança e rendimentos pequenos”, este último fator também pode ser inverso, pois o rendimento pode ser maior, do que muitos empregos assalariados na formalidade, principalmente para aqueles trabalhadores que não apresentam qualificação.**

**Alencar (2007, p.10) destaca que os empreendimentos abertos na informalidade, “(...) muitas vezes em condições precárias, apresentam baixa produtividade, geralmente são artesanais, mas é uma alternativa de ocupação e renda, (...) vem se tornando o único recurso e meio para prover a sua própria vida e de sua família”.**

Soares (2009, p.10-24) ressalta que “(...) o trabalho informal, tem se apresentado como uma das alternativas de geração de ocupação e renda para um número cada vez maior de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal”. Os trabalhadores estão se dirigindo a informalidade, “(...) porque o salário recebido no chamado “mercado formal” não dá condições dignas de sobrevivência”, e sua única opção é “(...) montar um negócio de estrutura precária, que sobreviverá á margem da economia”. Há uma dicotomia, a informalidade também está ocorrendo por opção do trabalhador, pois encontra na informalidade maior liberdade de ação. Está é uma situação que ocorre com trabalhadores qualificados ou não qualificados. Outro fator com opiniões diversas refere-se à invisibilidade dentro do sistema; exemplificando, não pagamento de tributos ao governo, o que tem atraído muitas pessoas para o mercado informal, tendo como utopia, maiores ganhos financeiro.

Diante deste contexto, constata-se que o trabalhador informal entra no mercado informal, para obter uma remuneração maior ou adquirir uma, pois o mercado formal não apresenta oportunidade de maiores ganhos salarial para trabalhadores não qualificados. Os trabalhadores qualificados também adentram o mercado informal, atuando como uma alternativa para acúmulo de capital, sendo muitas vezes impossível na formalidade, pelos altos pagamentos de impostos pagos aos governos. Em sua defesa, destaca-se a importância de não generalizar o trabalho informal como precário, sem estrutura física adequada ou inexistência desta, promover longas jornadas de trabalho, não necessitar de qualificação, há exceções. A heterogeneidade ocorre dentro deste mercado, dificultando definir com precisão o trabalhador informal ou o mercado informal.

### **3 O ESPAÇO LITORAL DO PARANÁ**

A microrregião denominada Litoral do Paraná é composta por sete municípios: Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná (IBGE, 2012), destes, Morretes é o único que não é banhado pelas águas do Oceano Atlântico. O fato de ser banhados pelas águas não os promove como ofertantes de turismo ou lazer de sol e mar. Antonina e Paranaguá fazem parte de uma mesma baía - Baía de Paranaguá, a qual lhes oferece condições de usufruir de serviços portuários, mas não necessariamente de praias. O município de Paranaguá é formado por além do continente, por diversas ilhas, a mais conhecida a Ilha do Mel utilizada para o turismo ou lazer de sol e mar. Guaraqueçaba também é contemplada por uma baía e por diversas ilhas que não recebem a mesma exploração econômica de Paranaguá, especialmente pelo acesso restrito tanto por terra, quanto por mar, auxiliado pela legislação de Unidades de Conservação (UCs) que protegem esse espaço (PIERRI, 2003).

A constituição do território, enquanto uso do espaço para o turismo ou lazer de sol e mar, se dá nos municípios de Guaratuba, Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná. Em decorrência do uso do espaço em Paranaguá, para este fim ocorrer de forma reservada, e o recorte da pesquisa no primeiro momento deter-se a dados secundários agregados no Município os quais superestimam os resultados do uso do território pelo turismo de sol e mar, optou-se pela não inclusão deste. Paranaguá, por sediar o maior porto graneleiro do Sul do Brasil, possui um volume significativo de oferta de produtos de atividades turísticas

como meios de hospedagem, serviços de alimentação, alugueis de veículos (inclusive de barcos). No município também se encontra uma das duas agências de viagens cadastradas nos municípios do Litoral do Paraná. O centro urbano de Paranaguá é reconhecido pela população dos municípios vizinhos como cidade pólo.

O segundo elemento a contribuir com o recorte da pesquisa contemplar Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, como municípios praianos do Litoral do Paraná se deve a literatura sobre espaço.

A leitura do espaço de pesquisa, conforme Moura e Werneck (2000, p 63),

“consiste em uma técnica de análise que associa a leitura verbal do espaço urbano (dos elementos formais como infra-estruturas instaladas, edificações, parcelamentos, usos, composição populacional, dentre outros) à leitura não-verbal (das imagens que assinalam as relações e realizações humanas, e seu campo de representações que modelam o cotidiano, expressas em intenções e conflitos).

Santos (1999 apud MOURA e WERNECH, 2000), compreende o espaço como o resultado de relações históricas onde interagem o meio natural e o artificial (produto das ações do social) ou o meio natural e o político (o território e suas normas). “Ler o espaço é, pois, tentar apreender suas feições naturais modificadas pelas ações humanas, seus objetos construídos e os fluxos de relações que se estabelecem entre as suas mais variadas forças atuantes” (MOURA e WERNECH, 2000, p. 62).

Salienta-se que no trabalho de Moura e Wenech (2000) denominado “Ocupação contínua litorânea do Paraná: Uma leitura do espaço” incorpora Paranaguá e não menciona Pontal do Paraná na pesquisa. A mudança da lógica de análise se deve a própria definição dos autores quanto justificaram seu entendimento de espaço, o recorte de um estudo envolvendo todo estado do Paraná e o momento da realização da pesquisa, Pontal do Paraná, recentemente havia sido desmembrado de Paranaguá (1995):

O projeto de pesquisa entende por espaços de concentração o recorte formado pelo conjunto de municípios contíguos que apresentam indicadores expressivos da dinâmica populacional, econômica e complementaridade quanto às funções urbanas. Nestas espacialidades, a ocupação do solo se dá em continuidade e/ou descontinuidade, com forte articulação entre áreas internas de municípios, entre municípios, estados e/ou até entre países. Decorrentes da redistribuição espacial da atividade econômica e dos movimentos populacionais que configuram o arranjo de cidades, essas espacialidades passam a constituir os principais elos da rede urbana do Paraná. São elas: a aglomeração metropolitana de Curitiba, os complexos urbanos do Oeste (aglomerações de Cascavel e de Foz do Iguaçu) e do Norte do Estado (aglomerações de Londrina e Maringá) e a ocupação contínua litorânea (MOURA e WERNECH, 2000, p. 62).

#### 4 O TRABALHO FORMAL NOS MUNICÍPIOS PRAIANOS

O trabalho formal, conforme a literatura, é aquele exercido num mercado regulamentado, no qual os trabalhadores contentes ou não, possuem garantias trabalhistas entre as quais: férias, descanso remunerado, salário, 1/3 salário férias, 13º salário de férias, licença para tratamento de saúde, regime de horas máximas de trabalho dia. Esta também é forma a de trabalho que garante ao trabalhador a acrescentar ao seu nome uma ocupação, ou seja, destacar-se na sociedade pelo seu status.

Dado estas características de garantias de trabalho do trabalhador formal, neste momento passa-se apresentar os dados quantitativos dos trabalhadores formais dos municípios praianos do Litoral do Paraná. Estes foram construídos a partir da RAIS de 2000 e 2010 e a partir dos dados da população censitária, nos mesmos anos, de forma a permitir uma análise. Dentre os principais indicadores do trabalho estão à ocupação por: sexo, subsetor produtivo, faixa etária, nível salarial, tempo de trabalho, porte e constituição jurídicas das empresas de dentre os indicadores da população esta a população por faixa etária.

Apesar da atividade produtiva de sol e mar desenvolvida nos municípios praianos do Paraná, supondo uma distribuição da ocupação por gênero semelhante, as ocupações ocorrem distintamente nos municípios, mas reforçam os escritos na literatura, sobre a inserção do trabalho feminino no mercado de trabalho, sendo esta uma das principais mudanças no mundo do trabalho da sociedade atual. Em Guaratuba e Matinhos, os empregos formais são ocupados em mais de 54% por mulheres, já em Pontal do Paraná, os homens ocupam mais de 55% das vagas de emprego (TABELA 1).

TABELA 1. PARTICIPAÇÃO POR GÊNERO NO TRABALHO FORMAL NOS MUNICÍPIOS DE GUARATUBA, MATINHOS E PONTAL DO PARANÁ, 2010

Emprego	Guaratuba			Matinhos			Pontal do Paraná		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Total	2.365	2.794	5.159	2.688	3.312	6.000	1.748	1.417	3.165
Participação						100,0			100,0
o	45,84	54,16	100,00	44,80	55,20	0	55,23	44,77	0

Fonte: RAIS (MTE, 2012).



A ocupação masculina em Pontal do Paraná ocorre nos segmentos da construção, do comércio, da administração pública e das atividades ligadas a arte, cultura e ao esporte, em Matinhos, são as mulheres que ocupam principalmente as vagas do comércio, da administração pública e a de serviços de saúde e de assistência social. Nos três municípios os subsetores mais empregadores formalmente são o comércio, seguido da administração pública e serviços de alojamento e alimentação, com menos representatividade em Pontal do Paraná nos serviços de alojamento e alimentação (TABELA 2).

Uma característica dos segmentos produtivos nas cidades pólo em metrópoles é a oferta de emprego nos serviços e no comércio. Nos municípios aglutinados as metrópoles a indústria é um empregador representativo. Os municípios litorâneos do Paraná, os quais não fazem parte de uma região metropolitana, não apresentam empregos em volume significativos nem no setor industrial, nem no setor de serviços, o que implica na baixa capacidade de geração de tributos próprios, limitando também a oferta de serviços públicos.

TABELA 2. DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES FORMAIS POR SUBSETORES PRODUTIVOS, POR GÊNERO NO TRABALHO FORMAL NOS MUNICÍPIOS DE GUARATUBA, MATINHOS E PONTAL DO PARANÁ, 2010

Sub-sSetores CNAE 2.0	Guaratuba			Matinhos			Pontal do Paraná		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2,37	0,68	1,45	0,41	0,06	0,22	0,17	0,00	0,09
Indústrias extrativas	0,80	0,04	0,39	0,56	0,00	0,25	0,80	0,07	0,47
Indústrias de transformação	5,75	2,11	3,78	2,90	0,45	1,55	4,29	1,55	3,06
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4,90	1,50	3,06	0,22	0,06	0,13	1,66	0,14	0,98
Construção	5,50	0,21	2,64	9,82	2,23	5,63	12,07	0,64	6,95
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	34,67	31,46	32,93	31,18	26,54	28,62	35,58	35,29	35,45
Transporte, armazenagem e correio	6,81	0,97	3,64	2,12	0,45	1,20	3,89	2,40	3,22

Alojamento e alimentação	10,61	12,10	11,42	8,00	9,18	8,65	5,84	9,74	7,58
Informação e comunicação	0,21	0,39	0,31	0,15	0,03	0,08	0,00	0,07	0,03
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1,18	0,93	1,05	1,04	0,45	0,72	0,69	0,21	0,47
Atividades imobiliárias	0,55	0,47	0,50	0,74	0,66	0,70	0,34	1,13	0,70
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1,35	0,93	1,12	0,82	1,27	1,07	0,51	0,28	0,41
Atividades administrativas e serviços complementares	4,52	4,69	4,61	17,11	10,87	13,67	4,86	2,47	3,79
Administração pública, defesa e seguridade social	15,69	35,29	26,30	16,78	26,03	21,88	15,33	38,60	25,75
Educação	0,85	2,33	1,65	0,78	2,17	1,55	1,14	2,75	1,86
Saúde humana e serviços sociais	0,34	2,08	1,28	5,51	18,57	12,72	0,00	0,56	0,25
Artes, cultura, esporte e recreação	0,34	0,07	0,19	0,78	0,27	0,50	9,50	2,05	6,16
Outras atividades de serviços	3,55	3,76	3,66	1,08	0,69	0,87	3,26	1,98	2,69
Serviços domésticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,07	0,06
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS (MTE, 2012).

Para verificar o nível do emprego de cada comunidade comparou-se a total da população em idade economicamente ativa - PIEA com o total da população com vínculo empregatício. A PIEA considera a população domiciliada entre 18 a 65 anos no município. Em 2010 esta população foi de aproximadamente 70% do total da população em Guaratuba e nos outros dois municípios era próximo a 71% (TABELA 3).

Os trabalhadores formais dos municípios selecionados possuem idade entre 18 a 64 anos, concentrando-se na faixa de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos, com quase 50% dos trabalhadores formais em Guaratuba e Matinhos, e passando deste, em Pontal do Paraná (TABELA 3).

Antes de apresentar os resultados, faz-se necessário mencionar uma das hipóteses deste trabalho: de que a população carece de ocupação formal, especialmente vinculada a atividades ligadas ao turismo.

Com relação a parcela da PIEA com emprego formal nos municípios estudados tem-se 22,97% da PIEA empregada em Guaratuba, 28,50% em Matinhos e 21,22% em Pontal do Paraná. Ou seja, um número pouco expressivo de trabalho formal nestes municípios, o que, por sua vez, gera novas hipóteses: A falta de estabilidade financeira da população reduz a aceitação de crédito para o consumo, promovendo baixos investimentos produtivos nestes municípios, ou seja, um círculo de instabilidades e a não geração de novos postos de trabalho formais.

TABELA 3. PARCELA DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES FORMAIS POR FAIXA ETÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE GUARATUBA, MATINHOS E PONTAL DO PARANÁ, 2010

Faixa etária	Parcela da população por faixa etária			Distribuição dos trabalhadores formais por faixa etária		
	Guaratuba	Matinhos	Pontal do Paraná	Guaratuba	Matinhos	Pontal do Paraná
0-4 anos	7,61	6,92	7,01	-	-	-
5-9 anos	8,33	6,77	7,67	-	-	-
10-14 anos	9,71	9,56	9,16	-	-	-
15-19 anos	9,28	9,07	8,13	4,28	2,82	1,93
20-24 anos	7,26	7,23	7,07	19,62	18,88	18,77
25-29 anos	7,21	6,83	7,12	13,72	14,95	13,87
30-39 anos	14,35	14,10	14,10	27,21	27,05	28,44
40-49 anos	13,37	14,82	14,13	19,71	21,07	21,67
50-59 anos	11,27	11,63	12,42	14,60	14,27	14,44
60-69 anos	7,25	7,85	8,33	0,85	0,97	0,88
Acima de 70 anos	4,37	5,21	4,88	-	-	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (2012) e RAIS (MTE, 2012).

Salienta-se que os relatórios do IBGE (2012) apontam para um envelhecimento da população, que significa dizer que a parcela da PIEA irá reduzir-se proporcionalmente em relação à população total, ampliando a responsabilidade desta faixa etária na formação do produto local.

Isso remete a necessidade de analisar a trajetória da população e o emprego nos municípios selecionados. Nesse aspecto observou-se que a população e o emprego cresceram mais acentuadamente no município de Pontal do Paraná, em especial o emprego que é quase quatro vezes maior em dez anos (2000-2010). Em Guaratuba e Matinhos a população apresenta crescimento menos acentuado, 17,75% e 21,68%,

respectivamente. Num ritmo mais rápido o emprego dobrou no período nos dois municípios (TABELA 4).

TABELA 4. POPULAÇÃO, EMPREGO E SUAS VARIAÇÕES NOS MUNICÍPIOS DE GUARATUBA, MATINHOS E PONTAL DO PARANÁ, 2000-2010

Ano	Guaratuba			Matinhos			Pontal do Paraná		
	2000	2010	% 2010-2000	2000	2010	% 2010- 2000	2000	2010	% 2010- 2000
População	27.257	32.095	17,75	24.184	29.427	21,68	14.323	20.920	46,06
Emprego	2.840	5.519	94,33	2.793	6.000	114,82	894	3.165	354,03

Fonte: IBGE (2012); MTE (2012).

A permanência de tempo de trabalho promove estabilidades para os trabalhadores, bem como para o local onde a população vive, sendo um indicador que serve de parâmetro para o planejamento familiar, ou seja, para planejamento dos gastos, pois os que têm emprego podem programar seus gastos, o que repercute na economia como um todo, em especial as locais, promovendo novos investimentos e a disputa sobre os gastos da população. O setor da construção civil é um dos principais a ser beneficiado neste processo porque é resultante de uma decisão planejada tanto das famílias como das empresas, por necessitar de um montante de recursos elevado, e tempo para que seja liquidado. Neste sentido, destaca-se que o reduzido emprego formal dos municípios praianos do Litoral do Paraná não podem garantir financiamentos longos. Do total dos empregos nestes municípios, em torno de 20% são empregos com permanência inferior a três meses, ou seja, cumprem apenas o tempo permitido em caráter de experiência. Para 60% dos empregos destes municípios, o tempo de permanência no mesmo local de trabalho é inferior a dois anos (TABELA 5).

TABELA 5. FAIXAS DE PERMANÊNCIA NO EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DE GUARATUBA, MATINHOS E PONTAL DO PARANÁ, 2010

	Ate 2,9 meses	3,0 a 5,9 meses	6,0 a 11,9 meses	12,0 a 23,9 meses	24,0 a 35,9 meses	36,0 a 59,9 meses	60,0 a 119,9 meses	120,0 meses ou mais	Total
Guaratuba									100,0
a	22,74	8,24	10,41	15,35	9,38	7,66	12,87	13,28	0
Matinhos	23,28	7,73	14,37	16,58	8,38	8,25	9,60	11,75	100,0
Pontal do Paraná	19,72	9,57	17,60	14,44	11,06	9,64	10,81	7,14	0

Fonte: RAIS (MTE, 2012).

O tempo de permanência no emprego nestes municípios poderia ser explicado pela demanda de trabalho neste período, ou ainda pela oferta de trabalho nos meses de dezembro a fevereiro, tendo em vista uma remuneração mais elevada que compensasse o não trabalho, no restante do ano. No entanto, a segunda hipótese não é verdadeira, porque os salários declarados na Relação Anual de Informações Sociais são inferiores a dois salários mínimos para aproximadamente 70% dos empregados (TABELA 6). Com relação aos salários declarados na RAIS estes podem ser subdeclarados, devido ao pagamento dos tributos e contribuições estar relacionado ao valor registrado na carteira ou na RAIS, fato que se justifica por compensar com ganhos líquidos tanto o empregador como ao empregado no curto prazo. A remuneração subdeclarada também é um mecanismo característico dos pequenos negócios, estrutura empresarial que prevalece nos municípios em tela. O demanda reduzida e a oferta de mão de obra elevada podem sim justificar a reduzida remuneração dos trabalhadores formais dos municípios litorâneo do Paraná.

TABELA 6. FAIXAS DE REMUNERAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS NACIONAIS DO EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DE GUARATUBA, MATINHOS E PONTAL DO PARANÁ, 2010

Municípios	Até 0,50	0,51 a 1,00	1,01 a 1,50	1,51 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 5,00	Acima 5,01	Não declarado	Total
Guaratuba	0,12	6,42	44,39	24,64	15,10	4,19	1,80	2,89	0,47	99,53
Matinhos	0,28	5,07	40,25	26,73	17,48	4,87	1,92	2,83	0,57	99,43
Pontal do Paraná	0,12	6,42	44,39	24,64	15,10	4,19	1,80	2,89	0,47	99,53

Fonte: RAIS (MTE, 2012).

Cabe ainda salientar que a maior parcela de empresas dos municípios se caracteriza como micro e pequenas empresas conforme denominação do SEBRAE, considerando pelo número de empregados (TABELA 7). Estas empresas se constituem pela gestão familiar. Em Pontal do Paraná, aproximadamente 50% das empresas são firmas mercantis individuais. Em Matinhos, o destaque fica para os condomínios que são mais de 40% das empresas registradas (demonstrando a característica da estrutura imobiliária do local; prédios de veraneio). As sociedades por cotas limitadas também são representativas em todos os municípios: em Guaratuba aproximadamente 43% delas, em Matinhos, 21% e em Pontal do Paraná 35% (TABELA 8). As grandes corporações, como

empresas de sociedade anônima de capital aberto, maiores empregadoras, são poucas observadas nos municípios.

TABELA 7. NÚMERO DE EMPRESAS POR FAIXA DE EMPREGADOS NOS MUNICÍPIOS DE GUARATUBA, MATINHOS E PONTAL DO PARANÁ, 2010

Municípios/Empregados	0	De 1 a 4	De 10 a 19	De 20 a 49	De 100 a 249	Total
Guaratuba	130	551	49	24	4	758
Matinhos	111	795	60	26	2	994
Pontal do Paraná	88	375	37	12	2	514

Fonte: RAIS (MTE, 2012).

TABELA 8. CONSTITUIÇÃO JURÍDICA DAS EMPRESAS NOS MUNICÍPIOS DE GUARATUBA, MATINHOS E PONTAL DO PARANÁ, 2010

Constituição jurídica das empresas nos municípios	Guaratuba	Matinhos	Pontal do Paraná
Associação Pública	0,00	0,00	0,19
Poder Executivo Federal	0,40	0,10	0,00
Empresa Pública	0,13	0,20	0,00
Sociedade Mista	0,13	0,10	0,00
SA Aberta	0,13	0,00	0,00
SA Fechada	0,26	0,20	0,39
Sociedade Qt Ltda	43,54	20,82	35,80
Firma Mercantil Individual	33,77	31,39	49,81
Sociedade Simples Ltda	0,00	0,70	0,19
Cartório	0,40	0,20	0,00
Serviço Social Autônomo	0,53	0,20	0,00
Condomínio Edifícios	14,12	41,75	8,95
Fundação Domiciliada no Exterior	0,13	2,01	0,19
Outras Organizações - Associação Privada	2,24	0,00	1,56
Empresa Individual Imobiliária	0,53	0,20	0,19
Segurado Especial	0,40	0,00	0,00
Contribuinte Individual 07 - Até Rais2007	3,30	2,11	2,72
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: RAIS (MTE, 2012).

## 5 O TRABALHO INFORMAL

O trabalho informal é àquele que não está enquadrado conforme as leis que o regulam, carregando dogmas como: trabalho precário, de baixa qualidade e baixas

remunerações, e exercido por pessoas que não encontram vagas no trabalho formal ou que tenham baixa formação profissional.

Baseado nas principais características apontadas pela literatura sobre o trabalho informal e nos resultados da pesquisa de dados secundários do trabalho formal dos municípios praianos apresenta-se algumas informações sobre os trabalhadores informais a fim de se ter um quadro dos trabalhadores destes municípios, de forma a auxiliar tanto a iniciativa pública, quanto a privada, na elaboração de propostas para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores dos municípios em tela.

Busca-se apresentar os dados primários coletados nos três municípios, com aproximadamente 200 trabalhadores informais, na mesma ordem a qual foi apresentada a dos trabalhadores formais, considerando os limites metodológicos dos dois tipos de pesquisa. Destaca-se que a pesquisa primária é mais ampla, possibilitando um diálogo com a realidade. Entre os dados apresentados estão à ocupação por: gênero, faixa etária, membros no domicílio, renda domiciliar, membros da família ligados ao trabalho formal, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, local de trabalho, atividade exercida e avaliação das vantagens de trabalhar no informal.

Referente a questão de gênero, observa-se que os homens ainda são os principais responsáveis pela execução do trabalho informal, com exceção em Matinhos, onde as mulheres contabilizaram quase 60% das ocupações da amostra. Em Pontal do Paraná, as mulheres representam aproximadamente 35% dos trabalhadores informais.

Do total da amostra de trabalhadores informais dos três municípios observa-se que no município de Matinhos há registro de trabalhadores com idade inferior a 14 anos, proibido pela Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 e com idade superior a 60 anos. Nos três municípios analisados há registro de pessoas com idade superior a 70 anos exercendo trabalho informal. Estes são justificados pela necessidade de aumento da renda familiar.

Entre as principais informações obtidas relacionadas a idade do trabalhador observou-se que os adultos com idade entre 25 a 29 anos, tanto em Pontal do Paraná como em Guaratuba, são pouco representativas no trabalho informal, isto deve-se ao reduzido número da população nesta faixa etária nos municípios. A faixa etária pouco expressiva em Matinhos foi a de trabalhadores informais com idade entre 35 a 39, por ocuparem vagas formais de trabalho.

Com relação ao número de pessoas que contribuem com a renda familiar identifica-se que a maior parte das famílias dos entrevistados possui duas pessoas contribuindo com a renda familiar. No município de Matinhos essa participação é de 40,79%, em Pontal do Paraná 43,94% e em Guaratuba 49,06%. A renda obtida por três membros da família reduz-se em Matinhos para 26,32% e em Pontal do Paraná para 22,73%. No município de Guaratuba observa-se que as famílias compostas por quatro membros auxiliando na renda familiar são mais frequente que nos demais municípios analisados, também neste município a participação individual para formação da renda familiar é menos significativa que nos demais municípios.

Segundo análise dos dados, aproximadamente 60% das pessoas entrevistadas, não têm em seu domicílio pessoas que trabalham com carteira assinada. No município de Pontal do Paraná o número é mais expressivo, 68,18% dos trabalhadores, seguido de Matinhos com 52,63% dos entrevistados. Estas pessoas estão exercendo trabalho remunerado e/ou por conta própria, estando longe de adquirir seus direitos previdenciários por não terem carteira assinada, requisitos constituídos pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O município de Matinhos contempla a maior parcela de trabalhadores informais que convivem numa mesma residência com um trabalhador formal, 28,95%. Seguido de Guaratuba com 26,42%. No município de Guaratuba aproximadamente 25% dos trabalhadores informais convivem com dois membros da família com carteira assinada.

Nos municípios pesquisados a renda obtida pelo trabalho deriva de no máximo três pessoas, em Matinhos 23,68% dos entrevistados auxiliam no sustento de três pessoas, contando com ele mesmo, em Pontal do Paraná 21,21% e em Guaratuba 16,98%. Destaca-se que número de residentes nestes casos é superior a quatro pessoas.

A renda média mensal dos trabalhadores informais dos municípios pesquisados gira em torno de um a dois salários mínimos. Analisando por municípios, Matinhos têm 68,42% dos trabalhadores informais recebendo de um a dois salários mínimos, seguido por Pontal do Paraná, com 57,58% dos trabalhadores, e, por último, Guaratuba com 52,83%. Em Guaratuba a participação da remuneração de quatro a cinco salários mínimos é de 32,08% dos trabalhadores informais. O percentual de trabalhadores que recebem abaixo de um salário mínimo é pouca expressiva em todos os municípios, principalmente em Guaratuba. Em Matinhos 18,42% dos trabalhadores recebem nesta



faixa salarial. Alguns trabalhadores que recebem acima de cinco ou de seis salários mínimos exercem mais de uma atividade econômica. Observa-se que existem aproximadamente 10% dos trabalhadores de todos os municípios que recebem nesta faixa salarial.

De 195 entrevistados exercendo atividades informais nos três municípios pesquisados 21,54% trabalham em via pública com ponto fixo e 20,51% trabalham em via pública sem ponto fixo. Quando os trabalhadores não têm um ponto fixo de trabalho estes são considerados ambulantes.

Os trabalhadores informais que trabalham em lojas, lanchonetes ou sorveterias somam 26,67%. Em Guaratuba foram registrados o maior percentual destes trabalhadores (54,72%). Apesar dos estabelecimentos serem formais, os trabalhadores são contratados por tempo determinado, sem registro, ou seja, sem direitos previdenciários garantidos pelo contrato formal de trabalho.

Os outros lugares, citados pelos entrevistados de Matinhos são feiras, casas de show e lavanderias. Na temporada de verão em que ocorreu a entrevista foram registradas quatro feiras temporárias. Nestas são localizados muitos trabalhadores informais na função de vendedores, o que explica a participação mais expressiva de trabalhadores informais do sexo feminino.

No município de Pontal do Paraná, apesar de poucas pessoas exercerem atividade em outros lugares, as feiras, as peixarias, as frutarias e a estação de embarque de barcos de passeio e deslocamento para as ilhas foram os locais de exercício das atividades dos contratos temporários informais.

Dentre as atividades econômicas desempenhadas pelos trabalhadores informais nos municípios selecionados estão as relacionadas à área de vendas (73,85%). Estes trabalhadores informais são vendedores nos mais diversos tipos segmentos, entre eles: os ambulantes proprietários e os contratados, atuando nas vias públicas dos municípios; os vendedores em lojas e em *staders* de feiras; e os que se denominam autônomos, por vender de tudo um pouco de porta em porta ou de estabelecimento em estabelecimento. No município de Matinhos 78,95% dos trabalhadores informais atuam na área de vendas. Em Pontal do Paraná 83,33% e em Guaratuba 54,72%.

Entre as outras atividades estão a de cozinheiro, pedreiro e garçom, estes últimos recebem apenas comissões, o que leva estes trabalhadores a ultrapassar às 8 horas

diárias de trabalho estipuladas como limite do tempo de dedicação máxima de trabalho diário a um trabalhador contratado, de acordo com o Decreto Lei nº 5.452 , Artigo 58. Acima deste limite de carga horária a legislação regulamente que o mesmo receba hora extra.

O tempo de exercício na atividade econômica pelo trabalhador informal não poderia deixar de ser analisada, possibilitando pensar alguns questionamentos: o exercício do trabalho informal é temporário ou é uma forma constituída e reconhecida como meio de obtenção de renda de uma classe trabalhadora? Muitas pessoas trabalham informalmente nas atividades citadas somente na temporada, principalmente os que se dedicam à venda como ambulantes e como feirantes, empreendimentos que funcionam em ocasiões específicas.

Dentre os pesquisados muitos estão se dedicando à atividade econômica informal pela primeira vez, com 48,72% do total dos entrevistados nos três municípios. Guaratuba destaca-se por concentrar o maior número de trabalhadores com este perfil, contemplando 56,60% de trabalhadores informais atuando no segmento pela primeira vez. Pontal do Paraná segue com 51,52% e, por último, Matinhos com 40,79%. Estas informações promovem uma preocupação além, a ser pensada pelas políticas públicas, já que quase metade dos trabalhadores além de serem informais (não obterem estabilidade e garantias em lei) exerce atividades que realmente são temporárias, cujos executores vivem sobre constante instabilidade financeira, sejam eles contratados ou proprietários.

As atividades desempenhadas pelos trabalhadores são em muitos casos contratos, assim observou-se que 48,21% dos trabalhadores informais entrevistados trabalham para terceiros. Os trabalhadores informais que possuem empreendimento próprio somam-se 41,03%. Analisando o quantitativo de trabalhadores informais que possuem o próprio empreendimento, Pontal do Paraná apresenta a maior concentração 48,48%, Matinhos 38,16% e Guaratuba 35,85%.

Dos 41,03% dos entrevistados que responderam ter empreendimento próprio, 77,50% destes utilizaram recursos financeiros próprios para iniciar seu empreendimento e 17,50% tomaram emprestado o recurso financeiro.

Sendo contratado ou proprietário os trabalhadores podem ser amparados quando não puderem exercer o exercício de sua profissão, pelo INSS, caso tenham contribuído enquanto trabalhadores ativos. Neste aspecto salienta-se que do total dos trabalhadores

informais entrevistados, 96,41% não estavam contribuindo com a previdência pública. Estes por regra estão excluídos dos benefícios do seguro social, como: aposentadoria, auxílio em caso de doenças e acidentes, pensões, salário maternidade e família e prestação Continuada da Assistência Social – BPC-LOAS.

Para trabalhar sem o direito aos benefícios do seguro social, deveria haver outro motivo que leve a opção ou não de trabalhar na condição informal. Segundo declarações dos trabalhadores informais, 57,98% mencionaram que não há vantagem de exercer o trabalho de forma informal. 34,04% dos entrevistados afirmaram que o trabalho informal não apresenta desvantagem.

A opção pelo trabalho informal também variou entre: ser dono do próprio negócio, ter autonomia; ser um trabalho familiar; não encontrar oportunidade no mercado formal; oportunidade de uma remuneração maior e encontrar oportunidade de trabalho. Outros encontraram no trabalho informal: alternativa para aumentar a renda familiar; obter uma renda; flexibilidade de horário; e ausência de patrão.

Alguns trabalhadores manifestaram que a vantagem de trabalhar como informais se deve a flexibilidade do horário de trabalho. Considerando que a jornada de trabalho de um trabalhador com carteira assinada é de 44 horas semanais, tornou-se interessante investigar o tempo de dedicação destes trabalhadores as atividades produtivas desempenhadas. Neste aspecto observou-se que quase 50% dos trabalhadores informais exerciam jornadas de trabalho superior a 8 horas diárias. Do total dos entrevistados 21,03% citaram trabalhar 12 horas diárias de trabalho, 14,36% trabalham 10 horas diárias. O fato de trabalharem mais pode, por sua vez, justificar a outra vantagem elencada pelos trabalhadores, a de ganhar mais, bem como a desvantagem de trabalhar sem carteira assinada, pela falta de previdência. Neste caso, esta informação é de extrema importância quando os trabalhadores executam longas jornadas de trabalho que acarreta cansaço, que pode gerar acidente de trabalho ou ainda, ocasionar problemas de saúde.

O trabalho informal de certa forma está diretamente relacionado ao tipo de atividade e o local de funcionamento. Ou seja, o trabalho é informal porque o empreendimento não se sustenta ao longo do tempo no mesmo espaço. Neste sentido, observa-se que 75,38% dos empreendimentos funcionam somente na temporada, confirmando que a atividade informal se desenvolve principalmente onde não há garantias

que o estabelecimento permaneça ao longo do tempo. O estabelecimento é aberto com data de fechamento, assim não pode assinar um compromisso que viabilize garantias de médio e longo prazo para o trabalhador. Matinhos é o município com maior incidência de estabelecimentos abertos temporariamente e que se utiliza de trabalhadores informais com 81,58% dos empreendimentos; em Pontal do Paraná com 78,79% em Guaratuba 62,26%. Um dos fatores que ocasiona o fechamento ou mudança de lugar dos empreendimentos é a sazonalidade da atividade econômica dos serviços que prestam.

Os empreendimentos dos municípios de Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba em que foram localizados trabalhadores informais funcionam principalmente na temporada, ou seja, de dezembro a fevereiro. Do total dos estabelecimentos, 93,38% funcionam nos meses de dezembro a março.

Os estabelecimentos que contratam trabalhadores informais não permanecem abertos o ano todo. Neste sentido, os trabalhadores, em busca de uma manutenção de renda, atuam em outras atividades econômicas durante o ano. Do total dos entrevistados 71,28% responderam que exercem outra atividade durante o ano, restando 28,72% que não exercem outra atividade.

Os resultados demonstram que os trabalhadores informais nos três municípios selecionados trabalham o ano todo, muitos não gozam de férias ou descanso, já que durante o ano exercem outras atividades demandadas pelo local, e atuando como trabalhadores informais. A prática do exercício da atividade informal pode ter sido a única condição de trabalho conhecida pelo sujeito, neste sentido procurou-se observar se estes trabalhadores já atuaram com férias e descanso semanal remunerado, ou seja, com carteira assinada. Conforme dados, 66,15% dos entrevistados já tiveram carteira assinada. Sendo no município de Matinhos que se encontra a maior parcela desta população, 69,74% dos entrevistados, seguido por Pontal do Paraná com 66,67%. Em Guaratuba a parcela é distinta dos outros dois municípios, 24,53%. Aproximadamente 25,13% dos trabalhadores informais dos três municípios nunca exerceram trabalho com carteira assinada. Dentre as ocupações promotoras do pagamento da previdência já exercida pelos trabalhadores informais destacam-se as de: encanador, garçom/garçonete, serviços gerais, secretária, operário de máquina, vendedor, auxiliar, empregada doméstica, gerente e pedreiro/servente e recepcionista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em trabalhos anteriores Guaratuba, Matinhos e Paranaguá foram considerados os municípios praianos do litoral do Paraná, no entanto uma nova configuração do espaço aponta para a manutenção dos dois primeiros e a inclusão de Pontal do Paraná, município que até 1996 era um distrito de Paranaguá.

O resultado de pesquisas anteriores demonstrou, também, a falta de dinamismo econômico nestes municípios, em especial o ligado ao trabalho formal. Assim sendo, este artigo procurou demonstrar, através de indicadores relacionados ao tema, algumas características do trabalho formal e informal nos municípios praianos do litoral do Paraná.

Nestes municípios foi possível constatar que os trabalhadores, tanto formal quanto informal, desempenham atividades ligadas ao setor de serviços e comércio, setores que incluem os subsetores de atividades turísticas.

Após apresentação e análise dos dados, Guaratuba é, entre os três municípios, o que necessita uma maior atenção neste momento. Diante dos indicadores observa-se que as administrações municipais não estão conseguindo enfrentar os problemas relacionados a estabilidade de suas economias. Pelo viés da população não há vagas suficientes no mercado formal para parte significativa da população em idade economicamente ativa.

Apesar do crescimento do emprego formal ter sido superior ao do crescimento demográfico, o volume do emprego é ainda preocupante. Se isolados os municípios não estão conseguindo articular-se, uma possível solução poderia vir da união destes para desenvolver ofertas de produtos turísticos conjuntamente, já que as ofertas de produtos turísticos nos subsetores diferenciam-se.

Na pesquisa referente ao trabalho informal nos municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná observou-se que a população encontra diferentes formas de atuar na busca de sobrevivência, trabalhando muitas vezes em lugares precários, sem acesso a uma infraestrutura adequada (como sanitários), bem como exercendo longas jornadas diárias de trabalho, muito acima das exercidas em ocupações formais. Este último elemento contribui com a literatura como caracterizador do trabalho informal. Não só a estrutura externa é importante, os ambulantes passam horas do dia andando em meio ao sol sem o mínimo de proteção, outro fator prejudicial a estes, são os dias chuvosos que

os obriga a pararem de executar seu trabalho e conseqüentemente ficam sem o seu ganho.

Destaca-se que poucos trabalhadores informais, donos de seus próprios negócios, exercem a mesma atividade durante todo ano, geralmente migram para outras ocupações, quase sempre informal. A pesquisa demonstra que muitos empreendimentos dos municípios de Matinhos e de Pontal do Paraná funcionam somente na temporada. Durante o restante do ano fecham as portas e os trabalhadores informais passam a exercer outras atividades.

Os trabalhadores formais e informais são diretamente afetados com a sazonalidade, mesmo em períodos de alta temporada, muitos trabalhadores não permanecem na vaga de trabalho, ou não conseguem receber uma renda adequada. Os trabalhadores formais muitas vezes encontram ocupações por no máximo três meses, já os informais, acabam recebendo menos de um salário mínimo por integrante da família, mesmo na alta temporada.

Se somada a renda de todos os trabalhadores formais têm-se municípios com renda per capita do trabalho muito baixa. A participação da renda dos trabalhadores informais não consegue alterar a situação de instabilidade financeira para novos investimentos e vagas de trabalho nos municípios. A sazonalidade da atividade econômica talvez seja o fator de maior preocupação pela instabilidade financeira destes locais. A renda advinda das atividades turísticas ou de lazer de sol e mar pelo trabalho formal se efetiva o ano todo, em especial com as vagas de trabalho no comércio, serviços e administração pública, porém em quantidades diferenciadas. Na temporada, muitas empresas formais contratam trabalhadores temporários, neste trabalho, identificados como trabalhadores informais. Neste sentido há ainda a necessidade da articulação dos setores públicos e privados, evitando a exploração temporária do trabalho, com a simples justificativa do aumento da oferta de produtos e serviços durante a temporada, conformando-se e agradecendo a construção de uma relação de desigualdade que se desenvolve: “ainda bem que eles (os ricos) vêm trazer um pouco de dinheiro”. Onde fica o setor público?

A pesquisa demonstra também que poucos trabalhadores informais são nascidos no litoral do Paraná, reconhecendo que a migração como um fator de crescimento

demográfico justificada pela busca de oportunidades de trabalho relacionada ao lazer ou turismo de sol e mar.

As informações oriundas da pesquisa sobre o trabalho formal revelam que os empreendimentos formais dos municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná não conseguem absorver toda a mão de obra existente, obrigando muitos trabalhadores a entrar no mercado informal. Observou-se que muitos trabalhadores informais abrem seu próprio negócio com a utopia da autonomia e ganhos maiores, mas o que se analisa é que muitos não têm estrutura para administrar um empreendimento ou mesmo recursos financeiros para investir, poucos ganhos para o sustento de sua família.

Conclui-se que o trabalho formal e informal nestes municípios torna-se significativo no período de temporada de veraneio, mas durante o restante do ano, não consegue manter seus trabalhadores estabilizados financeiramente, obrigando estes a usar de sua criatividade para conseguir outros meios de adquirir renda, ou senão, a esperar por uma oportunidade no mercado formal, ou aguardar a próxima temporada, consolidando entre a população local o “mito da temporada”.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos)

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. O apoio às pequenas unidades produtivas no Brasil: alternativa ao desemprego ou (des) construção do trabalho assalariado no Brasil? In: Francisco, Elaine Marlova Venzon, Almeida, Carla Cristina Lima de, (orgs) **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Trabalho e economia solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. In: Francisco, Elaine Marlova Venzon, Almeida, Carla Cristina Lima de, (orgs) **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

**INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Censo 2010. Portal Cidades. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 19/08/2012.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campus. O trabalho e seus críticos: um debate teórico. **Revista de história e estudos culturais**. Nº3, ano V, Vol. 5. Jul/agost./setem. De 2008.

MENEGASSO, Maria Ester. **O declínio do emprego e a ascensão da empregabilidade: um protótipo para promover a empregabilidade na empresa pública do setor bancário**. Tese Doutorado (Programa de Pós Graduação em Engenharia da Produção) UFSC, 1998. Disponível em: <http://www.eps.ufsc.br/teses98/ester/> acesso em 29 de junho de 2012.

**Ministério do Trabalho e Emprego**. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf#6>> acesso em 20 de julho de 2012.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. **Ocupação contínua litorânea do Paraná**: uma leitura do espaço. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 99, p. 61-82, jul./dez. 2000

PIERRI, N. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003.

SABEC, João Paulo; Mayra Taiza Sulzbach. **Um retrato do emprego formal do Litoral do Paraná**. Relatório de Iniciação Científica, 2010.

SOARES, Marcos Antônio Tavares. **Trabalho informal de funcionalidade a subsunção ao capital**. Vitória da Conquista: editora UESB, 2009.

ULYSSEA, Gabriel; Reis, Mauricio Cortez. **Impostos sobre trabalho e seu impacto nos mercados de trabalho formal e informal**. <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A172.pdf> acesso em: 15 de fevereiro de 2011.

**BRASIL**. Decreto- Lei 5.452 <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del5452.htm> acesso em 25 de maio de 2011

\_\_\_\_\_. Lei 8.096 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm) acesso em 21 de maio de 2011.



## Militância e religião no passado e no presente da luta pela terra

VALTER LÚCIO DE OLIVIERA<sup>63</sup>

### RESUMO

Grande parte dos militantes que se engajaram na luta pela terra na origem do MST tinham uma forte vinculação religiosa. Era um momento em que a Teologia da Libertação estava no auge e muitas organizações vinculadas, particularmente à igreja Católica, ganharam grande expressão social. Atualmente boa parte dos militantes formados nesse período mantém sua militância política, mas se afastaram da militância religiosa. Por outro lado, os militantes que estão à frente da luta pela terra atualmente não chegam a este engajamento a partir da religião. A “fonte” de militância é muito mais diversificada e suas trajetórias bastante distintas daquelas que deram origem ao MST. A partir da análise da trajetória de alguns militantes, alguns “originários” das bases religiosas rural e outros da classe média urbana, se pretenderá com esse artigo apontar elementos de análises para a compreensão dos motivantes da ação militante. Ressalta-se que esta análise está baseada em trabalho de campo realizada em dois assentamentos e um acampamento do Rio Grande do Sul e conforma um dos temas abordados em minha tese doutoral.

### INTRODUÇÃO

Um exame mais detalhado revela o constante progresso do processo característico de secularização a que nos tempos modernos sucumbem todos os fenômenos que se originam em concepções religiosas.

Max Weber (1985, p.353)

O MST exerceu, ao longo de sua existência, uma forte atração no campo político das esquerdas e passou a ser identificado como o espaço organizativo quase que exclusivo de atuação para o enfrentamento. Um espaço, que além desse caráter contestatório, acumulava os ingredientes propícios à gestão de um novo paradigma social a partir do qual se poderia pensar a superação da mentalidade capitalista tomando como referência uma vivência comunitária com pretensões macro-estruturais. Assim, mesmo

<sup>63</sup> Professor Adjunto no Depto de Sociologia da UFF e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

considerando as especificidades das reivindicações relacionadas à luta pela terra e as características organizativas do MST e de seus dirigentes, muitos militantes de esquerda de diferentes origens se converteram a esta causa.

A mudança no perfil destes militantes coincide com a mudança no perfil das famílias que passaram a integrar as fileiras do MST. Enquanto no passado tanto os dirigentes quanto sua base eram originários de famílias camponesas, atualmente são de origem urbana, mas de estratos sociais diferentes. Sua base é conquistada entre pobres das periferias das cidades e seus dirigentes são provenientes da classe média escolarizada. No que se refere à influência religiosa, aqueles que impulsionaram o surgimento do MST e introduziram as inovações em suas ações tinham forte vinculação com os movimentos religiosos fundamentados na Teologia da Libertação. E entre os sem terra a vinculação religiosa majoritária era com as igrejas católica e minoritariamente com a igreja luterana. Já as atuais liderança se declaram, em sua quase totalidade, não professar vinculação religiosa enquanto entre as famílias que integram sua base predomina a orientação evangélica pentecostal.

Considerando estes elementos brevemente expostos, este artigo busca compreender alguns perfis de militantes que estão na dianteira desse movimento tratando de analisar as suas diferentes lógicas de engajamento e retribuição. Isto será feito a partir de informações coletadas em pesquisa de campo realizada em diferentes momentos entre os anos de 2007 e 2009.

Com relação a pesquisa de campo, ela foi realizada em um acampamento e em dois assentamentos situados em uma mesma região do Rio Grande do Sul. Um dos assentamentos possuía, à época, três anos de existência e o outro 15 anos. Tais opções tiveram por objetivo privilegiar espaços de atuação interligados, porém com suas próprias particularidades e colocar acento na sua na dimensão diacrônica.

Num primeiro momento contextualizarei o artigo passando superficialmente pela trajetória do MST e na sequência discutirei o tema da militância entre os sem terras. Por fim, nas duas últimas partes, entrarei mais detidamente nos elementos que estiveram mais salientes na constituição de alguns militantes.

## **O MST**

No início de sua constituição o MST estava composto basicamente por agricultores sem terra (ou com pouca terra) do sul do país designados por “colono”<sup>64</sup>, uma referência que remete a um perfil de agricultor que se estabeleceu com o processo de colonização da região sul iniciada em meados do século XIX<sup>65</sup>. Colono, portanto, integra o que é identificado de forma mais ampla – em termos teóricos – como campesinato. Essa categoria analítica, por sua vez, define os elementos simbólicos e materiais que compõe o universo no qual o camponês está inserido. Pode-se considerar então, que os sem-terra que dão origem ao MST compõem essa categoria social que é parte do campesinato e que, em certa medida, se viu expropriada de seus meios de produção e reprodução ocasionada por uma série de fatores estruturais (especialmente o processo de modernização conservadora da agricultura). Recusavam, todavia, a seguir a mesma sina daqueles que migravam para a cidade ou se empregar exclusivamente como trabalhador rural. O perfil desses sem terra, portanto, estava definido, naquele momento, por camponeses que almejavam manterem-se como produtores rurais gozando da autonomia que lhes é peculiar.

O “mito de origem” do MST tem relação com dois eventos bastante significativos: o desalojamento de dois grupos de camponeses promovido pelo governo do estado. Um deles residia numa área a ser inundada por uma barragem e outro que residia na reserva indígena de Nonoai<sup>66</sup>. Estes são os eventos referenciados por grande parte dos que conhecem a história do Movimento. Foi a partir dali que emergiu esta nova forma de tratar a questão da terra e fez constituir um tipo de estratégia de luta, relativamente nova, baseada centralmente na ocupação de latifúndios. Estes grupos constituíram duas áreas de acampamento em 1979, nas fazendas Macali e Brilhante. Um terceiro grupo se formou nesse mesma época dando origem ao acampamento de Encruzilhada Natalino no município de Ronda Alta. Este acampamento fez estabelecer uma significativa região de conflito pela terra que rapidamente se expandiu numericamente. Influenciados ou não pela repercussão destes eventos, em outros estados também se realizaram ações desse

---

<sup>64</sup> Sobre o sistema de *colonato* estabelecido em São Paulo, bastante distinto daquele do Rio Grande do Sul, ver Martins (1981, especialmente a primeira parte). Sobre a colonização no RS, ver Da Ros (2008) e Machado (1999).

<sup>65</sup> Ver, Da Ros (2008), Tavares dos Santos (1978).

<sup>66</sup> Também é significativo a presença de camponeses que regressavam do centro-oeste e norte do país após se desiludirem com a experiência de colonização promovida pelo governo federal (Marcon, 1997).

tipo. Diante de toda essa mobilização o Estado se viu obrigado a uma intervenção. Por um lado houve muita repressão – ainda vigorava o regime militar –, mas por outro os Sem-terra se fortaleceram e impuseram a pauta da reforma agrária na agenda governamental<sup>67</sup>.

A manutenção desses camponeses que estavam precariamente acampados naquela área contou com um ostensivo apoio de vários segmentos sociais, o que possibilitou o sustento material (e também moral) do acampamento, e atribuiu grande visibilidade àquela luta. Muitos núcleos de camponeses sem-terra foram formados internamente aos sindicatos e às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), estimulados, sobretudo, por lideranças e por agentes vinculados à CPT (Comissão Pastoral da Terra). Foi a articulação desses diversos núcleos que veio a dar forma ao “MST”.

Deve ser observado, nesse sentido, que a posse da terra, até então tradicionalmente tratada como uma questão individual/familiar, torna-se uma questão coletiva e objeto de uma ação conflitual que demanda “estratégias e decisões políticas” (Gaiger, 1987, p.22).

Nesse processo se destaca alguns elementos discursivos importantes que passaram a ser incorporados ou consolidados nas manifestações do Movimento. Apoiados em certos ideários da esquerda irá incorporar um discurso baseado na noção de classe e passará a promover um ataque feroz ao sistema econômico e ao regime político em vigor, além de se fazer proeminente uma forte imbricação de elementos religiosos nos discursos políticos e vice-versa. Observa-se então uma passagem de um conflito com um objetivo pontual – a posse da terra – para um conflito que se expandirá para todo território nacional e passará a dizer respeito a toda sociedade<sup>68</sup>.

Nesse processo de expansão pelo território nacional, muitas lideranças originárias do Rio Grande do Sul e, mais amplamente do sul do país, exerceram um papel de grande relevância. Esse processo de deslocamento de militantes do sul para o restante do país foi estudado por Débora Lerrer (2008). Esta autora acentua que o sul é o “grande ‘laboratório’ das experiências do MST, bem como origem da maioria de seus militantes e

---

<sup>67</sup> Sobre estes eventos veja, dentre muitos outros: Marcon, 1997; Schmitt, 1992; Medeiros, 1989.

<sup>68</sup> Momento diacrítico culminante dessa constatação se deu com a “Marcha Nacional por reforma agrária, emprego e justiça” quando praticamente toda sociedade se viu concernida pelas questões trazidas à baila pelos sem-terra. Sobre a Marcha Nacional veja o minucioso estudo desenvolvido por Chaves (2000).

dirigentes mais antigos, muitas vezes deslocados para outras regiões do país para “ajudar” a construir o movimento nestes lugares.” (Lerrer, 2008).

Como se percebe, o MST que se desenvolveu no sul assume características peculiares que o distingue das demais regiões do país. Obviamente que esta distinção tem a ver com todo o processo brevemente descrito acima e que fez emergir o “Sem-terra” como categoria social. Mas isso não significa dizer que estamos diante de um tipo social estático, a-histórico, impermeáveis às transformações que, dentre outras, se produziram a partir mesmo da própria luta vivenciada junto ao MST. Então, quando se fala atualmente do agricultor sem terra do Rio Grande do Sul de quem exatamente se está falando?

Primeiramente, deve ser considerado que há uma grande distinção entre aquele sem-terra proveniente daquela que é conhecida como a Região da Serra ou, de forma mais genérica e ampla, metade Norte, e aquele sem-terra proveniente da Região da Campanha, ou metade Sul. A metade Norte tem por característica a presença marcante dos descendentes de imigrantes europeus, sobretudo os de origem italiana e alemã estabelecidos, na sua maioria, em pequenas propriedades de caráter familiar. Essa região é considerada aquela que apresenta maior grau de “desenvolvimento”. Já a metade Sul é caracterizada por extensas planícies e propriedades de maiores dimensões baseadas, historicamente, na produção de gado e de colonização predominantemente açoriana. Por seu lado, essa região está associada a um menor “desenvolvimento”. Enquanto que na metade Norte os “sem terra” eram, em sua maioria, pequenos agricultores ou filhos de pequenos agricultores, na metade Sul os sem terra eram, em grande medida, funcionários de fazendas, pequenos arrendatários e trabalhadores sazonais. Para o recorte aqui pretendido, os sem terra que se estabeleceram no assentamento mais antigo tem maior relação com o perfil de agricultor originário da Metade Norte. Mas essa generalização é válida apenas para o caso daqueles assentados mais antigos que foram trazidos da região de conflito descrita anteriormente.

Os assentamentos constituídos mais recentemente, num dos quais realizei minha pesquisa, apresentam características distintas. Percebe-se que a estratégia do MST na composição desses assentamentos foi o de mesclar diferentes perfis de sem-terra. Uma parte destes ainda tem relação com esse perfil originário do MST, ou seja, pequenos agricultores ou seus filhos que viram no Movimento a única forma de se manterem como

camponeses. Estes vieram da Metade Norte do estado. Outro perfil está constituído por trabalhadores rurais e aqueles considerados “ex-agricultores” ou filhos de agricultores que migraram para a cidade e, diante da difícil adaptação ou impossibilidade do estabelecimento sócio-econômico, decidiram se incorporar à luta do MST para tentar uma nova vida ou recuperar a vida que outrora tinham a partir da agricultura. Esse perfil tem origem variada, mas com destaque para a periferia das cidades consideradas as mais pobres do estado. Essas cidades são pertencentes à metade sul do estado, mas estão relativamente próximas da região metropolitana. Portanto, não se trata de indivíduos que deixaram uma determinada região para seguir como agricultor no meio rural, um tipo de migração rural-rural, como no caso do perfil anterior e nos casos dos sem-terra mais antigos. Trata-se mais bem de um tipo social que busca outra forma de inserção econômica e social, é um tipo de migração urbano-rural, ou, no limite, rural-urbano-rural.

No acampamento no qual realizei minha pesquisa este era o perfil majoritário. Dentre estes acampados, encontravam-se pessoas que estão ou estiveram envolvidas com drogas, álcool, criminalidade e violência. É recorrente a presença de ex-trabalhadores autônomos como aqueles empregados na construção civil e no recolhimento e separação de material reciclável. O local de origem da maior parte dessas pessoas são as “vilas”<sup>69</sup> que circundam os grandes centros urbanos como Porto Alegre e Canoas e uma parte dessas pessoas já carregam consigo as experiências de “invasões” de áreas urbanas.

Como deixo evidente nessa descrição, os indivíduos que são organizados pelo MST para realizarem as ocupações e mesmo aqueles que já foram assentados recentemente, têm um perfil bastante diferente dos que estiveram na origem dos conflitos por terra no Rio Grande do Sul. Foi em consideração a esses aspectos, que busquei estabelecer análises comparativas entre dois assentamentos escolhidos, prioritariamente, com base no seu tempo de existência. Dessa forma, foi possível o estabelecimento do contraste entre o perfil do assentado em ambos os casos e, assim, perceber, com maior nitidez, as diferenças fundamentais entre os militantes desde uma perspectiva diacrônica e sincrônica. Também baseado nessa justificativa, a pesquisa realizada também contemplou um acampamento que, por sua vez, reúne uma série de características

---

<sup>69</sup> Como também salientado por Caballeiro (2008, p.17) o termo “vila” assume no contexto regional um sentido pejorativo, é sinônimo do que em outros lugares se denomina “favela”.

próprias desse estágio de luta pela terra e no qual se gesta as ações militantes de maior impacto.

## AFINIDADE SELETIVA: O SENTIDO DE SER MILITANTE

A noção de militante é ela mesma distante do universo do assentado e do acampado médio<sup>70</sup>. Durante um momento em que conversava informalmente com uma acampada e sua filha adolescente de 15 anos, ela me disse que um certo dirigente lhe havia dito que ali todos eram militantes do MST. Meio na dúvida pediu a confirmação da filha que assentiu tal comentário. Então lhe questionei o que seria ser militante. Novamente pediu auxílio da filha que respondeu no lugar da mãe dizendo que o simples fato de estarem ali, e participarem das instâncias internas já era suficiente para lhes fazerem pertencer ao MST e isso significava, portanto, que eram militantes.

Apesar desse dirigente sugerir àquela acampada uma definição de militante que é extensiva, de forma indistinta, a todos os que estão ali acampados, na prática o militante não é qualquer acampado. Esse entendimento é claro tanto para o acampado quanto para os “militantes” apesar da retórica presente no diálogo referido por aquela senhora. Várias situações confirmam essa distinção de forma bem clara<sup>71</sup>. Pedi, em uma entrevista com uma dirigente do acampamento, que formulasse a definição de militante que ela tinha. Militante então, é aquela pessoa que se engaja voluntariamente no movimento sem expectativa de uma retribuição específica, é aquele que demonstra ter uma visão de maior alcance e que está disposto a se orientar pela organização. No acampamento o espaço por excelência dos militantes era a Brigada de Organicidade (BO)<sup>72</sup> e no assentamento era a Direção.<sup>73</sup>

<sup>70</sup> Já no caso dos assentados, sua trajetória lhe fez se habituar a tal designação, portanto é mais frequente esta referência em suas falas.

<sup>71</sup> Sigaud et al (2006, p.33) também apontam para esta distinção.

<sup>72</sup> Ainda há os Núcleos de Base, Equipes de Trabalho e a Coordenação do Acampamento, mas estes espaços são de participação quase obrigatória e se constitui, para muitos, apenas uma etapa a partir da qual passará ao assentamento. Não chegam a constituir espaços de militantes e nem, necessariamente, para constituição de militantes. Ainda que sejam previstos para este objetivo.

<sup>73</sup> São nesses espaços e através desses militantes que se percebe a articulação de um discurso politicamente religioso e religiosamente político na justificativa de suas ações e na transmissão de suas convicções. Tal arranjo faz com que seu discurso seja entendido como um discurso purificado de interesses e “naturalmente verdadeiro”. É notável entre os militantes aquilo que Bourdieu chamou de “função da humildade sacerdotal”, ou seja, “é anulando-se completamente em benefício de Deus ou do Povo que o sacerdote se faz Deus ou Povo. É quando me torno nada (...) que me torno Tudo” (Bourdieu, 2004, p.196).

Mal entendido semelhante ocorreu no início de minha pesquisa quando entrevistava o Manuel, um assentado do assentamento novo.

***E em termos de militância, como é a relação dos assentados com o MST?***

Militância? ***Isso, do compromisso com o Movimento...*** Geralmente essas pessoas que são militantes, o fato de ser militante já é um compromisso, já é uma identidade com a luta de classe. É muito mais sacrificoso pra nós. Por exemplo, no assentamento, que estão militando diretamente, eu acho que tem em torno de uns 15 a 20%. É muito mais difícil pra nós, pros militantes tocar o lote ou fazer com que a terra dê a resposta que é necessária pra sociedade ou pras famílias e tocar a militância. Pra conciliar essas duas coisas hoje nós encontremos dificuldades. Porque militar e estar sempre no processo de luta faz com que em algum momento deixe a desejar no lote, tendo em vista que nós não temos um grupo conciliado, não tem nenhuma associação, nenhuma cooperativa, onde crie formas de cooperação para abrir espaço pra militância. Os militantes têm que conciliar as duas coisas ou abandonar os lotes pra ir militar. Então isso é uma das dificuldades, mas o fato de essas pessoas se dedicarem e se sacrificarem pra isso é a identidade da causa, identidade pela luta, pela reforma agrária pela transformação que ainda acreditemos na sociedade. (...) Como tem algumas pessoas que não conseguem conciliar isso, ou ficam militando contribuindo meio que quando pode, ou muitas vezes abandona a militância para se dedicar ao lote, se acomoda. Principalmente quem não tem família agrava mais a questão ainda. Se tiver família ela vai tocando o lote e a pessoa militando, mas esse é um problema, um limite que nós temos. Os militantes que nós temos são todos solteiros, então alguns com afinidade de cooperação com algumas pessoas mas aqueles que tem essa afinidade de cooperação são os militantes, então o militante vai e o outro tem que ficar ou se vai todo mundo é aquela questão. Então hoje nós vivemos isso, não tem aquele grupo consolidado onde tenha pessoas que consiga ficar mais definitivo no assentamento pra outros militar e ter aquela troca, muitas vezes tem que ir todo mundo e muitas vezes o cara tem que voltar pra cuidar do lote. Mas a militância se sacrifica pra fazer com que a organização cresça.

Minha pergunta enviesada acabou por conduzir nossa conversa para um assunto interessante. Mas meu objetivo inicial ao me valer do verbo “militar” e não do seu substantivo, era apenas saber o tipo de relação que o assentado médio estabelecia com o MST. Visava perceber a expressão de se sentir parte do MST, de agir demonstrando algum nível de fidelidade e gratidão ao Movimento, de notar a ocorrência ou não de renúncias ao histórico de luta e ao próprio MST entre os assentados de forma geral. Sua dúvida inicial expõe a hesitação com relação à minha questão, mas quando eu associei a ideia de “militância” à de compromisso ele logo substantivou o central de minha questão e passou a falar sobre o sujeito militante. A direção que ele atribuiu àquela parte da conversa a conduziu para temas mais interessantes inclusive relativos ao conteúdo original da questão.

Ele fala do militante enquanto identidade com a luta de classe, com a reforma agrária, com a transformação da sociedade. Fica acentuado o caráter voluntarista de sua



ação e as dificuldades para conciliar as urgências da militância com os trabalhos do lote. Apresenta as contradições desse processo. Deveriam ser o exemplo para a sociedade e para as famílias do assentamento no que se refere a fazer daquele espaço um modelo de produção, mas por força da militância são obrigados a deixarem seus lotes abandonados e, dessa forma, “abrirem a guarda” para as críticas que lhes chegam do interior e do exterior do assentamento. Especializaram-se no trabalho organizativo, mas não conseguem organizar uma associação ou cooperativa que lhes possibilitassem a liberação remunerada de militantes sem prejuízo à produção. A ausência desses tipos de organizações poderia ser suprida caso os militantes contassem com o apoio de suas famílias, no entanto, todos os militantes que se dedicam à causa do Movimento são jovens e solteiros e estão sozinhos cada qual em seus lotes. Mesmo quando consideram a possibilidade de organizarem a produção coletivamente no assentamento, eles se dão conta de que os que compartilham das afinidades para tal empreendimento são todos eles militantes e, de uma forma ou de outra, o engajamento nesse tipo de organização produtiva traria prejuízo à necessária militância.

Ser militante é se sacrificar, é colocar sua vida à disposição do movimento para fazer com que “a organização cresça”. Por isso acentua que no máximo 20% do assentamento pode ser distinguido como militante. Mas ser militante é, ao mesmo tempo, se colocar no alvo das críticas. Eles ocupam a posição de mediadores entre os assentados e o MST, mas também entre os assentados e outros atores sociais, como o poder público. Portanto, as críticas lhes chegam de todas as partes. Manuel era justamente um dos militantes que estava sofrendo a acusação de haver direcionado a realização de serviços públicos apenas para as proximidades dos lotes dos militantes quando deveria atender a todo o assentamento. Parte dos assentados lhe fazia tal acusação e, ao que tudo indica, os representantes do poder público jogavam com essa disputa interna buscando acirrã-la.

De fato, no assentamento novo, havia sempre a menção ao grupo dos militantes. Esse grupo estava integrado por aqueles assentados que quase sempre estavam em seus lotes e eram os que ocupavam postos nas estâncias organizativas do Movimento. (Frente de Massa, na Direção Estadual, no Coletivo de Educação, etc). Nesse assentamento os militantes eram acusados de não possuir aptidão para trabalhar na agricultura e por isso deixavam seus lotes para se dedicarem exclusivamente à militância.

Eram, conforme diziam, os que gostavam de ficar andando de carro pra cima e pra baixo, de participar de reuniões, de manifestações, etc.

Já no caso do assentamento antigo, essa designação era mais diretamente relacionada aos que compunham a cooperativa<sup>74</sup>, pois era desse grupo que saíam os principais militantes para servirem ao MST. Eram os que podiam se liberar integralmente de seus afazeres na cooperativa sem prejuízo ao seu salário e, ao mesmo tempo, sem o estigma de “não gostarem de trabalhar” que era colado naqueles do assentamento novo. O que se notava dentre os cooperados era a dificuldade de encontrar “militantes”, pois todos queriam “sossego”, preferiam ficar no assentamento e trabalharem nos seus afazeres cotidianos permanecendo próximos de seus familiares. Esta situação se agravava devido ao fato da direção do Movimento reivindicar aqueles que eles identificavam como militantes mais capacitados, não deixavam abertura para qualquer indicação, não podia ser qualquer membro da cooperativa. Os próprios integrantes da cooperativa reconheciam que dentre seus membros apenas alguns encarnava o perfil exigido para estar à frente do MST. Essa situação acabava por desgastar alguns militantes.

## RELIGIÃO E MILITÂNCIA

Nem as religiões, nem os homens, são livros abertos. Foram antes construções históricas do que construções lógicas ou mesmo psicológicas sem contradição. Com frequência, encerram uma série de motivos, cada qual, se seguindo isolada e coerentemente, teria obstruído o caminho dos outros ou se chocado contra eles frontalmente. Nas questões religiosas a “coerência” foi a exceção e não a regra.

Max Weber (1985, p.335)

O movimento no seio da igreja católica representado pela Teologia da Libertação significou uma forma extrema de religiogização do político e a politização do religioso. Tal processo fez introduzir entre muitos fiéis uma pesada carga de críticas às diversas dimensões da sociedade incluindo aí a própria religião institucional. Como notado empiricamente, muitos agentes, que se forjaram enquanto militantes no bojo de seu

<sup>74</sup> Cooperativa de Produção que reunia assentados (majoritariamente militantes) que desde o acampamento se organizaram para produzir nesse formato.

engajamento em atividades e organizações da igreja, atualmente se assumem religiosos afastados da estrutura eclesial.

As evidências levam a considerar que toda dinâmica inspirada pelas perspectivas introduzidas pela Teologia da Libertação parece compor um processo de saída da religião, ou o caminhar para uma religião secular (conforme em Piette, 1993). Durante a pesquisa de campo encontrei, especialmente no assentamento antigo, um corpo de dirigentes que, em sua quase totalidade, esteve fortemente vinculado à Igreja Católica na sua vertente progressista. Este vínculo foi determinante em seus engajamentos posteriores, especialmente com relação à luta pela terra, mas a quase totalidade desses militantes se diziam afastados da igreja.

Nesse sentido, o espaço subjetivo e objetivo que é acionado pela religião e que atribui sentido à existência da pessoa religiosa parece que vai sendo ocupado por outras possibilidades de sentidos que é próprio à militância política e que compõe o sujeito militante. O sujeito religioso que emerge com a Teologia da Libertação e dos eventos e organizações subjacentes, vive sua fé alimentada por justificativas políticas que faz estabelecer uma ruptura com a *doxa* na qual estava imerso e cria um novo espaço heterodoxo de possibilidades no qual se realiza a correlação direta entre discursos ideologicamente contrastantes e contraditórios. Obviamente que mesmo doutrinas rigidamente ortodoxas convivem com o contraditório e isso é válido, especialmente, quando se trata da experiência religiosa. Como afirma Weber na epígrafe dessa seção, as religiões não se estabelecem baseadas em uma estrita coerência. No entanto, para alguns militantes essas contradições podem ser insuportáveis.

Com a carga de crítica que se acumula a partir do discurso político, o religioso também entra na mira. Pode-se dizer que durante uma certa época o sentido da existência desses militantes estava estreitamente relacionado ao engajamento religioso na comunidade e ao engajamento nas organizações da Igreja Católica. A partir de determinado momento esse espaço subjetivo e objetivo é ocupado pela militância no MST. Ligia, uma liderança do MST é um caso exemplar. Militante da Pastoral da Juventude, morou no meio rural com os pais e mais duas irmãs até os 21 anos quando decidiu ir acampar em 1988. Antes, porém, seu pai, que possuía apenas 10 ha de terra, não quis deixá-la ir para o acampamento sem, ao menos, conhecer a realidade de tal organização. Então ele passou 15 dias acampado no lugar da filha. Percebeu que o

ambiente era seguro, porém carregado de dificuldades o que o fez imaginar que sua filha não iria suportar ficar por muito tempo naquele lugar. Mas, para sua surpresa, ela não apenas se incorporou facilmente à dinâmica do acampamento como rapidamente entrou numa via de ascensão como militante. Após 4 anos e meio acampada ela conquistou um lote de terra no assentamento em que vivia atualmente.

Ligia recorda que a motivação para ir acampar estava relacionada a um padre da comunidade rural na qual vivia. Segundo me narrou, este padre também tinha formação em psicologia e, nessa condição, realizou com ela algo semelhante ao que seria um teste vocacional:

Então, na época nós tínhamos um padre lá que era muito ligado à Pastoral da Juventude, ele era psicólogo, o Pe João ele era fantástico. Ele que me disse “*eu acho que tem um caminho legal pra você se encontrar, e tal. Trabalhar de empregado eu acho que não é o teu forte e aqui também você não deve ficar, você vai fazer o que aqui? Então você vai encontrar o teu caminho*” Ele não disse assim o que era pra mim fazer. Depois disso a gente continuou no acampamento e quando voltava pra base a gente ia até a igreja conversar, mantinha essa relação.

Seu pai, o Seu Xico, que eu havia entrevistado cerca de um ano antes de conhecê-la e que estava assentado no lote de terra que havia sido conquistado por Ligia<sup>75</sup>, também recorda a influência decisiva do Padre João na produção das condições subjetivas para que ela se convencesse e consolidasse sua decisão de acampar. Ele destaca o aspecto psicológico de sua opção:

***Porque a Ligia foi acampar?***

Tinha um padre lá que era meio psicólogo, aí falou com ela. De certo fizeram uma reunião lá de juventude e coisa né, e ele começou a desconversar com ela e de certo viu que ela tinha algum problema psicológico daí disse que ela tinha que achar um ramo, achar um jeito dela pegar um caminho que se distraísse ... fizeram até *gravação*<sup>76</sup>... não sei como é que se diz... era *gravação*, fazia

<sup>75</sup> Seu Xico morava na agrovila do assentamento antigo onde dividia uma casa com Ligia (mais seu esposo e sua filha), ela morava na parte de cima e ele com sua esposa e o filho mais novo moravam na parte de baixo. Seu Xico tinha 66 anos e vinha de uma família camponesa de 12 irmãos (4 homens e 8 mulheres). Como filho mais novo herdou do pai um lote de 10 ha como forma de convencê-lo a não se mudar para a cidade: “*Pra mim escorar, se eu saísse ia ficar só os mais velhos e as meninas mais novas, 5 mais novas*”. Teve 3 filhas e um filho adotivo. Ligia é sua filha mais velha (42 anos). As outras duas mais novas também se engajaram na luta por terra. Todas estão assentadas e a do meio também é *militante* e trabalha integralmente em uma escola do Movimento. O lote que seu Xico possuía era originalmente da Ligia, mas como ela era casada com uma pessoa que também conquistou um lote no mesmo assentamento, eles não podiam acumular os dois, por isso ela cedeu seu lote para seu pai. Esse é um tipo de estratégia que, em alguma medida, burla a regra moral do MST de que no caso de um casal se formar no assentamento em que ambos sejam titulares de lotes diferentes, eles devem abrir mão de um deles.

<sup>76</sup> Imagino que seja a técnica da *regressão*.

cachoeira e ia conversando aqui até ela dormir. Daí no fim ela resolveu de ir acampar e eu não estava muito... não sabia como era.(...) Eu achava muito perigoso ir acampar. Eu pensei em não deixar, mas daí não dá como ela quer, ele ia se queixar. Mas daí *ela foi e ficou feliz, ela gosta*. Eu disse pra ela parar com isso ai ela me disse “*vocês não querem me ver feliz então?*” (risos).

De fato, ao longo de toda sua fala Ligia deixa acentuado a transformação que sua vida experimentou após se engajar na luta conduzida pelo MST: “*se não tivesse sido a luta pela terra, minha vida com certeza seria outra, teria tomado outro rumo que com certeza seria bem pior*”. Parece-me apropriado analisar esse tipo de engajamento segundo a perspectiva presente no interessante estudo realizado por Charles Suaud (1978) acerca das condições objetivas e subjetivas que informam a produção de vocações sacerdotais. Rico em detalhes quanto ao ambiente regional (La Vendée – França) do qual a emergência de vocações religiosas era quantitativamente saliente com relação às demais regiões da França, Suaud constrói seu estudo apontando a base material que, conjugado à dimensão subjetiva da fé irá possibilitar a objetivação de um sujeito social sobre o qual as ciências sociais até então estava “desautorizada” a falar. Para alguns teóricos, especialmente os teólogos, a vocação religiosa fugia ao poder objetivante da sociologia uma vez que estava fundada na “essência” da religião que se constitui na experiência do sagrado.

O caso de Ligia e de outros militantes parece reter alguns dos elementos que atuam no processo de constituição do que Suaud chama de *complexo da vocação*. A vocação para a militância, “descoberta” e incentivada pelo padre, parece que estava involuntariamente contida na essência de Ligia. Em algum recôndito do seu ser havia o embrião da militância que germinou a parti das condições subjetivas produzidas pela fala autorizada do Padre/Psicólogo. As questões objetivas que são trazidas à tona o são justamente para definir seu desajuste com a essência que Ligia trazia. Trabalhar de empregada urbana ou ficar no meio rural onde estava, não eram atribuições “adequadas” ao seu “eu interior”, o seu potencial enquanto pessoa estava para além daquele “mundo”.

O discurso do padre é ele próprio um discurso performático. Ao mesmo tempo em que enuncia uma realidade ele a anuncia, ou seja, ele a está construindo e a fazendo visível. Seu discurso é acolhido em meio a determinadas condições objetivas que acentuam sua pertinência. A quase impossibilidade de reprodução sobre o patrimônio familiar, o ambiente de militância proporcionado pela participação religiosa, o seu grau de estudo, sua condição de mulher que, no meio rural, também impõe limites às suas

possibilidades, são alguns dos elementos que compõe um substrato receptivo ao diagnóstico e proposição feitos pelo padre. Dar sentido à sua vida, conforme a sutileza do padre, ou resolver o seu problema psicológico, conforme a dedução lógica de seu pai, acusam o desajuste estrutural no qual ela está enredada. Sua crise pessoal é também reflexo de uma crise na estrutura de reprodução de seu meio. Esta crise está alimentada, ao mesmo tempo, por novos horizontes que o engajamento pastoral e a distinção educacional lhes apresentam. Todos estes ingredientes estão nutrindo o seu “problema psicológico” da ausência de sentido em sua vida e arquitetando o momento da ruptura. A ruptura se completa quando uma nova realidade se apresenta reunindo as condições de ajustamento às suas inquietações subjetivas. Essa nova realidade ela encontrará no acampamento e, em seguida, na ascensão como militante do MST. Ela, que se sentia perdida, “encontrou o seu caminho” e nele se manteve fiel a partir de então. O engajamento no Movimento significou para Ligia o encontro do sentido para viver que ela sentia lhe faltar. A partir dali seu mundo havia se transformado acentuadamente .

Essa transformação atingiu também as suas convicções religiosas. Inicialmente ela ainda mantinha a proximidade com a comunidade de origem e especialmente com o Pe. João, mas a militância a consumia totalmente. O contato com a igreja à qual pertenceu também se dava sob um outro registro. Tratava-se agora de uma via para conquistar novos interessados em acampar. Mas o afastamento da igreja foi se dando gradativamente, mesmo como fonte de “novos” Sem-terra. A partir de um determinado momento a busca por novos aderentes se voltou para outros âmbitos sociais. Mesmo os quadros dirigentes eram fomentados agora a partir de uma gestão interna de militantes:

a igreja também fechou um pouco as portas, a Teologia da Libertação... teve toda uma mudança estrutural também nesse sentido. Isso dificultou o dialogo com o Movimento, ficou muito mais uma vontade pessoal do que da própria instituição, da igreja, e a gente sente hoje... muita gente que se forjou na igreja não consegue mais estar nesse espaço aí. E depois disso a militância de uns 6 anos pra cá não foram pessoas que vieram da igreja, são pessoas que vem de outros espaços, de outros lugares, de outras militâncias. Uma parte vem dos grêmios estudantis, os sindicatos todos se apelegaram de certa maneira, então não tem mais... como é que eu vou dizer assim, formação de quadros. Hoje o próprio movimento tem que formar seus quadros, que vão despertando no acampamento, de fora vem muito pouco, de outros lugares. A não ser as pessoas que vem pela causa, mas ai já é uma formação pessoal, *ou que vem da universidade, a partir dos sentimentos...* Da igreja hoje dá pra contar nos dedos quem vem dessa linha aí. É um tema triste pra pensar, não tem mais esse engajamento da igreja.

O que notei em meu trabalho de campo confirma este diagnóstico que foi traçado por Ligia. Dos quadros que conheci do Movimento não encontrei nenhum que assumisse uma participação prévia nas organizações vinculadas à igreja (qualquer que seja). Ao contrário, foi dentre esses quadros onde encontrei posicionamentos muito mais reticentes com relação à religião e mesmo nos casos em que assumiam alguma pertença religiosa essa dimensão não estava conjugada diretamente com a causa assumida junto ao MST. Esse aspecto é bastante evidente no caso do acampamento e do assentamento novo, mas também no caso do assentamento antigo os militantes que encontrei possuíam uma trajetória semelhante à de Ligia. Ou seja, se reconhecem originários do meio religioso, mas ao qual há tempos não se sentem mais vinculados.

Como antecipado na fala acima, ela não mais se identifica com a igreja que fechou as portas pelas quais ela própria saiu para entrar no Movimento. Seu gesto, por exemplo, de celebrar o batismo de sua filha numa cerimônia “particular”, ela que se forjou no seio de uma comunidade, também indica, em certa medida, o seu afastamento do sentido comunitário da religião. Sugere também que a religião não está acima de tudo, que seu sentido se realiza apenas se estiver integrada a outras dimensões. Não há, para Ligia, um valor intrínseco à religião.

Ligia acentua que, do ponto de vista prático, a condição de acampada a afastou da religião, pois estava consumida pelas tarefas do Movimento e pela dinâmica instável que caracteriza um acampamento. Do ponto de vista ideológico ela passa a questionar a igreja em seu poder institucional: *“enquanto igreja eu tenho muitas críticas. Eu acabei me afastando mesmo, também por conhecer depois a história da igreja”*. Mesmo do ponto de vista de sua fé ela também viu transformações. Ao perguntar a ela se continuava acreditando em Deus ela disse:

Eu acredito numa força maior que pode ser chamado de Deus. Eu não sei como explicar isso, mas eu acredito nessa energia, nessa força cósmica, divina, numa força maior. Senão não teria razão de muitas coisas... Mas não no papa, no bispo, no padre, isso não, mas eu pratico a minha religião de outra forma. Eu sou católica, digamos, eu fui batizada, fiz primeira comunhão, fui crismada, me casei pela religião católica hoje tenho muitos afilhados pela igreja católica, mas assim, participo mais como integrante de uma comunidade assim, mas não que eu ache que é por aí que a gente vai atingir a salvação, é em outra coisa que eu acredito.

Como discutido em outra parte, esses argumentos são característicos de um subjetivismo próprio da modernidade. A caracterização de Deus que Ligia faz está mais

próximo da formulação presente no âmbito religioso conhecido como Nova Era<sup>77</sup>. É a recusa do poder institucional e mesmo de um Deus pessoal. Mesmo não renunciando à sua condição de católica, atestada pelos sacramentos que enumera, ela, em alguma medida, está tratando de explicitar que tudo isso deve ser lido no registro do social, menos do que no do religioso. Como parte de uma comunidade ela acentua a importância social do compadrio e da exposição ritual de outros eventos religiosos. Mas afasta o conteúdo escatológico dessa forma de vivenciar a religião. Não é nisso que ela acredita.

Curiosamente, de sua prática o que ela interpreta como uma nova forma de ação religiosa é justamente seu engajamento militante. Nesse caso sim, as atribuições que um crente faria à sua religião, ela faz ao MST, que é do qual emana o sentido de sua prática militante:

***No que você participa hoje que você possa definir como sendo de caráter religioso?***

Não sei, a própria participação na comunidade, quando precisa eu estou colaborando, a própria militância que a gente faz eu não faço por dinheiro, por outra coisa, porque se fosse por isso, cada um ia cuidar da sua vida, eu acho que a minha prática, se eu olhar pela formação religiosa que eu tive, eu acho que a minha prática é uma prática, digamos assim, religiosa, uma prática de doação, tudo aquilo que eu tenho eu também partilho. Eu não trabalho por hora, sabe, mas porque eu acredito nas pessoas, na formação das pessoas, na força da organização. Pra mim hoje o movimento é o que mudou a minha vida, mudou o sentido da minha vida. Foi o que a pessoa que me orientou pra vir para o Movimento, disse que o Movimento ia dar sentido à minha vida. Ele disse com essas palavras, mas eu descobri depois que eu fui pra Organização. Porque a minha vida era uma vida sem muito sentido, não via muito sentido de viver, por mais que eu participava da igreja eu não me encontrava como pessoa. O movimento me ajudou a me encontrar, eu me encontrei nas outras pessoas também. Eu não sei se daria pra resumir como prática religiosa. Essa mística que a gente faz, realiza a mística da utopia, de ter um sonho, de acreditar numa nova sociedade, sem explorado, sem exploradores, acreditar que é possível viver num mundo que não seja um mundo capitalista, eu acho que é uma prática religiosa se for olhar do ponto de vista que eu enxergo isso, a minha formação. Rezar, eu acho que não da pra somente ficar rezando, tem que praticar, é a prática que tem que mudar... e acreditar em algo maior. Enquanto vai pra igreja e reza e reza e está sempre do mesmo jeito. O que me move é a prática, o resultado disso.

A religião foi para Ligia, quando jovem, o que o MST passou a ser para ela a partir do momento em que se descobriu militante. O sentido que, em certo momento, a religião, a participação na Pastoral da Juventude e a vivência em comunidade atribuiu à sua vida, servia agora como matriz para pensar sua prática militante e a considerá-la uma prática

<sup>77</sup> Para uma boa análise e revisão bibliográfica sobre a Nova Era, ver Oliveira (2003).



religiosa. Ela recupera novamente a presença marcante em sua trajetória, especialmente quanto ao rumo que em determinado momento tomou, do Padre/Psicólogo. A interação e identificação pessoal com esse padre, conforme acentua em vários momentos da entrevista, foram definidores do seu ingresso no acampamento e, posteriormente, sua consolidação como quadro dirigente do Movimento.

Anita, uma outra liderança (sobre quem voltarei adiante) de perfil mais próximo daquele caracterizado por Ligia, ou seja, mais urbano e “recrutada” do meio universitário, coincide na definição expressa de militante que Ligia sugere e que também pode ser deduzida de outras falas. Ser militante é abdicar de um retorno material de sua prática, é fazer o bem às pessoas de forma “desinteressada”, é não dedicar apenas parte de seu tempo, mas viver integralmente sua condição de militante e é, sobretudo, acreditar na Organização e no sonho da transformação através da luta que empreende.

## ENGAJAMENTO RELIGIOSO NO MST E ENGAJAMENTO POLÍTICO NO RELIGIOSO

Como já antecipei, eu encontrei no acampamento e também no assentamento mais novo um número significativo de jovens provenientes da classe média que abandonaram cursos superiores, ou profissões já estabelecidas para viverem o sonho da construção de uma nova sociedade<sup>78</sup>. Esses jovens ocupavam as principais posições de liderança. Sua seleção se deve ao alto grau de formação escolar que possuem e ao *ethos* militante que carregam. É baseado nestes atributos que eles são alçados à condição de lideranças mesmo quando não ocupam formalmente os cargos disponíveis na direção. Com relação a isso pode-se perceber a ocorrência de uma homologia estrutural de posições entre o grupo dirigente do acampamento e o grupo dirigente de outras instituições da sociedade, inclusive com aquelas nas quais estão habituados a negociar. Goffman (2003, p.106), ao analisar as instituições totais, faz algumas observações que vem ao encontro dessas análises:

Para que possam apresentar-se com elegância e eficiência na sociedade mais ampla, pode ser uma vantagem o fato de serem recrutadas nos

<sup>78</sup> Com alguma variação ao longo do período da pesquisa, no acampamento eram em 8, 5 mulheres e 3 homens, no assentamento novo eram em 10, 7 homens e 3 mulheres. Além destes haviam mais 2 integrantes do grupo militante no acampamento e 2 ou 3 no caso do assentamento novo que não se enquadravam nesse perfil: alto grau de formação, urbanos e com forte capital militante.

mesmos pequenos agrupamentos sociais em que são escolhidos os líderes de outras unidades da sociedade mais ampla. Além disso, se as pessoas da equipe dirigente são recrutadas uniformemente num estrato da sociedade mais ampla que tenha um posto mais elevado e legitimado do que aqueles em que são recrutados os internados, a separação, existente na sociedade mais ampla provavelmente confirma e estabiliza a regra do grupo dirigente.

Essa situação é notória. São aqueles que possuem um significativo volume de capital cultural e, especialmente, um capital lingüístico que os representarão junto às instâncias mais elevadas do Movimento e também junto aos órgãos públicos nos quais negociam suas pautas. Da mesma forma, internamente ao acampamento se reproduz, grosso modo, a estrutura que vigora na sociedade mais ampla. Ou seja, a hierarquia social que faz um agricultor se calar frente ao doutor agrônomo, o analfabeto frente ao letrado, o esfomeado frente ao nutrido, etc., também ali se verifica. Nesse mercado de bens simbólicos a dotação de valor a estas diferentes falas e a eficiência de seu poder performático se realiza de forma bastante desigual. Nesse sentido, a estabilidade do corpo dirigente e a própria estabilidade daquele espaço social estão sustentadas nessa distribuição desigual dos diversos capitais valorizados ali e na sociedade como um todo.

Mas esse processo não é assim tão linear e determinista. A complexidade dessa interação, e também no que se referem ao próprio engajamento pessoal nessa causa, assume contornos variados e variáveis. Ou seja, são variados no sentido de que esta estrutura apresentada tem um relevo bastante acidentado, com muitas saliências e recônditos que tornam o reconhecimento desse terreno algo bastante laborioso e surpreendente. São, ao mesmo tempo, variáveis, pois o cenário apreendido durante certo período pode se transformar, especialmente no que se refere às suas dimensões micro-sociais. A ideia de uma identidade fixa só existe no plano ideal, a constituição identitária de uma pessoa e de um grupo social se realiza a partir da experiência cotidiana. Nesse sentido a dimensão emotiva pode assumir uma significativa importância na transformação da pessoa e no fortalecimento de determinada identidade. Essa dimensão, que está mais visivelmente presente no universo religioso e nas relações sentimentais, encontra, também no campo militante, expressão similar.

Anita, uma liderança (com 39 anos) que abandonou um curso universitário para ir viver no acampamento é a manifestação mais bem acabada de um processo de conversão que assume contornos muito semelhantes ao que ocorre em uma conversão religiosa. O encantamento e a empolgação com a qual me contou sobre descoberta do

MST e da própria militância como realização pessoal e coletiva não ocultava que aquela adesão estava alicerçada em elementos que iam muito além das questões pragmáticas e ideológicas.

Durante minha pesquisa fui alvo, em vários momentos, do proselitismo evangélico e em várias situações alguns deles insistiam que eu deveria participar dos cultos de suas igrejas para eu ver que transformaria a minha vida. De maneira pouco disfarçada, esse também foi o conteúdo – guardando, obviamente, as devidas proporções – da fala dessa liderança quando lhe pedi permissão para passar um período no acampamento. Ela parecia notar em mim elementos coincidentes como o percurso pelo qual ela passou antes de sua “conversão” ao MST. Naquele momento me disse que iria submeter essa solicitação ao coletivo, mas que a princípio não via nenhum problema. Na sequência passou a considerar que eu corria o risco de me apaixonar e abandonar tudo, como ela havia feito, para me dedicar integralmente ao Movimento.

Ai está uma dimensão importante do MST, a dimensão da militância. Ser designado como militante significa estar disponível integralmente para o MST e disposto a se submeter às suas necessidades, o que pode requerer uma dedicação quase apostólica. Ou seja, seu presente e seu futuro pessoal estão condicionados ao presente e futuro do movimento. Nesse ponto é tentador a realização de uma leitura simplista que reduz esse universo a um linguajar referenciado nas noções de autoritarismo, sectarismo, alienação.... Mas o que é importante ressaltar é que nessa dinâmica de engajamento está atuando inúmeros elementos característicos das relações sociais que são estabelecidas internamente ao acampamento. Atuam também elementos da relação com o entorno e com suas referências “amigas” e “inimigas”. Baseado em todos esses elementos se estabelecem lógicas de engajamento e retribuição que formam o cimento entre esses indivíduos. Deve-se, ao mesmo tempo, sempre manter atualizada a existência no horizonte a possibilidade radical de romper com toda essa estrutura na qual esses militantes estão imersos. Ou seja, como analista, posso buscar compreender os vários elementos que informam aquela adesão, mas devo considerar que se trata de um espaço no qual esse balanço entre engajamento e retribuição pode ser rompido quando o grau de exigência supera suas expectativas. No limite, a recusa a todo aquele universo de sentidos pode se efetivar, como se efetiva com relativa frequência. Não falo em termos de “liberdade” ou “cálculo racional”. Reconheço os constrangimentos objetivos e subjetivos a

essa decisão, mas a margem ao contingente sempre irá existir de forma que faça emergir novas possibilidades de sentido. Quero dizer com isso que essas lideranças e “sua base” estão constantemente em contato com esse discurso político-intelectual que lhes acusam de ser ou estarem submetidos a ou reproduzirem uma estrutura sectária, autoritária, oligárquica, etc. No entanto, é analiticamente pertinente considerar que eles constroem suas ações e seus discursos estabelecendo um ajuste delicado entre todo esse discurso que lhes chegam do exterior e aquilo tudo que vivenciam no e desde o interior. E esse processo está alimentado por justificativas formuladas a partir de vários planos discursivos, inclusive aquele que informa, por exemplo, a emoção que sentem ao ouvir o hino do MST, ou o conforto que sentem por estarem em um meio comunitário.

Há leituras do movimento que veem nessa cúpula, que assume a tarefa de pensar e orientar os rumos do MST, o lócus de algo similar a uma “oligarquia” com seus “coronéis” que atuam na condução de uma massa amorfa e apática vulnerável à manipulação. Mas, o que me parece analiticamente mais coerente, é perceber que o que está em questão nas análises desses diferentes estratos que se relacionam internamente ao MST são as suas diferentes lógicas de engajamento que se nutrem de diferentes expectativas de retribuição. Para os acampados que conformam a base do movimento, eles estão raramente interessados nas retribuições que interessam às lideranças: *“tem vezes que me irrita, só pensa na terra, terra, terra... e tem tanta coisa além disso”*. Nessa frase, proferida pela liderança referida acima, está condensado o abismo que existe entre os interesses que mobilizam esses estratos. Seguramente, boa parte de tudo aquilo que está para além do objetivo imediato de conquistar a terra tem a ver, em grande medida, com o universo simbólico no qual estão imersos esses militantes.

Ao longo da pesquisa tive contato com várias lideranças que compunham a direção estadual do MST, estância máxima regional. Ocupar um posto na direção era sinal de que se tratava de um militante exemplar, alguém que merecia ser tratado com deferência e ser mirado como uma referência de postura e compromisso. Assim também funcionava nos níveis inferiores. Em uma reunião do Núcleo de Base da qual participei no acampamento, coincidiu justamente com a indicação de dois nomes para comporem a Brigada de Organicidade. Antes da decisão foi elencado uma série de atributos dos quais os indicados deveriam estar investidos. Para que a decisão fosse tomada se fez necessário que o indicado ao cargo que participava daquela reunião se retirasse momentaneamente.

Os nomes foram então discutidos tomando como parâmetro alguns indicadores listados anteriormente: lutador, dedicação aos estudos, humildade, desejo de aprender, compromisso com a luta, pontualidade, participação nas mais diversas atividades, disciplina, etc. Naquela oportunidade não houve nenhuma restrição àqueles nomes, apenas em um dos casos uma pessoa comentou que ele precisava ser mais humilde, pois o notavam um pouco prepotente. Esta pessoa era justamente o único homossexual visivelmente assumido que encontrei no acampamento.

Como princípio, qualquer acampado pode indicar um nome para compor a Brigada de Organicidade, mas como prática são os próprios integrantes da BO que identificam aqueles mais aptos a comporem-na e são eles que os indicam à coordenação, da qual a BO é parte integrante. A coordenação, por sua vez, repassa para os NBs o poder de referendar aquelas indicações. Inclusive, após a aceitação daquelas indicações se abriu aos demais a possibilidade de indicar algum outro nome. Naquele momento um jovem indicou um outro jovem que estava ali presente. O indicado imediatamente e enfaticamente renunciou àquela indicação e aquelas manifestações que ocorreram quase de forma paralela não impuseram maiores consequências sobre o curso da reunião.

Ou seja, há um processo de retro-alimentação do poder que sempre está emanando e, ao mesmo tempo, convergindo para o centro. Desde o centro concentrador de poder se atribui o poder de decisão às instancias inferiores até chegar à integralidade do coletivo. Este por seu turno, produz o revestimento de legitimidade para as decisões a serem tomadas. Como nesse caso, o referendo à escolha daqueles nomes compõe esse processo performático de legitimação do escolhido, mas, no limite desse processo quem está se legitimando e se dotando de poder é a própria BO. Ela se reveste de uma armadura mística para dentro e para fora, ela produz ao mesmo tempo em que é produzida. É um espaço do qual emana sapiência e poder simbólico, que dá a conhecer seu militante e é reconhecida por todos, que produz visão e divisão. (Bourdieu, 2004)

Ainda que o “simples” acampado tenha um papel importante nesse jogo de reconhecimento e reprodução de uma determinada forma organizativa, grande parte destes não estão inseridos nesse espaço almejando disputar tal distinção. As regras desse jogo e os lances que podem fazer a diferença e se fazer diferente só fazem sentido entre os que entram naquele espaço com o sentido do jogo incorporado. Dessa forma, aqueles que já chegam ali munidos de um capital militante se destacam facilmente, estão

habitados às longas reuniões, sabem como intervir e o que dizer, enfim, se sentem bastante à vontade é como um peixe dentro d'água.

Do que expus acima e a partir de outras evidências a Brigada de Organicidade que funciona no acampamento me parece carregar as características weberiana de *seita*<sup>79</sup>. O exemplo que Weber utiliza quando descreve o processo de aceitação de um membro à congregação batista me parece similar ao que ocorre na eleição de um membro para a BO. A admissão àquela congregação assim como à BO, apenas ocorria após a pessoa passar por crivo rigoroso quanto à suas qualidades morais. E, nesse caso, sua admissão lhe garantiria um capital moral irrepreensível. No caso da congregação, esse capital moral poderia ser convertido em capital econômico, já que no exemplo de Weber ele almejava abrir um banco. No caso da BO, se converteria em capital militante, seria reconhecido interna e externamente pela credencial que era pertencer àquele grupo seletivo.

Ainda que o ingresso na BO seja voluntário ele não é aberto a qualquer um, sua qualidade moral é colocada à prova e mesmo após o seu ingresso ele deverá fazer jus à sua escolha. Mas o “decisivo é que se seja admitido como membro através de ‘votação’, depois de um *exame* e uma *comprovação* ética no sentido das virtudes que estão a prêmio para o ascetismo ao mesmo tempo íntimo e voltado para o mundo (...)” (Weber, 1985, p.353).

O princípio da comunidade (sacramental local, no caso das seitas religiosas) também está presente na conformação da BO. O formato de eleição dos qualificados, e apenas dos qualificados, não seria possível caso possuísse uma grande amplitude. Daí que, como destacado por Weber (1985, p.363), se tratar de um grupo limitado. Apenas uma comunidade pequena poderia proceder da forma como procedem.

A disciplina moral é outro princípio acentuado por Weber. Dentre os critérios elencados para os aptos a pertencerem à BO estava justamente a *disciplina* como uma qualidade moral fundamental. Nesse caso a disciplina remetia a um rigor nos compromissos assumidos com o MST e com a militância em geral. Mas também remetia a dimensões mais fortemente morais, como a humildade, a dedicação aos estudos e uma maior vigilância no comportamento sexual. Nesse sentido, da mesma forma que as seitas, a BO é comparável à uma ordem monástica. O princípio de noviciado, apesar de não

---

<sup>79</sup> Análise semelhante e inspiradora, ainda que referente a outro universo empírico, foi feita por Oliveira (2008).

estar formalmente definido para a BO, ele se processava quase que espontaneamente. Então, quando uma pessoa chegava no acampamento, mesmo já carregando todas as credenciais para passar direto à sua composição, ele deveria experimentar um período como “noviço”. Esse aspecto ficou especialmente saliente para uma das pessoas que foi eleita para compor a BO citada acima, aquela contra a qual nada depunha. Uma outra pessoa ainda não compunha a BO formalmente, mas estava evidente que experimentava o período do “noviciado”.

Outro paralelo que me parece de caráter mais fundamental, é que as seitas, ao selecionar aqueles mais aptos moralmente estavam criando as condições basilares para a consolidação e evolução do capitalismo. No caso da BO, a seleção dessas pessoas distintivas moralmente fundamenta o estabelecimento do MST como força social e política atual. O que é o MST atualmente é devido a esses inúmeros militantes forjados a partir desse conjunto de características que definem seus espaços, dentre os quais a BO é a sua extremidade mais elementar. Não é a doutrina ética, mas a forma de conduta ética o que interessa. É essa conduta que constitui o *ethos* de cada pessoa. Nas seitas havia o sentido de provação junto a Deus, mas também junto aos homens de forma que não perdesse o status. Na BO ocorre o “mesmo” há necessidade de provar tal merecimento junto ao MST e junto às demais pessoas que o compõe. Enquanto que as seitas funcionaram no sentido de fazer nascer o “espírito do capitalismo moderno, seu *ethos* específico: o *ethos* das *classes médias burguesas* modernas” (p.368-369 ênfases no original); a BO funciona no sentido de fazer produzir o *espírito* do MST.

Uma observação que também faz pensar é a comparação entre seitas e as guildas que Weber propõe. Enquanto as primeiras reuniam uma variedade de perfis qualificados por uma base moral, as guildas reuniam profissionais que, apesar de sua base moral, competiam entre si. No caso da BO, não há essa competição declarada, mas todos estão, em alguma medida buscando os mesmos reconhecimentos simbólicos que podem fazê-los chegar a postos mais altos na hierarquia. Portanto, de uma base relativamente numerosa, apenas alguns chegam ao “topo” da excelência militante.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. A delegação e o fetichismo político. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 188-206.

BRUSEKE, F. J. **ROMANTISMO**, Mística e Escatologia Política. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. São Paulo: CEDEC, n.62, 2004, pp. 21-44, 2004.

CABALLERO, I. N. V. **“O trabalho no papel”**: uma etnografia com papeleiros. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

CHAVES, C. A. A Marcha Nacional dos Sem-Terra: estudo de um ritual político. In: PEIRANO, M. **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Nuap/UFRJ, 2002, pp.133-148.

COMERFORD, J. As reuniões em um assentamento rural como rituais. In. COSTA, L. F. C.; FLEXOR, G. e SANTOS, R. **Mundo Rural Brasileiro**: ensaios multidisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica-RJ: Edur-UFRRJ, 2008, pp.181-190.

COMERFORD, J. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

DA ROS, C. A. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. 475p Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

OLIVEIRA, E. M. **“O mergulho no Espírito de Deus”**: Diálogos (im) possíveis entre a Renovação Carismática Católica (RCC) e a Nova Era na Comunidade de Vida no Espírito Canção Nova. Rio de Janeiro: IFCH-PPGCS-UERJ, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

FERNANDES, B. M. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2000.

GAIGER, L. I. As razões da luta: as condições socioculturais de engajamento no MST. **Estudos Sociedade e Agricultura**. N.13. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, outubro de 1999, pp.70-92.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2003

KAGEYAMA, A. (coord.) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. et al (orgs.) **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990.

LERRER, D. F. **Trajetória de militantes sulistas**: nacionalização e modernidade do MST. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.



MACEDO, M. H. Entre a “violência” e a “espontaneidade”: reflexões sobre o processo de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. *Mana – Estudos de Antropologia Social*. Vol.11, N.2, Rio de Janeiro: Contra Capa, Outubro de 2005, pp.473-497

MACHADO, P. P. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

MARCON, T. **Acampamento Natalito**: história da luta pela reforma agrária. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

PIETTE, Albert. **Les religiosités séculières**. Paris: Universitaires de France (Série. *Que sais-je*), 1993.

SCHMITT, C. J. **O tempo do acampamento**: a construção da identidade social e política do “colono sem-terra” – Parte II. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

SIGAUD, L. Os acampamentos da reforma agrária: história de uma surpresa. In: L’ESTOILE, B. de & SIGAUD, L. (orgs.). **Ocupações de terra e transformações sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp.29-63.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SUAUD, C. **La vocation**: conversion e reconversion des prêtres ruraux. Paris: Les Editions de Minuit, 1978.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

WEBER, M. “A psicologia social das religiões mundiais”; “As seitas protestantes e o espírito do capitalismo”; “Rejeições religiosas do mundo e suas direções”. In. WEBER, M. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985, pp. 309-346.

WOORTMANN, K. **“Com parente não se neguceia”**. O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico 87, RJ. Tempo Brasileiro, 1990.

## Os sentidos do envelhecimento

GISELI GONTARSKI<sup>80</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal discutir a *experiência de envelhecimento* de doze homens e mulheres, com idades entre 68 e 95 anos. A pesquisa de campo foi realizada na cidade de Mafra, no interior de Santa Catarina. A velhice é um fenômeno complexo, pois apresenta em sua essência uma ambiguidade: ao mesmo tempo em que aparece como sinônimo de doença, inatividade, dependência e declínio, essa etapa da vida também pode ser encarada como o tempo da liberdade, de conquistas e vivacidade. A pesquisa demonstrou que os significados atribuídos ao envelhecimento são variados, pois existem diversas formas de envelhecer, tanto positivas – melhoria da condição de vida; novas formas de sociabilidade –, quanto negativas – como sinônimo de doença, inscrevendo a velhice nos indivíduos. Mas as entrevistas revelaram ainda que há uma grande distância entre os discursos elaborados sobre o envelhecimento e a forma que os entrevistados efetivamente experimentam essa etapa da vida. Ao falar da velhice eles acabam negando sua condição de velho. Em contraposição a isso, quando os velhos pesquisados contam suas experiências cotidianas como um todo, eles se auto definem velhos. E nesse momento não é a velhice sinônimo de perda e decadência que está sendo mencionada e sim uma *outra* velhice, bem mais positiva, que considera sobretudo as trajetórias individuais.

**Palavras-chave:** Velhice, Experiência, Doença, Trabalho.

### INTRODUÇÃO

Há algumas décadas o Brasil tem vivenciado o fenômeno do envelhecimento e com isso buscado formas de garantir o lugar desses “novos” sujeitos sociais. As lentes que observam a velhice são as mais variadas possíveis, identificando-a como o tempo da decadência e/ou da liberdade, da restrição e/ou do desfrute, ambiguidade essa que está presente inclusive nos discursos dos velhos quando falam si. Essa pesquisa trabalha a velhice sob a perspectiva das Ciências Sociais, que a compreende como uma construção social, o que significa que cada cultura, cada tempo histórico cria um sistema simbólico

<sup>80</sup> Mestre em Sociologia (UFPR/2012). Bacharel em Ciências Sociais (UFPR/2009). Membro do Grupo de Pesquisa em Sociologia da Saúde-CNPq/UFPR.

próprio para representar o velho. Além disso, o envelhecimento é também uma construção subjetiva que varia de acordo com as trajetórias particulares de cada sujeito. A velhice é uma experiência plural, o que faz com que os sentidos atribuídos ao envelhecimento sejam igualmente variados. É também por considerar a velhice como uma experiência social que utilizamos o termo *velho* para nos referirmos a esses sujeitos, tentando justamente desconstruir a imagem pejorativa incorporada por esse termo em nossa sociedade.

A pesquisa de campo, que utilizou a técnica da entrevista semiestruturada, foi realizada com doze homens e mulheres com idades entre 68 e 95 anos, na cidade de Mafra, interior de Santa Catarina. A maior parte dos entrevistados são católicos, nasceram e foram criados em comunidades rurais, são ou foram casados, tiveram filhos, tem uma escolaridade baixa, são aposentados e possuem uma renda mensal em torno de dois salários mínimos.

As narrativas comprovam que há variadas formas de envelhecer. Mas elas também se agregam num ponto comum: a vida do velho é contada como uma luta. Os nossos narradores enfrentaram trabalho pesado da roça, dificuldade na criação dos filhos, as doenças e a busca pela cura, a distância da cidade. Se depararam com a morte, através da perda dos pais, dos irmãos, dos companheiros e também dos filhos, essa última considerada a mais dolorosa, por trazer a inversão da ordem da vida. Os velhos são, portanto, vencedores. Chegaram até a velhice é isso já uma vitória. Construíram uma família, conquistaram suas casas, a aposentadoria, saúde, educação dos filhos e respeito da comunidade em que vivem.

## **VELHICE COMO NÃO LUGAR**

Na contemporaneidade, a velhice foi construída na dicotomia jovem/velho, onde o velho é visto como decadente, feio e inativo. Visão esta, que levada às últimas consequências, significa que a velhice é considerada um peso para o restante da sociedade. No contexto brasileiro, essa imagem negativa dos velhos dominou soberana até as duas últimas décadas do século XX, e continua forte, devido ao discurso elaborado sobre a velhice na Geriatria, especialidade médica que inaugurou os estudos sobre velhice no país. Deste modo, a Gerontologia que deveria ser uma área de estudos que

abarcasse as várias dimensões da categoria velhice, acabou ficando atrelada ao conhecimento elaborado pela Geriatria, que a entende como problema de fundo biológico. Segundo Neri (1991),

Cada vez mais é a Medicina, muito mais que as instituições legais e religiosa a responsável pela definição e o controle dos problemas sociais. Haja visto o que acontece hoje com as questões de saúde pública, de evasão e fracasso escolar, onde 'o culpado é a vítima'. O velho não é exceção: seu problema não é fruto da pobreza, das doenças e da inatividade, mas sim da senilidade, gerada por causas biológicas ou psicológicas (NERI, 1991: 58).

Diante dessa situação, continua Neri,

Os gerontólogos não só sucumbiram aos estereótipos culturais quanto á incompetência comportamental do idoso, como também contribuíram para fortalecê-lo ao institucionalizarem os estereótipos negativos sobre o velho, em nome da ciência (NERI, 1991: 57).

Foi no mesmo sentido da crítica de Neri à Gerontologia, que surgiram outros trabalhos sob as lentes das Ciências Sociais. Mesmo diante das inúmeras perspectivas que essas pesquisas sobre velhice apresentam, o traço que as aproxima é a denúncia elaborada sobre o *não lugar* da velhice no Brasil. Na literatura, o isolamento social provocado pela condição de velhice dos sujeitos foi estudado de diversos ângulos, mas sempre mantiveram como pano de fundo o debate sobre a ausência da velhice como um lugar social.

Segundo Debert (2010), o problema é que na sociedade contemporânea a juventude acabou virando um valor ideal. Ela descola-se da etariedade (ou a ideia de categoria etária) e erige-se como um valor em si. Para Debert, essa transformação implica em três processos: O primeiro é o “alargamento da faixa etária do segmento considerado jovem da população” o segundo é o “desdobramento das etapas mais avançadas do ciclo da vida em novas categorias etárias” (terceira idade, quarta idade e quinta idade); e o último é a “transformação da juventude em um valor que pode ser conquistado em qualquer etapa da vida através da adoção de formas de consumo e estilos de vida adequados” (uma pessoa pode ser considerada jovem aos quarenta, por exemplo) (DEBERT, 2010: 49). Em outro trabalho, Debert (2003) afirma que a consequência dessa transformação para a questão do envelhecimento é que o velho acaba sendo tratado como negligente, que envelheceu porque não adotou estilos de vida e consumo que conservassem a sua juventude. Essa compreensão leva a um movimento que a autora chama de *reprivatização do*

*envelhecimento*, pois coloca a velhice no plano individual, culpando o sujeito por ter envelhecido. E neste sentido, sua preocupação é que “a velhice poderia novamente desaparecer do leque de preocupações sociais” (DEBERT, 2003: 154).

Em certa medida, a transformação da juventude num valor pôde ser verificada na nossa pesquisa de campo, sendo que os sujeitos entrevistados demonstraram grande dificuldade de se perceberem *velhos*. A maioria nega seu pertencimento à velhice e afirma: “Eu não sou velho!” Esta afirmação aparece nas narrativas de Euclides, Sebastião, Lourdes, Dolores, Joaquim, Olívia e Carmem.

Segundo Sebastião, a velhice retira todas as possibilidades de ação do sujeito: “Velho é quando fica lá, com o peso da idade, a pessoa não pode mais fazer nada, isso é velho. Eu, pra mim, a idade é isso aí. É o peso da idade que deixa velho, mas eu não me sinto velho” (Sebastião, 83 anos).

Para Estela, velho é aquele que perde sua autonomia, pois “não pode mais enxergar e nem caminha bem, tem que andar se apoiando, com a mão nas parede ou no que pode se agarrar, pra não cair” (Estela, 95 anos).

Euclides também apresenta uma linha semelhante de entendimento da velhice. Para ele, o fato de morar no asilo não faz dele um velho, pois

Velhinho é quando perde a vontade de fazer exercício, de fisioterapia, de se movimentar e tudo. Quando ele se acomoda... fica só naquilo, parece que não tem mais coragem... Daí eu acho que tá mais pra velhinho! (Euclides, 68 anos).

Perceba-se que em ambos os discursos, mas principalmente na expressão “velhinho”, utilizada por Euclides como uma maneira menos ofensiva de se referir ao velho, a velhice pode ser pensada como um *tabu* (Elias, 2001), ou seja, um lugar que deve constantemente ser empurrado pra longe de cada um dos indivíduos.

Esse movimento de afastamento da velhice cada vez mais pra perto da morte, afirma Britto da Motta (2002) também acontece quando trocamos o termo *velho* por *idoso*. Pois com a intenção de diminuir o preconceito em relação aos *velhos* chamando-os de *idosos*, as formas contemporâneas de gestão da velhice acabam por corroborar a visão negativa concebida a ela, minando a possibilidade de instituição de outras formas de envelhecimento. O termo “Terceira Idade”, surgido na França – e rapidamente apropriado pelos brasileiros – trabalha nesse mesmo sentido.

A identificação da velhice com a morte já havia sido discutida por Norbert Elias (2001). Segundo ele, para entender o que é envelhecer, é preciso reconhecer que, mesmo com todas as particularidades, de um modo geral a chegada da velhice instaura uma transformação fundamental na vida do sujeito, que o autor descreve como uma *mudança de posição na estrutura social*. O autor inicia o texto contando uma situação que aconteceu com ele na juventude:

Assisti a uma conferência de um físico muito conhecido em Cambridge. Ele entrou devagar, arrastando os pés, um homem muito velho. Eu me surpreendi pensando: 'Por que ele arrasta os pés assim? Por que não pode caminhar como um ser humano normal?' Na hora me corrigi: 'Não pode evitar, é muito velho.' (ELIAS [1983] 2001: 79).

Elias traz esse elemento para afirmar que esse é o tipo de reação dos “normais” em relação aos mais velhos. Ele explica que utiliza a expressão “normal” para se referir aos jovens, porque a velhice é muitas vezes percebida com um desvio à norma social. Segundo Elias, é esse deslocamento na posição social entre jovens e velhos que faz com que os primeiros não “compreendam” a velhice e “consciente ou inconscientemente, eles resistem à ideia de seu próprio envelhecimento e morte, tanto quanto possível” (ELIAS [1983] 2001: 80). Norbert Elias quer dizer com isso, que é compreensível que os jovens não entendam a velhice, assim como ele também não a entendia na sua juventude. Pois o envelhecimento só tem sentido a partir do momento que o indivíduo passa pela experiência de velhice, que é, sobretudo, uma experiência corporal.

Utilizando a ideia elisiana, de que a velhice provoca uma mudança de posição na estrutura social, para analisar os significados da velhice nos dados da nossa pesquisa, envelhecer pode ser pensado como o marco social e temporal que delimita a retirada dos sujeitos de cena. A velhice marcaria a morte social dos indivíduos, o que sublinha a ausência de um lugar para ela em nossa sociedade.

A compreensão de Joaquim e Dolores vai ainda mais longe, no sentido de delimitar o fenômeno da velhice, convertendo-o num *não lugar*. Nas palavras de Joaquim,

Ah, velho é aquele que não pode mais caminhar, e ta só deitado. Então isso chama-se velho e velhice. Mas eu acho que enquanto a gente pode caminhar, não ta aleijado, enxerga, escuta, então eu acho que ainda vale a pena viver. Eu me considero ainda não velho, não acabado (Joaquim, 74 anos).

E igualmente para Dolores, “velho é um trapo que a gente joga no lixo. Eu sou usada, mas não velha” (Dolores, 86 anos). As condições que definem a velhice nessas

falas colocam a seguinte questão: Quê lugar ocuparia então a velhice nas suas vidas, haveria um lugar para ela? A resposta é não, pois negam o seu pertencimento a essa categoria. O fato é que a negação está tão enraizada que acaba por deslocar a velhice para fora das biografias. No caso dos cinco sujeitos que acabamos de apresentar, não há lugar para a velhice em suas vidas. Pelo menos não para essa velhice que habita os seus imaginários, expressadas nas suas falas, essencialmente ligada à doença, desânimo ou imobilidade. Velhice essa, que em última medida, acaba por simbolizar a retirada do indivíduo da cena social.

Mas como podemos compreender a atitude de negação do envelhecimento por parte dos entrevistados? Autoras como Britto da Motta (2002) e Debert (2010) levam a pensar que esse seria o modo que eles encontraram de se defender do estereótipo da velhice, justamente por ele ser tão restritivo e não oferecer espaço para outra velhice, mais positiva, a qual corresponde a maneira que os velhos pesquisados realmente vivenciam esse período. Como eles poderiam admitir uma velhice que anuncia a sua decadência, se não é essa a realidade de sua condição?

A expressão “Eu não sou velho!”, demarca também a posição desses sujeitos frente a sociedade que os espreita. Mas quê posição é essa? Negando seu pertencimento a uma velhice que destitui o sujeito de sua humanidade, o velho faz um apelo: Eu não estou morto, eu estou vivo! E nesse sentido sua vida continua sendo uma batalha, a de provar que mesmo velho continua sendo homem. A atitude de negar a velhice aparece como alternativa, já que conquistar *outro* lugar para ela é um processo lento e que, mesmo que já tenha alcançado algumas vitórias, ainda está longe de ser uma velhice apropriada às necessidades e expectativas dessa população.

## **SOCIABILIDADE NA VELHICE: OLHARES SOBRE O ENVELHECIMENTO**

Mas diante da constatação de que a velhice é um fenômeno plural, podemos dizer que há outras formas de vivenciar o envelhecimento, que não a sua falta de lugar social. Essas formas plurais e até contraditórias de vivenciar a velhice serão apresentadas a partir das formas de sociabilidade inauguradas com o envelhecimento.

No contexto brasileiro, Britto da Motta (2002) e Debert (2010) tem estudado a sociabilidade na velhice em paralelo ao processo de construção da identidade desse momento da vida. Essas autoras concluíram que, nos últimos anos, a velhice vem

tomando contornos mais positivos, que desafiam o velho a construir sua identidade, considerando as possibilidades de viver plenamente essa etapa da vida.

Fundamentalmente é preciso reconhecer que com a chegada da velhice, a rotina dos idosos vai mudando, levando-os a conviver e interagir em novos espaços – passam a morar sozinhos, mudam para a casa dos filhos ou para o asilo, frequentam os grupos de terceira idade, se afastam do mundo do trabalho ou encontram outra atividade, entre outros. Na nossa pesquisa de campo três eventos apareceram como situações relevantes de constituição da sociabilidade na velhice: a viuvez, o asilo e os grupos de terceira idade – além, é claro, da aposentadoria, que já foi trabalhada. Vejamos como esses novos arranjos são fundamentais nas imagens que os idosos constroem sobre a velhice.

## **VIUVEZ, TEMPO DE RECONSTRUÇÃO**

A maioria dos entrevistados iniciam as suas narrativas pelo casamento. Em geral, as mulheres casaram-se jovens, por volta dos 17 anos; com o primeiro namorado. Já os homens casaram-se mais velhos, por volta dos 25 anos. O casamento aparece como possibilidade de formação de uma nova família, do trabalho em conjunto para a aquisição de bens e criação dos filhos. A grande maioria dos entrevistados trabalhou na lavoura nos primeiros anos do casamento. Todos os casais tiveram filhos já no primeiro ano de união. A quantidade varia entre três e dez filhos por casal. Assim, o casamento para os entrevistados apresentou-se como parte de um projeto de vida.

Do universo de pesquisa formado por doze velhos, quatro são homens, sendo três casados e um solteiro; e das oito mulheres entrevistadas, três são casadas e as outras cinco ficaram viúvas há vários anos. Mas que sentido essas últimas mulheres atribuem à perda dos companheiros?

O sentido encontrado nas narrativas para a viuvez foi a reconstrução da vida. Depois de todo o sofrimento causado pela morte do companheiro e um período de luto, percebem que a vida tem que continuar, o tempo não para. A reconstrução após a viuvez significa continuar sozinha uma vida que estava alicerçada no par marido-esposa, mesmo que o casal não tivesse uma relação ideal. A morte do companheiro, leva a viúva a ocupar um lugar social desconhecido e a maneira que ela vai lidar com essa nova condição pode tomar rumos diversos, desde o isolamento, como também a construção de uma vida participativa em grupos de terceira idade, na Igreja e na família mais ampla.



No caso das viúvas entrevistadas, depois da morte dos esposos elas passaram a viver sozinhas em suas casas ou mudaram para a casa dos filhos. Nenhuma das cinco viúvas entrevistadas casou novamente. Talvez porque o sentido atribuído ao casamento continue aquele de quando elas se casaram: formação de uma família, o desejo da maternidade. E como isso elas já conquistaram, casar após a viuvez não se inscreve novamente como projeto em suas vidas.

Apenas Ana traz uma compreensão um tanto diferente quanto a possibilidade de se relacionar afetivamente com alguém. Ela diz que hoje sente falta de um companheiro, e que “a vida poderia ser melhor se ela tivesse um companheiro” (Ana, 78 anos). Mas conta que só agora, na velhice, pensou que poderia ter se casado outra vez, pois quando ficou viúva, com “quarenta e poucos anos”, isso não passava pela sua cabeça. Por isso, depois da morte da filha, há dois anos, ela aconselhou o genro a procurar outra esposa, pra que na velhice não se arrependa, como aconteceu no seu caso.

Pois eu, pra falar a verdade, sinto mais falta de um marido, de um companheiro. Porque, por causa de baile, eu fico tão, assim, a gente vai nos baile, mas não tem graça. Porque não tem marido, não tem companheiro pra dançar. Então se a gente tivesse um companheiro era melhor.

[A senhora chegou a pensar em casar novamente?]

Antes eu não quis. Agora que eu to pensando, que se eu tivesse casado com os quarenta e poucos anos que eu tinha, pode ser que ele tava vivo e a gente vivia mais bem. Bem melhor, eu acho que vivia melhor! Na época eu não quis, eu só pensava, não adianta, não adianta. E, falar bem a verdade, não tinha uma pessoa que eu quisesse casar, não tinha! Eu não saía à parte nenhuma (Ana, 78 anos).

Mas a viuvez apresenta um processo de reconstrução da pessoa, que agora tem de aprender a viver só, como também buscar novas formas de se relacionar com o mundo e com as pessoas que compõem as redes sociais que os cercam. Com a chegada da velhice muitos velhos passam a frequentar novos espaços, como por exemplo, os bailes dos grupos da terceira idade frequentados pela mesma Ana, que reclama a falta de um companheiro, justamente porque não tem um par pra dançar.

A morte do esposo foi descrita por Vitória de forma muito intensa, como o marco da substituição do papel social de esposa, para o papel de viúva.

Daí uma noite eu me lembrei que eu era viúva, eu não tinha lembrado que eu era viúva sabe, mas eu chorei a noite inteira! O O. (filho) com a D. (nora) dizem que eu tava dormindo e tava chorando. Eu tava morando no O. naquela época. Eles levantavam, iam me acudir, falar comigo, chacoalhar. De repente, eu tava chorando de novo. Dormindo e

chorando! Eu lembrei que eu era viúva, ai meu Deus do céu! Que coisa mais triste que tem na vida da gente, é saber que perdeu o companheiro, é muito triste. (Vitória, 79 anos).

As lembranças de Vitória sobre a morte do marido demonstram que, ao se perceber viúva, ao se colocar nessa nova condição sua dor aumenta ainda mais. A partir desse momento, as lágrimas não são somente pelo marido, que se foi, mas também por ela, que ficou e que precisa enfrentar esse novo lugar, agora demarcado pela viuvez. As interações e os espaços mudam com a viuvez. E, além disso, uma morte tão próxima, como a do companheiro faz o sujeito questionar a proximidade da própria morte ou quanto lhe sobra de vida. A vida é colocada em xeque, com a certeza da sua efemeridade.

Mas a experiência da viuvez também toma outros rumos e as novas formas de sociabilidade vivenciadas por essa situação também fazem com que as mulheres percebam uma dimensão positiva, às vezes mais significativa que a própria solidão provocada pela perda do companheiro. Essa dimensão positiva da viuvez é a independência alcançada pelas mulheres após a morte dos maridos. No estudo de Peixoto (in DEBERT & GOLDSTEIN, 2000: 298) sobre a sexualidade experimentada na velhice por mulheres que nasceram nas primeiras décadas do século XX, a morte do companheiro pode significar desde o sofrimento intenso até o sentimento de liberdade. Segundo a autora na “viuvez-libertação”, a morte do marido significa a libertação da tutela masculina, que antes do casamento era exercida pelo pai.

Em nosso contexto, o sentimento de independência aparece em três, das cinco viúvas pesquisadas. Duas delas quando perguntei sobre a possibilidade de se casarem novamente:

Não, nunca quis. Em casa sozinha é melhor, não se incomoda com nada não. Meu marido era muito ciumento, não podia sair quase de casa. Não podia conversar com ninguém. Não foi fácil a minha vida até ali (Carmem, 73 anos, viúva há 19 anos).

Dolores também sublinha essa ideia:

Pois, eu até gostava de ter uma companhia pra cuidar da gente, mas não acha. Achar uma rabuja, arrumar sarna pra se coçar não adianta. Se for pra pegar, que seja uma coisa que preste, que ajude, não que estorve. Se fosse alguém, uma boa companhia pra gente morar sozinho nós dois. Eu nunca mais namorei ninguém. Porque quando a gente vai na dança, tem sempre mais mulher. E onde a gente sai, esses que tão aí... Deus o livre! (Dolores, 86 anos, viúva há 26 anos).

Já o sentimento de liberdade e independência de Ana, se apresenta com clareza quando ela expõe a melhora da qualidade de vida alcançada na velhice, em comparação com a vida que levava quando era mais jovem:

(Hoje) Eu me considero independente, porque eu faço o que eu quiser. Assim, quando resolvo alguma coisa, por exemplo, que eu quero ir a algum lugar, se eu quero fazer alguma coisa... faço mesmo!

[...]

Porque antes quando a gente era casada a gente não se mandava, era o marido que mandava na gente. E depois que ele faleceu, eu me senti mais independente (Ana, 78 anos, viúva há 30 anos).

Diante das posições manifestadas por essas mulheres podemos afirmar que nesse contexto, a viuvez significou a conquista de uma liberdade que elas jamais experimentaram na juventude. O lugar social de onde falam as nossas narradoras foi construído por circunstâncias históricas específicas, demarcadas pela desigualdade de gênero, refletida no espaço concedido à mulher na sociedade e, principalmente, no papel reservado a elas no casamento. Diante disso, foi possível atentar para o papel significativo da viuvez na experiência de envelhecimento, e os sentidos diversos atribuídos a esse evento, ligados à reconstrução das suas vidas, que vai desde a solidão até a independência suscitada pela morte do cônjuge.

## **VIDA NO ASILO**

Uma das possibilidades de pensar as formas de sociabilidade engendradas pelo envelhecimento foi apresentada por dois de nossos entrevistados, seu Euclides, de 68 anos e Dolores, de 86 anos, e tratam das relações desenvolvidas no interior de uma instituição asilar. Já no início das suas entrevistas, eles deixam claro a dificuldade de conviver no asilo, a disputa pelos espaços, o estabelecimento das regras e as intrigas. Mas o interessante, é que apesar de ambos apresentarem essas reclamações, há uma grande distância entre as imagens que foram pintadas por cada um deles em relação a esse espaço.

Para Euclides, o asilo significa amparo, cuidado, um espaço demarcado pelo suporte às necessidades básicas da pessoa, como alimentação, segurança, acompanhamento fisioterapêutico, entre outros. Ele conta que o que o faz permanecer no

asilo é o fato de encontrar nesse lugar o necessário pra estar bem. Ali ele faz sessões de fisioterapia, e completa

aqui nós ganhamos tudo, mais de 24 horas por dia, nós temos comida boa, roupa de cama, tudo! Uma coisa ou outra a gente completa, senão tem tudo. Então é isso que segura a gente aqui no lar (Euclides, 68 anos).

Há quatro anos morando no asilo, ele o considera sua casa. É possível afirmar que a visão que Euclides construiu sobre o asilo foi influenciada pela sua trajetória, um homem que viveu sempre sozinho, não teve casa própria, não se casou, nem teve filhos, e aos 64 anos de idade percebeu-se impossibilitado de continuar a morar sozinho. Foi então que resolveu mudar para o asilo, mas não porque se sentiu velho, e sim por conta dos problemas de saúde, que comprometeram por completo a sua independência. Euclides tem um problema grave de visão que o deixou quase cego e ainda, havia fraturado uma das pernas, que mesmo após cirurgia, acabou deixando sequelas que o obrigam a utilizar uma bengala. Nesse caso, a mudança para o asilo teria inaugurado um novo sentido para a vida: sua valorização como pessoa e o cuidado com a saúde, principalmente em relação ao afastamento da bebida:

O que tem de bom é cuidar da saúde, com essa vida que eu levava eu não cuidava da saúde, hoje aqui (no asilo) a gente vê como vale a pena, por causa da idade, como vale a pena se cuidar, cuidar de si (Euclides, 68 anos).

No caso de Euclides, o asilo se apresenta como um espaço fértil para experiências que ele jamais pensou experimentar:

Certa vez, fiz um papel de velhinho no teatro de final de ano, gostei muito e isto me fez bem, foi uma experiência muito gratificante [...] Foi no final de ano, parece que eles chamavam de Natal Luz, uma coisa assim, então eu fazia o papel de velhinho, e um “piazotão” filho de uma senhora que trabalha aqui fez o piazinho. Foi muito bom, uma coisa tão simples, tava lotado esse salão, foi uma coisa brilhante, o povo aí gostou [...] Fácil num foi, porque a gente tinha que praticamente dublar... e eu sem enxergar direito... mas o povo entende, que nós velhinhos... não vai esperar uma.... E pra mim foi uma experiência muito boa, porque eu sempre fui assim meio solitário, eu não tinha coragem pra nada né, e entrei nessa com a professora R., ela dava aula aqui pros nossos internos, então ela e outros que bolaram isso aqui (Euclides, 68 anos).

Ao contrário, dona Dolores, que mora há cinco anos nesse mesmo asilo, tem uma visão completamente diferente da apresentada por Euclides. Para ela, o asilo é um lugar de passagem, e somente aceita permanecer nesse espaço enquanto não consegue outro lugar pra ficar.

Dolores morou sozinha por muitos anos, mas isso só depois que as três filhas saíram de casa e o marido faleceu. Assim como Euclides, também mudou para o asilo por conta de problemas de saúde, ela tem artrose e hipertensão, e depois de ter sofrido um desmaio percebeu que não poderia continuar a morar sozinha na sua casa, e até que a filha, na qual morou de início, tratasse um problema de saúde e pudesse recebê-la novamente, decidiu passar uns tempos no asilo.

Segundo Dolores, quem olha de fora para o asilo, acha que é tudo muito bom, “maravilha pra quem não vê as coisas (de dentro). Mas eu, pra mim, não tem nada de maravilha aqui, nada, nada” (Dolores, 86 anos). A imagem que construiu sobre o asilo é a de um lugar solitário e hostil, gerada pela dificuldade que os idosos sentem em se relacionar uns com os outros internos e também com os profissionais que trabalham nesse espaço:

A própria dona da casa, ela chega, e não diz ‘bom dia’ pra gente. Passa assim, como se a gente fosse lixo! E ainda diz que é pra tudo se abraçar, porque é dia dos namorados, e é pra tudo se abraçar e se beijar. Como a gente vai abraça e beija uma pessoa que não abre a boca nem pra dizer um ‘bom dia’, nem olha direito pra gente? Eu não! Eu abraço uma pessoa que me gosta, ou que eu não vejo a tempo, mas não ali tudo dia. Isso não é comigo, isso é fingimento! É pessoa de três, quatro caras numa só. Tudo isso, olha, enche a gente! Tivesse um canto, onde ninguém possa incomodar a gente, era o lugar melhor que tem (Dolores, 86 anos).

Ela conta ainda que no asilo “todo mundo xinga, a enfermeira xinga, tudo... Não tem quem não xingue” (Dolores, 86 anos). O que está colocado também nessa dificuldade de convivência no asilo são as relações de poder contidas nesse ambiente, onde o interno não decide praticamente mais nada sobre a sua vida, pois as regras já estão postas e ele tem apenas que segui-las. Nesse caso, o asilo poderia ser pensado como uma *instituição total*:

um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada" (GOFFMAN, 1974: 11).

O que segundo Goffman, significa dizer que tais lugares são espaços sociais fechados, onde regras minuciosas são colocadas em prática no sentido de limitar e homogeneizar as atividades diárias dos internos. Esse esforço de redução sistemática da autonomia individual levaria, gradativamente, à “mortificação do eu” (GOFFMAN, 1974), ou seja, enquanto ator social, o conjunto de papéis com os quais

um velho asilado poderia contar em seu “eu” torna-se restrito na medida em que a instituição é menos aberta para o mundo exterior.

Sendo assim, Dolores pouco frequenta as áreas coletivas do asilo, e diz preferir o sossego do quarto. Quando mudou para lá, teve que escolher os poucos móveis e objetos que levaria consigo: a cama, o guarda roupas, a máquina de costura e a mesinha de cabeceira, na qual está a imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Dolores prefere permanecer a maior parte do tempo em seu quarto porque ele representa a ligação com o passado. Os objetos presentes no quarto demarcam sua trajetória – trabalhadora, esposa, mãe, dona de casa, avó – e atuam na manutenção da sua identidade como pessoa. Esses pertences são a conexão de Dolores com a pessoa que ela foi e alimentam o projeto de voltar a ser, no instante em que retornar à sua casa.

Para ela, o asilo é um lugar de passagem, e diante dessa representação, manifesta durante toda a entrevista a sua decepção em estar morando ali. Podemos dizer que, se há um projeto que dá significado e orienta a vida de Dolores, é a sua intenção de sair do asilo:

Eu queria ta morando em outro lugar, porque aqui, a gente ta aqui... Não sei porque, aqui a gente não é feliz como é pra ser.  
[...]  
Eu não gosto de morar aqui e não quero morrer aqui (Dolores, 86 anos).

Quando pergunto pelos seus desejos para o futuro, Dolores me responde que o maior deles é encontrar uma cuidadora, para que possa voltar para casa. Sob a lente da nossa entrevistada “não tem nenhum lugar como a nossa casa. Em casa você faz o que você quer, ninguém ta xingando (Dolores, 86 anos).

Ferreira (1998), ao apresentar uma discussão sobre a relação existente entre memória e construção da identidade social na velhice, afirma que a casa pode ser entendida como um elemento físico que representa a ligação com a família, no caso de Dolores a família nuclear que ela construiu com o marido e as três filhas. Ainda segundo Ferreira, o sentido que assume o espaço doméstico e os objetos de uma vida inteira é o de um elo materializado com outros tempos, cujos sinais sobrevivem para reforçar a memória, elemento estabilizador em um contexto descontínuo (FERREIRA in BARROS, 1998: 215).

A casa pode ser entendida como um espaço simbólico que se integra ao indivíduo, e deste modo pode ser pensado como um elemento que auxilia na manutenção da

identidade social na velhice. Nessa medida, a angústia que Dolores sente em ter que permanecer no asilo se torna mais compreensível, pois o processo de construção da identidade social do idoso que já se encontra abalado pelo lugar reservado aos velhos na sociedade contemporânea, se acentua a partir do momento que ele é retirado da casa e do convívio cotidiano com amigos, familiares e com a comunidade.

Dolores conta que gostava muito de cozinhar e também sempre teve “folhagens” na sua casa, das quais adorava cuidar, mas no asilo, nenhuma dessas práticas é permitida: “Eu gostava de cozinhar, mas aqui nem uma comida a gente pode fazer. Nós somos proibido de entrar na cozinha” (Dolores, 86 anos). As relações de poder são percebidas nessas situações, que demonstram os internos do asilo perderem sua autonomia, tendo que sujeitar-se às regras impostas pela instituição. Após cinco anos, tudo o que sobrou das atividades que Dolores fazia antes de mudar para o asilo foi o crochê, as orações à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e a missa diária, acompanhada pela televisão. Mais que a mudança da rotina, a consequência de toda essa situação foi a destituição de Dolores de sua condição de sujeito. As práticas cotidianas mudaram, o espaço físico não é mais o da sua casa, a rede social ficou reduzida e a relação com a família foi restringida às visitas ao asilo, que com o passar dos anos vão se tornando cada vez mais escassas. À medida que o tempo foi passando, os laços se romperam e Dolores foi sendo retirada do circuito de convivência familiar. Sua fala remonta uma situação que ilustra com clareza a perda do seu lugar social e o sofrimento que isso lhe causa:

Mais tristeza de a gente ta sozinha, ta aqui... [Choro] Porque hoje em dia, os novo é uma coisa, não querem nada com os velho, que os velho sempre perturbam em tudo que é coisa. É muita bagunça agora, não tem mais respeito como era antigamente, os próprios filhos, os netos, tudo... Eu tenho um neto que era muito... e é até meu afilhado. Daí ele pegou uma mulher lá de não sei aonde, Piauí acho, um lugar longe. Ele mora, morava ali perto, daí eles foram pra lá, pois ele não veio nem me dizer tchau. Isso dói pra mim. Porque ser neto, e eu ajudei ele muito, e ele ir tão longe e não vim me dizer tchau. Tudo isso dói. [choro] (Dolores, 86 anos).

Esse olhar corrobora a discussão sobre o asilo, realizada por Elias (2001), que demonstra que, nos séculos passados, o envelhecimento e a morte eram circunstâncias vividas no ambiente familiar, presentes no cotidiano das pessoas. Com a modernidade e as transformações nas formas de família e do trabalho, essas práticas foram demarcadas por uma elevada institucionalização da velhice e por uma predominância da família nuclear, levando os velhos a uma situação de isolamento, tratados com impessoalidade,

por especialistas que os acompanham até a morte. Esse é o caso, diz Elias, dos velhos que são colocados em instituições asilares, obrigados a estabelecer novas relações sociais,

a admissão em um asilo normalmente significa não só a ruptura dos velhos laços afetivos, mas também a vida comunitária com pessoas com quem o idoso nunca teve relações afetivas. [...] Muitos asilos são, portanto, desertos de solidão (ELIAS [1983] 2001: 85 e 86).

A partir disso, podemos entender a dificuldade que Dolores tem pra conviver no asilo, com pessoas que não tem nenhum laço afetivo, longe da casa, da rotina e da companhia das pessoas com quem sempre conviveu. O trecho a seguir apresenta os conflitos vivenciados no dia-a-dia pelos internos do asilo:

Tinha uma aqui, agora mandaram embora, me levou três vez lá no escritório, por causa de nada. Vivia enchendo o saco que a gente queria ser ‘grandes coisa’[...] Mas chateava... Deus o livre o que eu passei com essa mulher. Só Deus sabe! Daí mandaram ela embora, porque era só mexerico. Então, desse tempo dela, eu já vinha pro quarto, meio sozinha, ficava na sala de televisão e depois vinha pro quarto, pra não entrar em embrulho. É que eu, se me xingam eu já respondo, eu não fico quieta. A gente não ta aí pra ficar aguentando desaforo de qualquer “pé rachado”. Por sorte, foi um milagre que Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de tanto que eu pedi, mandaram ela embora. E assim, tem outros também. Mas a gente... deixa. Esse C. também foi um deles. No dia de São João, eu queria benzer uma vela, naquele tempo a televisão tava na sala de janta. Daí ele mudando (de canal) pra lá e pra cá. Eu disse: Deixe lá na missa, que eu quero que benza minha vela. Ele disse: Eu não sou da tua família! Eu respondi: Eu também não queria, Deus me livre de você ser da minha família. Então é assim... (Dolores, 86 anos).

Diante do exposto, podemos utilizar mais uma vez Norbert Elias, quando analisa o papel do asilo no processo de envelhecimento. O velho é um moribundo, na medida em que está mais próximo do fim da vida, e desta maneira, aparece aos olhos da sociedade moderna quase como um elemento premonitório da morte de quem os espreita. Considerando o tabu que se construiu sobre o *morrer* na nossa civilização, o velho e o moribundo foram processualmente retirados do espaço público, e transferidos para um espaço privado, longe dos olhares de uma sociedade que nega e teme a morte e a velhice.

Para Elias, o desenvolvimento da civilização e a pacificação interna dos indivíduos provocada pelo monopólio da violência, fizeram com que desaprendêssemos a conviver com a dor, a debilidade e a morte. E por isso, nem como espectadores, suportamos lidar com estas experiências. Assim, é cada vez mais frequente que as pessoas passem o final



dos seus dias solitária e silenciosamente, sem odores, em asilos e hospitais. Acompanhados por médicos e enfermeiros, que numa rotina totalmente institucionalizada, tornam o morrer um acontecimento amorfo, des-ritualizado e afastado dos vivos.

## **OUTRA VELHICE**

Apesar da legislação brasileira, com a política nacional do idoso e o Estatuto do Idoso, definir o início da velhice aos 60 anos de idade, as narrativas coletadas na pesquisa de campo demonstraram que a velhice aparece ligada a vários fatores, sendo a idade um deles, mas não o mais importante, nem o único. O estudo de Ana Bassit (2002) com histórias de vida de velhas, confirma essa característica e afirma que “a idade cronológica por si só não é suficiente para explicar o envelhecimento, assim como é difícil precisar quando uma pessoa começa a envelhecer ou se torna um adulto” (BASSIT, 2002: 177). Tendo isso em vista, ela conta que na sua pesquisa foram enfatizados os “eventos e experiências da vida adulta dessas mulheres, que estavam relacionados com as formas pelas quais elas vivem o envelhecimento, sendo que estas podem ou não ter alguma correlação com a idade cronológica” (BASSIT, 2002: 177).

As entrevistas realizadas com os idosos de Mafra-SC também demonstraram que a velhice não tem data certa pra começar, e que ela só pode ser pensada se relacionada à condição do velho em relação ao exercício das atividades rotineiras, à possibilidade de movimentar-se e desenvolver algum trabalho, ou dependência com a necessidade de um cuidador. Essa questão demonstra que para compreendermos a velhice temos que olhar para as *experiências de envelhecimento* dos sujeitos. Sobre este ponto, Alves (2002) afirma que “a análise da experiência nos conduz a problematizar o processo em que a vivência de algo se constitui e ganha expressão” (ALVES, 2002: 154).

Essa *outra* velhice que se depreende de suas narrativas, possui uma concepção sutil sobre o que é ser velho, uma forma não pronunciada nas narrativas, mas que aparece na análise das experiências cotidianas e se localizam na contramão da imagem negativa historicamente construída em nossa sociedade.

Para Rabelo, Alves e Souza (1999: 11), problematizar a experiência significa assumir que a maneira como os indivíduos compreendem e se engajam ativamente nas situações em que se encontram ao longo de suas vidas não pode ser deduzida de um

sistema coerente e ordenado de ideias, símbolos ou representações, já que “O conhecimento através do qual se vive não é necessariamente o conhecimento através do qual se explica a vida”. Essa condição pode ser evidenciada na pesquisa de campo com os velhos, que trouxeram a contradição entre a compreensão que eles têm da velhice e a forma que eles experimentam essa etapa de suas vidas.

Essa questão foi evidenciada pela pesquisa de campo, que demonstra que a velhice não é somente um tempo de perdas – apesar de ser essa a visão predominante. As entrevistas trazem elementos para pensarmos a possibilidade de uma “outra” velhice, compreendida através das experiências vividas dos sujeitos, e não pelo discurso imposto na contemporaneidade sobre o que é ser velho.

A velhice como tempo de conquista toma formas variadas nas narrativas, mas em geral ela está ligada ao aumento do poder aquisitivo dos velhos, em especial daqueles que conquistaram o benefício previdenciário da aposentadoria rural (SUGAMOSTO, 2003). Mas a experiência dessa *outra* velhice, mais positiva e alicerçada nas experiências individuais, também pode ser encontrada em outros temas, como os projetos para o futuro, a participação no grupo de terceira idade, atividades que preenchem o dia-a-dia dos velhos entrevistados e a comparação que eles fazem entre o passado e o hoje, tempo de velhice.

Vitória, por exemplo, vai realizar uma cirurgia para a retirada de catarata, ela diz que pinta e faz crochê tão bem quanto a neta, só precisa melhorar a vista. Para Vitória, a velhice aparece como continuidade das habilidades e gostos que cultivava desde jovem, e além disso, envelhecer não significa interromper o aprendizado de coisas novas:

Como tá aí essa pintura (pintura na toalha da mesa), isso daí tudo eu sei, e faço muito bem. Essas coisas aí foi a L. (neta) que fez. Eu pinto igual ela e faço crochê, por isso que eu quero tratar da minha vista pra eu pintar melhor.

[...]

E eu leio muito, ainda aprendo alguma coisa. Eu gosto, eu adoro ler. Por isso que eu vou trabalhar com a minha visão, que já tá me atrapalhando... (Vitória, 79 anos).

Dona Dolores, apesar da condição de abandono que relatou ao mudar para o asilo, descreve sua intensa participação no grupo de terceira idade durante anos: “E daí fui rainha do grupo de terceira idade de Rio Negrinho e fui aqui também, fui rainha da terceira idade, agora, ano passado” (Dolores, 86 anos). Do ponto de vista da sexualidade, ela

conta ainda que, recentemente, foi pedida em namoro “com a idade que eu tenho, tudo, até tem um homem que veio, até me trouxe esse buquê de flor ali, ele queria namorar comigo” (Dolores, 86 anos). A presença do desejo na velhice também aparece na fala de Joaquim: “Eu gosto de andar bem vestido, isso daí faz parte, as mulher olham pra gente!” (Joaquim, 74 anos). Nesses dois casos, o desejo despertado no *outro* significa a continuidade das performances sociais. O velho busca a continuidade das relações sociais, da interação com os outros indivíduos. Uma outra forma de vivenciar a velhice, conta Sebastião, é valorizar as situações cotidianas, pois viver bons momentos não significa ser jovem ou totalmente saudável, mas a alegria está nas pequenas coisas que cada um gosta de fazer: “Alegria, se eu tiver lidando com terra, música ou pescaria, eu esqueço de comer” (Sebastião, 83 anos). Se tiver fazendo o que gosta, os problemas desaparecem.

Para Lourdes, chegar na velhice é uma vitória:

A história da vida da gente é a luta. Que a gente tem uma luta tão grande, tão pesada, que a gente sofreu bastante pra chegar nesse ponto, né. Agora que a gente tá aposentado, tá velhinho, tá mais melhor a vida do que aquela correria que a gente tava antes (Lourdes, 78 anos).

A comparação que estabelece entre a juventude e a velhice, coloca esta última como tempo de conquista merecido depois das dificuldades que enfrentou durante a vida. Como já apresentado no primeiro capítulo, para Carmem a vida também teria melhorado à medida que foi ficando mais velha:

[A senhora gosta de morar sozinha?]

Eu gosto. Eu prefiro isolada do que no meio do povo. Eu gosto de ficar sozinha. A minha vida melhorou quando eu fiz mais idade, acho que em tudo. A gente não precisa mais trabalhar, trabalha quando quer. Sai quando quer e faz o que quer. Não como quando você tem a família que você é obrigada a fazer as coisas. Melhorou em tudo (Carmem, 73 anos).

De certa forma, a imagem de uma velhice positiva também tem sido um discurso presente na sociedade contemporânea, através das expressões “velhice saudável” e da própria ideia de “terceira idade”, como tempo de conquistas, prazer, lazer, entre outros. Mas a pesquisa de campo demonstrou que o discurso dominante ainda coloca o velho como inativo, dependente e doente, sendo essa a visão que predominou nas narrativas quando os entrevistados falaram sobre a velhice. Haveria portanto uma *dissonância* entre o discurso sobre a velhice – essencialmente negativo, como símbolo da *morte social* do

indivíduo – e a maneira que os velhos vivenciam suas práticas cotidianas. Diante dessa dissonância entre a experiência de envelhecimento e as representações sociais da velhice, destacamos que a velhice é uma experiência plural, e igualmente são as imagens construídas sobre ela. Essa constatação também foi verificada por Britto da Motta em seus estudos sobre a velhice, segundo ela, estaríamos passando por uma transição onde a imagem social da velhice está melhorando, mas

na realidade, ainda coexistem as duas imagens: a tradicional, 'naturalizada', do velho inativo, respeitável mas inútil; e a nova imagem, mais dinâmica e participante, embora apenas em determinadas situações sociais (BRITTO DA MOTTA in MINAYO & COIMBRA JR, 2002: 48).

Sobre essa convivência de olhares discordantes sobre a velhice, Minayo e Coimbra Jr (2002) chamam a atenção para a *ambiguidade* vivenciada pelo próprio indivíduo que envelhece, considerando que essa etapa da vida traz liberdade para o sujeito em relação à sua vida, e ao mesmo tempo uma situação de dependência, enfrentada quando o corpo não se movimenta da mesma maneira que fazia antes. A velhice “é simultaneamente o tempo do orgasmo da vida e da liberdade e o tempo da medida do possível e da dependência. Tudo concomitante e tudo diferenciado pela trajetória individual” (MINAYO & COIMBRA JR, 2002: 13).

Nessa perspectiva, a pluralidade das concepções da velhice que encontramos entre os idosos e até mesmo dentro de uma mesma narrativa, corroboram a ambiguidade da velhice discutida por Minayo e Coimbra Jr (2002), que coloca o idoso numa situação imprecisa, “entre a liberdade e a dependência”. Isso demonstra que o fenômeno social do envelhecimento é muito mais complexo do que parece, fato que pode ser verificado através dos significados construídos sobre a velhice, positivos ou negativos, de ganhos ou de perdas, que foram apresentados pelos sujeitos da nossa pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, P. C. Nervoso e experiência de fragilização: narrativa de mulheres idosas. In: MINAYO, M. C. & COIMBRA JR, C. E. A. (orgs.) **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.
- BASSIT, A. Z. Histórias de mulheres: reflexões sobre a maturidade e a velhice. In: MINAYO, M. C. & COIMBRA JR, C. E. A. (orgs.) **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.
- BRITTO DA MOTTA, A. Envelhecimento e sentimento do corpo. In: MINAYO, M. C. & COIMBRA JR, C. E. A. (orgs.) **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

DEBERT, G. G. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 49-70, jul/dez 2010.

DEBERT, G. G. O velho na propaganda. In: **Cadernos Pagu** (21), p. 133-155, 2003.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos** seguido de “Envelhecer e morrer”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, M. L. M. Memória e velhice: do lugar da lembrança. In: BARROS, M. M. L. (org) **Velhice ou terceira idade?**: Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MINAYO, M. C. & COIMBRA JR, C. E. A. (orgs.) **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

NERI, A. L. **Envelhecer num país de jovens**: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos. Campinas: Ed. UNICAMP, 1991.

PEIXOTO, C. E. Histórias de mulheres, de envelhecimento e sexualidade. In: DEBERT, G. G. & GOLDSTEIN, D. M. (orgs.) **Políticas do corpo e o curso da vida**. São Paulo: Sumaré, 2000.

RABELO, M.; ALVES, P. & SOUZA, I. **Experiência de doença e narrativa**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

SUGAMOSTO, M. **Velhice e benefício previdenciário entre os agricultores familiares do município de Colombo – Paraná**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2003.

## Máscaras envelhecidas das travestis nos espaços urbanos

RODRIGO PEDRO CASTELEIRA<sup>81</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar a identidade do envelhecimento a partir das memórias das travestis com idade acima de 40 (quarenta) anos da cidade de Maringá, no Paraná, baseando-se nos estudos da oralidade de suas memórias, bem como a compreensão que as travestis possuem da velhice em relação ao próprio corpo, a visibilidade de ser travesti e como a transformação de seus corpos lhes dá suporte, ou não, para uma resistência à velhice. Pretende, ainda, revelar como se dá a relação do corpo enquanto transformação constante, quais implicações os processos de modificação exerceram, quais as preocupações com o envelhecimento e se o cruzamento entre ser travesti e envelhecimento lhes transportam para uma possível invisibilidade social.

**Palavras-chave:** Travesti, Envelhecimento, Cidade.

A proposta de artigo será a de discutir a manifestação de gênero, especificamente o masculino que se traveste de feminino, chamada travesti, nos espaços urbanos, tendo como referências as definições de gênero pautadas por Judith Butler (2003) entremeadas às discussões das travestis como sujeitos sociais sob a ótica de *outsiders*, conforme as definições de Howard S. Becker (2008), além de se pautar nas análises dos processos de envelhecimento das travestis e suas relações com o corpo. Corpo este que rompe com o esperado arcabouço biológico, que se reinterpreta no gênero sem, no entanto, se desvencilhar dos processos do envelhecimento e das necessidades de trânsito nos espaços urbanos.

Aqui, o ser travesti não implica necessariamente em ser profissional do sexo, o que ocorre comumente no senso comum. No presente trabalho o que se pretende é estabelecer uma relação entre envelhecimento, travesti e espaços urbanos, mas tendo em mente que a palavra travesti será associada ao artigo feminino durante o

---

<sup>81</sup> Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná.

desenvolvimento do texto, uma vez que ela representa a feminilidade, o ser feminino e feminina.

Ainda que em espaços não urbanos, Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos* (1977), revela que outrora as manifestações de travestilidade apenas se davam em momentos específicos no Brasil do século XIX, porém, já figurando como uma forma de romper com os sistemas binários do gênero. Os ‘efeminados’ observados por Freyre, aqui pretensamente utilizados como sinônimos de (ser) travesti, tem a possibilidade de se travestirem como mulheres nos carnavais de teatro do século XIX em meio a “uma sociedade patriarcal brasileira, cheia de repressões, abafos, opressões” (FREYRE, 1977, p. 111) já como uma postura desviante, o que Becker consideraria como *outsider* (Cf. BECKER, 2008).

Ao traçar a travesti e o envelhecimento, não como prerrogativa para uma análise detida do que é a travesti e da velhice, o artigo pretende suscitar um outro olhar tanto para elas como para esse processo, que não pode também ser entendido meramente como biológico ou cronológico.

## **ONTOLOGIA<sup>82</sup> TRAVESTI COMO SINÔNIMO DE *OUTSIDERS*?**

A identidade de uma pessoa não se manifesta de forma unívoca, universal, constante, mas depende de uma soma de aspectos intrínsecos e extrínsecos de cada pessoa, onde a noção de gênero se mescla à própria identidade. A identidade é suscitada a partir das relações com o outro, os que são em oposição aos que não são, os de dentro e os de fora, as identidades socialmente aceitas e os ‘desvios’. A travesti figura como um ser que se encerra fora das identidades heteronormativas, que rompe com a linearidade, com uma pretensa continuidade de gênero ou de expressão sexual, vista como algo de fora, descontínuo da norma e da normalidade. Conforme Pedro Paulo Sammarco Antunes (2011, p.37-38) o “normal está associado ao correto e anormal ao incorreto, o que também ocorre com o que se define por sexualidade humana. Ela varia conforme a época e o local em questão. Atualmente, ou há homens ou mulheres. Travestis não se encaixam

---

<sup>82</sup> Aqui ontologia se refere especificamente àquela do campo filosófico, sobre o estudo do Ser.

na definição daquilo que é considerado homem, nem naquilo que é considerado mulher”. Butler descreve as relações de norma e descontinuidades de gênero ao afirmar que:

Os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (...) A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. (BUTLER, p. 38-39)

Essas identidades que rompem com a matriz que pressupõe regularidade e ‘norma’ do gênero e das manifestações de sexo podem ser explicadas sob a ótica do desvio, uma vez que a ação dos desviantes não implica na quebra da norma, “mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal” (BECKER, 2008, p. 22). O gênero, ao quebrar a norma, pode ser observado como um desvio (*outsider*), não pelos próprios desviantes, mas pelos outros, como “uma consequência das reações dos outros ao ato de uma pessoa (...) se um ato é ou não desviante, portanto, depende de como outras pessoas reagem a ele” (Id., passim, 22-24). Becker usa *outsider* especificamente para

designar aquelas pessoas que são consideradas desviantes por outras, situando-se por isso fora do círculo dos membros “normais” do grupo. Mas o termo contém um segundo significado, cuja análise leva a um outro importante conjunto de problemas sociais: “outsiders”, do ponto de vista da pessoa rotulada de desviante, podem ser aquelas que fazem as regras de cuja violação ela foi considerada culpada. (Id., p. 27)

Os *outsiders* não se consideram *outsiders*, uma vez que congregam regras sociais criadas por grupos específicos, como travestis que partilham de elementos identitários comuns entre si, porém, socialmente observadas pelos não travestis como seres à margem do círculo da dita normalidade. Não se trata de um comportamento (travesti) estanque, ou observável *a priori*, o mesmo não se categoriza “no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele” (Id.).

A travesti instaura um outro corpo distinto do masculino biológico: hormonização, silicone, roupas, saltos, perucas, maquiagem, o que se choca com os demais corpos revelando-se como um corpo *outsider*, que rompe com a genitália biológica e as ações



esperadas a partir dela. Esse mesmo corpo *outsider*, não como ser, ontologicamente falando, mas delimitada sob a forma de fronteira que varia conforme a política reguladora tem toda sua extensão permeável, o que implica num corpo como produto de uma *performance*, de um estilo corporal, não como acaso, e sim dotado de intencionalidade, segundo uma “construção dramática e contingente de sentido” (BUTLER, p. 199). Desta forma, a genitália biológica não se resume a um ato restrito, e sim ato permeável, político, fluídico, revelando a postura de que os gêneros não são verdadeiros ou falsos, falaciosos ou reais, uma vez que sejam constructos sociais performativos, porém, detém em si um caráter de algo incrível, dadas suas estratégias de rompimento com o binarismo essencialista de “masculinidade e feminilidade verdadeiras ou permanentes” (BUTLER, p. 201).

Se, como defende Butler, o gênero não carrega essa característica ontológica, automaticamente o conceito de ontologia travesti se esvai, uma vez que a travestilidade se encerra no âmbito performático do gênero, contudo, não destitui a definição de *outsider* dada a ela. Parece aporético tratar a travesti como ser e destituir uma ontologia travesti, contudo, a *performance*, as estratégias, o rompimento, desestabilizam as pilastras que fundamentam e cristalizam uma ontologia, uma vez que as estratégias se pautam nos rompimentos.

Tais rompimentos das normas sociais não possuem uma data específica no Brasil, contudo, pode-se vislumbrar quando e como citadas as quebras das regras de gênero, corpos *outsiders*, travestis e suas movimentações. Gilberto Freyre ao inventariar o gênero, e outras situações, no Brasil Colônia revela mulheres que rompiam com a feminilidade, chefiando a casa tal como homem, porém, o mais emblemático, e menos esmiuçado, é acerca dos homens efeminados. O autor não descreve detidamente esses homens efeminados, porém, dá indícios para se pensar a travestilidade em espaços e tempo determinado, como o carnaval de teatro, oposto ao carnaval considerado fino, elegante, enredado no “mais completo silêncio” (FREYRE, p. 111), em meados dos 1840. Apesar de antagonicos, um não exclui o outro, como descreve Freyre:

É certo que esse carnaval elegante, fino, silencioso, de fantasias de seda, não matou o outro: o grosseiro, plebeu, ruidoso, com oportunidades para os moços expandirem sua mocidade, para os negros exprimirem sua africanidade (de certo modo recalçada nos dias comuns), para pretos, escravos, moças, meninos gritarem, dançarem e pularem como se não fossem de raça, de classe, de sexo e de idade oprimidas pelos senhores dos sobrados. (Id.)

O carnaval de teatro permitia o rompimento dos paradigmas das normas da época, uma possibilidade de movimentos *outsiders*, onde as máscaras, consideradas sagradas, escamoteavam quem rompia com tais paradigmas, como os indivíduos dotados de certa travestilidade, pois figurava como “a oportunidade a efeminados para se trajarem de modo semelhante ao das mulheres. A oportunidade a mulheres meio masculinas para se trajarem de modo semelhante ao dos homens” (Id.). Os efeminados se movimentavam na sociedade brasileira transitória do rural ao urbano, como *Sobrados e Mucambos* descreve de forma breve, contudo, não existem elementos que indiquem com efetividade essas mobilidades, como eram tais efeminados, quais elementos comportamentais dispunham, quais referenciais para a feminilidade. Apesar de poucos elementos, não destitui uma análise desse recorte sob uma ótica de possibilidade de inventariado inicial brasileiro da travestilidade num espaço intermediário entre rural e urbano, além de inferir a possibilidade de que: tais efeminados sejam sinônimos de travesti, que a identidade travesti foge dos conceitos ‘normativos’ de gênero e que a travestilidade, ao romper com tais normas, suscita a postura de *outsider*.

O que fica patente é inexistência de uma ontologia travesti conforme os moldes de Butler, elas existem, mas não há uma existência *a priori* metafísica universalizante, o que empiricamente vai ao encontro com a observação de Freyre dos anos de 1800 no Brasil, que não data ou tenta elaborar um conceito *a priori* do que seja esse padrão de efeminado, seu surgimento, o que corrobora para a mesma desmistificação do gene travesti, o que implica em negação da questão do enunciado supracitado (Ontologia travesti como sinônimo de *outsiders*?), sem rejeitar a afirmação do ser travesti como *outsider* a partir dos processos de modificação corporal e escolhas intencionais pautadas em uma construção dotada de dramaticidade e contingência.

O conceito de *outsider* não se resume, como já descrito, apenas às travestis, mas a todo aquele que fora considerado como fora de um padrão ou norma, da mesma maneira que uma pessoa envelhecida em oposição a uma jovem. Faz-se necessário esmiuçar, ainda que teoricamente, os recortes acerca do envelhecimento e cruzar as relações entre travestilidade e envelhecimento, não para postular uma invisibilidade óbvia, mas sim como pressuposto para pensar os espaços das cidades como cenário de mobilidades, inacessibilidade, presença e identidades. Ao que parece, velhos, travestis, homossexuais,

são tidos como *outsiders*, como desviantes por não serem jovens, reelaborarem o corpo ou pela homossexualidade. As cidades enquanto espaço do diverso pode ser pensadas sob a ótica desses sujeitos, em como eles mesmos se observam, em quais ‘regras e normas’ se consideram participantes.

## MOVIMENTAÇÕES INVISÍVEIS DE TRAVESTIS NO ENVELHECIMENTO

Os espaços eleitos para as movimentações das travestis, e desta análise, são as cidades que, como afirma Simmel (1976, p.21), “são sede da mais alta divisão econômica do trabalho”, onde fenômenos extremos ocorrem bem como a oferta crescente de mais trabalho e mais divisões do mesmo. As pessoas encerradas nas cidades precisam superar a dificuldade de firmar sua própria identidade e personalidade, onde

o aumento quantitativo em importância e dispêndio de energia atingem seus limites, a pessoa se volta para as diferenças qualitativas, de modo a atrair, por alguma forma, a atenção do círculo social, explorando sua sensibilidade e diferenças. Finalmente, o homem é tentado a adotar as peculiaridades mais tendenciosas, isto é, as extravagâncias especificamente metropolitanas do maneirismo, capricho e preciosismo. Agora, o significado dessas extravagâncias não jaz absolutamente no conteúdo de tal comportamento, mas antes na sua forma de “ser diferente”, de sobressair de forma notável e assim atrair a atenção (Id., p. 22)

A travesti assimila essa postura que Simmel observa: maneirismos, extravagâncias e utilização de energia para que sejam notadas suas subjetividades que são arrancadas e transformadas em vidas objetivas. Há, então, uma redução do indivíduo à objetividade, por isso, de sua intencionalidade em dispor de sua energia para salvaguardar sua subjetividade. As cidades, então, fornecem as arenas para as disputas travadas em si mesmo e para com os demais, entre as travestis e não travestis, entre os jovens e velhos, homens e mulheres, mas não apenas nas relações dicotômicas, pois pode haver disputas entre os próprios pares. No tocante aos processos peculiares para as travestis velhas, faz-se necessário compreender como se dá o envelhecimento num palco que tenta sufocar a subjetividade.

O envelhecimento não é uma etapa que se chega de imediato, mas um processo que se inicia com o nascimento, ou seja, o envelhecimento é um processo indissociável ao ser humano e revela conquistas que são feitas socialmente, gradativas e delimitadas por fronteiras da idade, como descreve Barros (1999, p. 47):

As idades são apreendidas como etapas que definem estilos que podem ou não ser adotados e delimitam fronteiras entre indivíduos e segmentos sociais, como podemos ver na interpretação da juventude ou da “terceira idade” como um modo de ser e de estar no mundo. A juventude, por um lado, apresenta-se como um contraste à velhice e como um padrão de vida que deve ser estendido a todas as faixas etárias. A velhice estigmatizada, por outro lado, não desaparece de nossa realidade. Ela é apenas colocada em outro lugar e adiada para outro tempo de vida de cada um de nós.

O processo de envelhecimento retira a visibilidade das pessoas, de seus desejos, e lhes imprime a proximidade da morte, que ao máximo se tenta desvencilhar, figurando a cidade como palco desses processos. Simmel (1976) chama esse palco de lugar de impessoalidade e de promoção da subjetividade, como tentativa de se sobressair “de forma mais notável e assim atrair atenção” (SIMMEL, 1976, p. 22), o que revela uma tentativa do indivíduo de sobreviver ao sufocamento da cidade, de permanecer cognoscível para os demais, por isso apela às extravagâncias, e, sobretudo para si mesmo. A cidade é o espaço para se observar como as travestis envelhecidas e envelhecendo agem, mas acima de tudo, suas visões do espaço urbano que elegem aspectos sociais específicos. A importância da cidade se faz sentir nas “lembranças não como entidade em abstrato, mas como experiência de vida” (BARROS, p.45). Enquanto as pessoas envelhecem, os espaços urbanos à sua volta são modificados, mas não a eles adaptados, e o sufocamento delimitado por Simmel parece apenas superável quando podem retratar o que viveram a partir de suas memórias, “a expressão “no meu tempo” que ouvimos de velhos e velhas para se referir ao passado, comparando-o com o presente, traz de forma clara e contundente uma das maneiras que concebem os limites impostos pelas mudanças urbanas que não facilitam sua mobilidade” (Id., p. 55), tem-se, assim, ‘pistas’ das interações sociais e de seus contextos relacionais que vinculam o espaço do corpo e dos espaços urbanos. Sem a dimensão do espaço seria praticamente impossível recordar, contudo, ainda que lembrada sob diversas dimensões, é delimitado de forma “básica pelo olhar” (Cf. BARROS, p. 48). Se hoje as travestis se valem das próteses de silicone, ‘no tempo’ das mais velhas as práticas eram a de hormonização e da injeção de silicone industrial, as posturas de mobilidades eram outras, bem como a relação com o próprio corpo.

O corpo ‘construído’ pela travesti é um corpo que deve atender seus propósitos subjetivos e privados, enquanto desejo de ser mais feminina, ter cabelos mais compridos,

entre outros, mas atende também propósitos objetivos e públicos, uma vez que seu corpo se expõe aos demais corpos. Baudrillard (2008, p. 168-178) revela um corpo não apenas como sinônimo de organismo, mas como consumo, e neste aspecto é possível associar ao que escreve ao corpo da travesti, uma vez que a beleza impositiva leva ao erótico, ao sexual. Porém, o corpo ‘transformado’ ou ‘tecnológico’ está sujeito às ações do tempo, então, a busca pela eterna beleza esbarra no envelhecimento, na redução gradativa da autoestima.

Existe uma negatividade que envolve o processo do envelhecer, constituindo-se como processo degenerativo, de definhamento, transfigura-se como incapaz, impotente, não produtivo, antes o contrário, um ser dependente (FÁVERO, 2010). No entanto, a potencialidade humana lhe permite experimentar o desenvolvimento através das várias fases desse processo, que vai da concepção até a morte física. Assim, cada travesti, por exemplo, tem a oportunidade de construir o próprio corpo e a sua história considerando o tempo e a especificidade individual, desfrutando suas habilidades e as fases da vida que vive que promoverá o desempenho próprio desta ou da próxima fase.

Fávero (2010) defende a ideia de que se envelhece mais pela cultura do que pelo próprio corpo, em suas palavras, “a cultura dominante media significados sobre o envelhecimento e isso repercute nas nossas vidas desde muito cedo, o que nos leva à preocupação com os chamados sinais de envelhecimento nos nossos corpos” (FÁVERO, 2010, p. 244). A travesti envelhece segundo estes conceitos de fase de vida e de cultura, ainda que seu corpo esteja submetido à busca constante da beleza e da recusa do tempo, elas têm a possibilidade e oportunidade de envelhecer vivenciando, em certos casos, as doenças comuns do envelhecimento, as que também são ocasionadas pelo uso excessivo de hormônios femininos e outras deixadas pela utilização do silicone industrial utilizados para ‘construir’ o corpo.

Mas esta categoria de corpo imprime não a ideia de que as pessoas sejam avaliadas pelo quanto sejam idosas, mas pelo quanto não são jovens, isso graças à dicotômica categoria de cultura: ser jovem e ser idoso, como esclarece Fávero, ao descrever que “esses dois aspectos tem razão de ser no contexto da sociedade de consumo, no qual o corpo torna-se um projeto a ser trabalhado, moldado e controlado, um lugar de autoidentidade e, ao mesmo tempo, de consumo, um objeto, enfim, como discutido antes” (Id., 2010, p. 245).

Mesmo como objeto é possível retardar o processo de envelhecimento com o uso de cosméticos, medicamentos, procedimentos cirúrgicos, entre outros, suscitando a questão sobre a existência de fato de um período da vida para que se considere uma pessoa como velha, “assim, tecnologias cada vez mais sofisticadas para o monitoramento desse corpo são criadas continuamente, em um mundo de espelhos, tanto no sentido literal como não literal, que revela esse corpo por inteiro e em detalhes, ao mesmo tempo em que a mídia expõe corpos *seminus* dentro de um padrão de perfeição que nega a idade e que defende uma magreza ideal (...)” (Id.). Mas será que esse mesmo corpo não poderia, ainda que invisível, ser livre? As lembranças rememoradas sugerem apenas o fracasso como meta alcançada, quando apenas são uma releitura da velhice, como delimita Barros (p. 57), no entanto, como a própria autora descreve,

outras formas de se perceber no mundo são criadas, refazendo-se concepções sobre si mesmas e sobre as relações sociais. O corpo velho pode deixar de carregar o peso negativo da mulher [ou da travesti] que não é mais capaz de procriar e que não é mais atraente para ser, agora, o corpo liberto do controle social. Um corpo plástico sobre o qual se pode ter algum controle, definir padrões de sexualidade e erotismo e forma de cuidados médicos e estéticos. (grifo nosso)

Há uma nova postura diante do corpo envelhecido, invisível socialmente. Ainda que a autora discorra sobre o corpo da mulher, a inferência ao corpo da travesti pode ser pensada, já que representa e se apresenta feminina. As travestis envelhecidas já podem se ‘dar ao luxo’ de sentirem-se livres de diversas expectativas negativas do próprio corpo: beleza eterna, agilidade, todavia, o mesmo corpo imprime sentimentos de insatisfação física, já que não poderão mais “concorrer nos jogos de sedução e de conquistas amorosas”, sendo constrangido por condutas sociais “interiorizadas pelos seus portadores” (BARROS, 46-55, *passim*).

### **CONFRONTOS: RELAÇÕES DE SI MESMA.**

Como a pesquisa está em processo, as análises das memórias orais foram postergadas, partido-se primeiramente para a pesquisa de obras e de sujeitos que estejam na faixa etária de corte, o que por si gera uma certa dificuldade, tanto pelas travestis que se disponham a participar, ou ainda pelas considerações subjetivas das próprias idades. Como sugere Barros (2006, p. 47):

A flexibilização das classificações das idades, o esmaecimento das fronteiras etárias, a pluralidade e a heterogeneidade de experiências geracionais têm sido apontados como fenômenos característicos da sociedade moderno-contemporânea. Nesse contexto sociocultural, as idades são apreendidas como etapas que definem estilos que podem ou não ser adotados e delimita fronteiras entre indivíduos e segmentos sociais, como podemos ver na interpretação da juventude ou da “terceira idade” como um modo de ser e de estar no mundo.

As observações, conversas ainda informais e a análise de dissertações<sup>83</sup> a respeito de uma travesti<sup>84</sup> de 49 anos, nascida em Maringá e participante de uma religião de matriz africana, na condição de Mãe de Santo de uma casa de Umbanda na mesma cidade, revelam a forma que lida com o corpo e sua percepção de si no processo do envelhecimento. Essa travesti não possui vinculação com o ser profissional do sexo, mas desempenha outra atividade como já citado, Mãe de Santo, e todas as relações de trabalho que esta atividade implica. Os processos de (re)construção corporal aos 32 anos de idade moldados pelo silicone industrial revelam uma prática comum entre diversas travestis, considerado por muitas como beleza e dor como sinônimos, implicando em uma visão de si mais feminina por suas curvas, seus quadris mais avolumados, seus seios mais fartos. Com o decorrer do tempo seria possível questionar que as demais pessoas não percebem as travestis velhas? A velhice confere mais sutileza no trato cotidiano extra-lar? Ao analisar uma de suas falas Emanuela<sup>85</sup> descreve que:

<sup>83</sup> Confira, por exemplo, a dissertação de mestrado de Joyce. M. Shimura, onde a mesma parte de uma análise de memórias travestis vinculadas à educação, corpo e sexualidade.

<sup>84</sup> Tive um primeiro contato com ela em 2003, quando fui conhecer a casa por causa de uma festa de Cosme e Damião, muito conhecida tanto na periferia como no centro da cidade. Ainda que não pensasse em estudar a travestilidade, fascinou-me observar cada gesto dela como Mãe de Santo, que naquele momento estava incorporada, conhecendo a pessoas apenas horas depois. Retornei diversas vezes para sua Casa, mas com o olhar mais voltado à pesquisa, medindo, calculando, e percebendo que qualquer mensuração técnica apenas implicaria em avaliações estéreis. Ao ingressar no mestrado a oportunidade de observar com mais seriedade e deixar que o sujeito fale de si revelou a possibilidade de um estudo mais conciso, acadêmico e humano.

<sup>85</sup> O nome Emanuela é sugestão da própria autora da dissertação, como garantia ética de salvaguardar sua identidade. Como partirei também da mesma pessoa como parte da dissertação, penso que analisar suas ações empíricas e falas já delimitadas figure como um processo preliminar para a confecção de uma escrita não mais ampla, mas sob outro viés, sem que seja necessário retomar as mesmas questões já realizadas, o que poderia frustrar a pesquisada, contudo, as questões podem ser retomadas de forma ou análise diferente, como elucida Becker “Nada permanece igual. Nada é igual a coisa alguma. Não operamos no mundo dos químicos, onde podemos tirar uma amostra de substância pura da prateleira e saber se ela é a mesma substância que qualquer outro cientista no mundo estará manipulando sob esse nome, ou equívale a ela para todos os efeitos. Nenhuma de nossas substâncias é algo de puro” (2007, p. 122).

Ah! Hoje na cidade as pessoas me tratam sempre como senhora. Outro dia me perguntaram se eu ia comprar no nome do meu marido, Emanuel. Eu não precisei dizer nada, porque um vendedor mais antigo veio e disse que era eu, o Emanuel era eu! Mas, ela não entendeu e aí eu expliquei: “o Emanuel no caso sou eu, Emanuela”. Então, a única coisa que poderia, se eu conseguisse, em termos de mudar, seria os documentos. Mas, aí depois eu paro e penso que eu teria que muda todos os documentos do Centro também e desisto. Dá um pouquinho de constrangimento para a outra pessoa, não para mim (SHIMURA, 2012,p. 72).

Os processos de envelhecimento, além de um processo biológico, constituem-se como “construção sociocultural, ligada às expectativas, valores e ética da sociedade” (MEDEIROS, 2005, p. 14), dessa forma, as expectativas de Emanuela enquanto travesti, feminina, envelhecida e envelhecendo, frente à identidade de ‘senhora’ projetada pelos demais são atendidas? Que elementos outros são necessários para que seja contemplada como sujeito, como feminina, como senhora?

Como ‘senhora’, estigmatizada pela velhice, pela travestilidade, ela não ignora o passado, uma vez que declara que “Uma vida sem passado é uma vida sem história. Mesmo que você passou por muita dificuldade e foi doloroso, mas hoje se você parar e pensar só serviu de coisas positivas” (Cf. SHIMURA, p. 74), o que corrobora as palavras de Barros sobre as experiências vividas e lembradas, fortemente “valorizada pelos mais velhos como um dos poucos ganhos da velhice, é o fundamento da narrativa da memória e, do ponto de vista de quem lembra, a experiência é uma interpretação de seu passado” (1999, p. 55).

Não importa, aqui, as relações de verdade, tautologia, aporia ou inconstância de suas memórias, o que importa é compreender que suas narrativas, e a partir delas, revelam os planejamentos de suas ações, e que tais lembranças não estão simplesmente prontas e acabadas, e sim reconstruídas a “cada situação e em resposta aos estímulos exteriores” (Idem). O corpo que incorpora, que dança, que se doa, que fora modificado, que sente e se faz sentir, se modifica a cada dia. Sofre as ações do tempo, contudo, agora esse mesmo corpo pode deixar de carregar o peso negativo da atração “para ser, agora, o corpo liberto de controle social. Um corpo plástico sobre o qual se pode ter algum controle, definir padrões de sexualidade e erotismo” (Idem, p. 57). Emanuela, assim, se sente tranquila com o próprio corpo, com suas modificações e os processos de envelhecer, porém, sabe que existem espaços mais tranquilos de trânsito do que outros, como, por exemplo, um Posto de Saúde das proximidades de sua casa, onde não é bem



vista, nem tratada no feminino, elegendo um mais distante, onde se sente acolhida, respeitada e chamada pelo nome social.

A partir das análises das memórias orais e das relações com o espaço em que tais sujeitos estão, é possível, ainda que de forma superficial, estabelecer questionamentos a fim de orientar a escrita, a compreensão dos processos de envelhecimento, travestilidade, corpo e memória. Perceber como o discurso representa a velhice travesti torna-se importante para pensar as “decisões político-administrativas e do caráter das atividades voltadas para um contato direto com os idosos”, como descreve Debert (1999, p. 25) geralmente tomadas pelo gerontólogos, o que não implica que tais decisões acerca do envelhecimento dos sujeitos sejam categorizadas de forma correta e efetiva, uma vez que a velhice é uma construção além da biológica, mas social.

## CONSIDERAÇÕES

A investigação da travestilidade e do envelhecimento, ainda que orientada distante da pesquisa de campo, dá indícios de como tais sujeitos são considerados como fora de dois contextos, o que lhes transporta para a invisibilidade social: o de gênero e o da juventude. A travesti partilha de outros elementos para que seja construída enquanto tal, elaborando outras plasticidades para o próprio corpo que contrariam a heteronormatividade, no entanto, a velhice, para além das relações biocronológicas, lhes chega inevitavelmente como também mais um fator emblemático para suas movimentações pelas cidades. Talvez as travestis não sejam observadas como travestis com o peso dos anos. Talvez seja apenas absorvida como figura feminina velha, e não como travesti. Caso ocorra, a carga do envelhecimento poderia ser uma premissa maior que qualquer *outsider* de gênero, e questão de gênero se torna secundária, caso sejam realmente coisas distintas, a intersecção entre ambas premissas desemboca num sujeito que precisa, conforme Simmel, de “forma mais notável e assim atrair atenção”, numa tentativa de superar o olhar do outro em relação a seus corpos. O envelhecimento, mais que um processo orgânico, está também no âmbito da cultura, onde seria pertinente indagar se a travesti não envelheceria antes, dadas suas alterações corporais.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco; MERCADANTE, Elisabeth Frohlich. Algumas contribuições da filosofia e sociologia na compreensão do envelhecimento e velhice de travestis. In: **Revista Portal de Divulgação**, n. 11, Jun. 2011 – <http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/revista/index.php>

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. Longevidade, travestis e a construção do conceito de sexualidade. In: **Revista Portal de Divulgação**, n. 14, Set. 2011 – <http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/revista/index.php>

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?** Dissertação de Mestrado em Gerontologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2010.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. A velhice na pesquisa socioantropologia brasileira. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999, p. 45-64.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Velhos e jovens no Rio de Janeiro: processos de construção da realidade. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999, p.156-173.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa. Edições 70, 2008.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2007.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2008.

BENEDETTI, M. R. **Toda feita: gênero e identidade no corpo travesti**. Anas da II Reunião de Antropologia Del Mercosul, Piriápolis, Nov. 1997.

BENTO, B. A. M. A. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual** (Tese, Departamento de Sociologia / UnB). Brasília, Maio 2003.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Taad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira Ed., 2003.

CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia (coord.). Como vai o idoso brasileiro? In: **Texto para discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Edição revisada, acompanhada de posfácio (1975). Tradução de Arlene Caetano. Coleção Pensamento Crítico – Vol. 48. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DEBERT, Guita Grin. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999, p. 7-27.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia do gênero: psicobiografia, sociocultura e transformações**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5ª. Edição. Ilustrações de Lula Cardoso Ayres; M. Bandeira, Carlos Leão e do autor. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1977.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MEDEIROS, Suzana. **Brasil: O que dizem os números sobre a pessoa idosa**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

SHIMURA, Joyce M. **ANA, DULCINÉIA E EMANUELA: narrativas travestis e discursos científicos sobre a construção dos corpos na escola**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática. Maringá, 2012.

SILVA, H. Travesti. **A invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In VELHO, Otávio Guilherme (Org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1976, p. 11-25.

SHIMURA, Joyce M. **ANA, DULCINÉIA E EMANUELA: narrativas travestis e discursos científicos sobre a construção dos corpos na escola**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática. Maringá, 2012.

SIQUEIRA, Mônica Soares. **Sou senhora: um estudo antropológico sobre travestis na velhice**. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.

WHITE, William Foote. **Sociedade de esquina = Street Corner Society**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro =: Jorge Zahar Ed., 2005.

## A equação não resolvida do mercado de microfinanças no Brasil

CINARA G. DE ARAÚJO LOBO

### APRESENTAÇÃO

Na teoria econômica clássica, mercado é um conceito que não demanda explicação sobre a sua constituição e funcionamento. É tratado como uma premissa da qual se parte para outras teorizações, como se fosse um conceito evidente que dispensasse qualquer tipo de descrição quanto ao arranjo institucional que o regula. O mercado funciona assim como filtro que seleciona o mais qualificado e eficiente e, em seu aspecto mais prático, como mecanismo de precificação e alocação de recursos. Richard Swedberg (1994) chama a atenção para os poucos estudos existentes na teoria econômica sobre mercado. Localizou apenas um capítulo sobre o assunto, "On Markets", na obra *Princípios da Economia* de Alfred Marshall. No entanto, mesmo esse autor não tratou mercado como instituição, ele avalia, mas como parte de uma discussão maior, envolvendo demanda, oferta e valor.

Na Sociologia Econômica e mesmo na Economia, crescem atualmente os estudos que conceituam mercado como estrutura social, o que significa dizer que é o resultado de "*formas recorrentes e padronizadas de relações entre atores, mantidas por meio de sanções*" (Swedberg, 1994:255; ver também Abramovay (2004), Fligstein and Dauter (2007), Powell e DiMaggio (1983, 1999), MEYER and ROWAN (1977); Granovetter (1983, 1985). Tratar mercado como estrutura social implica afastar-se do conceito liberal, que o definia como arena neutra onde compradores e vendedores anônimos e desorganizados, em situações de informação perfeita, disputavam o melhor preço e as melhores condições negociais. Na visão da Sociologia Econômica, mercados são socialmente e historicamente construídos a partir da interação dos atores, que fixam formas concretas de coordenação, que estabelecem quem tem o direito a participar e em que condições, o

que é permitido trocar e segundo parâmetros de preço e qualidade definidos nas relações cotidianas. A Sociologia Econômica não para na descrição das restrições formais e informais que regulam as trocas, quer dar conta dos atores e como eles perseguem seus interesses reais em estruturas institucionais concretas.

Dessa forma, mercado é uma arena social, onde recursos escassos são negociados, conforme a habilidade dos atores em fazer valer seus interesses. Abramovay explica que *“os mercados só podem ser compreendidos como espaços reais de confronto entre atores, cuja forma depende exatamente da força, da organização, do poder e dos recursos de que dispõe cada parte. A abordagem sociológica dos mercados procura compreendê-los não como premissas da ação econômica, mas como resultados concretos”* (Abramovay, 2004: 58).

Por essa razão, o comportamento do mercado deve ser explicado a partir da cultura local, dos padrões de troca desenvolvidos, do marco legal regulatório, do acesso a tecnologias e técnicas legitimadas, das relações de interesse e cooperação, das práticas cotidianas dos atores, enfim, através da configuração de interações e relações sociais que delimita e constrói mercado. Tratar mercado como estrutura social implica dizer que ele possui uma ordem institucional, um conjunto de regras explícitas ou informais que define o seu funcionamento, que estabelece quem pode participar e em que condições.

Neste texto, a proposta é levantar os desafios e entraves ao desenvolvimento do setor de microfinanças no Brasil, tratando-o como estudo de caso para analisar mercado enquanto estrutura social. A experiência brasileira em microfinanças ilustra como, apesar de aparentemente aberto, as regras que regulam mercado podem dificultar o acesso das camadas mais populares aos serviços bancários. A democratização do crédito para a população tradicionalmente excluída do sistema financeiro tem ocorrido lentamente, apesar das mudanças que o governo empreendeu no marco legal e da mobilização dos setores organizados da sociedade, como Igreja, Ongs, Oscips, cooperativas e sociedades de crédito. O mercado de microfinanças começou, no Brasil, nos anos 70, através da UNO (União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações), antes mesmo da criação do Grameen Bank de Bangladesh e das primeiras experiências nos países da América Latina (cf. Marulanda, 2006), mas seus resultados ainda são tímidos, apesar da demanda, estimada em 14 milhões de pessoas (Soares e Sobrinho, 2008:26).

Não existem pesquisas que tragam números exatos sobre a dimensão da demanda por microcrédito nos setores mais populares da economia, mas levantamento feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) exemplifica a carência do setor (Cf. ANTEAG, 2006). O órgão contabilizou, em 2007, 21.859 Empreendimentos de Economia Solidária<sup>86</sup> (EES) espalhados por 2.933 municípios. Essas organizações concentravam-se, principalmente, na região Nordeste (43,5%) e reuniam 1,6 milhão de participantes. Apesar de serem empreendimentos coletivos, organizados como associação (52%), grupos informais (36,5%), cooperativas (10%) e outras formas (1,5%), 56% das entidades entrevistadas declararam o acesso ao crédito como uma das dificuldades para manter e expandir o negócio e 76,4% disseram necessitar de financiamento. A maioria dos EES (65%) havia iniciado suas atividades usando recursos próprios. A segunda fonte vinha de doações (22%) e somente 13% tiveram acesso a empréstimos. Entre aqueles que tiveram acesso a crédito nos últimos 12 meses, ou seja, 3,4 mil empreendimentos, pouco mais da metade (57%) conseguiu em bancos públicos e apenas 6% em bancos privados.

Pelos números do MTE, observa-se que há uma demanda reprimida por crédito nos setores produtivos mais populares, e que a maioria continua sem acesso a linhas formais de financiamento e serviços financeiros. O que não se justifica principalmente no caso dos EES que já possuem faturamento médio mensal, indicador de maturidade do empreendimento. Segundo a pesquisa do MTE, dos 15.101 EES que declararam faturamento superior a zero, a média mensal correspondia a R\$ 43.232,67. Ao estratificar por faixas, verificou-se que na menor faixa (até R\$ 1.000,00) estavam 3.628 empreendimentos com faturamento médio mensal de R\$ 520,54. A segunda faixa compreendia aqueles com rendimento entre R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00 e reunia 35,83% dos EES que ganhavam, em média, R\$ 2.492,46 por mês.

Observa-se, portanto, que o crédito não chega ao setor informal da economia ou naqueles empreendimentos que não possuem volume de faturamento. Nem os bancos públicos nem os bancos privados mostram-se eficientes em prover crédito para os nanoempreendimentos. A hipótese que será trabalhada neste texto é a de que o arranjo

---

<sup>86</sup> Empreendimento de Economia Solidária compreende um “conjunto de atividades econômicas - de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito - organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (ANTEAG, 2009: 17). Para ser enquadrado como economia solidária, o empreendimento deve ter cooperação e solidariedade entre os membros, autogestão e agregação de esforços para viabilizar iniciativas coletivas de produção.

institucional existente contribui para manter de fora do mercado financeiro os setores populares da economia. A inclusão desse público impulsionaria o desenvolvimento econômico do país e somaria para diminuir índices de pobreza. Os ganhos iriam além do público diretamente beneficiado e alcançariam o conjunto da sociedade.

Douglas North (2004) ressaltou a importância das instituições para explicar desempenho econômico. Diferenças no padrão de desenvolvimento entre os países podem ser consequência dos arranjos institucionais que se formaram no decorrer da história. Embora as instituições contribuam para reduzir incertezas e gerar previsibilidade e confiança nas relações de trocas entre os atores, nem sempre os resultados são positivos. Instituições também podem perpetuar comportamento sub-ótimo do mercado.

Douglas North explica que "*instituições não são necessariamente criadas para serem socialmente eficientes; em vez disso, elas, e no mínimo as regras formais, são criadas para servir aos interesses desses com poder de barganha para tramar novas regras*" (North, 2004: 16). Se houve economias que obtiveram ganhos comerciais ao criar instituições relativamente eficientes, argumenta que isso ocorreu porque "*sob certas circunstâncias os objetivos privados destes com poder de barganha alteraram as instituições produzindo soluções institucionais que se mostraram socialmente eficientes ou que se desenvolveram nesse sentido*" (idem).

Assim como arranjo institucional é importante para compreender estágios diferentes de desenvolvimento entre os países, também é uma variável que ajuda a explicar o funcionamento dos mercados. Não se trata de procurar pela vontade deliberada dos atores que dificultaria o desenvolvimento de mercados, mas sim pelas normas jurídicas, que impedem a entrada e o fortalecimento de novos atores com capacidade e interesse em prover serviço financeiro para o segmento de menor renda, no caso, ao mesmo tempo, em que atuam favorecendo outros atores que não têm interesse em modificar as atuais regras do jogo.

O funcionamento do mercado tem implicações não apenas sobre o desenvolvimento econômico, mas também sobre o modo como se distribui a riqueza na sociedade. Para Amartya Sen (2010), a pobreza não é consequência do pleno desenvolvimento dos mercados e da capacidade maior ou menor dos indivíduos em realizarem seus interesses privados, mas decorre, entre outros fatores, da dificuldade de acesso dos mais pobres ao mercado econômico. "*A negação do acesso ao mercado de*



*produtos frequentemente está entre as privações enfrentadas por muitos pequenos agricultores e sofridos produtores sujeitos à organização e restrições tradicionais. A liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social*" (Sen, 2010: 21). As restrições ao funcionamento dos mercados reforçam privilégios e impedem o exercício de liberdades por parte dos pobres.

A carência de serviços financeiros para o segmento de baixa renda não se justifica diante da estrutura do sistema financeiro brasileiro, considerado sólido e com avançado nível tecnológico. Em 2011, as 16 principais instituições financeiras que operam no Brasil somaram US\$ 9,95 bilhões em investimentos em tecnologia, a frente de economias como Austrália (US\$ 5,69 bilhões), México (US\$ 3,40 bilhões) e Índia (US\$ 3,90 bilhões)<sup>87</sup>. Sua robustez ficou demonstrada na crise financeira global de 2008 e reafirmou-se, recentemente, na que atingiu a Europa, quando as instituições financeiras do país ficaram praticamente imunes ao choque. No País não foram registrados casos de falência, tampouco houve socorro do governo às instituições, por meio de aporte de recursos, como ocorreu em outras economias. Outro dado que também serve para avaliar a solidez do sistema financeiro brasileiro é o Índice de Basileia (Acordo de Basileia do Bank of International Settlements), que traz indicadores da solvência de uma instituição. A média das instituições brasileiras foi de 16% no final de 2011, cinco pontos percentuais acima do nível mínimo de 11% recomendado pelo Banco Central do Brasil e oito pontos além dos 8% estabelecidos pelo acordo.

O sistema bancário nacional conta, ainda, com rede de atendimento dotada de ampla capilaridade, o que facilitaria expandir a oferta de serviços de microfinanças e democratizar o acesso ao crédito. Hoje, todos os municípios brasileiros possuem algum tipo de atendimento financeiro, seja por meio de agências, correspondentes ou postos bancários avançados. A extensão geográfica do país e o isolamento de alguns municípios não são fatores que dificultam ou impedem a oferta de crédito e a bancarização da população de baixa renda.

Por que, então, os bancos não desenvolvem serviços para quem não tem renda comprovada? Por que ainda não encontraram tecnologia bancária eficiente para realizar análise de crédito e gestão de carteira para o segmento de menor renda? Qual o motivo

---

<sup>87</sup> Dados retirados da pesquisa "Ciab Febraban 2012 \_ O Setor Bancário em Números", in [http://www.febraban.org.br/Noticias1.asp?id\\_texto=1591](http://www.febraban.org.br/Noticias1.asp?id_texto=1591), consulta realizada em 20/08/2012.

para o setor de microfinanças não alcançar ritmo e escala condizentes com as dimensões do país?

A forte estrutura e a solidez do sistema bancário nacional levam a procurar respostas para o problema da microfinanças no Brasil nas instituições que regulam o seu funcionamento. Não é possível tratar o tema sem investigar as razões que tornam o atual marco regulatório excludente, os interesses que impedem os ajustes necessários e a visão dos atores sobre a problemática da microfinanças. A proposta do texto será explorar essas variáveis, ao invés de repetir as interpretações correntes que problematizaram o assunto a partir do desenvolvimento de novas tecnologias de análise de crédito, carência de capital social e organização do público interessado.

## **OS MODELOS DE MICROFINANÇAS NO BRASIL**

No Brasil, é possível identificar duas estratégias distintas de microcrédito: a desenvolvida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e a que será depois adotada a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003). Enquanto a primeira estruturou um sistema financeiro paralelo para ofertar crédito a microempreendedores, a última passou a demandar dos bancos que realizassem esse tipo de operação. As duas experiências se diferem quanto a quem foi dado o papel de protagonista da política de microcrédito: as instituições de microfinanças ou os bancos tradicionais. Em comum mantiveram a distância entre esses organismos financeiros e o ordenamento jurídico que impediria a transformação do primeiro no segundo.

Até 1994, praticamente, não existiam organizações especializadas em microcrédito no Brasil. Operavam apenas a Rede CEAPE e o Banco da Mulher, associado ao Banco Mundial da Mulher. Após a estabilização econômica, apareceram as primeiras instituições de microfinanças (IMF). Governos municipais e estaduais criaram os bancos populares e passaram a prestar apoio a ONGs. Em 1996, o BNDES lançou o Programa de Crédito Produtivo Popular para financiar as organizações existentes e, em 1998, o Banco do Nordeste iniciou o Programa CrediAmigo.

A revisão do marco legal e a estruturação de um sistema institucional próprio para o mercado de microfinanças, no Brasil, tiveram início a partir de 1999. A Lei 9.790/1999 abriu para a ONG de microcrédito a possibilidade de atuar qualificada como Organização

da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e sem obrigatoriedade de se submeter à Lei da Usura, que limitava a operar com juros de no máximo 12% ao ano. Em seguida, foram expedidas duas Medidas Provisórias (nº 1.914 e 1.894) que estabeleceram as linhas gerais da atividade e regulamentou a Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM).

O Conselho do Programa Comunidade Solidária foi responsável por mobilizar entidades governamentais e não governamentais para implantar e desenvolver estratégia de microcrédito no País. A estrutura desenhada pelo governo federal dividia-se em dois pisos. O primeiro bloco era formado por instituições que atuavam diretamente com o cliente final. Nela estavam incluídas: organizações da sociedade civil (Oscips), instituições do setor público (Banco do Nordeste, bancos de desenvolvimento dos estados e os bancos populares dos governos municipais e estaduais) e instituições da iniciativa privada (Sociedade de Crédito ao Microempreendedor - SCMs). O segundo bloco reunia as instituições denominadas de segunda linha, responsáveis por dar capacitação, apoio técnico e proverem as primeiras de recursos financeiros. Nele estavam o BNDES, através do Programa de Crédito Popular/PCPP e do Programa de Desenvolvimento Institucional/PDI, além do Sebrae, com o Programa Sebrae de Microcrédito.

Portanto, havia três categorias de iniciativas de microcrédito no Brasil: as desenvolvidas pela sociedade civil (organizações não governamentais, sem fins lucrativos), pelo Poder Público (programas diversos de instituições de “primeira” e “segunda” linhas); e pela iniciativa privada (com fins lucrativos, SCMs). Entre os bancos comerciais, sejam eles públicos ou privados, apenas o Banco do Nordeste trabalhava com o programa CrediAmigo. Verifica-se que, no sistema institucional desenhado para o microcrédito, os bancos não foram chamados a participar diretamente com a oferta de crédito à população de baixa renda. Em lugar dos bancos, foram criadas as SCM – nova figura jurídica de direito privado, voltada exclusivamente para a concessão do microcrédito e que só podia funcionar com autorização e sob a supervisão do Banco Central do Brasil.

Apesar do status de principal instituição de microfinanças do mercado nacional, a SCM nasceu com limitações legais que a impedia de expandir de seus serviços, tais como:

- a) Não podia atuar como correspondente bancário;

- b) Possuía limitado *fundings* para suas operações de crédito;
- c) A atuação restringia-se à região definida no estatuto social;
- d) Estava expressamente vedada a conceder empréstimos para fins de consumo;
- e) Não poderia contratar depósitos interfinanceiros como depositante ou depositária;
- f) O endividamento estava limitado a, no máximo, cinco vezes o respectivo patrimônio líquido;
- g) Diversificação de risco de crédito por cliente poderia ser de no máximo R\$ 10 mil;
- h) Estava impedida de captar, sob qualquer forma, recursos junto ao público, bem como emitir títulos e valores mobiliários destinados à colocação e oferta públicas.

As reivindicações que os representantes das SCM levaram ao governo federal, durante a “Rodada de Interlocação Política” – evento promovido pelo Conselho da Comunidade Solidária, em 2001 – exemplificavam as dificuldades que encontravam em superar as barreiras legais ao funcionamento e estabelecer trocas comerciais com o sistema bancário tradicional. Também indicam a preocupação constante do governo em impedir a contaminação desse sistema com o que se formava em torno das operações de microcrédito.

Dessa Rodada resultaram várias modificações na política adotada e para as SCM significou a aprovação da Resolução CMN 2.874, de 26 de julho de 2001, que flexibilizou suas condições de trabalho. Permitiu a SCM ser controlada por Oscip, atuar em todo território nacional, tomar empréstimos junto ao Sistema Financeiro Nacional, vender sua carteira de crédito para as demais instituições financeiras, aplicar a disponibilidade de caixa em operações de CDB e RDB e instalar Postos de Atendimento ao Microcrédito (PAM). Mas essas mudanças não foram suficientes para garantir condição de pleno funcionamento para as SCMs, que continuaram a reclamar de outras limitações legais que as impediam de expandir a carteira de crédito, ou ofertar outros produtos financeiros além do microcrédito, ou mesmo diversificar os riscos das operações de crédito, emprestando para clientes fora do perfil de menor renda. Continuava em vigor a exigência de no mínimo R\$ 100 mil<sup>88</sup> como capital realizado e patrimônio líquido para uma SCM funcionar. Seu endividamento estava restrito a cinco vezes o respectivo patrimônio

---

<sup>88</sup> Os valores baixos de capital mínimo possibilitavam pequenas iniciativas, mas não garantiam o sucesso e a perenidade do empreendimento, já que o volume de crédito a ser emprestado estava limitado a cinco vezes o patrimônio líquido.

líquido, podendo emprestar até R\$ 10 mil por cliente e vedados os empréstimos para consumo e habitação.

O microcrédito na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso era uma política importante de trabalho e renda e de combate à pobreza e à exclusão social, mas que deveria ser desenvolvida por organizações civis fossem com fins lucrativos ou não. Não era visto como estratégia de curto prazo para fortalecer mercado interno e incentivar o consumo, como mais tarde será tratado pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva, mas sim como uma estrutura que se desenvolveria a longo prazo, sem envolver o sistema bancário tradicional. Ao Estado caberia dar apoio, treinamento gerencial e prover *fundings* para as operações, conforme descreve o texto da cartilha publicada pelo Programa Comunidade Solidária:

“Cabe ao Estado, não só atuar em parceria para apoiar ações da sociedade civil nas áreas de capacitação, tecnologia e informação, mas sobretudo apoiar ações da sociedade civil focalizadas de (sic.) construção de Centros de Referência de Microcrédito em regiões compostas por municípios de pequeno porte onde estão sendo induzidos processos de DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - e onde o capital financeiro privado dificilmente chegará” (Barone, Lima, Dantas e Rezende, 2002:7)

É preciso ponderar que, naquele momento, já era uma novidade o envolvimento do governo federal com o setor de microcrédito, pois, até então, esse era um assunto restrito às Ongs, aos organismos internacionais financiadores, e às prefeituras e aos governos estaduais, que começaram a empreender iniciativas isoladas. Somente, a partir de 1999, o executivo chama para si a tarefa de estruturar o setor, definindo um marco legal e convocando entidades públicas a contribuir. No entanto, permanecia a compreensão de que aquela não era uma atividade de bancos comerciais. O próprio Banco do Nordeste agia como simples repassador de recursos, quem realmente operacionalizava o CrediAmigo era o Instituto Nordeste Cidadania – até hoje a entidade responsável.

Tanto era essa a compreensão, que na XVI Reunião do Conselho da Comunidade Solidária, que aconteceu em 25 de agosto de 1997, retirou-se como consenso básico que o microcrédito só iria se expandir e cumprir com seu papel estratégico no campo das políticas de trabalho e renda se fosse tratado "de forma diferenciada do crédito tradicional" (Brasil, 2002:7).

Os resultados do primeiro modelo de política de microcrédito implantado no Brasil ficaram abaixo das expectativas. Em 2002, havia 37 SCM, sendo 26 ativas e 11

autorizadas a funcionar pelo Bacen. A maioria concentrava-se na região Sudeste, o que significava uma baixa cobertura geográfica pelo País. Juntas reuniam R\$ 10,8 milhões em operações de crédito e R\$ 14,6 milhões em ativos, o que correspondia a 0,001% dos ativos totais do Sistema Financeiro Brasileiro<sup>89</sup>. Cartilha do Programa Comunidade Solidária reconhecia que os resultados alcançados até então eram mínimos frente à demanda:

“Não obstante, ainda são muitos os desafios para a verdadeira consolidação de uma indústria microfinanceira no País: a oferta ainda é reduzida frente à demanda; o número de instituições, programas, operações e recursos envolvidos ainda são pequenos face às necessidades de um país continental com uma população que ainda apresenta milhões de pessoas em situação de pobreza; o microcrédito rural ainda é incipiente; o apoio ao primeiro negócio ainda é irrisório; as instituições de microcrédito ainda são frágeis do ponto de vista gerencial etc” (Barone, Lima, Dantas e Rezende, 2002:5).

O conselheiro e membro do Comitê Executivo da Comunidade Solidária, Augusto Franco, alegava que as Ongs microfinanceiras, qualificadas como Oscips pelo Ministério da Justiça, e as SCM enfrentavam problemas de gestão. Demonstravam pouco conhecimento das estratégias de mercado e do sistema de informação contábil, operacional e gerencial, além de ser baixa a produtividade dos agentes de crédito. Tudo isso, impedia o desenvolvimento do setor (Cf. Comunidade Solidária, 2002:8).

A partir de 2003, a estratégia de microcrédito se modifica, deixa de ser uma política específica de desenvolvimento social e passa a ser um componente na política econômica do governo federal. O assunto sai da pasta do Programa Comunidade Solidária e vai para o âmbito do Ministério da Fazenda num indicador claro de que o tema não mais era abordado pelo viés social, mas tornava-se ferramenta de política econômica, com a tarefa de democratizar o acesso ao crédito e, assim, fortalecer mercado interno e fomentar o crescimento da economia. Microcrédito, associado a outras medidas econômicas de estímulo ao crédito e bancarização, deveria acirrar a concorrência no setor bancário e pressionar para a redução dos juros, ao mesmo tempo em que incentivaria o aumento do consumo.

O jornal O Estado de São Paulo publica matéria com o então ministro da Fazenda, Antônio Palocci, onde relata a expectativa do governo quanto os efeitos do pacote de medidas lançado em junho de 2003:

<sup>89</sup> Cf. Relatório de Evolução do SFN, Bacen, 2011. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?REVFSN201112>

“Segundo ele, o conjunto de medidas já adotadas pelo governo tem permitido a redução dos juros em todo o mercado. Entre essas medidas, Palocci citou o programa de incentivo ao microcrédito, que começou a funcionar esse mês. ‘Já há redução de juros em todo o mercado e a redução dos juros no consumo básico. Esse conjunto de medidas certamente vai trazer um crescimento da economia’, afirmou” (Estado de S. Paulo, 26 agosto de 2003, Microcrédito já provoca efeitos positivos, diz Palocci).

O pacote de microcrédito, editado naquele ano, incluía a massificação das contas simplificadas (Res. Bacen n.3.104 de 25/06/2003 e 3.113 de 31/07/2003), a destinação de 2% dos recursos do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista para operações de microcrédito (Lei n. 10.735, de 11/09/ 2003), a flexibilização da legislação para a formação de cooperativas de crédito de livre associação (Res. Bacen 3.106 de 25/06/2003), aumento do número de correspondentes bancários e dos serviços prestados (Res. Bacen n. 3.110 de 31/07/2003 e 3.156 de 17/12/2003), regulamentação do crédito consignado (Lei 10.820 de 17/12/2003) e constituição do Banco Popular do Brasil (MP 121, de 25 de junho de 2003) – subsidiária do Banco do Brasil, que iria atuar exclusivamente com a população de baixa renda no setor de microfinanças. Tais alterações no marco legal deveriam levar a dois processos que se somariam: a bancarização da população excluída do sistema financeiro e a popularização do acesso ao crédito, não importava para o governo, naquele momento, se o incentivo iria para o crédito destinado ao consumo ou para produção, embora o volume de recursos contratados fosse maior no primeiro.

Para o microcrédito produzir os resultados que o governo federal esperava precisava ganhar escala. A experiência acumulada, até então, indicava que o ritmo e o volume dos empréstimos concedidos pelas IMFs seriam insuficientes para responder às expectativas. Por essa razão, as medidas editadas pela equipe econômica voltam-se para o sistema bancário tradicional e, principalmente, para os bancos públicos. Não é por acaso que pela primeira vez se emprega o termo “microfinanças” na legislação brasileira. A expressão aparece na Medida Provisória 121, de junho de 2003, que autorizou o Banco do Brasil a criar o Banco Popular:

“I – Um banco múltiplo, com o objetivo de atuação especializada em **microfinanças**, consideradas estas o conjunto de produtos e serviços financeiros destinados à população de baixa renda, inclusive por meio de abertura de crédito a pessoas físicas de baixa renda e microempresários, com ou sem comprovação de renda; (...)” (grifo nosso)

Como as Oscips e SCMs estavam impedidas de oferecer outros produtos bancários além do microcrédito, não fazia sentido falar em microfinanças. Seus clientes não poderiam usufruir de serviços como contas correntes, poupanças, cartões de crédito, seguros e outros. Mesmo que tivessem acesso ao crédito, não chegariam a integrar o sistema financeiro no status de correntistas<sup>90</sup>. Somente quando os bancos passaram a participar da estratégia de democratização do crédito fez sentido falar em microfinanças.

As alterações na legislação não abriram novos mercados para as Oscips e SCM, que continuaram restritas a ofertar crédito para o setor produtivo. Entretanto, o novo governo buscou aumentar o **funding** para suas operações na expectativa de que assim impulsionaria o setor. A Medida Provisória n. 122 de 2003 (Resolução 3.109 de 2003), que determinou à aplicação de 2% dos depósitos à vista em operações de microcrédito, autorizou os bancos privados e públicos a repassar recursos a outros bancos e SCMs. Tanto poderiam emprestá-los diretamente ao tomador final ou destiná-los a operações intermediadas por SCM, além de ficarem autorizados a adquirir carteira de crédito de SCM, Oscips e Ongs<sup>91</sup>. Outro **funding** para as operações das SCMs veio do FAT, as instituições que operavam com recursos do Fundo puderam repassá-los às IMF's para operações com microcrédito.

No entanto, a aplicação dos recursos provenientes de 2% dos depósitos à vista foi direcionada principalmente para o consumo, o que levou o governo federal a publicar a MP n. 226, em novembro de 2004, convertida em Lei n. 11.110, de 25 de abril de 2005, criando o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO). Para corrigir a aplicação dos recursos, o governo define critérios específicos no uso dos depósitos à vista das instituições bancárias e autoriza a cobrar juros mais altos, de 2% a 4%, reconhecendo que a operacionalização do microcrédito exigiria atendimento diferenciado. *"Essa última modalidade de crédito apresenta maior custo, sendo em geral intermediada por um agente de crédito e necessitando de tecnologia específica"* (Ministério da Fazenda, 2004: 63). Também eleva o valor que poderia ser emprestado (de

---

<sup>90</sup>Esse é um atributo importante, pois a história financeira do cliente, ou seja, seu cadastro, o auxilia a migrar quando preferir para outra instituição financeira, a transferir operações de crédito e a ampliar limite de crédito.

<sup>91</sup>A resolução da CMN 2.109/03 estabeleceu o DIM (Depósito Interfinanceiro vinculado a Operações de Microfinanças) que foi acessível somente pelo Banco do Nordeste. Não há notícias de que tenha sido usado por outras IMF's, tais como Oscips e SCM (Cf. MTE, 2008:55)



R\$ 1 mil para R\$ 5 mil), beneficiando microempreendedores com renda bruta anual de até R\$ 60 mil/ano ou R\$ 5mil/mês.

A regulamentação da legislação do PNMPO foi entendida pelas entidades representativas das IMFs como excessiva e restritiva às suas atividades. “*A sobreregulamentação contida nesses instrumentos legais constrange o aumento do fluxo esperado de recursos e dificulta o acesso dos operadores aos fundos do setor financeiro público ou privado*” (Pereira, Mross, Alves, Aguiar, 2009:88). Reclamavam contra a fixação de valores máximos de empréstimos, limitação da renda do tomador de crédito e tabelamento das taxas de juros.

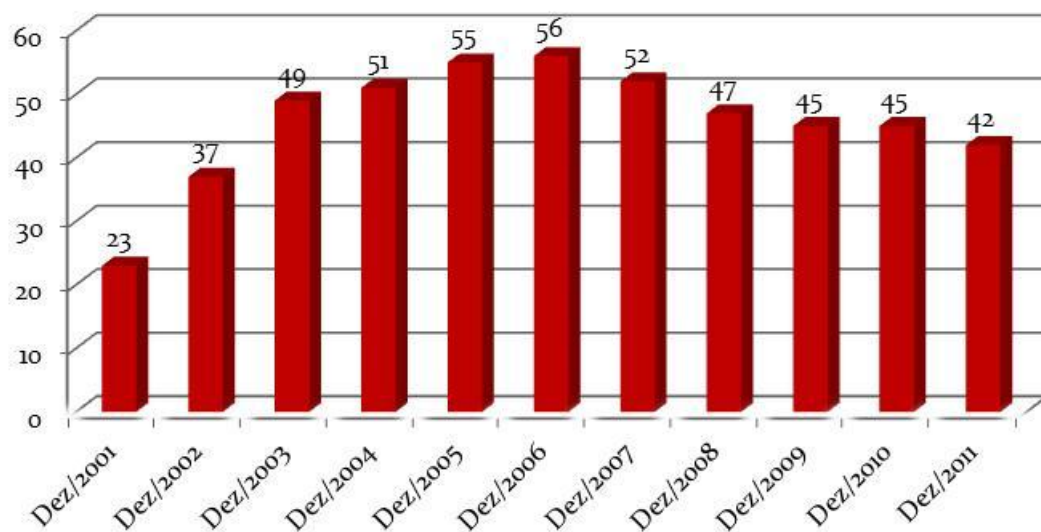
Pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (ABSCM), em 2006, indicava que os principais entraves ao desenvolvimento das SCMS eram: o impedimento de atender às empresas de pequeno porte e o limite de risco de crédito por cliente, fixado em R\$ 10 mil. A entidade dizia que a conjunção desses dois fatores gerava um engessamento da instituição que comprometia o seu crescimento e a obtenção de resultados mínimos que tornassem o negócio atrativo. Reivindicavam que o governo, ao direcionar o crédito para os empreendimentos de muito pequeno porte, atuasse não nas normas estruturantes das SCMs, mas sim nas linhas de crédito que serviriam ao setor. Em outras palavras, as limitações do governo não deveriam incidir sobre as atividades das SCMs, mas sim sobre as linhas voltadas para microcrédito. As restrições à atuação das SCMs terminavam inviabilizando suas operações (Cf. Neto e Pinto, 2007).

Na queda de braço entre governo e IMFs novas alterações foram feitas na legislação. A Lei 11.524, de 2007, modificou a Lei n. 10.194, de 2001, inserindo a empresa de pequeno porte no rol do público-alvo das SCMs e não apenas as microempresas. Passaram assim a serem chamadas de SCMEPPs (Sociedade de Crédito do Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte). A Resolução n. 3.567 de 2008 removeu o limite de risco de crédito de R\$ 10 mil por cliente e fixou em 5% do patrimônio líquido, ajustado pelas contas do resultado.

Desse modo, paulatinamente, foram sendo revistos os impedimentos legais ao funcionamento das SCMEPP sem, contudo, colocá-las em condições semelhantes às instituições bancárias. As mudanças feitas na legislação não conseguiram impulsionar os negócios das SCMEPPs, tanto que elas diminuíram sua participação no SFN nos últimos

anos. Conforme descreve o gráfico 1, eram 56 organizações, em 2006 e passaram para 42, em 2011<sup>92</sup>. Estima-se que o mesmo venha acontecendo com as Oscips. Pesquisa realizada pelo Sebrae, constatou que das 152 instituições cadastradas no Ministério do Trabalho e Emprego para operarem com o PNMPO, apenas 103 continuavam em atividade sete anos depois (Cf. Sebrae, 2011).

**Gráfico 1. Evolução do número de SCM, 2001- 2011**



Fonte: Bacen

O governo federal esperava que, ao aumentar o *funding* para as operações de crédito realizadas pelas IMFs e ampliar o limite de empréstimo com o qual trabalhavam, as medidas adotadas fossem suficientes para garantir maior participação dessas entidades no mercado. Não considerou a possibilidade de que o problema talvez estivesse na estruturação das IMFs e nos impedimentos legais à expansão de seus serviços, tais como: possibilidade de captar depósitos, de estabelecer juros conforme as particularidades da região e dos tomadores, de diversificar portfólio de produtos, enfim, de evoluir para bancos de varejo especializados em microfinanças. O governo contou que haveria divisão de papéis entre bancos e IMFs: os primeiros responsáveis por garantir o

<sup>92</sup> Cf. Relatório de Evolução do SFN, Bacen, 2011. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?REVSVN201112>.

retorno do capital público direcionado para as linhas de microcrédito e as últimas com o trabalho de ir até o cliente, emprestar e acompanhar os empreendimentos financiados.

## COMPARAÇÃO COM A AMÉRICA LATINA

Mas o fato é que apesar de todas as mudanças no marco legal que regulamenta as operações de microfinanças, o governo federal ainda não conseguiu garantir o acesso da população mais pobre ao crédito, condições sustentáveis de funcionamento para as IMFs, tampouco ampliou a participação do sistema bancário tradicional. Quantidade elevada dos depósitos compulsórios, que deveria ir para operações de microcrédito, continua sendo recolhida pelo Banco Central numa clara demonstração que os bancos não encontram viabilidade operacional e financeira. Em dezembro de 2011, conforme dados do Banco Central, foram direcionados R\$ 156,44 milhões em operações de microcrédito voltadas para o consumo e R\$ 497,24 para o setor produtivo, num total de R\$ 653,68 milhões. No entanto, a lei exigia a aplicação de R\$ 3,7 bilhões.

O próprio governo federal reconhece que permanece parcela da população sem acesso ao crédito e a serviços financeiros, que poderiam ajudá-la a mudar sua situação social. No programa Brasil Sem Miséria, que pretende elevar a renda daqueles em situação de extrema pobreza, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) identifica a microfinanças como ferramenta estratégica para promover inclusão social<sup>93</sup>. Calcula, a partir de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que 16,27 milhões de pessoas ou 8,5% da população brasileira vive em situação de extrema pobreza, em domicílios com renda igual ou menor que R\$ 70,00. Para atingir esse público, o governo baixou a taxa de juros, de 60% para 8% ao ano, subsidiando parte dos serviços financeiros. Não houve alterações na legislação em relação às IMFs com o Programa Crescer, que é parte do Brasil Sem Miséria.

No primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o governo imaginava, numa visão otimista, que os 2% dos depósitos a vista direcionados para operações de microcrédito seriam totalmente empregados e contribuiriam não apenas para geração de emprego e renda, como também incentivariam os bancos a reduzir taxas de juros. Mas a

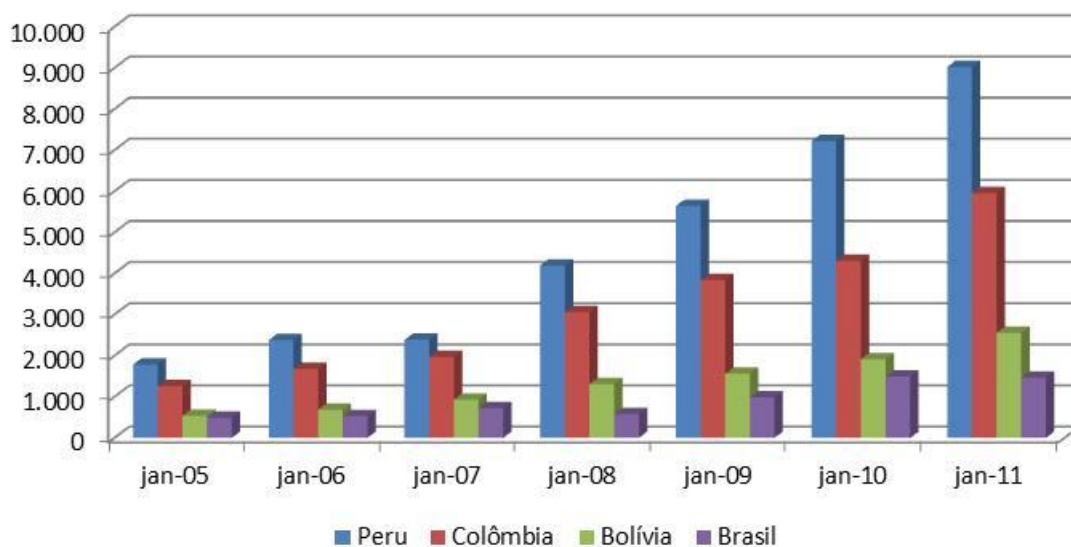
---

<sup>93</sup>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>. Acesso em 02/09/2012.

reação foi inesperada, os bancos preferiram não ser remunerados pelos depósitos a emprestar. A situação do Brasil é ainda mais controversa, quando comparada a outros países da América Latina onde a estrutura bancária é bem mais frágil e a economia mais fraca.

Conforme o gráfico 2, verifica-se que a carteira de microcrédito do Peru chega a US\$ 9 bilhões, a da Colômbia US\$ 5,9 bilhões, a da Bolívia R\$ 2,5 bilhões, enquanto a do Brasil está em US\$ 1,4 bilhão, considerando os recursos em carteira provenientes dos 2% dos depósitos a vista, tanto aqueles empregados em consumo, quanto para financiar atividades produtivas. Certamente que há diferenças no conceito de microcrédito entre esses países. No entanto, na Bolívia, por exemplo, as operações abaixo de US\$ 10 mil correspondiam a 45% de sua carteira de microcrédito, em junho de 2012<sup>94</sup>. Diante desses números, a pergunta que inevitavelmente ocorre é por que os sistemas bancários desses países conseguem prover crédito para quem não tem renda, enquanto no Brasil, o governo patina em intermináveis medidas provisórias e revisões legais?

**Gráfico 2. Carteira Ativa de Microcrédito do Peru, Colômbia, Bolívia e Brasil, 2001- 2011**



Fonte: Brasil – Bacen; Peru – ASOMIF; Colômbia - SFC; Bolívia - ASOFIN

<sup>94</sup> Cf. ASOFIN, Estratificación em función del monto desembolsado de la cartera, por número de clientes AL, 30/06/2012. Disponível em [www.asofinbolivia.com/sp/financiera08.asp](http://www.asofinbolivia.com/sp/financiera08.asp)

A estratégia em tornar os bancos tradicionais protagonistas das operações de microcrédito no Brasil destoa da experiência desenvolvida na América Latina, onde os principais atores foram as Ongs. Beatriz Marulanda (2006) diz que as experiências de sucesso com microcrédito no sistema financeiro tradicional são casos isolados e a participação desse setor tem sido baixa na América Latina. Argumenta que muitos bancos entraram no mercado de microfinanças certos de que a tecnologia bancária que possuíam não era apropriada. Por essa razão, separaram o portfólio de microcrédito do restante das outras operações.

*“É difícil integrar as melhores práticas das operações de microcrédito em controlar risco e reduzir custos às operações dos bancos comerciais tradicionais. As instituições de microfinanças possuem uma estrutura salarial, sistemas de remuneração, de gestão de carteiras, de recuperação de crédito que diferem amplamente dos bancos tradicionais. Administração de empréstimos e os esforços de cobrança são também extremamente trabalhosos e difíceis, resultando na necessidade de altas taxas de juros, que dariam uma imagem aos bancos de serem muito caros” (Marulanda, 2006:91).*

Em consequência dessas diferenças, a autora diz que os bancos comerciais desenvolveram modelos organizacionais diversos para alcançar o mercado de microcrédito. As soluções variam de acordo com o tamanho do banco e de seu compromisso com a questão da pobreza:

*“Alguns bancos criaram novas divisões dentro de sua estrutura institucional. Outros estabeleceram subsidiária financeira ou subsidiária em serviços financeiros que atua como um canal de contato com microempreendedores. Alguns integraram as operações no próprio banco, outros formaram parcerias com ONGs” (idem).*

Argumenta que para os grandes bancos o mais difícil é integrar o microcrédito na estrutura formal, pois possuem rígidas diretrizes, o que dificulta introduzir novos modelos de negócios. Além disso, a importância das pequenas operações de crédito nessas instituições é ofuscada pelo amplo volume das tradicionais, onde a capacidade administrativa e de recuperação de crédito estão concentradas. Por essa razão, na

América Latina tem sido mais comuns os processos de *upgrading*<sup>95</sup> que os de *downscaling* e os resultados também são melhores no primeiro que no segundo caso.

## O INTERESSE DOS BANCOS

Embora o setor de microcrédito, numa análise rápida, pudesse representar para os bancos um novo nicho negocial, que possibilitasse diversificar portfólio de produtos e serviços, não se institucionalizou modelo de microcrédito capaz de gerar ganhos em escala e manter custos compatíveis com seus modelos de negócio. Hoje, o padrão adotado de microcrédito segue o desenvolvido por organizações sem fins lucrativos. Baseia-se na concessão assistida de crédito, realizada pelo agente de crédito que visita os empreendimentos e acompanha suas atividades, e utiliza sistemas de garantias alternativas, como o aval solidário. A operacionalização exige qualificação profissional específica para avaliar a viabilidade do empreendimento a ser financiado e orientar o empreendedor, qualificações que se distanciam daquelas típicas de um bancário.

Há, ainda, o custo em reunir e avaliar os vários tomadores de crédito que serão solidários no empréstimo e desenvolver tecnologia bancária para acompanhar os nanoempreendimentos (sistemas informatizados, critérios de análise de crédito específicos, base de dados etc.). Tudo isso significa para os bancos comerciais, que atuam com elevada alavancagem financeira, novos investimentos numa modalidade de crédito que, por suas próprias características, trabalha com margens reduzidas, valores pequenos de empréstimos e prazos curtos. Portanto, contraditoriamente, o microcrédito envolve custos e riscos maiores que as linhas de crédito tradicionais, e requer ganho em escala para seu pleno funcionamento e viabilização. Tais empecilhos tornam o mercado de microcrédito pouco atrativo para os bancos, levando-os a operar no limite dos incentivos ou regulamentações compulsórias.

Do ponto de vista das Ongs, o mercado de microcrédito pode ser atrativo, pois o seu objetivo não é maximizar resultados e minimizar situações de risco, mas zelar pela

---

<sup>95</sup>Upgrading refere-se ao processo em que informal ou semi-formal instituição de microfinança passa a ser regulada e supervisionada por entidades bancárias de seus países e torna-se parte do sistema financeiro formal (Cf. Beger, Otero e Schor: 2006: 38). Já downscaling corresponde ao movimento dos bancos comerciais e outras instituições financeiras para levar serviços financeiros à população de baixa renda ou sem comprovação de renda (Cf. Berger, 2006: 22).

proteção social, a organização produtiva e a transformação social da comunidade assistida. Os resultados que desejam alcançar não são imediatos ou por produtividade, e esse posicionamento permite que as Ongs acompanhem com maior proximidade as potencialidades e os riscos das atividades financiadas. Já os bancos, mesmo quando lidam com operações de microcrédito, costumam empregar a metodologia tradicional de atendimento e de análise de crédito, a fim de viabilizar ganhos em escala. Tal estratégia comercial acaba sendo mais arriscada que a das Ongs, conforme ficou demonstrado nas crises econômicas que ocorreram na América Latina. As carteiras de crédito das IMFs sofreram menos impacto que das instituições bancárias tradicionais e se recuperaram mais rápido, demonstrando que aquelas souberam selecionar melhor seus clientes e os empreendimentos financiados (Cf. Berger, Otero e Schor, 2006:58).

Não é apenas no Peru, Bolívia e Colômbia – países onde a experiência com microfinanças possui longa história – que as Ongs parecem se sair melhor que os bancos quando o assunto é microfinanças. Mesmo no caso brasileiro, que a legislação estabelece uma série de restrições às atividades das IMFs, as Oscips respondem por quase a metade da carteira dos bancos tradicionais do Programa Nacional de Microcrédito<sup>96</sup> – principal *funding* das operações de microcrédito voltadas para empreendimentos produtivos (cf. tabela 1).

Tabela 1. Carteira Ativa PNMPO por Constituição Jurídica no 2º trimestre de 2012

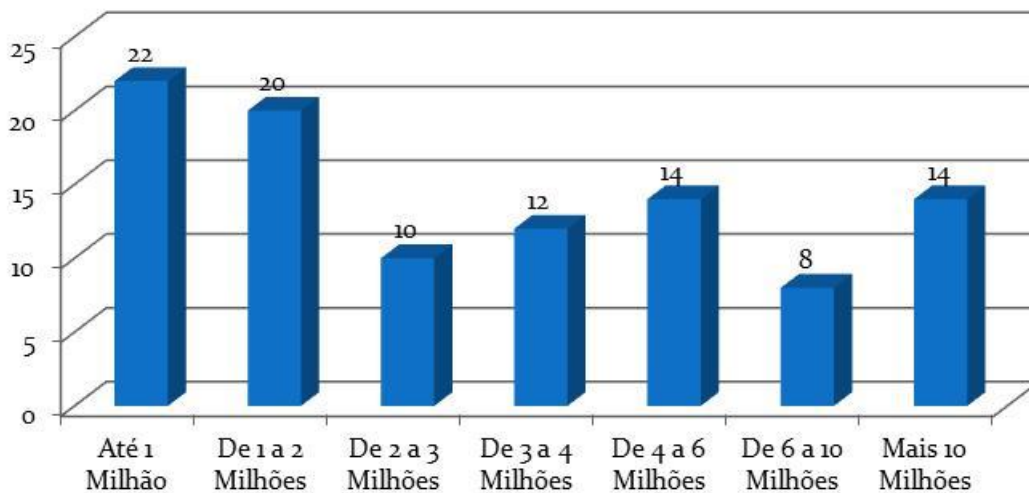
Constituição Jurídica	Valor da Carteira Ativa_30/06/2012	%
Agência de Fomento	2 6.746.056,45	1,28%
Banco Cooperativo	5 8.028.337,74	2,78%
Banco de Desenvolvimento	1 350.048.985,52	64,70%
Inst. Financeira Operadora	4 32.322.803,85	20,72%
Oscip	2 09.520.823,43	10,04%
SCM	9.935.815,08	0,48%
<b>TOTAL</b>	<b>2.086.602.822,07</b>	<b>100,00%</b>

O desempenho das Oscips contrasta com os dos bancos principalmente quando se compara o porte dessas organizações. Das 103 Oscips identificadas pelo Sebrae e cadastradas para operar com o PNMPO, 42 possuem uma carteira menor que R\$ 2

<sup>96</sup> Fonte: MTE. Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 2º Trimestre de 2012.

milhões (cf. gráfico 3). Sem falar que elas não têm a mesma estrutura de análise de crédito, tecnologia para processar as informações de clientes, rede de atendimento, enfim, trabalham com estrutura física e de pessoal muito mais frágil e, mesmo assim, conseguem atingir a metade do resultado de todos os bancos que operam no País.

**Gráfico 3 - Carteira de Crédito das Oscips**



Fonte: Sebrae

A razão pela qual as Ongs brasileiras não caminharam para se constituir em bancos especializados em microfinanças, provavelmente, se deve as restrições legais que dificultam a expansão de suas atividades e a diversificação de portfólio de produtos e serviços. Não apenas as Ongs estão limitadas em suas operações, como também as SCM, conforme descrito antes. De maneira geral, as IMFs estão impossibilitadas de captar recursos no mercado, trabalham essencialmente com capital próprio ou proveniente do setor financeiro. Podem emprestar somente para empreendimentos produtivos, além de outras limitações fixadas em lei, como taxa de juros, valor máximo dos empréstimos e as características dos tomadores finais.

Pesquisa encomendada pelo Ministério do Trabalho e Emprego<sup>97</sup> sobre o marco legal do setor de microfinanças no Brasil concluiu que as normas que o regulam criaram “obrigações burocráticas e artificiais às pessoas jurídicas que atuam na atividade” sem

<sup>97</sup> Ministério do Trabalho e Emprego, Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Diagnóstico do Marco Legal das Microfinanças no Brasil, 2008, Brasília – DF.



lhes garantir proteção ou serem necessárias. Contribuem apenas para “limitar e desincentivar” as iniciativas no campo microfinanceiro por limitar artificialmente produtos, valores, juros e fixar métodos de atuação.

A justificativa do Banco Central e BNDES para não fazer alteração na legislação que possibilitaria às Ongs evoluírem para instituições bancárias é a fragilidade de sua estrutura de funcionamento: baixa capacidade de investimento, de acessar fatores essenciais ao seu desenvolvimento, como tecnologia de informação, assistência técnica, financeira, jurídica e contábil, entre outros motivos. O BNDES reconhece que “a experiência internacional mostra que a migração de entidade não regulada para regulada, com direito à captação de poupança, foi essencial para a ampliação da capacidade de atendimento das organizações de microcrédito, e sem perder o foco no tomador de baixa renda” (Coelho e Prandini, 2009:46). No entanto, argumenta que essa alteração no marco legal não é viável, pois “as *Oscips* além de problemas de gestão, dispõem de poucos recursos e possui reduzida carteira de clientes, insuficiente para sua sustentação financeira. Até mesmo as de maior porte podem ser consideradas pequenas, quando comparadas a instituições financeiras que operam com microcrédito na América Latina” (Coutinho, Ambrozio, Sant’ana, Montoro, 2009:59).

Forma-se assim um círculo vicioso, onde a legislação não muda porque as IMFs não estão estruturadas para assumir responsabilidades como instituições bancárias, e as IMFs não se estruturam, porque não encontram condições legais paradiversificar seu portfólio de produtos e ampliar carteira de clientes.

Esses impedimentos legais, que constroem a atuação das IMFs no Brasil, não foram observados em outros países da América Latina, o que em parte explica o melhor resultado alcançado. Segundo Berger, Otero e Schor (2006), o sistema de microfinanças na América Latina contou com a assistência de Ongs internacionais na estruturação de suas atividades, provendo *funding* para o início das operações, tecnologia bancária e técnicas de gestão financeira e administrativa. Entre as Ongs internacionais que tiveram presença na América Latina, destacam-se a ACCION International (Bolívia, Colômbia, México e Peru) e IPC (El Salvador e Nicarágua). O marco regulatório também foi importante para o fortalecimento das IMFs, pois permitiu que as Ongs evoluíssem para instituições reguladas, podendo captar poupança e depósitos, e chegassem à situação de bancos de varejo, oferecendo uma variedade de produtos financeiros.

Tal processo permitiu as Ongs acumular conhecimento sobre a atividade financeira, a medida que os negócios de seus clientes se desenvolviam e passavam a demandar maior complexidade e diversidade de produtos e serviços. Inicialmente, as Ongs ofereciam apenas microcrédito, quando sua carteira foi se tornando mais robusta e sustentável, passaram a diversificar serviços, atendendo as novas demandas que surgiam dos seus clientes (cartão de crédito, seguros, previdência, gestão de folha de pagamento etc.). As Ongs cresceram economicamente junto com os empreendedores, num processo paralelo de fidelização e aprendizagem. Conforme Berger, Otero e Schor, os principais fatores que incentivaram as Ongs a tornarem-se instituições bancárias foram: a possibilidade de captar depósitos dos consumidores e acesso ao mercado de capitais. Ao passarem a condição de instituições financeiras reguladas, as Ongs conquistaram maior credibilidade e confiança dos clientes, puderam captar depósitos de consumidores e interbancários e tomar empréstimos de fontes internacionais. Assim, aumentaram o *funding* para suas operações de crédito e alavancaram novos negócios.

No Brasil, o marco legal colocou tantas limitações às atividades das IMFs, que o apoio de Ongs internacionais não produziu o mesmo resultado. A presença dos bancos não substituiu o papel que as Ongs internacionais tiveram nos demais países da América Latina. Ao contrário, os bancos agiram de forma predatória em relação à carteira de clientes das IMFs. Quando entraram no mercado de microcrédito, contrataram os agentes das Oscips, oferecendo salários e ganhos melhores. Esses levaram os clientes que conheciam para operar com os bancos (cf. Ministério do Trabalho, 2008:47).

## CONCLUSÃO

A estratégia do governo, a partir de 2003, foi incentivar a participação dos bancos para ampliar o volume de contratações de microcrédito, já que o desempenho das Oscips e SCMs sinalizava que não cumpriram o papel que o governo colocava para o crédito em sua política econômica. Na nova gestão, microcrédito perde o caráter de programa social e passa a ser assunto do Ministério da Fazenda, ferramenta chave para fortalecer mercado interno e incentivar o consumo de massa. Por essa razão, o governo modifica o marco legal e, através da Medida Provisória n. 122 de 2003 (Resolução 3.109 de 2003), elevando os bancos ao status protagonistas da política de microcrédito.

A análise histórica demonstrou que as mudanças na legislação não conseguiram para garantir a participação dos bancos, tampouco ampliou a presença das SCMs e Oscips. Apesar de toda estrutura tecnológica, capilaridade nacional, volume de *fundings* disponível e outros elementos a seu favor, o mercado de microfinanças parece não ser um bom negócio para as instituições bancárias. A hipótese levantada é a de que esse mercado possui características muito específicas, que o diferenciam do padrão de atendimento bancário: tecnologia de análise de crédito diferenciada, qualificação específica para seus agentes, trabalha com prazos curtos e volumes de empréstimos pequenos, enfim possui custos maiores e margens estreitas, e, por essas razões, não são atrativos ao setor bancário. O microcrédito só é atrativo para os Bancos quando possibilita ganhos em escala, no entanto, os empreendimentos financiados exigem acompanhamento individualizado. Soma-se, ainda, o fato de que os grandes bancos possuem carteiras de clientes que possibilitam operar com margens de lucro maiores que as do microcrédito.

Já as Ongs, atuam segundo outra racionalidade, trabalham com vistas a resultados a médio e longo prazos, com foco não apenas em ganhos econômicos, mas também sociais. Como sua carteira de clientes é pequena, aceitam operar com margens menores e podem acompanhar o desenvolvimento dos negócios financiados. Para as Ongs, vale a pena gastar tempo e recursos para selecionar clientes cujos empreendimentos demonstram ser rentáveis e sustentáveis.

Por essa razão, para expandir as operações de microcrédito, o governo deveria investir na estruturação das IMFs, adotando estratégia semelhante a das Ongs internacionais que entraram em mercados de outros países da América Latina, ou seja, financiando e promovendo qualificação técnica, tecnologia bancária e informatização. Também seriam fundamentais mudanças no marco legal de microfinanças que possibilitassem as IMFs descrever a mesma trajetória assistida em outros países da América Latina: saírem de Ongs para instituições financeiras reguladas e chegarem a bancos especializados em microfinanças.

Observa-se no Brasil um círculo vicioso. Os órgãos reguladores e provedores de *funding* para as operações de microcrédito não permitem que as Ongs diversifiquem seus serviços, pois alegam que elas possuem baixa estruturação. Já as Ongs não se estruturam, pois não encontram espaço para ampliar sua atuação em razão das

limitações legais. Enquanto isso, os bancos não entram no mercado de microfinanças que para eles parece pouco atrativo. Diante desta configuração, permanece uma parcela da população brasileira excluída do mercado financeiro, sem acesso a crédito e outros serviços bancários, que poderia contribuir para aumentar nível de renda e criar oportunidades de emprego.

Demonstra-se assim que configuração institucional é variável importante para estudar mercado. Se fossem consideradas apenas variáveis econômicas para interpretar o comportamento do mercado de microfinanças no Brasil – tais como demanda existente, capital tecnológico do setor bancário e índices de crescimento econômico – natural seria que o Brasil saísse à frente de outros países da América Latina em razão do desempenho de sua economia e da solidez de seu sistema bancário. No entanto, o resultado é o oposto do esperado. Por isso, supõe-se que o marco jurídico que regula a atividade de microfinanças nesses países, em conjunto com outros fatores como a presença de Ongs internacionais, criou um ambiente propício para o crescimento das IMFs.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. 2004. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas Ciências Sociais. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 16, n.2.

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresa de Autogestão e Participação Acionária (orgs). 2009. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 a 2007. São Paulo, Todos os Bichos.

Banco Central do Brasil. Relatório de Inclusão Financeira, Brasília, BCB, 2010.

Banco Central do Brasil. Relatório de Inclusão Financeira, n. 2, Brasília, BCB, 2011.

BARONE, Francisco Marcelo e SADER, Emir. “Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectiva”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 42(6): 1249-67, nov./dez. 2008.

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi e REZENDE, Valéria. 2002. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília, Conselho da Comunidade Solidária.

BERGER, Marguerite, OTERO e SCHOR, Gabriel. 2006. “Pioneers in the Commercialization of Microfinance”. In: **An Inside View of Latin American Microfinance**, Inter-American Development Bank, Washington, EUA.

BERGER, Margerite. 2006. “The Latin American Modelo of Microfinance”. In: **An Inside View of Latin American Microfinance**, Inter-American Development Bank, Washington, EUA.

BRASIL. Presidência da República. Conselho da Comunidade Solidária. **Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária**. Atuação do Conselho da Comunidade Solidária para a Expansão do Microcrédito no Brasil 1995 – 2002, Brasília, 2002

COELHO, J. Max Brito e PRANDINI, Edmar Roberto. 2009. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado: conquistas e Desafios. In: FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira, DODL, Alessandra von Borwski. **Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil**: visão de diferentes atores. Brasília, Banco Central do Brasil

COUTINHO, Luciano Galvão; AMBROZIO, Antônio Marcos Hoelz Pinto; SANT'ANA, André Albuquerque e MONTORO, Guilherme Castanho Franco. 2009. Inclusão Financeira no Brasil: o papel do BNDES. In: FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira, DODL, Alessandra Von Borwski. **Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil**: visão de diferentes atores. Brasília, Banco Central do Brasil.

FALABELLA, Pedro e MONTEIRO, Silvana. 2009. A Responsabilidade dos Bancos de Desenvolvimento e das Agências de Fomento com o Crédito Inclusivo. In: FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira, DODL, Alessandra vonBorwski. **Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil**: visão de diferentes atores. Brasília, Banco Central do Brasil.

FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODL, Alessandra von Borowski. Introdução. 2009. In: FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira, DODL, Alessandra vonBorwski. **Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil**: visão de diferentes atores. Brasília, Banco Central do Brasil

FLIGSTEIN, Neil e DAUTER, Luke. 2007. “The Sociology of Markets”. **The Annual Review of Sociology**, 33:105-128

GRANOVETTER, Mark. 1985. Economic Action and Social Structure: the Problem of the Embeddedness. **The American Journal of Sociology**, vl. 91, n. 3, p. 481-510, nov.

\_\_\_\_\_.1983. The Strength of Weak Ties: a Network Theory Revisited. **Sociology Theory**, vol. 1, 201-233.

LEVORATO, Wilson Roberto. “Microfinanças e o Sistema bancário brasileiro”. 2009. In: FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira, DODL, Alessandra vonBorwski. **Perspectivas e Desafios para inclusão financeiro no Brasil**: visão de diferentes atores. Brasília, Banco Central do Brasil.

MARULANDA, Beatriz. 2006. “Downscaling: Moving Latin American Banks into Microfinance”. In Berger, Marguerite; Goldmark, Lara; Sanabria, Tomás Miller (orgs), **An**

**Inside View of Latin American Microfinance**, Inter-American Development Bank, Washington, EUA.

MEYER, John W. and ROWAN, Brian. 1977. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, 83 (2): 340-63.

Ministério do Desenvolvimento Social, Plano Brasil Sem Miséria.

Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica. 2004. Reformas Microeconômicas e Crescimento de Longo Prazo, Brasília – DF.

Ministério do Trabalho e Emprego. 2008. **Diagnóstico do Marco Legal das Microfinanças no Brasil**. Brasília – DF.

Ministério do Trabalho e Emprego, Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito**, 2º Trimestre de 2012. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm>

NEE, Victor. 2001. “Sources of the New Institutionalism”. In: BRINTON, Mary C. e

NEE, Victor (orgs.), **The New Institutionalism in Sociology**, Califórnia, Stanford University Press.

NETO, Rubens de Andrade e PINTO, Edson Luiz de Paula. **As Sociedades de Crédito ao Microempreendedor \_ Origem Desenvolvimento e Futuro**. VI Seminário Banco Central sobre Microfinanças, Porto Alegre, junho/2007. Disponível in [http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario\\_arquivos/trab\\_44.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/trab_44.pdf)

NETO, Rubens de Andrade. “Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte: história e perspectiva”. 2009. In: FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira, DODL, Alessandra Von Borwski. **Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil**: visão de diferentes atores. Brasília, Banco Central do Brasil

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

PEREIRA, Almir da Costa; MROSS, Cristiano; ALVES, José Caetano Lavorato e AGUIAR, Luiz José Bueno. 2009. Massificação das Microfinanças no Brasil - Análise e proposições. In: FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira, DODL, Alessandra Von Borwski. **Perspectivas e Desafios para inclusão financeiro no Brasil**: visão de diferentes atores. Brasília, Banco Central do Brasil.

POWELL, Walter W. e DIMAGGIO, Paul J. Introducción. 1999. In: \_\_\_\_\_.(org). **El Nuevo Institucionalismo en el Análisis Organizacional**. México, Universidade Autónoma del Estado de Mexico.

\_\_\_\_\_. 1983. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. In: **American Sociological Review**, vol. 48, p. 147-160, abr.

SEN, Amartya. 2010. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. 2012. Perfil das Instituições de Microfinanças (OSCIP) no Brasil, Brasília – DF.

SOARES, Marden Marques e SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. 2008. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do Cooperativismo de Crédito**. Brasília, Banco Central do Brasil.

SWEDBERG, Richard. 1994. “Markets as social structures”. In: SWEDBERG, Richard and SMELSER, Neil J. **The handbook of economic sociology**, Princeton/Nova York, Princeton University Press/Russel Sage Foundation.

## Considerações Metodológicas sobre o Trabalho de Campo em Instituições Policiais Militares

ANTONIO ALBERTO BRUNETTA<sup>1</sup>

*“Crer que a verdade de uma teoria é a mesma coisa que sua fecundidade é um erro. Muitas pessoas parecem, no entanto, admitir o contrário disso. Elas acham que a teoria tem tão pouca necessidade de encontrar aplicação no pensamento, que ela deveria antes dispensá-lo simplesmente. Elas interpretam toda declaração equivocadamente no sentido de uma definitiva profissão de fé, imperativo ou tabu. Elas querem submeter-se a Idéia como se fora um Deus, ou atacá-la como se fora um ídolo. O que lhes falta, em face dela, é a liberdade. Mas é próprio da verdade o fato de que participamos dela como sujeitos ativos. Uma pessoa pode ouvir frases que são em si mesmas verdadeiras, mas só perceberá sua verdade na medida em que está pensando e continua a pensar ou ouvi-las”.*

T. W. Adorno, 1944.

### RESUMO

O trabalho busca discutir questões que considerei como fundamentais durante a realização do trabalho de campo da pesquisa “Reforma Intelectual da Polícia Militar<sup>98</sup>”, na qual a abordagem metodológica não foi premeditada, mas ousou ultrapassar o limite convencional da instrumentalização de sua prática, de modo a garantir a prerrogativa da “pesquisa como relação social de conhecimento”. Apesar do esforço de sistematização contido nas construções metodológicas das pesquisas sociológicas, essas ficam muito aquém da complexidade real das pesquisas, sobretudo quando se considera as pesquisas e a universidade como entidades que interagem na dinâmica social. Levando-se em conta que a produção do conhecimento tem origem e sentido inexorável nas relações sociais que se estabelecem na pesquisa social, é que se busca argumentar em defesa da garantia que a investigação fundamente-se nas relações sociais que a preconizam. A pesquisa - desenvolvida junto à Diretoria de Ensino e Cultura (DEC) da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) e suas cinco escolas (Escola Superior de Soldados, ESSd; Escola Superior de Sargentos, ESSgt; Escola de Educação Física, EEF; Centro de Altos Estudos em Segurança, CAES; Academia de Polícia Militar do Barro Branco, APMBB) - , por meio de entrevistas com os coronéis que as comandam, não

<sup>98</sup> Tese de Doutorado defendida junto ao PPGS/FCLAR/UNESP, em 06 de junho de 2012.



pode ser furtar a manter certo distanciamento das questões ideológicas no trato com seus sujeitos, de modo a não confrontar doutrinas e impedir a coleta de dados. No entanto, o pesquisador também não pode se privar, quando confrontado pelas afirmações dos coronéis, a contrapor suas convicções profissionais como síntese de seus posicionamentos ideológicos. A intenção em discutir essas questões se resume à busca por tematizar sobre a produção de pesquisa junto ao universo policial militar, tendo em vista compartilhar procedimentos que não se referem propriamente às questões metodológicas, mas sim às posturas do pesquisador diante de sujeitos cujo pertencimento ao topo da hierarquia militar os torna, aparentemente, tão convictos e rígidos, mas não impossibilitados ao franco diálogo.

## 1. METODOLOGIA COMO PREOCUPAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA

No contexto atual as discussões sobre metodologia se inscrevem num cenário para o qual é necessário inicialmente distinguir entre as perspectivas procedimental, analítica, teórico-acadêmica e política. E se faz importante enfatizar que tal distinção tem finalidade didática e busca tornar saliente a perspectiva a qual este trabalho se refere: as discussões metodológicas resultam do próprio cenário construído historicamente pelas ciências sociais, o que reflexivamente implicou na construção dessas ciências com características bastante heterogêneas. Altvater (1999) assim se refere ao progresso científico no campo das Ciências Sociais:

O progresso científico, portanto, se faz de maneira incremental. Por isso, rupturas de paradigmas são acontecimentos raros na história da ciência social. A adulteração de hipóteses é o contrário de uma crise e de uma mudança de paradigmas (p. 190).

A ausência de rupturas demonstra que persiste implicitamente nas ciências sociais uma dimensão procedimental (técnica), que se por um lado oferece possibilidades de melhor adequação da pesquisa de cada tema específico – e nesse reside sua virtude – mas só nisso – por outro lado fragiliza a tomada de posição do pesquisador quanto às questões políticas relacionadas ao seu tema. Ou seja, dispondo de uma gama considerável de possibilidades de abordagens técnico-metodológicas sobre o tema da pesquisa, corre-se o risco de negligenciar a perspectiva política sobre o tema, pois se entende que embora inseparáveis, do ponto de vista prático, as questões técnico-metodológicas se sobreponham às questões de ordem política, haja vista a “vitória” do paradigma fenomenológico e empírico nas instituições brasileiras de pesquisa.

Dessa consideração emerge a preocupação com o esfacelamento do compromisso das ciências sociais em explicar a realidade e não meramente em descrevê-la, pois caso se assuma a incapacidade de explicação, ou que se aceite que a própria descrição é explicativa e, por si só, suscitante de hipóteses, produzir-se-á uma contradição frente ao próprio desenvolvimento científico, dado que nas condições de predomínio de um paradigma metodológico, levariam à extinção da crítica da realidade e, necessariamente, à extinção absoluta da autocrítica.

De um modo geral a extinção da crítica é particularmente grave num contexto renovado do pensamento neoliberal, cuja característica principal - no que tange essa discussão - corresponde ao fato de que as demandas de pesquisa tendem a se pautar pela agenda de governo, determinando uma “contramão” das proposições críticas das ciências humanas em relação à realidade política e social, ambas consideradas amplamente como determinadas pela perda generalizada do controle político e administrativo sobre as variáveis fundamentais dos processos econômicos.

Doravante, os questionamentos de Caria (2003) sobre os limites da etnografia apontam caminhos no sentido do enfrentamento do debate acima referido, de modo a buscar uma relação de intermediação que se mantenha propositiva, sem abrir mão da crítica, tornando indispensável à aplicação de uma espécie de autocrítica renovada, qual seja, a culturalização da teoria social, conforme o autor:

[...] conjugar e fazer coexistir a linguagem da experiência, de estar e pensar no trabalho de campo, com a linguagem da teoria, que permite objetivar e racionalizar o que ocorreu [...] supondo estar a promover na cultura científica dos investigadores a passagem da consciência prática para uma consciência discursiva e contextualizada, permitindo “culturalizar” a teoria social e desmistificar as concepções idealizadas do que é a prática/ação nas Ciências Sociais (CARIA, 2003, p. 10-11).

A posição de Caria (2003) assume uma etnografia pluritécnica quanto à metodologia, e híbrida e eclética quanto à epistemologia, porém considera tais prerrogativas apenas adequadas quando o que se busca pela etnografia corresponda à compreensão do ‘outro’, inexoravelmente à evidenciação do etnocentrismo do pesquisador, o que permitirá construir o conhecimento como relação social.

Na etnografia de Caria, na qual a pesquisa se apresenta como relação social de conhecimento, a *tradução* é o caminho do conhecimento do ‘outro’, e simultaneamente a garantia de *reflexão* sobre si.

Assim, é razoável considerar que as possibilidades da construção de um conhecimento válido nas ciências sociais estão ancoradas por um aparato de posicionamento não-dicotomizante do pesquisador diante do contexto limitante quanto às possibilidades de conhecer o 'real', seja pelo incremento de complexidade que as relações sociais adquirem na globalização; seja pela acumulação de pressupostos metodológicos e paradigmáticos que não se rompem, mas se acumulam; seja pelo imperativo da razão instrumental em detrimento da razão crítica.

Ao não dicotomizar a relação entre pesquisador e a realidade dos sujeitos pesquisados, torna-se possível agir sobre a dimensão "aparente" do real (relações cotidianas, manifestações culturais, relações educativas, processos institucionais etc.) com vistas a produzir efeitos limitados, porém efetivos nas estruturas das relações, de pesquisa, que mesmo que diminutas e limitadas, se apresentam como caminho oportuno e quase exclusivo para atingir de modo efetivo transformações na estrutura social.

Ao contrário do que possa parecer, num mundo social radicalmente objetivado, a subjetividade enquanto conceito surge como exigência para viabilizar a proposta de culturalizar a prática da pesquisa na perspectiva da relação social de conhecimento. Para tanto é necessário um percurso autoral diverso, que segue.

Ao referenciar a discussão acerca da subjetividade na atual configuração de forças no campo das disciplinas científicas (BOURDIEU, 2007) que a tomam como objeto, remeter-se-á, necessariamente, ao duelo entre psicanálise e psiquiatria, cujo último é o atual, mas não definitivo vencedor.

Em tempos de predomínio de uma única visão de sociedade, visão esta que condiciona também a percepção sobre 'de si', 'em si' e 'para si' e na qual prevaleceu, segundo a tradição frankfurtiana, a 'razão instrumental' sobre a 'razão crítica' (ADORNO, 1985) as estratégias medicamentosas ganham destaque frente às estratégias terapêuticas.

Segundo Birman (2006) vivemos um momento de explosão de subjetividades, pois liberados da dor – que não mais se transforma em sofrimento impedindo a ligação com o outro – e de formas explícitas de repressão, tudo se passa como se não conseguíssemos controlar as afetações sobre o corpo que, contemporaneamente considerado como único valor, porém vulnerabilizado pelo incremento atual de excitação – da intensidade dos fluxos de informação, das prerrogativas de competitividade, etc. – compõe a motivação

nuclear dos traumas que se convertem em expansão generalizada de uma cultura conformista.

Transitou-se no século XX do ‘medo como proteção’ (fobia) para o ‘medo como condição’ (pânico) e, na argumentação de Birman (2006) o **excesso** corresponde ao elemento central do mal-estar contemporâneo, pois

Enquanto na conversão histérica, com efeito, existe a presença das formas psíquicas de simbolização, no estresse, nas produções psicossomáticas e no pânico nos defrontamos com a ausência destas, de forma que o excesso implode no organismo [...] o mal-estar, assim, se apresenta hoje, tanto no corpo quanto na ação, pela pregnância assumida da categoria *espaço* no psiquismo e pelo esvaziamento da categoria *tempo* [o que deriva e implica no fato de que] o eu não tem o poder de antecipação dos acontecimentos, para poder circunscrever o impacto das intensidades (BIRMAN, 2006, p. 184-185).

Ainda na trilha delineada por Birman - mas também compartilhada por Jurandir Freire Costa<sup>99</sup> - constata-se a ausência de *mediação* entre o eu e o mundo, simultaneamente como causa e efeito dessa implosão dos sujeitos por meio da compulsão pela repetição e o conseqüente esgotamento das possibilidades mediar em passado, presente e futuro e de, evidentemente, projetar o futuro. Nessas condições, afirma Birman (2006)

O vazio da subjetividade atual é o correlato do mundo que perdeu o sentido [considerando que] sem a presença de mediação, a subjetividade pós-moderna se restringe a pura negatividade, afirmando-se simplesmente pelos murmúrios do *negacionismo* impotente (BIRMAN, 2006, p. 193).

Após esse percurso digressivo é possível afirmar que o equivalente às considerações de Birman poderia ser dito quanto à questão metodológica abordada neste trabalho, pois a ausência de mediação ou a absolutização de um tipo exclusivo de mediação resulta numa inoperância epistemológica sistemática das ciências sociais, sendo estas reduzidas à condição instrumental para as políticas governamentais, cujo fundamento não se pode questionar tendo em vista sua inegável (*sic.*) contribuição para a sociedade. Assim, acentua-se a redução das potencialidades das ciências sociais à condição de mero instrumento de dominação de classe, muito distante do ideal de emancipação que as acompanha desde a origem.

<sup>99</sup> COSTA, Jurandir Freire. A Subjetividade Exterior. Texto derivado da palestra “A Exteriorização da Subjetividade”, de 2001. Disponível em [http://jfreirecosta.sites.uol.com.br/artigos/artigos\\_html/subjetividade.html](http://jfreirecosta.sites.uol.com.br/artigos/artigos_html/subjetividade.html). Acessado em 22 julho de 2008.

Tomar a noção de subjetividade como paradigma nas ciências sociais envolve a compreensão crítica do próprio conceito de subjetividade, ou seja, recuperar historicamente seu surgimento e desenvolvimento e buscar superar as dicotomias que condicionam o seu entendimento, entre elas a apropriação liberal que é feita do conceito de subjetividade, que implica na prevalência do indivíduo em todas as dimensões da realidade social. Isto se torna ainda mais relevante para o contexto contemporâneo no qual os personalismos e os individualismos têm se expressado como fundamentos da subjetividade, o que além de enviesado, mostra-se limitado quanto às possibilidades de produzir reflexões no nível da intersubjetividade, impossibilitando o diálogo entre os sujeitos de um conhecimento concebido como relação social.

A subjetividade poderá ser tomada como paradigma desde que sejam atendidas as questões relativas à decisão prévia acerca das referências mínimas para se pensar a sociedade, o que corresponderia neste caso, aos sujeitos da realidade a qual se pretende construir o ‘conhecimento como relação social’ numa perspectiva intersubjetiva (CARIA, 2003), concomitante a retomada do fundamento pedagógico-emancipador de Antonio Gramsci, para o qual é necessário tornar subjetivo aquilo que se apresenta como objetivo.

No caso da pesquisa com instituições militares é de fundamental importância, dado o papel eminentemente repressivo dessas instituições (ALTHUSSER, 1970), ir além da simples reafirmação dessa premissa, o que significa balizar a relação com essas instituições e seus sujeitos pelo questionamento permanente sobre o que se considera inaceitável naquilo que se pesquisa, ou seja, dando centralidade a integridade da pesquisa social.

Definir os limites do inaceitável, num mundo cuja expressão mais recorrente para sintetizá-lo tem sido a *barbárie*, é uma tarefa que demanda o reestabelecimento de utopias que foram abandonadas num passado muito recente e, concomitante à identificação de distopias que condicionam nossa ação presente, entre elas a arbitrária e tirânica preocupação com a segurança (Foucault, 2008), envolvendo inerentemente uma visão distorcida em relação às expectativas e proposições para o futuro.

Uma das utopias presentes no horizonte mais imediato das ciências sociais refere-se ao conceito de *fronteira*, a partir do qual deveria ser garantida a possibilidade de que noções como *sociedade*, *nação*, *povo*, *cultura*, *subjetividade* possam nutrir-se reciprocamente e reestabelecer as utopias abandonadas.

Os efeitos da **fronteira** são assim identificados como indispensáveis por Ribeiro (2002) quando afirma:

Só enquanto cultura nacional é que a ‘constelação de culturas’ pode ser pensada como um todo; o Estado Nacional representa, assim, o horizonte unificador que confere significado às ‘culturas periféricas’ que admite no seu seio [...] construir o ‘Outro’ significa projetar a diferença pela fronteira, assim possibilitar a construção da identidade” [...] no domínio da cultura não existe um território interior, todo ato cultural vive, no essencial, nas fronteiras (RIBEIRO, 2002, p. 477; 481; 486).

É justamente no momento em que as **fronteiras** foram deslocadas pela globalização e permanecem em movimento - e que sequer garantimos a cidadania local e nacionalmente - impõem-se a tarefa concomitante de projetar e estabelecer fundamentos de ordem global. Reafirma-se então a pertinência da **fronteira** tendo em vista que a mesma pode ser concebida como espaço de comunicação e de luta entre posições antagônicas, posições essas que apenas o discurso, hegemônico e conservador, afirma ter desaparecido, na medida em que os processos e as concepções dominantes de globalização se anunciam pela homogeneidade e universalidade auto-atribuídas, porém sua consolidação de fato é fundada na heterogeneidade e na fragmentação.

É preciso identificar e reconhecer as **fronteiras** também em sua condição de distopias, de modo que em suas respectivas dinâmicas sejam desconstruídos os idealismos opressores e assumidas as **lutas** inerentes às necessidades contemporâneas, evitando-se, simultaneamente, que essas mesmas fronteiras sejam indiscriminadamente associadas à noção institucionalizada de **conflito**, cuja referência neutralizadora atua com fins a coibir as transformações de toda ordem: social, econômica, política e cultural.

Ao contrário do que os manuais possam indicar como referência mínima para a pesquisa nas ciências sociais (indivíduos, classes, grupos de ação, etc.) neste trabalho é defendida a ideia de que tal referência se define pelos próprios sujeitos do conhecimento na medida em que por meio de suas **fronteiras** forem capazes de identificar sua integridade e de significá-la frente aos interesses que são colocados em jogo, e até mesmo pelos enfrentamentos suscitados pela dinâmica da construção do conhecimento.

Outrossim, considera-se a construção de uma pesquisa e a delimitação de seu respectivo objeto nas ciências sociais não busca universalizar saberes, mas serve como referência de reflexão teórica, por isso a necessidade de ser sistemática e metódica, caso

contrário corre-se o risco de transformar-se em doutrina o conhecimento que se pretendia esclarecedor.

As pesquisas sociais no contexto de um país que foi edificado sobre bases coloniais implicam em uma preocupação ética preliminar, qual seja, a de possibilitar a **ressignificação**, a qual igualmente deve ser discernida em sua dimensão utópica e distópica, tal como se considerou em relação ao conceito de **fronteira**.

Entende-se por ressignificação a capacidade de deslocamento compreensivo, de transitar por várias linguagens institucionalizadas, de restabelecer **fronteiras**, de restaurar intersubjetividades. Todavia, a absorção de ressignificação deve ser moderada pela crítica ético-política (justamente onde se encontra aquilo que anteriormente nos referimos como integridade), para que seja possível a manutenção do intelectual como interlocutor político e não simplesmente como mediador.

Segundo González-Casanova (2006), um conhecimento que se pretenda científico:

parte de una comunicación que articula la unidad en la diversidad [...] assume los problemas de comunicación que se dan frente a un sistema autoritario de dominación y apropiación, y los más desafiantes que se dan en el interior de las fuerzas alternativas [...] toma en cuenta la actual reestructuración, desestructuración y construcción de conceptos por sujetos sociales y cognitivos de especialistas y de no especialistas (GONZÁLEZ-CASANOVA, 2006, p. 210-211).

Diante de uma crescente indefinição de paradigmas estimulada pelas *ciencias della incertidumbre* (ROITMAN-ROSENMAN, 2006) faz-se necessária a definição de conceitos que ocupem um lugar político no campo de tensões sociais contemporâneas. Esses conceitos permitirão instrumentalizar a ação política da pesquisa com perspectivas éticas, proporcionando que homens e mulheres se estabeleçam como sujeitos articuladores das ciências sociais, de modo a evitar um novo tipo de reducionismo que consistiria em assumir subordinadamente uma lógica que privilegia o ponto de vista institucional e que impede a emergência das questões que permanecem alheias à pauta da pesquisa, estando esta condicionada à agenda governamental.

## 2. METODOLOGIA EM RETROSPECTO

A intenção em discutir essas questões se resume à busca por tematizar sobre a produção de pesquisa junto ao universo policial militar, tendo em vista compartilhar

procedimentos que não se referem propriamente às questões metodológicas, mas sim com as posturas do pesquisador diante de sujeitos cujo pertencimento ao topo da hierarquia militar os torna, aparentemente, tão convictos e rígidos, mas não impossibilitados ao franco diálogo. Para tanto, apresenta-se um breve relato acerca das atividades da pesquisa que motivaram este artigo.

No primeiro semestre de 2011, com o objetivo de entrevistar os coronéis que comandam as cinco escolas da PMESP e o comando sua Diretoria de Ensino e Cultura, realizei nove visitas para que seis entrevistas pudessem ser feitas, seja por cancelamento inusitado, seja pelo fato de que os coronéis eram solicitados durante o período do agendamento da entrevista. Outras situações também fizeram com que o pesquisador tivesse que retornar ao local das entrevistas, a exemplo do convite que recebera de um dos coronéis para ministrar uma palestra aos professores de uma das escolas. Também ocorreu de o pesquisador ser convidado a visitar outros espaços da instituição com vistas a conhecer mais sobre o trabalho da PMESP.

Nesta descrição, cada um dos contextos nos quais as entrevistas foram realizadas exige uma caracterização específica tendo em vista não somente a especificidade de cada uma das escolas diante do sistema de ensino da PMESP, mas, sobretudo em razão dos contextos muito particulares nos quais as entrevistas ocorreram, o que se relaciona muito diretamente ao modo como cada um dos comandantes exerce sua função.

Conforme nos indica Di Virgilio (1999)

[...] tanto se trabaje con observación como con entrevistas, es fundamental llevar un registro de todo lo ocurrido, así como de las impresiones y sensaciones de los investigadores. Las *notas de campo* son un recurso necesario, representan el modo tradicional para registrar datos procedentes tanto de la observación como de las entrevistas y permiten captar aspectos no verbales, emocionales y contextuales de la interacción. (1999, p. 96)

Foi possível notar que apesar de todos os comandantes das escolas manterem uma relação ligeiramente informal com os demais membros da corporação, considerando-se o ambiente de hierarquia, é possível perceber que nas escolas que ocupam os níveis



mais altos no sistema de ensino (APMBB, CAES e DEC) a sisudez da equipe ganhava relevo.

A referida sisudez se explica, entre outros aspectos, pela relação que caracterizou o primeiro contato entre o pesquisador e os respectivos coronéis. A demasiada atenção ou o explícito desconforto diante do pesquisador manifestavam o inconveniente da pesquisa nesses espaços, muito embora a DGE (2010) estabeleça como fundamento da política de ensino na PMESP a valorização do fomento à pesquisa.

Entretanto, a primeira consideração geral a ser feita com relação às entrevistas realizadas com os coronéis comandantes das escolas de formação da PMESP, diz respeito ao fato de que nelas prevaleceu o pensamento reflexivo. A perspectiva do diálogo pretendida pelos coronéis diante do pesquisador orientou a apresentação das questões das entrevistas, não de maneira estanque ou isolada, isto é num tom formal de perguntas e respostas, mas sim colocadas de maneira a respeitar as temáticas que ao longo das extensas respostas dos coronéis se destacavam em relação às questões previstas, porém, respondidas de modo não linear, o que se mostrou invariavelmente mais autêntico.

Esse modelo de entrevista aberta por completo, cujo termo ‘conversa’ mais adequadamente o caracteriza, por um lado tornou mais oneroso o trabalho de comparação entre as falas, porém, esse mesmo aspecto relacionado à forma como as entrevistas aconteceram possibilitou um ganho quanto à integralidade das falas, o que uma entrevista formal talvez não permitisse.

Previamente definidas como abertas, as entrevistas foram dimensionadas em quatro blocos temáticos. Cada um desses blocos de questões continha cerca de dez perguntas, as quais cumpriam muito mais a função de orientar o pesquisador, do que propriamente serem colocadas de modo formal. Por certo é que preparar-se para essas entrevistas exigia não só ter muitas questões a mão, mas saber colocá-las no momento oportuno e, do mesmo modo, saber reconhecer quando as respostas já atendiam outras perguntas além da que fora apresentada objetivamente.

Assim, o direcionamento das entrevistas para a perspectiva de ‘conversas’ se deveu, em grande medida, ao fato de que todos os coronéis se posicionaram diante do sociólogo-pesquisador, e que a Sociologia em sua expressão tipicamente crítica – e de certa forma avessa ao trabalho da polícia – foi considerada em todas as entrevistas. Essa

ocorrência permite considerar que há também por parte dos policiais militares algum estigma com relação ao sociólogo, o que possivelmente se explique pela atitude impertinente e crítica desse profissional.

Todavia, parte-se do pressuposto que

La espontaneidad en la conversación colabora a contrarrestar la concepción del marco del investigador. En ese contexto, la no directividad debe entenderse como el resultado de una relación socialmente determinada, en la cual cuentan la reflexividad del entrevistado y el investigador. También, es necesario incorporar al estudio las condiciones bajo las cuales se produce la entrevista, ya que ésta, como dice Guber (1991), es también una instancia de observación. (Di VIRGILIO *et al.*, p. 95-96)

Outra observação relevante refere-se ao fato de que dos seis coronéis entrevistados, três já estiveram no comando de outra escola da PMESP, o que os possibilitou falar de maneira mais difusa sobre o ensino na corporação e não de forma própria ou exclusiva em relação à escola que esses coronéis comandavam no momento.

Dado o caráter reflexivo das entrevistas, não foi possível desenvolvê-las de modo linear, ou seja, reproduzir a mesma sequência de questões em cada uma delas. Cada coronel abordou o pesquisador de uma maneira específica, levando-o por vezes a fornecer respostas às indagações dos coronéis para então criar as condições necessárias à apresentação de uma nova questão.

Mesmo de modo não regular, muitos dos temas propostos, quando não respondidos diretamente, eram considerados indiretamente nas respostas a outras perguntas, podendo ser sistematizados em conjunto.

A maneira como se processaram as entrevistas/conversas também procuraram dotar-se metodologicamente do mesmo arcabouço teórico que orientava a pesquisa. A adequação exigiu, portanto, atenção especial a toda uma ordem de expressões (gestual, discursiva e tensional), sempre simbólicas, mas diretamente relacionadas ao objetivo, este nunca distinto dos espaços (mesmo os mais preliminares ou informais) que compuseram o universo do trabalho de campo.

### **3. CAMINHOS EM CONTRAPONTO: OUTROS DOIS TRABALHOS ACADÊMICOS DISTINTOS SOBRE A POLÍCIA MILITAR**

A construção de uma tese de doutorado costuma exigir do pesquisador sempre um tempo maior do que efetivamente se dispõe para esse fim. Para além do tempo, o volume de material de pesquisa também incide problematicamente sobre as expectativas do pesquisador. Seja o volume abundante ou escasso, o pesquisador é sempre confrontado com o fato de que nenhum dos materiais em específico versa exatamente sobre aquilo que é objetivo de sua tese. Assim, com um tempo determinado e diante de um volume inespecífico de material relacionado à tese, torna-se necessário questionar o que é preciso escolher? Ou ainda, do que se escolhe, a que é preciso dar relevância?

Entre os materiais recolhidos para a tese, outras teses são sempre muito bem vindas, porque ajudam a fundamentar os argumentos próprios, mas especialmente por apontarem os caminhos de seu autor, invariavelmente semelhantes ao nosso; oferecendo-nos grandes esperanças em concluir a pesquisa.

Na construção de minha tese, dois trabalhos acadêmicos contribuíram enormemente com os elementos apontados acima, entretanto, a principal contribuição consistiu em se contraporem a minha pesquisa no que tange a aproximação com os sujeitos da pesquisa, também policiais militares.

A dissertação de mestrado “O policial militar em tempos de mudança: *ethos*, conflitos e solidariedade na Polícia Militar do Estado de São Paulo”, defendida no PPGAS, UnB, em 2006, de autoria de Graeff, busca representar a transição vivida pela polícia militar a partir da percepção de seus membros acerca de mudanças e permanências em seu cotidiano, comparando passado e presente da corporação.

A despeito das considerações acerca do objetivo dessa dissertação, chama a atenção o fato de a autora ter vivenciado um intenso processo de negociação para que o trabalho de campo pudesse ocorrer, destaque-se o título de um dos capítulos intitular-se “Uma – não tão breve – digressão sobre meu encontro com a Polícia Militar”.

A digressão acerca do processo pelo qual a autora estabeleceu as diretrizes da pesquisa – desde o contato para a autorização, até o momento das entrevistas com oficiais – foi permeado de desconfiança por parte da pesquisadora à medida que esta, ora não acreditava ser possível o acesso da pesquisadora, ora desacreditava na possibilidade de encontrar respostas autênticas de seus entrevistados.

Desse modo é com certa satisfação que Graeff relata:

A abertura institucional que me foi dada era tão sensível que, por contraste, tornou cada vez mais evidente o quanto eu havia preparado meu espírito para todo tipo de resistências e empecilhos que esperava encontrar em campo. [...] Embora essa possa parecer a fantasia íntima de todo pesquisador, por vezes me vi tentada a interpretar minha invisibilização como parte de uma elaborada estratégia conspiratória para tornar a pesquisa inviável. (p. 18-19)

Distintamente de Graeff, em minha pesquisa procurei ao máximo que os contatos ocorressem de modo informal (para desgosto de meu orientador), mas por ter desenvolvido pesquisas anteriores, dispunha de contatos com oficiais da PMESP de cidades do interior do Estado, o que me permitia ter acesso direto aos telefones dos gabinetes dos comandantes e o nome, ao menos de um capitão, para citar como referência.

Também no momento inicial apresentava-me como pesquisador-doutorando e não negligenciava qualquer propósito da pesquisa, no entanto não me ocupei inicialmente em agendar entrevistas, mas sim “conversas”, pois queria antes me apresentar aos oficiais da PMESP, pois tinha certeza que conseguiria o acesso, mas sabia que esse dependia de um primeiro encontro no qual as “suspeitas” por parte dos entrevistados ou de seus assessores – no caso, também oficiais – pudessem ser desconstruídas pela assunção por parte do pesquisador de suas premissas e objetivos.

Assim, percebi que o equivalente da desconfiança de Graeff com relação à autorização para a pesquisa, no meu caso representou apenas uma insegurança – que posteriormente se confirmou de modo negativo – em relação à autorização obtida, pois dado que o contato para a autorização foi informal, apesar de posteriormente formalizado por meio de ofício, a confirmação de autorização também foi informal, materializada simplesmente num *email* o qual se destinava a todos os comandantes que inicialmente eu pretendia entrevistar.

Refiro-me à confirmação e autorização da pesquisa como insegurança, confirmada negativamente, pelo fato de que ao longo da pesquisa pretendia realizar novas entrevistas além das que realizei com os coronéis, e depois do tempo necessário a análise preliminar das primeiras entrevistas, e da passagem de 2011 para 2012, o que implicou na mudança de todos os comandantes de seus postos anteriores, fui obrigado a obter nova autorização a qual me exigiu um esforço significativamente maior em relação ao primeiro contato, mesmo que muitas das pessoas a quem contactava recordassem da minha presença nos batalhões. Por fim, foi necessário, além de nova formalização do pedido de

autorização para a pesquisa, um apelo direto a um dos coronéis entrevistados solicitando sua intervenção junto ao comando geral.

Se por um lado a segunda autorização foi demorada, por outro penso que ela só se tornou viável por ter sido o contato anterior marcado pela informalidade, a qual me deu acesso a endereços eletrônicos e número de telefones celulares dos coronéis, mas também por ter sido marcada pela absoluta franqueza nas próprias entrevistas (que prefiro chamar de conversas) nas quais alguns enfrentamentos de perspectivas ideológicas criaram certo constrangimento, mas foram decisivas para que um diálogo verdadeiro se realizasse. Ou seja, a despeito da pretensa neutralidade do pesquisador, é notória a diferença de perspectivas entre um sociólogo e um policial militar, de modo que a prerrogativa da diferença deva ser assumida para que a entrevista não se constitua em diálogo vazio composto de frases prontas<sup>100</sup>; destarte essas eram os principais pontos de enfrentamento nas entrevistas, dado que embora eu as aceitasse, elas me abriram possibilidades claras de questionamento a partir do qual o enfrentamento de posições se estabelecia.

Outra diferenciação, com relação aos receios de Graeff no desenvolvimento de sua pesquisa, é dada pelo fato de que em nenhum momento me preocupei com a autenticidade ou não das respostas dos comandantes da PMESP. Ocupava-me sim em distinguir nessas respostas a imensa receptividade e acolhimento, seja em meu trânsito e acesso aos espaços dos batalhões, seja nas falas dos coronéis, que faziam questão de demonstrar tanto seus conhecimentos e interesses no campo das ciências sociais, como também em registrar seu reconhecimento em relação à importância das pesquisas<sup>101</sup>, além das tentativas de colocar em prática muitos desses conhecimentos.

Essa familiaridade forjada pelos oficiais com o pesquisador tornou-se nítida e contribuiu na confirmação de uma das hipóteses centrais da pesquisa, a qual questionava, especialmente em razão da orientação foucaultiana da tese, as amplas e disseminadas estratégias “dissimuladoras” dos mecanismos e dispositivos de segurança,

---

<sup>100</sup> Como exemplo, entrevistei um coronel que também fora entrevistado por Graeff e fui surpreendido ao ler em citações das falas desse coronel a mesma e exata frase (citação de Milan Kendera) para representar a maneira como devemos “olhar” para momentos históricos anteriores.

<sup>101</sup> Destaque-se o fato de que na manhã que iniciei a primeira dessas entrevistas, a *Folha de S. Paulo* havia publicado matéria sobre a utilização indevida de dados criminais por parte do **sociólogo**, então Coordenador de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, disponibilizando-os a empresas seguradoras. Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0103201101.htm>

o que já havia sido levantado em minhas pesquisas anteriores ao verificar que, por exemplo, a filosofia de policiamento comunitário em seu escopo central remete à tentativa deliberada de reconstruir a imagem da polícia diante da sociedade, limitando sua realização ao simulacro da segurança efetiva, que implica necessariamente segurança e garantias em relação as práticas dos próprios agentes de segurança.

Doravante, é preciso destacar que tamanho acolhimento por parte dos policiais, sugeria a tentativa de me “vencerem pelo cansaço”, pois a despeito da apresentação clara dos objetivos da pesquisa e dos termos das entrevistas, em cada uma delas fui de um modo específico sobrecarregado por demandas dos comandantes. Um deles só permitiu o início da entrevista e a ligação do gravados após mais de uma hora de questionamentos acerca de minhas posições políticas e político-partidárias; outro chegou para a entrevista acompanhando de mais dois oficiais, oferecendo-me oportunidades de conhecer diversos espaços da corporação, estendeu o que seria uma entrevista de uma hora e meia para nove horas; outra ainda convidou-me a participar de diversas atividades no interior da escola sob seu comando (de colação de grau, ensaio de banda musical, formatura, fui também por esse comandante convidado a proferir uma palestra a seus oficiais) exigindo-me três visitas à corporação para poder por fim realizar a entrevista.

Cabe ainda salientar que as restrições a informações em entrevistas com policiais não são objeto específico de regulamentação por parte da corporação. Apesar de pertinente, a observação de Graeff (2006) acerca do incômodo em relação ao registro de suas respostas às entrevistas (p. 23-24) pode ser reinterpretada diante do fato de que nas entrevistas com comandantes, a precaução quanto à gravação dos depoimentos variava: enquanto uns afirmavam “estar falando em nome da instituição”, como se dissessem: “o que eu digo não é o que penso, mas sim o que a minha posição frente à corporação exige que eu fale”; em posição diametralmente oposta outros coronéis justificavam que expressavam sua posição pessoal e afirmavam “estar falando em seu próprio nome”, como se quisessem dizer: “essa é apenas a minha opinião, o que manifesto não representa necessariamente a compreensão da instituição”.

Curiosamente, os dois posicionamentos dos entrevistados não encontravam equivalente nas falas. Ou seja, as respostas eram muito semelhantes entre os que diziam “falar em nome da corporação” e também entre aqueles que diziam “falar seu próprio

nome”. Entretanto, ambas se coadunavam na tentativa de promover certa defesa diante de eventuais represálias, mesmo sendo esses comandantes coronéis.

Outro trabalho acadêmico de referência para a construção de minha tese, no sentido do oferecimento de um contraponto quanto à metodologia foi a tese de doutorado “Polícia e Sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas no cotidiano policial”, defendida na FAFICH, UFMG, em 2005, de autoria de Barros, busca tratar das questões relacionadas ao trabalho da polícia frente a mitificação das ações policiais, tanto ações consideradas ousadas, como tediosas; centrando-se na compreensão dos policiais acerca do que vem a ser “fazer policiamento”.

Interessado nas mudanças preconizadas pela filosofia de policiamento comunitário, Barros acompanhou por mais de um ano as atividades de patrulhamento e as atividades no quartel, bem como participou de encontros informais com policiais. Filho de um praça da Polícia Militar de Minas Gerais, o autor declara manter uma relação afetiva quanto ao tema da pesquisa, o que embora tenha correspondido a manutenção do pertencimento ao tema, por outro lado dificultou, em certa medida, o acesso a dados.

Optando por compreender a ascense da vida policial e dispondo de conhecimento prévio das rotinas da polícia militar, o autor opera sua pesquisa mediante um envolvimento que lhe permitiu participar das operações em Zonas Quentes de Criminalidade (ZQCs), acompanhar as atividades da PM2, setor de investigação da Polícia Militar no qual os policiais, sempre à paisana, atuam no quartel com vários recursos documentais e de comunicação, e também nas ruas em Postos de Observação e Vigilância (POVs).

Barros admite não ser possível a quem não tivesse o lastro paterno, do qual ele pessoalmente dispunha, ter a oportunidade de acompanhar de modo tão próximo e completo tais atividades. No entanto, não se furtou, também por desconfiança, a realizar atividades da pesquisa de modo não integrado aos policiais, mas reconhece não ter havido nenhuma mudança no comportamento dos policiais, o que talvez se deva ao fato de, para além da liberdade de circulação entre os policiais – a ponto de ser sistematicamente identificado como um deles – com sua interação cotidiana junto à polícia passar a ser convidado a participar de atividades sociais da vida particular dos policiais.

Por fim, é necessário destacar que a proximidade ao mesmo tempo em que facilitava o acesso às informações necessárias a pesquisa, trazia inúmeras inquietações relacionadas à história pessoal do pesquisador, o que em certa medida afetava seu discernimento a respeito do tema investigado.

A despeito da variedade de instrumentos, do prolongado trabalho de campo, da garantia de acesso privilegiado a uma variedade significativa de atividades policiais, as questões metodológicas destacadas nesse segundo ponto da introdução da tese de Barros, qual seja, “O contexto da investigação: metodologia e procedimentos” chamam a atenção pelo fato de que ocupam um “lugar de pesquisa e do pesquisador” diametralmente oposto ao de Graeff (2006), todavia sem implicar em facilidade, pois tal como referido no início desse tópico, o excesso de materiais também dificulta, ou no mínimo, onera a sistematização dos dados.

Contudo, frente a tamanha variedade de relações que se configuram entre o pesquisador e seus sujeitos, e também frente aos efeitos imensamente variados é que cada um dos tipos de relação existentes pode implicar é que se afirma a centralidade de metodologia como preocupação e posicionamento ético e político, o que se faz pertinente diante de situações de pesquisas caracterizadas tanto pelo distanciamento, quanto pela proximidade.

Nesse sentido, uma consideração acerca da etnografia contribui com o esclarecimento das desconfianças, inseguranças e instabilidades do pesquisador diante de tais sujeitos da pesquisa que são simultaneamente “comum-estranho” e “próximo-distante”, porém dotado de poder objetivo, tanto físico como intelectual.

o etnógrafo é objecto de processos de socialização local que o obrigam a evidenciar as suas inseguranças e perplexidades e a relativizar as suas origens culturais. Ele está dentro para compreender, mas ao mesmo tempo tem que estar fora para racionalizar a experiência e poder construir um objecto científico legítimo. Tem que se pensar a si próprio na relação com o outro. (CARIA, 2000, p. 5)

Dilemas entre pesquisador/sociólogo e policial/oficial não se objetivam apenas na suposta oposição entre as ideologias (de esquerda do primeiro e de direita do segundo); elas relacionam-se também e profundamente com o fato de que o sociólogo, que projeta seus estudos sobre as questões relacionadas à segurança, tendo minimamente preocupações com temas como a violência e afins, de modo que sua prática se situa no



campo da explicação, todavia sobre um objeto cuja materialidade se expressa de modo gritante, ou seja, o sociólogo está diante de uma situação pela qual algo precisa ser feito (o incômodo derivado disso lhe é fundamental), mas para o qual o seu trabalho é absurdamente distante. Nesse sentido, o policial, sobretudo oficial, lhe oferece à observação uma realidade na qual ele se projeta como protagonista do que tem sido feito e do que está para ser feito, o que diante da aparente inoperância do pesquisador, tende a seduzi-lo<sup>102</sup>.

Nos termos de Caria, o “tornar-se *intercultural*” como premissa da antropologia, vale também para experiências de pesquisa de campo em instituições policiais militares

Aliás, é devido a esta filiação que não entendemos o posicionamento daqueles que defendem para a ciência uma imparcialidade explicativa (não confundir com neutralidade observacional), pois o lugar de fronteira que sustentamos não é vazio de valores e interesse pelo mundo [...] Existem algumas estratégias de investigação que estão mais próximas da etnografia porque não cultivam, forçosamente, uma relação de exterioridade com o objecto em estudo. (CARIA, 2000c, p. 6-7)

Portanto, trata-se de admitir e considerar as inúmeras e permanentes influências produzidas na própria relação com os sujeitos da pesquisa, objetivando a reflexividade necessária à ampliação dos termos da análise à sua dimensão ética e política, o que significa reconhecer os termos da alteridade na prática da pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Confrontando a metodologia utilizada e os resultados da pesquisa, posso afirmar que embora tenham confirmado a validade dos conceitos orientadores da tese, a análise não se furtou a problematizar e conhecer uma realidade. Ou seja, não se partiu da

<sup>102</sup> Durante o trabalho de campo fui convidado por um dos coronéis entrevistados a participar de um evento promovido pela PMESP sobre “abordagem policial”. O evento contaria com a participação de oficiais e estudiosos da segurança pública. Aceitei o convite, mesmo considerando os custos de remarcar uma passagem aérea. No entanto, alguns dias depois o evento foi cancelado pelo Comando Geral da PMESP, mediante justificativa dada pela sobreposição de eventos, pois nas mesmas datas ocorreria na cidade de São Paulo o “*International Security Fair*”, evento eminentemente comercial para divulgação das novidades tecnológicas para a área de segurança. Assim, o coronel, motivado por garantir minha fala, organizou uma atividade específica na qual eu palestrei para cerca de 40 policiais, a maioria composta por oficiais e professores de uma dos órgãos de ensino da PMESP. Nesta palestra abordei, apesar do tema indicado pelo coronel (Imagens pré-concebidas e risco na atuação policial), enfaticamente os conceitos de **reificação** e **fetichismo** aplicando-o às questões da atuação da polícia; o tratamento do tema, sobretudo em razão da combinação entre a descoberta do conceito de **reificação** pelo coronel e por sua indignação frente ao cancelamento do evento acadêmico em privilégio do evento comercial, o motivou a convidar-me para escrever um artigo sobre “o fetichismo das mercadorias de segurança”.

convicção segundo a qual se pretendia dogmaticamente confirmar a teoria, nem mesmo interessava a possibilidade de que o contato com a realidade demonstrasse os limites da teoria, pois não estava em jogo um simples “teste” no qual se avaliaria a força explicativa da teoria ou a resistência à explicação por parte da realidade, mas sim o que estava em jogo era uma relação entre sujeitos e instituições (as quais pertencem pesquisador e policiais) sobre os quais se projetam expectativas de conhecimento mútuo.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

ALTVATER, Elmar. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER, A. et alli **A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto/Corecon, 1999.

BARROS, Lúcio Alves de. **Polícia e Sociedade**: um estudo sobre as relações, paradoxos, dilemas do cotidiano policial. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 2007 (Coleção Estudos: 20).

CARIA, Telmo. A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteira. In: CARIA, T. (org) **Experiência Etnográfica em Ciências Sociais**. Porto: Afrontamento, 2003.

DI VIRGILIO, María Mercedes; FRAGA, Cecilia; NAJMIAS, Carolina; NAVARRO, Alejandra; PEREA, Carolina M.; PLOTNO, Gabriela S. Competencias para el trabajo de campo cualitativo. **Revista Argentina de Sociología**. Año 5, N<sup>o</sup> 9, (2007), pp. 90-110

GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo. Problema conceptuales en Ciências Sociales y Ciências del lenguaje. In: GONZÁLEZ-CASANOVA, P. & ROITMAN-ROSENMAN, M. **La formación de conceptos en Ciencias y Humanidades**. México: Siglo XXI Editores, 2006.

GRAEFF, Beatriz Porfírio. **O policial militar em tempos de mudança**: ethos, conflitos e solidariedade na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Universidade Nacional de Brasília, 2006.

RIBEIRO, António Sousa. A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira. In: SANTOS, B.S. (org) **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROITMAN-ROSENMAN, Marcos. Ciencias de la certidumbre y ciencias de la incertidumbre. In: GONZÁLEZ-CASANOVA, P. & ROITMAN-ROSENMAN, M. **La formación de conceptos en Ciencias y Humanidades**. México: Siglo XXI Editores, 2006.

## Se é futebol, é masculino?<sup>103</sup>

CLÁUDIA SAMUEL KESSLER

### RESUMO

Comumente, em referência a atletas de futebol, evoca-se uma masculinidade tradicional (BONINO, 2008), definida como modelo social hegemônico. No presente artigo, refletir-se-á sobre a chamada "área reservada masculina" (MAGUIRE & DUNNING, 1997), considerada como relevante à manutenção das estruturas patriarcais. A partir de coberturas jornalísticas veiculadas na mídia brasileira e dados etnográficos de pesquisa com jogadoras do Rio Grande do Sul, procurar-se-á entender como as características consideradas masculinas aparecem e de que forma influenciam nas práticas por elas realizadas.

**Palavras-chave:** Masculinidade. Feminilidade. Futebol.

O esporte, apresenta-se como um espaço social bastante generificado. Enquanto alguns esportes ainda possuem marcações de gênero acentuadas, outros - como o turfe, por exemplo - apresentam um borramento em relação ao gênero (ROJO, 2007). Na grande maioria das práticas esportivas, mulheres e homens competem separadamente. As ênfases em relação às suas performances também são diferenciadas. Para eles: atributos ditos viris; para elas, atratividade sexual e beleza. Equipes mistas são formadas eventualmente, para exposições amadoras ou torneios de confraternização. Porém, em termos competitivos frequentemente os gêneros são separados.

Masculino ou feminino. Alto ou baixo. Forte ou fraco. Sobressaindo-se ao jogo de dicotomias, o esporte revela uma arena de demonstração de habilidades e performances. Na atualidade, a competitividade é a principal marca do esporte de alto rendimento. Com constantes reformulações e com a criação de novos produtos esportivos ou de ídolos atléticos, novos recordes são impostos e as vitórias revigoram o esporte-espetáculo.

Longe dessas definições espetaculares, o futebol de mulheres<sup>104</sup> é ainda uma modalidade que vislumbra, ao longe, alcançar um *ethos profissional*<sup>105</sup>. As apresentações

<sup>103</sup> Este artigo é resultado de apresentação realizada no IV Seminário Nacional Sociologia e Política: Pluralidade e garantia dos direitos humanos no século XXI, realizado de 25 a 27 de setembro de 2012, em Curitiba (PR), Brasil.

<sup>104</sup> Em minhas recentes produções acadêmicas, tenho utilizado a expressão "futebol de mulheres" com o intuito de trazer à tona a reflexão sobre a feminilidade que se deseja que as mulheres apresentem dentro

futebolísticas dessas jogadoras ainda são vistas como insuficientes para a obtenção de êxito em investimentos, e eis um dos porquês da constante busca por modelos de sucesso, que resultem em imagens atléticas financeiramente rentáveis. Não se pode negar que o esporte-espetáculo ou profissional visa a lucros mercadológicos, e para isso, precisa de boas mercadorias. “Sim, decididamente, fazer de alguém um homem requer, de igual modo, investimentos continuados. Nada há de puramente “natural” e “dado” em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura” (LOURO, 2008, p. 18).

Mesmo sem apresentar as características que tradicionalmente sejam consideradas como vencedoras, há atletas que demonstram superar os esteriótipos (sociais e de gênero) construídos no decorrer dos processos históricos esportivos ocidentais, demonstrando que diversos fatores podem lhes fornecer o privilégio de ocupar o primeiro lugar dentre os demais. A ênfase na vitória não pressupõe gêneros específicos. Ser “feminina” ou ser “masculina” parece ser muito mais uma definição de relevante apelo sexual do que potencializadora de performances esportivas.

Constantemente, baseados em um discurso de equiparação da competitividade, homens e mulheres são distinguidos no discurso midiático e social pelas análises biológicas. Com desigual ênfase aos caracteres que enaltecem uma masculinidade única, privilegiam-se características tais como força e velocidade (ao invés de resistência e elasticidade). No futebol, por exemplo, as performances “masculinas” são tomadas como

---

do campo esportivo. A utilização da expressão “feminino” carrega referências ligadas à sexualidade e à feminilidade normativamente impostas. Quando se fala em “futebol feminino” a expressão “feminino” me parece de uma certa forma invisibilizar as constantes imposições da performance “masculina” como norma na preparação e concepção do futebol praticado pelas mulheres. A diversidade de expressões, as diversas feminilidades existentes parecem ser reduzidas, uniformizadas e invisibilizadas. “Futebol feminino” parece ser uma expressão de possível emprego quando ao feminino forem associadas as características vencedoras das performances masculinas.

A utilização da expressão “de mulheres” também proporciona uma reflexão à corriqueira utilização da expressão “meninas”, frequentemente utilizada como referência às mulheres no esporte, fragilizando-as como ídolos esportivos, referenciando-as como crianças, meninas, moças. Os ideais de beleza, ligados à juventude, em contraposição à experiência ou velhice, também trazem a ideia de alguém que necessita de orientação, pois ainda carece de experiência. Em parte, talvez se possa associar esta ideia ao ingresso tardio das mulheres no futebol.

<sup>105</sup> Costa (2007, p. 39-40), tendo como referência os estudos de Dunning (1985), define *ethos profissional* da seguinte maneira: “Esse esporte é marcado pela maciça presença de competitividade, pela orientação cada vez maior para resultados, pela presença de regras bem definidas, pela organização centralizada capaz de gerir um crescente número de funções que se acumulam na prática do esporte, pela presença de valores pecuniários em todos os níveis de relacionamento e pela atenção especial ao espectador”.

referenciais. Até mesmo as mulheres valorizam os capitais corporais das performances masculinas, reconhecendo-as como modelo ideal. Jogar como um Neymar ou ser um “Pelé de saias”: o que explicaria essas comparações?

Percebe-se claramente que no imaginário brasileiro o futebol foi e tem sido construído como um esporte de reforço do que hegemonicamente é entendido como “a” masculinidade. O masculino representa as características de virilidade e de reafirmação inclusive da heterossexualidade. Masculinidade e feminilidade são constantemente apresentadas na mídia esportiva como modelos únicos, sem variações ou gradações. Ou você é, ou não é.

O mais forte, o mais alto, o mais esperto, o mais bem pago. Na atualidade, nem sempre “o mais” é sinônimo de sucesso esportivo. O equilíbrio, a moderação entre as diversas habilidades (as reconhecidamente masculinas ou as femininas) pode ser uma relevante conjunção, capaz de fornecer o tão procurado status de vencedor ou vencedora. Vencer significa não apenas reviver simbolicamente, mas na sociedade capitalista também significa a possibilidade de obter novos investimentos, de renovar ou de solidificar as carreiras esportivas.

Ter o privilégio de praticar um esporte profissionalmente e viver apenas deste exercício é uma conquista de poucos atletas brasileiros. Em território nacional, grande parte dos altos salários divulgados na mídia são de jogadores de futebol. Enquanto a profissionalização do futebol praticado pelos homens parece ter se solidificado, a prática das mulheres ainda ostenta um *ethos amador*<sup>106</sup>, em que não existem clubes estruturados ou significativos apoios governamentais. A grande maioria das jogadoras vive de ajudas de custo (sem salário ou carteira assinada) e as equipes brasileiras têm custeado seus gastos mediante parcerias com prefeituras (que podem ou não ser renovadas a cada mandato eleitoral, possivelmente comprometendo a continuidade de trabalhos iniciados).

---

<sup>106</sup> A partir de Costa (2007, p. 54), pode-se definir o *ethos amador* da seguinte maneira: “Antes, cabe ressaltar que a referência ao termo ‘estrutura arcaica e paternalista’ na condução esportiva remete, no presente trabalho, ao modo de condução do esporte centrado no favoritismo, em que os interesses pessoais suplantam os interesses em prol do desenvolvimento auto-sustentável da modalidade. ‘Amadorismo’ não está sendo empregado como sinônimo de ‘estrutura arcaica e paternalista’, mas, sim, como um resquício da estrutura societária anterior à da modernidade que, quando mantido na estrutura profissional atual, contribui para o aparecimento e a manutenção de ‘estruturas arcaicas e paternalistas’. O termo ‘amador’ está sendo empregado sociologicamente, conforme teorizou Elias”.

Podemos aproveitar, portanto, para ressaltar que mesmo com a mudança de papel da mulher ocidental contemporânea, cidadã e consumidora, muitos dos seus direitos em relação à igualdade de acesso a oportunidades ainda são cerceados (principalmente os referentes à esfera esportiva). Muitas das conquistas em relação à visibilidade das mulheres brasileiras são resultantes das discussões propostas pelo movimento feminista. Devido às mudanças no papel social das mulheres e sua inserção no mercado de trabalho, houve também mudanças quanto à forma de tratamento recebida. Estas mudanças, entretanto, parecem ser vetadas por redes de poder instituídas.

O aumento da participação em esferas tais como o parlamento brasileiro (SOW, 2010) é evidente, porém, a ocupação de espaços de poder ainda é insuficiente. Em termos de democracia política, a Carta Magna de 1988 permitiu às mulheres uma importante ampliação de direitos (SOW, 2010), porém, não em todas as esferas. No próprio futebol de mulheres, percebe-se uma melhor aceitação em relação à prática da modalidade, porém, ainda não há investimentos que suficientemente propiciem mudanças significativas na estruturação dessa prática.

Pode-se evidenciar também uma grande lacuna em termos de posições sociais ocupadas por mulheres na presidência de clubes esportivos. Nas produções acadêmicas brasileiras atuais, dos anos 2000, observa-se um aumento no enfoque relacionado à questão do gênero nos esportes. Porém, grande parte dos estudos ressaltam apenas a questão do gênero nas performances dentro das quadras ou campos, e não nas suas atuações políticas na dirigência de clubes ou equipes.

Essas reflexões acadêmicas relacionadas às mulheres e ao campo esportivo, em grande parte podem também ser vinculadas ao término de vetos governamentais que restringiam diversas práticas esportivas realizadas por mulheres. Com os ganhos políticos, restringir-lhes a prática esportiva seria uma atitude vista como incoerente ou como resquício do patriarcalismo (porém, a quase inexistência de estruturas e a impossibilidade de seu desenvolvimento não parecem ser tão incoerentes, tendo em vista a falta de ações políticas visando à minoração dessas desigualdades).

São exaustivas as referências acadêmicas ao decreto-lei nº 3.199, que datava da época do governo Getúlio Vargas e que vigorou até o final da década de 1970, vetando a prática de diversos esportes considerados “incompatíveis à natureza feminina”. O início dos anos 1980 aparece nos textos como o início de uma nova etapa, mas nem tão nova

assim. O aumento no número de praticantes esbarrou (e ainda esbarra) em aspectos culturais relacionados à discriminação e aos esteriótipos relacionados às mulheres como desportistas.

Difícilmente se poderia afirmar que no Brasil há uma política esportiva democrática. Pode-se perceber, num geral, uma incrível disparidade entre práticas esportivas de homens e mulheres. Evidencia-se também uma marcante diferença tanto em termos financeiros quanto de visibilidade entre o futebol e as demais modalidades esportivas em território nacional. Grande parte dos demais esportes possuem espaços na mídia apenas quando possuem campeões em nível internacional.

Knijnik e Soares (2004) identificaram que a mídia apresenta as representações tradicionais de gênero em sua grade de programação, ressaltando os esteriótipos de masculinidade e feminilidade nas performances atléticas. Para Knijnik e Souza (2004, p. 3) "(...) o esporte parece ser o panorama ideal para que se reafirmem normas e tradições a respeito de como se comportar com o corpo, e das formas corporais e comportamentais adequadas de ser homem, ou mulher". Conforme os autores, é a mídia quem cria os códigos sociais, repercutindo os discursos dominantes e direcionando o sentido do fluxo das representações sociais que constituem os sujeitos.

Exemplos bastante próximos, por exemplo, podem ser percebidos na exposição realizada pela mídia gaúcha sobre a Associação Desportiva Feminina, entidade localizada em Porto Alegre (RS). Conforme a matéria publicada no encarte Donna ZH, em 5 de agosto de 2012, este seria um time diferente pelos seus atributos visuais e sociais, com garotas jovens, bonitas e solteiras.

O início da matéria intitulada "*Gatas de chuteiras*" ressalta a "profusão de cores" do "pelotão rosa", com "*babylooks* delicadas" e o "multicolor artificial das unhas e faixas de cabelo". Faz referência também ao uso dos "shortinhos" e afirma que, "Livres das formalidades de laterais, volantes ou meias-armadores, elas se movem como dois exércitos um tanto caóticos de defensoras contra atacantes, e com facilidade as primeiras se tornam as segundas. Vai do local para onde a bola corre, perseguida por todas" (FONSECA, 2012, p. 8). A matéria, produzida como frequentemente são as que costumam falar sobre o futebol de mulheres, ressalta reforços à heterossexualidade e à sensualidade.



Em um dos perfis das jogadoras, por exemplo, ela é descrita como "de cabelo esvoaçante, voz de menina e vestidos de tamanho proibido em estádios de futebol". Sobre a prática esportiva como constituidora da estética e modeladora de corpos, Fonseca (2012, p. 12) provoca: "Na noite, ganha uma janelinha o homem que adivinhar que as panturrilhas sobre os saltos são esculpidas ao longo da semana nas quadras de Porto Alegre". Pode-se entender melhor essa representação da mulher no futebol a partir de Alvito (2011), para o qual,

No caso do gênero, a reprodução das estruturas funciona como um crime quase perfeito. Não se estimulam as meninas a jogarem futebol. Alguém já viu uma menina ganhar uma bola de presente de aniversário? (...) Quando ela vier a fazer isso já terá passado algum tempo e a diferença técnica dela em relação a eles será gritante. Ou seja, ela acabará se transformando em motivo de chacota e em mais um exemplo de que mulher não sabe jogar futebol... Quando nascer uma menina, já que mulher 'não sabe jogar futebol', ninguém vai lhe dar uma bola de presente e assim o ciclo se completará (ALVITO, 2011, s.p.).

Em Medellín, na Colômbia, apresentadoras de televisão e estudantes fizeram um time que se chama "Divas", que participa de exposições beneficentes (UOL NOTÍCIAS, 2012). Uma das jogadoras que foi entrevistada para a matéria jornalística, a ex-modelo Luz Maria Díez, de 35 anos, afirmou que "A maioria de nós joga maquiada, porque vem do trabalho, dos desfiles. Estamos penteadas, maquiadas e com unhas postiças". Como requisitos do time, esta jogadora deixa explícito que procuram por garotas belas, atraentes, delicadas, femininas e que gostem de futebol. Afirma que em Medellín é mais fácil o recrutamento, pois há mulheres bonitas (e a cidade possui renome em relação a mulheres que participam de concursos de beleza).

Nas matérias jornalísticas, as mulheres são retratadas como sujeitos sem tanta "intimidade com a bola", mas com atributos físicos ímpares, tais como a beleza e atratividade sexual. "Ou seja, ao desejar muito o futebol, jogo enraizado como masculino na cultura brasileira, a menina estaria, na verdade, procurando dominar aquilo que é masculino, pois isto sim tem valor social, e não as suas qualidades femininas" (KNIJNIK e VASCONCELLOS, 2003, p. 10).

Sobre as relações de gênero e os papéis sociais, Ventura e Hirota (2007) apontam para a necessidade de quebra de paradigmas, como o estereótipo da mulher que habita o ambiente doméstico e o homem que ocupa o espaço público. "À mulher sempre foi aplicada a imagem de fragilidade, dependência e sensibilidade, enquanto atribui-se aos

homens qualidades como força, virilidade, garra" (VENTURA e HIROTA, 2007, p. 157). Para os autores, deve-se entender as desigualdades entre os sexos no futebol brasileiro, principalmente em relação às discriminações em relação à inserção da mulher na prática.

Isso porque um fator que pode tornar o futebol feminino menos atraente, tanto para os espectadores, quanto às meninas que repudiam ou até mesmo se interessam pelo esporte, mas que têm medo e dificuldade de lidar com os estereótipos, é a constante associação que se faz das atletas ao lesbianismo, seja por ser um esporte que representa o ideal masculino, seja pela vestimenta, que contrariamente a outros esportes, em que o marketing esportivo tem se preocupado com a confecção de roupas cada vez mais justas e curtas que valorizam os atributos estéticos das atletas como atrativo à modalidade, são roupas largas, unidas aos meios e às chuteiras, idênticos ao uniforme masculino, como também pelo comportamento, composição corporal e gestos físicos às vezes masculinizados das atletas (VENTURA e HIROTA, 2007, p. 159).

Conforme Ventura e Hirota (2008), a Educação Física seria um espaço de aprendizagem, de oportunidades para a realização da prática que, a partir do entendimento das diferenças, rompe com preconceitos e estereótipos. Porém, não apenas a Educação Física, mas os próprios espaços competitivos e de treinamentos, como ginásios e estádios, podem servir como espaços de aprendizagem, proporcionando contato com a diferença e modelando as relações sociais de gênero.

Em relação à feminilidade e masculinidade, a cientista política da UnB, Karla Joyce de Freitas Matos, aponta para algumas dificuldades geradas pela questão de gênero na trajetória esportiva de mulheres em nível profissional

A 'feminilidade' é empecilho para que se deixe de compreender muitas questões no plano esportivo e reflete, até mesmo, no apoio ou não da modalidade feminina. São muitos os que precisam impor rótulos, condutas, padrões. Para estes, belo não está na prática do esporte em si, da superação da esportista, mas no padrão de seus praticantes. E este tipo de pensamento influencia diretamente na prática do esporte em vários níveis, principalmente o de alto rendimento como ocorre no futebol feminino, que pouco apoio tem por este tipo de pensamento da classe organizadora – em sua grande maioria masculina (FREITAS MATOS, 2012, s.p.).

Mais que arena de apelos estéticos, o esporte deve ser visto como uma arena de exercício político. Ainda é fraca a participação das mulheres em esferas de poder dos clubes brasileiros e das comissões técnicas de equipes de futebol. Majoritariamente, estes espaços são comandados por homens que detêm as funções administrativas. O exercício de uma hegemonia de homens na esfera esportiva futebolística parece carregar consigo aspectos da baixa participação política nacional das mulheres na esfera legislativa. A

invisibilidade das ações públicas de mulheres em esferas de poder é tanto presente no campo esportivo quanto no político<sup>107</sup>.

Uma das hipóteses que se pode aventar, em termos de discussões, seria a de que no Brasil as questões sexuais possuem grande apelo nas diversas esferas da vida, sejam elas públicas (discursivamente) ou privadas (performatizadas). Dessa forma, a visibilidade das modalidades visibilizaria também a questão sexual, de foro íntimo. Porém, no caso do futebol, as mulheres que o praticam em grande parte recebem a denominação de lésbicas ou “sapatas”, mesmo que ainda não existam trabalhos acadêmicos que corroborem com esta afirmação via dados quantitativos.

De toda a forma, mesmo sem a existência de indícios que comprovem esta afirmação, pode-se indagar o porquê deste aspecto ser considerado como relevante ou de esta questão ser atrelada ao futebol de mulheres. Por que as mulheres que praticam este esporte carregam os estigmas desta identificação sexual, mesmo havendo homossexualidade no futebol de homens? Quais os saberes e verdades produzidos sobre estas mulheres, e quem os regula?

A sexualidade é esfera de foro particular, ligada à intimidade dos indivíduos. Todavia, no Brasil, a privacidade de atletas é constantemente invadida em comentários referentes às performances e práticas tanto de homens como de mulheres. Em relação às práticas sexuais de mulheres, o moralismo é existente sobre suas imagens sociais e esportivas. Este contínuo reforço sobre a questão sexual parece ser utilizado como estratégia danosa principalmente em relação às mulheres que invadem áreas consideradas “masculinas”, e que deveriam ser praticadas apenas por pessoas “autorizadas”, como no caso do futebol.

As reservas e autorizações são questões interessantes de serem debatidas. A suposição de existência de uma “área reservada masculina” reafirma-se com uma suposta superioridade em relação às mulheres, ao impedi-las (ou dificultar-lhes) o acesso ou prática a determinados esportes (os quais variam conforme os países analisados, devido a questões culturais).

---

<sup>107</sup> “O futebol é o espelho da sociedade, o que significa que o nosso esporte ainda é afetado pela discriminação e pela intolerância. Devemos usar o futebol para educar as pessoas, principalmente os mais jovens, sobre a importância do ‘fair play’ e do respeito”, disse o presidente da FIFA, Joseph Blatter” (ESPORTE UOL, 2011, s.p.).

O que até o momento pouco foi debatido ou aventado seria a existência de “área reservada feminina” dentro dos esportes<sup>108</sup>. Ao aceitar a existência de múltiplas masculinidades e feminilidades dentro do campo esportivo, pode-se entender que dentro das supostas “reservas masculinas” existem homens que se aproximam mais da feminilidade do que da masculinidade dominante, mesmo assim sem deixarem de ser homens. Um homem que não usa barba para jogar, seria menos homem? Uma mulher precisa ter cabelos compridos para realizar a prática esportiva?

Masculino e feminino são categorias distintivas que parecem estar muito mais fora dos sujeitos do que neles. Ao examinar com minúcia, perceber-se que cada sujeito possui tanto masculinidades como feminilidades afloradas e que ambas são estrategicamente utilizadas na superação dos desafios diários. Os usos destas características são determinados no espaço e tempo, conforme os contextos social e historicamente vivenciados.

No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e o que é ainda mais complicado admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira (LOURO, 2008, p. 21).

A incorporação de características consideradas femininas aumentam a aceitação das jogadoras pelo público, distinguindo-as; quanto mais próximas à feminilidade tradicional, maior a visibilidade midiática. A influência da mídia e das representações sexistas por elas exaltadas podem ser percebidas numa dimensão mais microscópica. Compartilho, abaixo, um trecho do diário de campo produzido com jogadoras de uma equipe da região metropolitana de Porto Alegre<sup>109</sup>.

Estávamos viajando a Erechim, para um jogo importante. De repente, uma das jogadoras aproximou-se de Lelê, uma colega da equipe que estava sentada no banco atrás ao meu, na quinta fileira, e disse que seu objetivo ao sentar ali era o de “pegar o mel” da colega, em referência à facilidade com que a colega realizava suas conquistas em relacionamentos amorosos. Revelando a ‘fórmula’ do seu

<sup>108</sup> Moura (2003, p. 84) faz algumas considerações sobre a área reservada feminina, afirmando que: “ (...) o futebol nos Estados Unidos tornou-se uma área reservada feminina, reforçando a idéia de que ‘futebol é coisa pra mulher’, bem diferente das concepções brasileiras, argentinas, italianas e inglesas, que utilizam o universo futebolístico como área reservada à classe masculina”.

<sup>109</sup> Neste relato, os nomes reais das jogadoras foram suprimidos e substituídos por outros, de escolha aleatória.

charme, Lelê retribuiu respondendo: 'Faz chapinha', indicando que as características estéticas, como um 'bom' cabelo, ou um cabelo bonito, poderiam ser importantes na arte de conquista. A seguir, complementando, uma outra garota que estava escutando a conversa, em tom de gozação, disse: 'Imagina a Lelê, além de chapinha, usando de saia', em tom de gozação, como que dizendo que seria uma roupa que não se adequaria ao estilo dela, algo inimaginável. Lelê é uma jovem com 20 e poucos anos, anda sempre com moletons e roupas largas, às vezes usa boné.

Após algumas horas de viagem, na metade do caminho paramos em um restaurante na beira da estrada. Após todos já terem feito suas compras, alguns esperavam do lado de fora do ônibus. Uma das garotas, que parecia entediada com o silêncio do grupo naquele instante, fez um comentário sobre a aparência de Amanda: 'Alpargata e argola, eim?', e ela disse "Estilo é pra quem tem", e a colega retrucou 'Me avisa quando o teu chegar, que isso aí que tá na tua orelha (o brinco) tá parecendo prendedor de toalha (de tão grande)'. As referências sobre a estética e atributos de feminilidade constantemente vêm atreladas a referências de marcas ou de qualidade de produtos. Na volta da viagem alguém disse que encontrou uma medalha com um F floreado, e estava tentando encontrar a quem pertencia. Kari disse que era a Fernanda, e esta respondeu: 'Não ando com latão'. 'Aé, ela só anda com ouro branco', brincou Kari. Até mesmo a comissão técnica fez algumas considerações em relação a feminilidade. Um dos integrantes afirmou que uma ex-jogadora havia aparecido no seu trabalho com uma roupa toda apertadinha, 'gatinha', e veio direto dando em cima dele, para tentar convencê-lo sobre uma proposta. Disse que ela chegava muito próximo e ele performatizou o distanciamento criado como se colocasse o joelho à frente, na altura do peito, quase como um alongamento, mas com o intuito de fisicamente afastar a mulher. Ele revelou sua estratégia de fingir-se interessado e deixar ela falar, mas disse que perdeu muito tempo, pois ela o 'prende' por 40 minutos.

A convivência em grupo serve bastante como meio de disciplina do corpo e também de hábitos. Quando estávamos com o grupo, aguardando o início do jogo, uma das meninas estava com sua escova, passando para ir ao banheiro, e ao cruzar por uma das colegas, aquela lhe disse em tom de repreensão "Baixa a asa", como que orientando ela a baixar os braços, pois estavam longe do corpo, como geralmente ficam os braços dos homens ao caminhar (Diário de campo de 28 de julho de 2012).

A maneira de vestir está associada não apenas a conforto e comodidade, mas também ao tratamento social que se pretende receber. A moderação entre "sentir-se bem" e "ser bem tratada" faz com que algumas garotas utilizem um vestuário que equilibre estes dois parâmetros, segundo práticas regulatórias baseadas em convenções sociais. Uma das estratégias sociais utilizada por algumas mulheres para diminuir possíveis estigmas relacionados às vestimentas são a de caracterizar seu estilo ou "jeito de vestir" (MEINERZ, 2011) como sendo unissex ou esportivo.

A roupa, a maneira como socialmente se é visto, é também uma forma de expressão da sexualidade. Porém, para não prejudicar a equipe em termos de patrocínios e até mesmo para poder ter a opção de moderar a visibilidade da sexualidade, as jogadoras podem optar numa mescla entre acessórios e vestuários considerados mais masculinos ou femininos. Ter uma sexualidade reservada lhes possibilita maior autonomia

de poder estabelecer os relacionamentos que mais lhes interessarem, nos diferentes momentos de suas trajetórias.

Ao mesmo tempo em que não querem usar roupas apertadas ou não querem adotar o visual de "patricinhas", elas também pensam na imagem social que as demais pessoas construirão sobre elas e nas implicações futuras de suas escolhas. "Fazer chapinha", cuidar do cabelo, fazer as unhas ou usar brincos são alguns exemplos de táticas estéticas simples e que as afastam de um padrão masculino, sem comprometer o conforto. "Ainda que o jeito seja expresso justamente através de determinadas disposições e contornos corporais, esses não são percebidos como algo intencionalmente produzido. Nesse sentido, há uma preferência por modos de vestir, de sentar e de andar em que o corpo esteja livre, à vontade" (MEINERZ, 2011, p. 178).

Os dizeres sobre a homossexualidade e masculinidade de jogadoras de futebol parece ser uma estratégia de dominação daqueles para os quais se acredita existir uma "reserva masculina" neste campo esportivo. Porém, conforme Certeau (1994), poder-se-ia analisar a lógica das práticas cotidianas do futebol de mulheres a partir da maneira como escolhem suas vestimentas, com um perceptível movimento de "feminização" do futebol de mulheres em relação à década de 1980 (KESSLER, 2010). A feminilidade, dessa forma, mais do que um apelo da mídia ou de patrocinadores, se apresenta como uma estratégia de manejo da identidade sexual, ora associando as atletas à identidade heterossexual ora possibilitando tornar discreta a identidade homossexual.

(...) é importante observar, nesse particular, que em numerosos setores da sociedade britânica, notadamente em meios totalmente masculinos, os homens 'desviantes' que por uma ou outra razão optam pela vida anti-esportista, se arriscam a ser qualificados de forma insultuosa pelos seus pares, de 'afeminados' e até mesmo de 'homossexuais'. A mesma tendência ocorre com a qualificação também insultuosa de 'masculinas' ou 'lésbicas' feita às mulheres desportistas (DUNNING, 1997, p. 324).

O uso de acessórios, maquiagens e roupas estilosas, por exemplo, poderia ser uma questão tática no sentido de suprir uma feminilidade socialmente esperada<sup>110</sup>. Porém, deve-se ressaltar que algumas destas mulheres prezam mais pelo conforto do que pela imagem social. Algumas delas utilizam o argumento da praticidade, e dessa forma

---

<sup>110</sup> Salvini (2012, p. 135) acrescenta que: "O cuidado com os cabelos, a limpeza do uniforme e das chuteiras, o perfume, em alguns casos a maquiagem, são estratégias que as jogadoras utilizam para veicularem uma imagem em conformidade com a centralidade do que se entende socialmente como feminino, no campo de futebol".

brincos, pulseiras e batom seriam alguns elementos que lhes possibilitariam ser consideradas mais femininas, entretanto, sem tomar-lhes muito tempo na produção do visual.

Hoje em dia, o papel social da mulher ocidental parece ter superado o espaço privado (de uma mulher submissa à espera de um marido que a sustente) e ressaltado seu papel como profissional no mercado de trabalho. Adentrando às zonas que antes eram consideradas como reservas masculinas, as mulheres demonstram que também podem ser preparadas para assumir práticas e responsabilidades que antes eram realizadas apenas por homens. Podemos, dessa forma, pensar que as características que são ditas como masculinas também podem ser femininas. A força, a explosão, a garra, a valentia, também podem ser consideradas características femininas, todas convergindo para um mesmo ideal de aprimoramento de performances.

Geralmente embasados em argumentos biológicos, cientistas costumam considerar que os homens sejam mais fortes que as mulheres. Porém, esta afirmação considera a força física, e não a mental. Poderíamos indagar o porquê desta escolha. Se considerarmos que as mulheres estão mais acostumadas a resistir às dores da menstruação mensal, do parto e de outros danos físicos, poderíamos dizer que as mulheres são mais fortes do ponto de vista psicológico. Porém, a questão talvez não seja de quem é mais ou menos, e sim a de perceber-se o porquê da adoção de determinados referenciais.

No caso do futebol, por exemplo, sabe-se que o fator psicológico é muito importante. Vê-se isso, por exemplo, nas rotinas de preparação das equipes, nas quais há o período de concentração antes de jogos decisivos. Demonstra-se, por este tipo de prática, que a preparação psicológica é tão importante quanto (ou até mesmo mais) que a preparação física. Outras práticas também comuns são a preleção anterior às partidas e as orientações técnicas do intervalo dos jogos. Estes momentos visam não apenas a orientar taticamente as equipes, mas mexer com o emocional, estimular, revigorar. Mesmo o psicológico aparentando ser importante para a performance, parece que às vezes a força física é discursivamente mais ressaltada que a mental.

O futebol praticado por mulheres ainda é bastante visto conforme um modelo de masculinidade tradicional (BONINO, 2008), em que o domínio do homem é visto como

superior em uma hierarquia imposta e reafirmada por padrões patriarcais. Poder-se-ia sintetizar este texto com os dizeres de Pereira (2008), porém, não sem alguns adendos.

Entendemos, então, que sendo o futebol brasileiro um território masculino e conservador, seria praticamente impossível um *domínio feminino* nesta modalidade esportiva. A inferioridade feminina no futebol pode ser observada também nas páginas dos jornais, no que se refere à quantidade e qualidade das matérias que envolvem as atletas, as equipes e torneios femininos (PEREIRA et al, 2008, p. 4, grifos meus).

O *domínio feminino* no futebol talvez possa ser negado em termos quantitativos, relacionado ao uma menor quantidade de praticantes, em relação aos homens. Porém, não se pode negar que, desde a sua introdução na educação física formal, cada vez mais mulheres têm jogado o futebol. O contato com a bola parece estimular o “gosto” pela prática esportiva do futebol/futsal e o envolvimento com a modalidade na idade adulta.

Feminino ou masculino parecem ser questões cada vez mais entrecruzadas na atualidade. A definição do gênero que as pessoas aparentam por suas vestimentas possui pouca relação com o gênero percebido pelas expressões corporais ou até mesmo pela forma de pensar o mundo. Vestir-se como um homem ou como mulher não determina o tipo de reação que cada sujeito apresentará diante das situações diárias e sequer argumenta sobre a sua força política ou rede de relações.

Os sujeitos podem ser mais masculinos ou femininos, sem que isso afete o que são: seres humanos plenos de desejos e capacidades. O importante parece ser o entendimento de que ambos os gêneros possuem suas qualidades, sendo, portanto, utilizados em momentos diferentes, conforme as estratégias escolhidas pelos sujeitos nos diferentes contextos sociais e históricos vividos.

## REFERÊNCIAS

ALVITO, Marcos. Futebol é jogo pra mulher também. **Correio do Brasil**. Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/futebol-e-jogo-pra-mulher-tambem/311912/>>. Acesso: 14 out 2011.

BONINO, Luis. Micromachismos: el poder masculino en la pareja 'moderna'. In: LOZOYA, José Ángel; BEDOYA, José María. **Voces de hombres por la igualdad**, 2008, p. 89-109.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.



COSTA, Marília Maciel. Esporte de alto rendimento: produção social da modernidade - o caso do vôlei de praia. **Soc. estado.**, Brasília, v. 22, n. 1, Abr, 2007 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922007000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922007000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 28 ago 2012.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1985.

ESPORTE UOL. **Mundial feminino contra o racismo, homofobia e sexismo**. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2011/07/12/mundial-feminino-contra-o-racismo-homofobia-e-sexismo.jhtm>>. Acesso: 12 jul 2011.

FONSECA, Caue. Gatas de chuteiras. **Jornal Zero Hora**, encarte Donna ZH, 5 de agosto de 2012, p. 8-13.

FREITAS MATOS, Karla Joyce de. **'Esporte de homem' e 'esporte de mulher' não existem: o esporte é um só**. Disponível em: <<http://maisdomesmoempre.tumblr.com/post/29370180480/esporte-de-homem-e-esporte-de-mulher-nao-existem-o>>. Acesso: 15 ago 2012.

KESSLER, Cláudia. **“Entra aí pra completa”**: Narrativas de jogadoras do futsal feminino em Santa Maria – RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2010.

KNIJNIK, Jorge Dorfman; SOUZA, Juliana Sturmer Soares. Diferentes e desiguais: Relações de gênero na mídia esportiva brasileira; In: Antonio Carlos Simões, Jorge Dorfman Knijnik (orgs). **O mundo psicossocial da mulher no esporte**: comportamento, gênero, desempenho. São Paulo, Aleph, 2004, p. 191-212.

KNIJNIK, J. D; VASCONCELLOS. E. G. Sem impedimento: O coração aberto das mulheres que calçam chuteiras no Brasil. In COZAC. J. R. (Org). **Com a cabeça na ponta da chuteira**: ensaios sobre a psicologia do esporte. São Paulo: Annablume/Ceppe, 2003. p. 2-18. Disponível em: <<http://nepaids.vitis.uspnet.usp.br/wp-content/uploads/2010/04/SEMIMPEDIMENTO.pdf>>. Acesso: 1 set 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n.2, maio/ago 2008. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf)>. Acesso: 20 ago 2012.

DUNNING, Eric; MAGUIRE, Joseph. **As relações entre os sexos no esporte**. Estudos Feministas, ano 5, n.2, 1997, p. 321-348.

MEINERZ, Nádia Elisa. **Mulheres e masculinidades**: etnografia sobre afinidades de gênero no contexto de parcerias homoeróticas entre mulheres de grupos populares em Porto Alegre. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Rio Grande do Sul, 2011.

MOURA, Eriberto José Lessa de. **As relações entre lazer, futebol gênero**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. Campinas. São Paulo, 2003.

PEREIRA, Liliana Herrera Melo. Futebol: um território masculino? **Anais do 1º Encontro da ALESDE Esporte na América Latina: Atualidade e perspectivas**". UFPR, Curitiba, 2008. disponível em: <[www.alesde.ufpr.br/encontro/trabalhos/71.pdf](http://www.alesde.ufpr.br/encontro/trabalhos/71.pdf)>. Acesso: 20 ago 2012.

ROJO, Luiz Fernando. Relações de gênero no hipismo. Um olhar comparativo entre Rio de Janeiro e Montevideú. **Antropología Social y Cultural en Uruguay** (Anuario), 2007, p. 163-172. Disponível em: <[http://www.unesco.org.uy/shs/fileadmin/templates/shs/archivos/anuario2007/articulo\\_12.pdf](http://www.unesco.org.uy/shs/fileadmin/templates/shs/archivos/anuario2007/articulo_12.pdf)>. Acesso: 20 ago 2012.

SALVINI, Leila. **Novo Mundo Futebol Clube e o "Velho Mundo" do futebol**: considerações sociológicas sobre o habitus esportivo de jogadoras de futebol. Dissertação de Mestrado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física, no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, 2012.

SOW, Marilene Mendes. A participação feminina na construção de um parlamento democrático. **E-Legis**, n.05, 2º semestre de 2010, p.79 - 94. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5066/participacao\\_feminina\\_sow.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5066/participacao_feminina_sow.pdf?sequence=1)>. Acesso: 28 ago 2012.

UOL NOTÍCIAS. **Colombianos recrutam modelos e exigem beleza como pré-requisito em time feminino**. 8 fev 2012. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2012/02/08/colombianos-recrutam-modelos-e-exigem-beleza-como-pre-requisito-em-time-feminino.htm>>. Acesso: 8 fev 2012.

VENTURA, Thabata Santos; HIROTA, Vinicius Barroso. Futebol e salto alto: por que não? **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, vol 6, n. 3, 2007, p. 155-162. Disponível em: <[www3.mackenzie.br/editora/index.php/remef/article/download/1246/950](http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/remef/article/download/1246/950)>. Acesso: 20 ago 2012.